

REVISTA HOMINUM

ISSN 2316-4808

VOL. 5 - EDIÇÃO Nº 18 - ABRIL /2016

ISSN
2016 4808



Edição
Nº 18 ABR/2016

Revista Hominum

Revista Semestral de História

Editora Chefe

Cintia Rufino Franco Shintate - PUCSP

Vice Editor

Renan Antônio da Silva – UNESP/ISCTE Lisboa

Conselho Editorial

Daniel Gomes – UNIFOR

Matheus Rego Silveira – USP/Ribeirão Preto

Carlos Jordan Lapa Alves – UENF

José Luiz Goldfarb – PUCSP

Pedro Ernesto Fagundes – UFES

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro – UFF

ISSN
2016 4808



Edição
Nº 18 ABR/2016

Giselda Brito Silva – UFRPE – Lattes

Gilberto Grassi Calil – UNIOESTE

José Miguel Arias Neto – UEL

Jurandir Malerba – PUCRS

Conselho Consultivo

Bela Feldman Bianco – UNICAMP/University of Massachusetts-
Dartmouth

Javier Fernández Sebastián – Universidad del Pais Vasco

Conselho Científico

Alexandra Dias Ferraz Tedesco

André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos

Cintia Fiorotti Lima

Danilo Medeiros Gazzotti

Éderson Luiz da Silveira

Gabriele Moura

Gilberto Abreu

Irenilda Cavalcanti

Joilson de A. M. A. Silva

Carlos Jordan Alves

José Edimar de Souza

Livia Claro Pires

Marco Aurélio Borges Costa

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira

Paulo Júnior Debom Garcia

ISSN
2016 4808



Edição
Nº 18 ABR/2016

Raimundo Mattos

Renan Antônio da Silva

Ricardo Augusto dos Santos

Ricardo Callegari

Rodrigo Leonardo Souza Oliveira

Rony Pereira Leal

Tiago Cavalcante Guerra



EDITORIAL

A Revista Hominum, mantém a sua missão original de apoio à inovação e disseminação de conhecimento científico. Vocacionada para a divulgação de trabalhos resultantes de investigação original na área das Ciências Sociais e das Humanidades, em especial no domínio da História, a Revista também acolhe estudos de outras áreas do conhecimento, convergentes com o teor dos dossiers temáticos.

São finalidades da Hominum: divulgar trabalhos originais de investigadores nacionais e estrangeiros, a integrar nos dossiers temáticos de cada número e na área de “Outros Estudos”; promover estudos comparativos e interdisciplinares; proporcionar um espaço de divulgação da produção historiográfica de investigadores e estudantes de graduação e pós-graduação e de outras atividades científicas e académicas.

Os artigos publicados são submetidos a procedimentos de arbitragem científica, a cargo de especialistas, mestres e doutores.

A Revista Hominum publica uma média de 16 artigos por edição, além de resenhas, conforme proposto pela metodologia CNPq/CAPES, com apresentação física e normatização alinhados aos padrões requeridos internacionalmente. Sendo um periódico indexado, com periodicidade atualizada e regular.

É com muita satisfação que apresentamos a edição nº 18, a primeira do ano de 2016. O Dossiê reúne, neste número, artigos sobre a temática “Humanidades”, com a organização cuidadosa e competente da editora chefe Cintia Rufino Franco Shintate, do Setor de Educação. O Dossiê conta com a colaboração tanto de pesquisadores de instituições brasileiras (dos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais) quanto de instituições estrangeiras (Portugal).

Renan Antônio da Silva (UNESP/ISCTE Lisboa)
Vice Editor da Revista Hominum



Sumário

A hegemonia burguesa nas Diretas Já: o caso de Campo Grande – MS e os limites da “redemocratização” – pág. 8

“Viva a República”: Guerra de Canudos em Crônicas Machadianas – pág. 22

A criação da Escola de Paraquedistas (1945): algumas considerações – pág. 38

O Integralismo e o jornal A Offensiva – pág. 56

O PNDH-3 e a proposta de mediação de conflitos agrários – pág. 71

As visões médicas e jurídicas sobre os serviços de assistência no Distrito Federal: uma análise sobre as propostas formuladas por Luiz Barbosa e Ataulfo de Paiva – pág. 91

A fronteira Brasil-Paraguai: Sua história e suas representações discursivas no “Programa Escolas Bilingües de Fronteira (PEBF)” – pág. 110

Entre a empiria e a erudição: Fundamentos do olhar corográfico no Brasil e em Minas Gerais, século XIX. – pág. 129

Alteridade e etnicidade: Tito e Moisés no Livro V das HISTORIAE de Tácito - pág. 152

Grécia de cartolina: a estilização das culturas clássica e oriental no pré-modernismo brasileiro – pág. 169

“O Povo já não tem medo!”: A experiência revolucionária portuguesa e a concepção metodológica de Edward Thompson – pág. 186

Música e tempo: o que vem do ser para o próprio humano – pág. 203

Trabalho e cultura: A história do sumô londrinense – pág. 221

História de uma região para o refinação: Atitlaquia-Tula, México – pág. 239

A produção do outro: Johannes Fabian e sua crítica à antropologia – pág. 259

COGGIOLA, Osvaldo. A Segunda Guerra Mundial: Causas, Estrutura e Consequências. 1º Ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015. – pág. 265

O Homem que é alto é feliz? Uma introdução ao gerativismo.. – pág. 270

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: Marcos César Freitas. (Org.). Historiografia Brasileira em perspectiva. 1ed. Bragança: Universidade São Francisco/Contexto, 1998, v. 01, p. 103-118. – pág. 273

ISSN
2016 4808



Edição
Nº 18 ABR/2016

Dossiê Humanidades



A hegemonia burguesa nas Diretas Já: o caso de Campo Grande – MS e os limites da “redemocratização”

Samuel Fernando da Silva Junior
Graduado em História (UFMS)
E-mail: samuellfrnd@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa o movimento *Diretas Já* em Campo Grande – MS compreendido no período de 1984, bem como alguns limites imposto no projeto de “redemocratização”. O projeto de distensão/abertura política, conhecido também como um projeto de “redemocratização”, arquitetado durante os governos Geisel e Figueiredo, foi apoiado e negociado por alguns partidos políticos burgueses, principalmente pelo PMDB que, na primeira metade da década de 1980, articulou um projeto de dominação política, se consolidando no movimento *Diretas Já* e, posteriormente, no Colégio Eleitoral. Desse modo, nosso objetivo geral é analisar como o *bloco de poder* foi pontualmente se modificando no período da “transição democrática”, evidenciando um controle político burguês frente à mobilização de massa e, concomitantemente, estabelecendo um limite no processo de transição. No contexto Sul-Matogrossense, analisaremos se houve um alinhamento, do então governador Wilson Barbosa Martins (PMDB) no processo de dominação política burguesa frente às *Diretas Já* em Campo Grande.

Palavras-Chave: Redemocratização, *Diretas Já*, Bloco de Poder.

Abstract: This research analyzes the *Diretas Já* movement in Campo Grande - MS understood in the period of 1984. The project distension / opening policy, also known as a project of "democratization", devised during the Geisel and Figueiredo governments, was supported and negotiated by some bourgeois political parties, especially the PMDB that in the first half of the 1980s, articulated a political domination project, consolidating the *Diretas Já* movement and later in the Electoral College. Thus, our overall objective is to analyze how the power block was occasionally been changing in the period of "democratic transition", showing a bourgeois political control against the mass mobilization and, simultaneously, setting a limit on the transition process. In South Matogrossense context, we analyze whether there was an



alignment, the then Governor Wilson Martins Barbosa (PMDB) in the bourgeois political domination process facing the *Diretas Já* in Campo Grande.

Keywords: Democratization, *Diretas Já*, Power block.

O conceito de *bloco de poder*

Para entender o *bloco de poder* em uma perspectiva teórica, se faz necessário a concepção de Antonio Gramsci de *bloco histórico* que é a formação de uma unidade entre a estrutura – conjunto das relações materiais – e superestrutura – conjunto de relações culturais e ideológicas –: “unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 1978, p. 12). Diante da formação do *bloco histórico*, estabelecem as relações entre os intelectuais, que são agentes da superestrutura, estes podem possuir capacidades de elaborar ideologias para a classe que representam, e organizam as relações sociais buscando a homogeneidade e consensualidade. Desse modo, segundo Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, **uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político** (GRAMSCI, 1979, p. 03-04). (grifo nosso)

Portanto, é na formação do *bloco histórico* que se consolida os grupos hegemônicos. Assim, no período no qual propomos a análise, verifica-se uma crise de *hegemonia*¹ dos grupos hegemônicos dentro do próprio *bloco de poder*, uma vez que os interesses burgueses (empresariado) muitas vezes, não coincidiam com os setores militares ou da tecnoburocracia (REZENDE, 1996, p. 13), ou seja, não havia consenso dentro do próprio núcleo de poder. Essa crise de *hegemonia* dentro do *bloco de poder* acaba se tornando, a partir da distensão política (1974-1979), uma crise de legitimidade



possuindo como um setor agravante a própria situação econômica do Brasil, que após o período do “milagre econômico” entrou em um longo processo de recessão.

É neste bojo que precisamos entender o conceito de *Estado*, entendido por Gramsci como uma consolidação do poder da classe dominante sobre os demais setores sociais, entendendo que Estado é uma união entre a sociedade civil e sociedade política:

O Estado é certamente concebido como **organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo**, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2000, p. 41-42). (grifo nosso)

Portanto, em um âmbito geral, utilizamos o conceito *bloco de poder* para designar um conjunto de relações estabelecidas entre setores da sociedade civil (burguesia, latifundiários e outros representantes empresariais) com a sociedade política ou militares pós-1964 para definir um “novo” modelo político e econômico brasileiro. Maria José de Rezende acentuou algumas características do *bloco de poder* durante o governo de exceção:

Os setores mais modernos da economia, ou seja, as **frações da classe burguesa que controlam o capital financeiro, industrial e comercial, os militares e a tecnoburocracia (civil e militar), que atuaram não apenas sobre a estrutura econômica e política, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas** etc., compunham o que se denominou o bloco de poder. A noção de bloco de poder refere-se ao conjunto de relações estabelecidas entre alguns setores dominantes para



garantir a reprodução de determinados interesses de classe (REZENDE, 1996, p. 13). (grifo nosso)

Em Campo Grande, o *bloco de poder* regional que estava ligado ao Wilson Barbosa Martins (vencedor da eleição de 1982 pelo PMDB) e sua cúpula política, era formado basicamente por: uma fração da classe latifundiária tradicional na qual Wilson Barbosa Martins foi oriundo; e setores de significativa influência, composta por uma fração da burguesia agrária responsável pela modernização da agricultura Sul-Matogrossense (BITTAR, 1998, p. 40).

***Diretas Já* em Campo Grande, a dominação política e os limites da “redemocratização”**

Para evidenciar a concepção de dominação política burguesa² frente o movimento *Diretas Já* em Campo Grande, analisaremos alguns acontecimentos que precederam o dia 24 de março de 1984 (dia do principal comício em Campo Grande).

Durante o período de mobilização foram criados grupos que representariam os mais diferentes setores da sociedade – comitê da mulher, setor jovem, grupo estudantil, comitê pró-Diretas, entre outros –. Desse modo, no decorrer das análises feitas por meio de dois jornais locais (*Jornal da Manhã* e *Diário da Serra*), verificamos que estes grupos tinham direção e vínculo partidário com o PMDB.

No dia dezesseis de março de 1984 ocorreu uma grande mobilização: de estudantes secundaristas, de acadêmicos da antiga Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT) atual Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da União Campograndense de Estudantes (UCE), esses grupos se reuniram na Praça Ari Coelho e fizeram uma passeata pelo centro da capital (*MANHÃ*, 1984, p. 10). Tinham como iniciativa mostrar total apoio da classe estudantil às eleições diretas para presidente da República e, exigiram melhorias



no sistema de ensino estadual, pois, durante o governo do pedessista Pedro Pedrossian (1980-1982), as escolas ficaram em sua maioria sucateadas e os salários desvalorizados.

Neste bloco de estudantes universitários e estudantes do ensino básico, havia o grupo que participava do comitê pró-Diretas – vinculado ao PMDB – este grupo era responsável pela divulgação dos comícios que haveria no Estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo em Campo Grande (*SERRA*, 1984, p 06).

A campanha pelas *Diretas* em Campo Grande, contou com uma relevante participação do setor educacional pois, tanto os professores, quanto os alunos, não se sentiam representados pelo regime que causou significantes espoliações a esses setores.

Um grupo denominado de “Comitê da Mulher” teve ampla participação na divulgação do principal dia da mobilização, 24 de março de 1984. Este grupo distribuía encartes com a propaganda do movimento *Diretas Já*, para conscientizar e estimular a participação da população no comício. Este grupo em Mato Grosso do Sul tinha uma direção estritamente partidária. As mulheres que estavam em destaque, neste comitê, eram as esposas dos políticos ligados ao PMDB. Dessa forma, segundo o *Diário da Serra*:

Com a participação de uma grande multidão, foram realizadas ontem duas passeatas nas principais ruas e avenidas de Campo Grande, reivindicando pelo estabelecimento de eleições diretas para Presidente da República. A primeira aconteceu às 12 horas, promovida pelo Comitê Pró-Diretas da Mulher, onde contou com a participação da dona Nelly Martins, esposa do governador Wilson Barbosa Martins, como também das esposas de deputados estaduais, federais e de secretários do Estado (*SERRA*, 1984, p. 02).

Uma outra contribuição, do jornal *Diário da Serra*, fornece indícios desta direção partidária que foi o “Comitê da Mulher” em Campo Grande:

Para discutir a participação da mulher na campanha pela restauração das eleições diretas, a esposa do deputado Jonatan Barbosa, do PMDB, Ana Leda Fernandes Barbosa, fez na sua residência o chá pelas diretas, reunindo quase



todas as esposas de deputados estaduais, federais e secretários do Estado (SERRA, 1984, p. 06).

Para haver maior êxito no controle do movimento, foi necessário criar comissões que davam conta da maioria das esferas populares, por exemplo: (JPMDB) o setor jovem do PMDB, o Comitê Pró-Diretas (organizava a estrutura das mobilizações e fazia o repasse do dinheiro para os chamados “Comícios Monstros”) e o próprio “Comitê da Mulher”.

A participação das mulheres, não se resumia apenas no comitê partidário direcionado por uma elite política. No período da “transição democrática” havia os mais variados grupos de mulheres que defendiam variadas causas:

[...] no período da transição democrática brasileira. Esses movimentos tinham propostas diversas. Alguns grupos de mulheres estavam focados na questão das necessidades dos bairros, outros relacionados ao sindicalismo, outros específicos da questão feminista, outros ainda, estavam ligados aos partidos políticos (DUARTE, 2011 p. 55).

Neste sentido, conseguimos perceber, quanto o movimento pelas *Diretas* foi heterogêneo, pois dentro do próprio grupo das mulheres haviam as mais diversas reivindicações, e isto evidencia a ideia que, as mobilizações pelo sufrágio imediato não aspiravam somente o voto direto, e sim, as mais diversas mudanças (questão da fome, aguda desigualdade social, melhores salários etc.). Porém, os setores políticos burgueses com o apoio da mídia, conseguiram canalizar estes pedidos de mudanças para uma única reivindicação pontual, o voto direto.

O JPMDB (setor jovem), foi um grande articulador em Campo Grande, pois a criação do comitê pró-Diretas, foi de responsabilidade da “juventude peemedebista” como ressalta Waldir Neves Barbosa³ em entrevista com o *Jornal da Manhã*, “O movimento pró-Diretas foi lançado por nós, ou seja, o Setor Jovem do PMDB e hoje é com satisfação que vem o engajamento dos mais diversos setores da



comunidade nessa importante luta” (*MANHÃ*, 1984, p. 02). Este setor jovem do PMDB foi encarregado de percorrer vários municípios do estado para a divulgação da campanha, convidando os vários municípios do estado de MS para o principal dia da mobilização que seria no dia 24 de março de 1984. Em outras palavras:

Segundo Waldir, o Setor Jovem do PMDB começou o trabalho no estado dia 24 de setembro do ano passado e percorreram 15 cidades promovendo atos públicos e procurando conscientizar a população na participação dessa luta. Mesmo reconhecendo que que não tiveram nenhum tipo de apoio, conseguiram fazer com que o povo aceitasse o movimento não como de um partido “mas de todos indistintamente” (*MANHÃ*, 1984, p. 02).

Como nos grandes estados do Brasil governados pelo PMDB – São Paulo, Minas Gerais e Paraná – e pela oposição burguesa, em Mato Grosso do Sul, o PMDB canalizou as reivindicações populares à sua dominação. A direção burguesa não queria que a mobilização popular pelas *Diretas Já* atingisse determinado grau de autonomia, havia certo receio que o movimento transcendesse o limite burguês de transição pelo alto e por meio do consenso.

Em Mato Grosso do Sul, o PMDB com apoio de algumas frações da classe burguesa local controlou e manipulou o movimento. O objetivo do PMDB na campanha *Diretas Já*, *a posteriori*, era conseguir legitimidade popular para uma possível eleição indireta via Colégio Eleitoral. Portanto, de acordo com Vanderlei Elias Nery:

Uma vez que, em nosso entendimento, a campanha *Diretas Já* tinha um potencial de aprofundar o processo de transição, ampliando os direitos políticos e sociais, reforçando políticas de caráter antimonopolista e anti-imperialista, esta foi, desde o início, canalizada pela oposição burguesa para a aprovação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional que, ao não ser aprovada, fez com que as *Diretas Já* servissem apenas como forma de a oposição negociar com o governo e o PDS a sucessão presidencial (NERY, 2014 p. 261).



A verticalização do movimento *Diretas Já*, colocado em prática pelo *bloco de poder* em conjunto com a staff peemedebista – incluindo grupos políticos do PDS e da Aliança Democrática (MACIEL, 2014, p. 270) – tinham como intuito encampar toda reivindicação popular que ultrapassasse os desejos burgueses e a tutela oferecida pelos militares, como afirma Maria José de Rezende: “No período de 1980 a 1984, ficava evidente que os setores dominantes detonavam um conjunto de medidas para impedir que a participação dos dominados se tornasse um poderoso instrumento de poder e pressão” (REZENDE, 1996, p. 209).

Não obstante, para reforçar a suposta “legitimidade” burguesa via eleição indireta, o PMDB, pós derrota da Emenda Dante de Oliveira (25 de abril de 1984), lançou o movimento pró-Tancredo. A transição – como no período da distensão e da abertura – foi amplamente planejada pelos setores militares e seguido à risca pelos setores políticos burgueses que aspiravam o poder político e, sobretudo, do Estado pós-ditadura:

A transição política seguiu inicialmente o roteiro proposto pelo General Golbery do Couto e Silva, tropeçou em várias circunstâncias concretas e mudou de rumo, sem necessariamente desviar-se do sentido proposto inicialmente, de um processo controlado pelas elites política que, mediante pactos na cúpula, impedissem a intervenção autônoma das forças populares. A eleição do presidente que devia guiar a transição por meio do Colégio Eleitoral foi uma forma de estabelecer um pacto político de elite. As forças do regime anterior se comprometiam a aceitar a decisão tomada pelo Colégio Eleitoral e a oposição se comprometia a governar o país conforme as normas de transição definidas pelo governo militar que concluíra seu mandato (SADER, 1990, p. 55).

É na crise institucional (1974-1985), ocasionada pela crise econômica (primeira e segunda crise do petróleo) e política, que frações da classe dominante e os



partidos de oposição (PMDB, PDT etc.) vinculados à “redemocratização” desenvolveram uma ideologia de transição *participacionista*, sendo que alguns governos estaduais do PMDB deram grande contribuição a esse processo (REZENDE, 1996, p. 204), – inclusive o governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, que na campanha das *Diretas Já*, em Campo Grande, estabelecia a democratização como a verdadeira resolução dos problemas econômicos – conseguindo criar uma ideologia de transição, que cooptou parte do apoio popular nas *Diretas Já* para legitimar a transição por meio de um pacto político impopular e pelo alto.

Essa “oposição” política começou a crescer ainda em 1974, com o crescimento do MDB no Legislativo, em 1982, concretizou a sua “oposição” com crescimento tanto no Legislativo quanto no Executivo – eleições gerais de 1982, incluindo o voto direto para governador –, não obstante, agregou relevante apoio de frações empresariais descontentes com os rumos tomados pelo regime de exceção. Estes setores empresariais, em sua maioria, eram vinculados à “democracia de mercado”.

Não podemos negar as mudanças de cunho liberalizante – e timidamente reformista – ao longo do processo de “redemocratização”, bem como uma série de inovações nos mecanismos de poder e dominação na busca de uma “democracia” burguesa de “direito”. Mas, em contrapartida, não podemos deixar de mencionar que as classes dominantes, junto com os partidos de “oposição” e com o governo ditatorial, estabeleceram um consenso para não haver mudanças estruturais no jogo político e no *bloco de poder*. Assim, o *bloco de poder* e sua cúpula – o núcleo duro –, majoritariamente, permaneceu o mesmo.

O que realmente mudou a partir de 1985, foram as formas de dominação, e esse processo se consolida na própria campanha pelas *Diretas Já*, onde a oposição política (PMDB, PDT, PTB etc.) e burguesa (empresariado) com receio de perder o controle das *Diretas Já*, estabeleceram uma direção na campanha. Começaram a investir em megacomícios, contrataram artistas de renome nacional para realizarem grandes shows e tantas outras facetas, justamente para descaracterizar e desmobilizar o movimento. Dessa forma, a “oposição” burguesa se consolidou no Colégio Eleitoral,



dentre outras questões, por conseguir “controlar” e encampar as *Diretas Já*, angariando o apoio popular e, estabelecendo uma ideologia de transição, reducionista, vaga e desmobilizadora para a sociedade.

Esse processo de dominação burguesa ligado ao liberalismo/conservadorismo, foi visível também no grande oportunismo do PMDB e do Tancredo Neves – cânone da transição criado pela mídia – que se aproveitando da grande mobilização pelas *Diretas Já*, criaram o movimento pró-Tancredo com mobilizações em grande parte do Brasil como também em Mato Grosso do Sul.

Nesse enredo, conseguimos notar, a visível vinculação entre o movimento *Diretas Já* de Campo Grande, com todo o processo de dominação estabelecido em outras mobilizações e comícios no restante do país onde o PMDB era governo. Essa “oposição” burguesa foi legitimada justamente pelas classes mais baixas (a partir da dominação ideológica e controle político que, pelo limite da análise, não poderá ser problematizado no presente artigo), classes estas que, certamente, no governo Sarney, – vice de Tancredo Neves – não foram minimamente representadas.

A partir da “Nova República” estabelecida, passou a vigorar o “vale tudo” contra qualquer mudança de cunho social, e isto era o que os setores dominantes, representados por Tancredo Neves e a Aliança Democrática – “heróis da redemocratização” –, estavam dispostos a fazer quando conseguissem a tutela do poder político. Isto enquadrava a transição em um terreno inacabado onde, lutava-se para jogar qualquer possibilidade de mudanças substanciais no campo da nulidade (REZENDE, 1996, p. 206): “Os de cima tocam o carro de acordo com sua veneta, interesses e conveniências. Não existe democracia, porém palavreiro democratizante. Os de cima não podem oferecer aos de baixo aquilo que eles sequer logram dividir entre si” (FERNANDES, 1986, p. 27).

Ressalta-se que a “fórmula mágica” ideológica “democratizante” criada por essa “oposição” burguesa, teve forte adesão popular. Mas, esta democracia é para quem? O que significou democracia para esses setores burgueses de “oposição”?



Carlos Nelson Coutinho afirmou que, levando em consideração a debilidade histórica estrutural da democracia brasileira aliado ao regime militar, se deu a consolidação de determinadas formas de relacionamento, que num primeiro momento não passaria dos limites da democracia liberal (COUTINHO, 1984, p. 38). Ou seja, a democracia estabelecida na “Nova República” continuou sendo a democracia para poucos, o que houve foi uma reciclagem do modelo econômico e político, mantendo o modelo de exclusão para a grande maioria.

Portanto, a transição – transação? – denominada “democrática” foi estabelecida de uma maneira amplamente impopular. O período ditatorial foi marcado por verdadeiros paradoxos – a intenção era supostamente “democrática”, mas a ação era completamente autoritária e impopular – principalmente no que tange o período da “redemocratização”.

Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, o sistema de verticalização e dominação funcionou de forma similar ao âmbito nacional. O PMDB conseguiu se infiltrar em quase todos os grupos e organizações sociais que participavam das *Diretas Já*, – comitê das mulheres, grupo estudantil, grupo de jovens e até mesmo em nichos de sem tetos e “favelados” (MANHÃ, 1984, p. 02) – para não perder o controle do movimento. Desse modo, o movimento social em Campo Grande, muitas vezes aparentava ser uma mobilização pró-PMDB, não pelas pessoas que participaram, mas sim pela própria direção partidária.

Contudo, de forma resumida, verificamos o quão tutelado foi a transição política que, planejada pelo topo, a marginalização dos movimentos sociais, principalmente das *Diretas Já*, foi propositalmente articulada por setores políticos burgueses que angariavam a sucessão presidencial em 1985. Estes setores não queriam que as expressões populares transcendessem as vontades políticas burguesas. Em Campo Grande, houveram inúmeras evidências de dominação política, o PMDB conseguiu usar as mobilizações populares das *Diretas* para justificar a sua legitimidade no período pós-1985, por outro lado, confirmou o *continuismo* e mostraram ser completamente flexíveis à tutela oferecida pelos militares no período da abertura política e da “Nova República”.



Notas:

1. A Hegemonia em Gramsci se dá na simbiose entre sociedade civil e sociedade política, este conceito é permeado por dois modos de dominação: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1979, p. 11). Cabe destacar que, estas duas formas de dominação, não necessariamente são exercidas de forma separada, ambas se complementam e podem ser executadas de forma concomitante.
2. Nesse contexto, para se entender o conceito de partido político burguês, conceito que pode ser volúvel dependendo do processo histórico, se faz necessário levar em consideração algumas categorias práticas que Gramsci pontuou como sociedade política, esta: “consiste no controle dos grupos sociais que não “consentem” na direção da classe fundamental: esses grupos – as classes subalternas – entram em contradição com a classe dirigente em certo grau da evolução das relações sociais e econômicas. Esta utiliza, pois, a coerção mais ou menos “legal” [podendo ser ideopolítica ou jurídica] para manter a sua dominação” (PORTELLI, 1977, p. 31). Ou seja, o partido político burguês, seja o da base ditatorial (PDS) sejam os de “oposição” burguesa (PMDB, PTB etc.) utilizaram todo um aparato de dominação seja coercitivo e/ou ideológico para a manutenção da sociedade e do status quo. No que se refere ao processo de redemocratização foi gestado por essa “oposição” burguesa todo um aparato de dominação ideopolítica voltada a atender seus interesses privados, concepção



entendida como ideologia burguesa de transição (vide: REZENDE, 1996) que, buscou nas mobilizações populares – como também no próprio bloco no poder – , legitimidade e hegemonia após a ditadura-civil militar.

3. Foi diretor da União Campo-grandense de Estudantes (UCE). Nessa época, participou como um dos fundadores da União Sul-Matogrossense de Estudantes Secundaristas (USMES) e da Juventude do PMDB (JPMDB), da qual foi também presidente. Militante ativo, foi um dos principais coordenadores do Movimento Estudantil em Mato Grosso do Sul da campanha “Diretas Já”.

Referências:

Jornais

Estudantes realizam passeata pelas diretas. Jornal da Manhã. Campo Grande, 15 mar, 1984, nº 2.914.

Setor jovem do PMDB, precursor das diretas Jornal da Manhã. Campo Grande, 21 mar, 1984, nº 2.919.

Mais de mil favelados estarão no comício. Jornal da Manhã. Campo Grande, 24 mar, 1984, nº. 2.922.

Passeata por diretas reúne mais de 20 escolas de CG. Diário da Serra. Campo Grande, 17 mar, 1984, nº 5.659.

Diretas, mais duas passeatas amanhã. Diário da Serra. Campo Grande, 11 mar, 1984, nº 5.654.

Bibliográficas



BITTAR, Marisa. **Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul**. 1ª Edição. Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 1998. 225 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984. 203 p.

DUARTE, Rafaela. **Diretas Já em Santa Catarina**: o movimento de redemocratização nos textos e imagens dos jornais O Estado, A notícia e Jornal de Santa Catarina (1984). 135 f. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?** 1ª Edição. São Paulo, Brasiliense, 1986. 253 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 1ª Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, volume III, 2000. 432 p.

_____. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 244 p.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 444 p.

MACIEL, David. A Aliança Democrática e a transição política no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. 1ª Edição. São Paulo, Boitempo, 2014. 269-301 p.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: mobilização de massas com direção burguesa. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. 1ª Edição. São Paulo, Boitempo, 2014. 247-268 p.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 142 p.

REZENDE, Marina José de. **A transição como forma de dominação política**. 1ª Edição. Londrina, Ed. UEL, 1996. 309 p.

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** 9ª Edição. São Paulo, Atual, 1990. 92 p.



“Viva a República”: Guerra de Canudos em crônicas machadianas

Raquel Cristina Ribeiro Pedroso
Mestranda em Letras, Literatura e Vida Social pela UNESP/Assis-SP
ra.ribeiro@gmail.com

Resumo: A segunda metade do século XIX foi tomada por grande agitação nacional, o povo brasileiro viveu mudanças que percorreram campos políticos, sociais e literários em terras onde o que se produzia como literatura local ainda era muito próxima ao modelo europeu. Os jornais cariocas tiveram seu período de ascensão com publicações em série de folhetins e crônicas jornalístico-literárias, numa época em que a literatura retinha o compromisso de se fazer parte do processo de mudanças sociais. Era comum encontrar situações cotidianas próprias do homem do século XIX como parte do que se via escrito tanto em jornais quanto em romances e contos. Para este artigo destacamos crônicas de Machado de Assis publicadas na *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1894 a 1897 com relatos dedicados à guerra que acontecia em Canudos, no interior da Bahia ainda nos primeiros anos de república brasileira. Machado soube utilizar seu espaço no jornal para expor as atitudes das tropas republicanas como um eco do que seria conhecido como “crime” pela publicação de *Os Sertões* de Euclides da Cunha em 1902.

Palavras-chave: Guerra de Canudos; Machado de Assis; crônica machadiana; *Gazeta de Notícias*

Abstract: The second half of the nineteenth century was taken by great national unrest, the Brazilian people lived changes that have come political camps, social and literary in lands where what is produced as local literature was still very close to the European model. The Rio newspapers had their rise period with serials serials and journalistic-literary chronicles, at a time when literature retained the commitment to be part of the social change process. It was common to find themselves everyday situations of the man of the nineteenth century as part of what was seen written both in newspapers and in novels and short stories. For this article we



highlight Machado de Assis chronicles published in the News Gazette between the years 1894-1897 with reports devoted to the war that happened in Canudos in Bahia still in the early years of the Brazilian Republic. Machado has managed to use its space in the newspaper to expose the attitudes of Republican troops as an echo of what would be known as "crime" by the publication of *Os Sertões* by Euclides da Cunha in 1902.

Keywords: Straws of War; Machado de Assis; Chronic Machado; Gazette News

Introdução

Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas,
acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre
o destino das cousas tangíveis em comparação com as imaginárias.
Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos,
e acabar acreditando que não há pássaros com asas...

Machado de Assis, *A Semana*, 5 de agosto de 1894.

Não há como negar o fascínio exercido pelo século XIX aos estudiosos das Ciências Humanas, aos interessados na História da cultura e, assim por dizer, da história literária em terras brasileiras. A evolução dos hábitos e dilemas provocados pelo movimento romântico e realista resultou em um considerável interesse aos produtores de material literário já que enriqueceram suas narrativas pela extensão de normas e condutas que estão acima do visível ao homem comum, partícipe de salões de teatro, saraus domésticos e cafés da Rua do Ouvidor. O que era lido, sobretudo, nos Jornais do Rio de Janeiro era “produto” de uma espécie de convivência entre o escritor e o processo de construção social, numa revisão de episódios reais por um viés literário. A escrita em jornais se fixou como um ponto de veiculação de informações bem utilizado tanto para escritores como para leitores. Quem escrevia desejava ser conhecido e bem recebido pela opinião pública, e quem buscava por informações e distrações tinha na leitura de folhetins, anedotas e colunas feminis suprimimento elaborado a cada edição. No âmbito de textos informativos era comum encontrar colunas de crônicas dedicadas a noticiar episódios políticos e sociais, além de curiosidades próprias do cronista.



A crônica do início da República brasileira, sobretudo a de Machado de Assis, era o resultado da observação direta ou da reflexão abstrata de assuntos efêmeros com a mesma seriedade oferecida ao um problema filosófico. Como afirma Gabriela K. Betella (2007, p. 24) em seu estudo sobre a presença de um narrador em crônicas machadianas, trata-se da recriação de um registro subjetivo, cujo intento maior estava em apontar o circunstancial sob a visão de um narrador-cronista, a fim de dar-lhe tratamento artístico. Havia em matéria jornalística a percepção dos fatos no calor da hora, pois a crônica soube incorporar a ficção sem se desvincular do propósito que a ordena – perceber o tempo, escolher a matéria e oferece um parecer.

Nos primeiros anos da República, proclamada em 1889 no Brasil, houve intenso levante popular junto a movimentos revolucionários e insurreições de todas as espécies, desde os locais mais próximos à antiga capital do Império aos lugares geograficamente distantes. A sociedade mantinha-se preche de discussões que não passavam despercebidas à pena de Machado de Assis, um autor capaz de catar o mínimo e o íntimo da pessoa humana em seu contexto de vida, e fixar certo rearranjo literário na produção de uma narrativa essencialmente moderna em relação ao que dantes era visto como literatura tipicamente brasileira. Para tanto, Machado bebeu em fontes romanescas e utilizou grande parte da problemática social trabalhada por José de Alencar num misto de reelaboração de pontos fracos, tornando-os fortes, por uma questão de ótica. Retirou as lentes da matéria local (nacionalismo, indianismo e regionalismos) fazendo da literatura um produto de construções e desconstruções humanas.

O cronista soube perceber e mesclar realidade social brasileira num tom de criação ficcional capaz de gerar nuances de “letras novas” para a classe consumidora já acostumada a rodapés recheados de nacionalismo. Assim, não cria grande literatura se comparada à Inglesa ou Francesa de sua época, mas capta e alterna elementos delas. Machado colheu situações comuns, próprias do cotidiano, como verdadeiros aliados na composição de sua escrita, e soube explicitar o problema da realidade brasileira transformando-a em matéria literária. Tal proposição será debatida por este artigo pela



análise interpretativa de crônicas machadianas sobre a Guerra de Canudos, cuja intenção do autor estava em relatar o que se passava em terras do interior da Bahia aos moradores do Rio de Janeiro e outras partes do Sul e Sudeste do país. Contudo, temos uma análise que mostra um cronista em caminhos que estão para além da transmissão de informações em um contexto de crônicas jornalístico-literárias do século XIX. Sua escrita perpassa a linha do jornalismo de informação chegando a um forte arranjo literário minuciosamente elaborado.

A tragédia como nicho literário: Machado de Assis cronista

A proclamação da república não trouxe “boas novas” aos povos do sertão, ao contrário, acarretou elevados impostos sob o que era vendido em pequenas feiras e cultivado nas terras dos sertanejos. O governo representado pela Monarquia aparentemente cedia lugar à República por uma mobilização social, apesar da tomada de poder ter sido a custo de muito sangue e acordos políticos. Em meio à afirmativa de que a Monarquia não encontrou pessoas dispostas a morrer por ela e por isso o “golpe militar” teve tanto êxito, Celso Castro (2000, p. 77) afirma que a apatia popular no momento do golpe era aparente, uma vez que até mesmo as tropas de soldados golpistas não estavam conscientes de que se pretendia derrubar a Monarquia para a instauração da República. Pensavam se tratar de combates de revoltas contra o governo que já estavam se tornando comuns à época. De modo que o golpe de estado de 1889, comandado por Deodoro da Fonseca, se deu em meio à intensa divisão e inconformidade popular.

O arraial de Canudos aparentemente “ameaçava” o regime então instaurado por ser uma estranha pátria “abandonada” pelas leis, capaz de lutas e vitórias inimagináveis. Junto à libertação dos escravos em 1888, e o golpe militar do dia 15 de novembro de 1889, uma nova forma de governo se fixava com promessas de equidade na organização dos homens perante as leis do país. Dentre as promessas de melhorias estava a de que os direitos políticos seriam respeitados com eleições e escolha de dirigentes de acordo com o gosto popular, bem como o trabalho seria devidamente



assalariado. Assim, o cenário de mudanças políticas agiria na erradicação de problemas sociais e de privilégios políticos comuns aos homens do governo.

O cenário era de total instabilidade político-social, o que muito favorecia as revoltas populares. De um lado estava o novo governo; de outro, a luta dos imperiais pela manutenção do antigo regime. E ainda, duas concepções políticas conflitantes: o grupo de Jacobinos e Positivistas desejosos de uma ditadura militar centralizada; e o movimento civilista e federalista, favorável a um governo descentralizado, o qual se bem posto estaria apto a conceder às oligarquias rurais certo controle político e a manipulação do voto popular. Porém, como afirma Ventura (1989) o que se percebe está para além de conflitos entre ditadura e democracia, têm-se no Brasil do final do século XIX duas concepções de República similarmente autoritárias, e essencialmente excludentes. Após 1894, ano de início do massacre de Canudos, a máscara da ditadura do novo regime manifesta-se severa por meio da crueldade exercida na destruição dos conselheiristas. Nenhum evento pode ser nivelado em significado trágico, histórico e social com a guerra do interior da Bahia.

Machado de Assis dispensa apresentação posto que sua escrita é amplamente conhecida por gerações de leitores, desde a segunda metade do século XIX aos dias atuais. Muito ainda se estuda do *modus* machadiano de tecer personagens e narradores de seus romances, e a inovação formal a ele atribuída no tocante a moldura narrativa tanto em crônicas, contos e romances. O autor dos clássicos *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Dom Casmurro* (1899) soube apurar o gosto pela literatura europeia altamente cultivado nas últimas décadas do século XIX, e fazer o que muito se aproximou de uma literatura local. Do modelo formal europeu tomou o que lhe cabia e inovou em matéria literária, com personagens que retrataram um estilo próximo ao cotidiano carioca. Suas crônicas podem ser lidas como uma forma lógica de expor uma visão madura da realidade brasileira de seu tempo.

Após um intervalo de três anos Machado retorna ao gênero crônica em 24 de abril de 1892 no jornal *Gazeta de Notícias*. O autor contava com uma coluna sob o título *A semana* para publicações semanais de assuntos diversos. Betella (2007, p. 25)



comenta que além de assuntos sérios sobre os homens do Governo, e Senado e as tantas revoltas populares a coluna ainda trazia comentários humorísticos sobre o miúdo do dia a dia e certa ressonância alegórica pronta para resgatar os fatos diários da contingência e transformá-los em meios de tatear a veracidade histórica. Dentre os muitos assuntos publicados há sete crônicas dedicadas a batalha de Antônio Conselheiro e seus seguidores. Das quais, duas foram recolhidas para esta apreciação – uma de 22 de julho de 1894 e outra de 31 de janeiro de 1897, num retrato de início e finalização da guerra.

A publicação da coluna de crônicas de *A semana* na *Gazeta de Notícias* transcorreu entre os anos de 1892 a 1900. Machado de Assis fez do jornal o veículo de exposição de ideias contrárias ao contexto das forças dos estados do Sul e Sudeste em guerra contra os “fanáticos jacobinos”. O autor manteve uma relação duradoura de escrita para jornais, publicando aproximadamente 500 crônicas entre os anos de 1883 e 1897, além do contingente que já havia sido divulgado nos anos anteriores. A *Gazeta de Notícias* foi fundada em 1875 e vista como um novo “tipo” de Jornal, já que se dedicava menos a questões políticas que seus contemporâneos. Figurou como um dos três jornais mais importantes do Rio de Janeiro com uma tiragem de 24.000 exemplares. Machado contribuiu para a expansão da *Gazeta* por instigar leitores para a apreciação dos números semanais, estes, por sua vez, encontravam aspectos político-sociais recheados de ironia e relativização, o que gerava ao mesmo tempo adeptos e contrários aos seus métodos. Betella (2007) ressalta a presença de um narrador no interior da crônica machadiana que seria o responsável pelo enquadramento dos fatos. Segundo a autora a perspectiva dos narradores cronistas de Machado de Assis tem a particularidade de adotar a relativização como visão artística e de transformar as indefinições da realidade em matéria estética. Fingindo não precisar as situações, utilizando axiomas alheios, deixando transparecer veleidade no comentário, o narrador vai aos poucos determinando o terreno crítico pelo qual passeia despreocupado e preciso na escolha do próximo passo narrativo, ao selecionar um ou mais peripécias a exemplificar a mutação facilitada de banalidades em sublimidades no clima brasileiro.



Num tom de descompromisso com os acontecimentos percebemos um intenso malabarismo ao que podemos chamar, paradoxalmente, da junção perfeita entre o *macio* e o *duro* cujo uso da erudição beira a agressão. Numa crítica revestida de ironia fina e bom gosto pela pena afiada, John Gledson (1990) afirma que

a sua descoberta, num canto inesperado, de um anúncio aparentemente trivial, ou a sua percepção de um preconceito vulgar na linguagem de uma “simples” notícia são maneiras de revelar a verdade partindo de dentro: às vezes chega a fazer uma sociedade condenar-se por si própria. (GLEDSON, 1990, p. 18)

Para o crítico Machado de Assis sabia como ninguém catar o ínfimo de informações cotidianas e tecê-las em linhas de beleza poética próprias à trama literária.

A crônica de 22 de julho de 1894 é o primeiro texto machadiano sobre a campanha de Canudos, a qual apresenta o Conselheiro e sua gente como uma legião de aventureiros galantes, homens fartos da vida social e pacata, dispostos a participar de um conflito contra o governo como se isso não passasse de um manifesto qualquer.

Crede-me, esse Conselheiro que está em Canudos com seus dois mil homens, não é o que dizem telegramas e papéis públicos. Imaginai uma legião de aventureiros galantes, audazes, sem ofício nem benefício, que detestam o calendário, os relógios, os impostos, as reverências, tudo o que obriga, alinha e apruma. São homens fartos desta vida social e pacata, os mesmos dias, as mesmas caras, os mesmos acontecimentos, os mesmos delitos, as mesmas virtudes. (*A Semana*, 22 de julho de 1894).

Num misto de ironia e crítica ao que era veiculado pela capital federal, Machado noticia um telegrama recebido da Bahia em que Antônio Conselheiro está em Canudos com cerca de dois mil homens armados. A opinião pública do Rio de Janeiro afirmava, por meio de publicações jornalísticas, que o grupo de conselheiristas era formado por criminosos temidos por toda a gente de Belo Monte e que em Pombal



(outro município Baiano) a população se sentia ameaçada por seus assaltos. Contudo, contrariando o que era dito pelos jornais cariocas, que segundo o cronista era constituída por cérebros alinhados de eleitores e contribuintes, Machado não caminha para a manutenção do desagrado popular, mas declara que se trata de um “raio de sol” para os sertanejos. E segue afirmando que os jagunços desejosos de liberdade são como uma chuva miúda e aborrecida, que vem dourar-lhes a janela e a alma, “é a poesia que nos levanta em meio a prosa chilra e dura deste fim de século”. (*A Semana*, 22 de julho de 1894).

A ironia e o riso deixados ao correr da pena por Machado de Assis é um dos pontos de partida para a leitura de suas publicações. Ao tratar a “preocupação nacional” como um exagero, traduz o sentimento de que a intervenção de tropas republicanas em luta contra o arraial de Canudos se fazia um tanto absurda, uma vez que os combatentes não passavam de gente sofrida marcada pela seca do sertão. O cronista ressalta:

Não, por Satanás! Os partidários do Conselheiro lembraram-se dos piratas românticos, sacudiram as sandálias à porta da civilização e saíram à vida livre. A vida livre, para evitar a morte igualmente livre, precisa comer, e daí alguns possíveis assaltos. Assim também o amor livre. Eles não irão às vilas pedir moças em casamento. Suponho que se casam a cavalo, levando as noivas à garupa, enquanto as mães ficam soluçando e gritando à porta das casas ou à beira dos rios”. (*A Semana*, 22 de julho de 1894).

O massacre final teve início em outubro de 1896. Após sucessivas derrotas dos soldados republicanos, o alto comando do exército (sob a liderança do tenente Manuel Pires Ferreira) partiu para Canudos na noite do dia 12 de novembro do corrente ano. Os *praças* partiram para o extermínio do arraial de Antônio Conselheiro e foram surpreendidos pelos *matutos fanáticos* ainda na cidade de Uauá, sob um corajoso assalto. Os soldados fugiram e a primeira tentativa de dizimar aquela gente sucumbiu. A segunda expedição sob o comando do major Febrônio de Brito chegou às portas de



Canudos em 18 de janeiro de 1897. De armas vistosas e canhão, os soldados chegaram arrogantes, prontos para o combate, porém, sob intensos gritos de jagunços em suas trincheiras dizendo: “avança, fraqueza do governo”, os quinhentos homens foram obrigados a recuar. O armamento dos sertanejos? Pedras, paus, armas rústicas e tudo o que conseguiam roubar dos soldados durante os combates. Apesar de numericamente maiores e poderosamente armadas, as tropas do governo perdiam as batalhas – a geografia local era uma forte aliada dos Canudenses.

A guerra, um dos eventos mais sangrentos da história do Brasil, ganhou notoriedade pelo poder atribuído a um beato capaz de fazer um agrupamento de mais de vinte mil habitantes na região do rio Vaza-barris. Homens, mulheres e crianças preocupados com a produção de alimentos e melhores condições de trabalho não hesitavam em segui-lo. Nos Jornais cariocas leitores debatiam a existência de uma espécie de exagero na compreensão que Machado parecia colher das atitudes de Antônio Conselheiro. Assim, o cronista escrevia enquanto produtor de matéria literária e abstinha-se de polaridades político-sociais enquanto cidadão brasileiro conhecedor da barbárie que estava sendo cometida por seus iguais.

Em 31 de Janeiro de 1897, Machado transmite seu repúdio ao que se fazia a Canudos, e afirma: “protesto contra a perseguição que se está fazendo à gente de Antônio Conselheiro. Este homem fundou uma seita a que se não sabe o nome nem a doutrina. Já este mistério é poesia” (*A Semana*, 31 de janeiro de 1897). O correspondente da *Gazeta de Notícias* escreve da capital da Bahia dando a Machado e a opinião pública carioca com relatos graves que muito chamaram a atenção da população. Porém, para Machado tornava-se perigoso informar detalhes com a devida exatidão se não provinha de testemunha ocular, logo, fazia-se necessário repensar a prática jornalística. Em 31 de janeiro de 1897, o cronista fala sobre as muitas informações já noticiadas a respeito de Antônio Conselheiro, mas que não apenas anedotas e boatos de fontes imprecisas.



Contam-se muitas anedotas, diz-se que o chefe manda matar gente, e ainda agora fez assassinar famílias numerosas porque o não queriam acompanhar. [...] De Antônio Conselheiro ignoramos se teve alguma entrevista com o anjo Gabriel, se escreveu algum livro, nem sequer se sabe escrever. Não se lhe conhecem discursos. Diz-se que tem consigo milhares de fanáticos. Também eu o disse aqui, há dois ou três anos, quando eles não passavam de mil ou mil e tantos. (*A Semana*, 31 de janeiro de 1897).

Há uma espécie de riso público na capital carioca pelas tragédias dos sertanejos, e a imprensa sensacionalista toma grandes proporções, resultando em notícias diferentes da esperada por um veículo de comunicação que deveria ser responsável por noticiar a real situação. Machado protesta pela forma como está sendo conduzida a notícia da guerra pelos jornais – fala-se muito sem fonte precisa. Nessa época, as histórias dos confrontos, anedotas e todo o mistério ao redor do Conselheiro chegadas ao Rio de Janeiro eram feitas por telégrafo. Não havia notícia de fonte ocular, pois os jornais não mandavam correspondentes para a cobertura *in loco*, o que se noticiava era baseado em testemunhos ouvidos na capital da Bahia, o que muito contribuía para a inexatidão dos fatos. O cronista questiona o motivo pelo qual até a publicação da crônica de 31 de Janeiro de 1897 nenhum jornal havia enviado correspondentes a Canudo, de onde se poderia saber a veracidade dos fatos.

O correspondente da *Gazeta de Notícias* mandou ontem notícias telegráficas, cheias de interesse, que toda gente leu, e por isso não as ponho aqui; mas, em primeiro lugar, escreve da capital da Bahia, e, depois, não se funda em testemunhas de vista, mas de oitiva; deu-se honesta pressa em mandar as novas para cá, tão minuciosas e graves, que chamaram naturalmente a atenção pública. Outras folhas também as deram; mas serão todas verdadeiras? Eis a questão. [...] Nenhum jornal mandou ninguém aos Canudos”. (*A Semana*, 31 de janeiro de 1897)



Assim, a guerra ia tomando os noticiários do Rio de Janeiro ao correr da pena e a despeito da irritação de Machado de Assis com as distorções da imprensa. E que brasileiros eram aqueles que ousavam desafiar as leis da Igreja Católica e as leis Republicanas? Eram sertanejos, índios, caboclos, mulatos, e escravos recém-libertos pela lei de 1888. Sendo este um dos motivos de desentendimentos com fazendeiros que ainda queriam mantê-los sob o domínio escravista.

Em 1902 Euclides da Cunha denuncia o massacre de Canudos em *Os Sertões*, uma obra, sobretudo, reveladora. De seus escritos temos a descrição minuciosa do que seria aquela gente – o solo, o clima, o ar a natureza. Tudo era adverso. O sertanejo sobrevivia por ser uma raça forte – assim como o cacto fora feito para o sertão – o homem sertanejo era resistente. Conhecedor profundo da flora e da fauna tem o pelo, o corpo e a psicologia própria para suportar o suplício da seca, num tom de eterno confronto com as durezas da vida na terra. O homem do sertão é de um cansaço aparente, porém, é o mais bravo dos homens, exprime um sentimento religioso levado ao fanatismo e ao exagerado senso de honra. Esse homem se sente abandonado pelas leis humanas numa terra absurdamente estéril e maravilhosamente exuberante. A presença da água causa mudanças não somente na vegetação, mas no espírito do homem e de todo o sertão – uma estranha pátria sem dono, sem leis e instituições, vivendo sob o jugo da terra seca e dos latifundiários.

Machado afirma que “de Antônio Conselheiro e seus fanáticos nunca se fez silencio absoluto. Poucos acreditavam, muitos riam, quase todos passavam adiante”. (*A Semana*, 31 de janeiro de 1897). No entanto, o cronista deseja conhecer a fundo e noticiar a verdadeira feição de Antônio Conselheiro já que pairava no ar uma curiosidade pública sobre quem seria aquela figura. Seria um místico, uma seita, ou um homem comum? Desejava-se a verdade mais completa possível sobre o mistério que rondava o que para o assentamento de Belo Monte seria a “esperança” de futuro e para as cidades do litoral sul e sudeste, uma ameaça. O cronista afirma que “não se sabendo a verdadeira doutrina da seita, resta-nos a imaginação para descobri-la e a poesia para floreá-la”. (*A Semana*, 31 de janeiro de 1897).



O herói popular, Antônio Vicente Mendes Maciel, nascido em 1830 em Quixeramobim no Ceará, construía e restaurava igrejas, e levantava muros de cemitérios, apesar de intensa ameaça da Igreja Católica que se sentia desprestigiada em relação ao número de seguidores arrebatados pelo beato. Em 1876 a Igreja pediu seu afastamento do sertão dando início a um período de peregrinação por matas e vilarejos a fim de encontrar local propício à sua sobrevivência e de todos os seus seguidores. Em 1893, Antônio e sua gente fundaram nas margens do rio Vaza Barris, no município baiano de Canudos, uma comunidade (a primeira Canudos), que mais representou uma ameaça à ação da Igreja e ao Governo que propriamente um lugar de escape e esperança para o homem sofrido do Sertão.

Walnice Nogueira (1977) especialista em escritores que retrataram a geografia física e humana da região sertaneja (Euclides da Cunha e Guimarães Rosa) apresenta uma importante análise de imagens feitas do sertão durante a guerra, com destaque para fotos de Flávio de Barros, o único profissional a fotografar este período. A autora afirma que nas imagens é possível identificar um conjunto de três módulos em representação: a *natureza*, a *guerra* e a *estética*. A natureza é árida, estéril, agressiva, a beira da morte. Tudo parece morrer de sede e excesso de sol. A terra é quebrada, vegetais e cactos reduzidos a garranchos. Os animais que aparecem nas fotos com frequência são as cabras, animais que sobrevivem sem muita água e comem quase tudo, inclusive o barro em que pisam. Trata-se de uma natureza inóspita contra qualquer ser humano ou animal, e a guerra foi a intromissão do homem e da história nessa natureza.

Em 02 de março de 1897 a terceira expedição contra Canudos foi novamente derrotada. O comandante Moreira Cesar conhecido como o corta-cabeças foi abatido pelos fanáticos assim que chegou ao arraial. A destruição de Canudos tornou-se uma questão de honra nacional para o exército republicano, não se admitiria tamanha derrota de um grupo de sertanejos quase desarmados. Machado de Assis continuou sua escrita numa espécie de protesto contra uma guerra em combate a um inimigo quase “invisível e vulnerável”. Tal atitude estaria dentro de uma escala de atos de loucura, pois depositaram força e confiança em afirmações imprecisas como norte para a



matança desenfreada. Machado questiona categoricamente a ação da política republicana e seus atos – “Ide, voai, em busca da estrela de ouro que se esconde além, e mostrai-me em que é que consiste a doutrina desse homem” (*A Semana*, 31 de janeiro de 1897), não passa de um intelectual que defende uma revolta popular. O crítico reconhece o heroísmo de Conselheiro e afirma que se faz, sobretudo, pela capacidade de mobilização e contestação de valores sociais ainda que em meio a morte de seu próprio povo. A guerra tinha como motivação aparente o fanatismo religioso, o messianismo e o sebastianismo sertanejo. Porém, como razões profundas estavam o latifúndio, o coronelismo, a servidão, o isolamento cultural e a dureza do meio. Canudos não foi só um acontecimento local, mas um grito de revolta de todo o sertão brasileiro. Um confronto entre dois Brasis: o do litoral e o do sertão, igualmente contraditórios.

A quarta e última batalha iniciada em 05 de abril de 1897 já não era uma guerra, mas uma vingança selvagem. Canudos tornou-se uma questão político-social, e o inimigo invencível não passava de gente sofrida das secas, pois o sertão é sinônimo de solidão do homem na terra. Os soldados republicanos prometiam liberdades aos jagunços capturados se em troca obtivessem um brado de “Viva a república! E morra Antônio Conselheiro!”, ao que os soldados canudenses gritavam “Viva Antônio Conselheiro! E morra a república!”. Esse “viva” republicano ecoava na capital carioca, destoando do dever civil dos soldados combatentes, já que em nome da república foram cometidas inúmeras atrocidades e crimes de guerra. Somente com a ida de Euclides da Cunha a Canudos em 07 de setembro de 1897 como correspondente do Jornal *O estado de São Paulo*, é que a ideia de conspiração política (restauração da Monarquia e derrubada da República) por parte do arraial de Belo Monte é desmistificada. Os poucos sobreviventes ao massacre atestaram que a cabeça de Antônio Conselheiro foi cortada e levada até a faculdade de Salvador, para que a ciência estudasse os traços raciais que, segundo se fez acreditar, predispunha-o para a demência, o crime e o fanatismo.



Considerações finais

A revolta foi noticiada e sentida por esses textos híbridos que são as crônicas, que muito dizem da história do Brasil em geral, e da produção literária de Machado de Assis em particular. É nelas que o leitor de hoje percebe como a distante capital da república sentia o que se passava no “desconhecido” sertão. Ora irônico, ora em protesto, ora em notícia, ora em riso, Machado soube diversificar o assunto do momento com aparentes novidades, e ainda, falar de Conselheiro do modo contrário à imprensa sensacionalista da época.

A perseguição faz-nos perder isto; acabará por derribar o apóstolo, destruir a seita e matar os fanáticos. A paz retornará ao sertão, e com ela a monotonia. A monotonia virá também à nossa alma. Que nos ficará depois da vitória da lei? A nossa memória, flor de quarenta e oito horas, não terá para regalo a água fresca da poesia e da imaginação, pois seria profaná-la com desastres elétricos de Santa Teresa, roubos, contrabandos e outras anedotas sucedidas nas quintas-feiras para se esquecerem nos sábados. (*A Semana*, 31 de janeiro de 1897)

Machado é um “pessimista esclarecido”, inteiramente consciente do que a natureza social do Brasil lhe permitiria ou não. John Gledson (1990) afirma que um dos sinais da crescente maestria de Machado na crônica se fazia pela habilidade que tinha de ligar e transitar entre assuntos essencialmente diferentes.

As crônicas sobre Canudos são marcadas pela visão dolorida de Belo Monte em chamas, de uma raça aniquilada por tropas de homens indiferentes à barbárie que estava sendo cometida. O narrador-cronista atesta perplexidade por um crime que a nacionalidade fazia contra si própria, e elabora tão polidamente as notícias em um gênero propenso a efemeridade, no sentido literal da passagem do tempo, mas que chega-nos como marco no processo de elaboração do texto *jornalístico-literário* do Brasil do final do século XIX. Num misto de informação e literatura (crônicas



informativas, mas com certo tom literário beirando ao fazer poético), Machado elaborou muito do que hoje se entende como o gênero crônica, contribuindo para a construção da Nacionalidade brasileira. E é justamente o processo de construção de uma identidade própria que é visto como problemático e perigoso por Machado de Assis ao falar de Canudos. O cronista não podia assentir que forças do sul, sudeste e nordeste não soubessem lidar humanamente com traços diferentes em aparência, mas tão iguais em essência. O texto machadiano permaneceu para além dos séculos XX e XXI como marco de uma espécie de “historiografia” brasileira do século XIX, pela habilidade em escolher a interpretação útil no instante do enfretamento do conflito (seja político, social ou cultural), pela generosidade ao sintetizar convicções de pontos de vistas, e pela relativização dos conteúdos amplamente polarizados por seus contemporâneos.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Machado. **Obra Completa**. Nova Aguilar, vol. III. Rio de Janeiro: 1994. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/cronica/macr12.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

BETELLA, Gabriela Kvacek. **Narradores de Machado de Assis: a seriedade enganosa dos cadernos do conselheiro (Esaú e Jacó e Memorial de Aires) e a simulada displicência das crônicas (Bons dias! e A semana)**. São Paulo: Edusp/Nankim, 2007.

CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição**. São Paulo: Ática, 1977.

ISSN
2016 4808



Edição
Nº 18 ABR/2016

GLEDSON. John. **Machado de Assis: Bons Dias!** Introduções e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, editora da Unicamp, 1990.

VENTURA, Roberto. **Cabeças cortadas em Canudos.** Ciência hoje. Vol. 10/nº59. Universidade de São Paulo. Nov. de 1989.



A criação da *Escola de Paraquedistas* (1945): algumas considerações

Claudius Gomes de Aragão Viana
Doutorando FGV
E-mail: *claudiusviana@hotmail.com*

Resumo: O artigo narra a criação e o desenvolvimento da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro. No cenário político e militar nacional das décadas de 1930-40, descreve-se os antecedentes, as ações e alguns dos principais personagens presentes na fundação do corpo de paraquedistas militares no Brasil, consolidada no período imediatamente subsequente ao final da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: História Militar. Exército Brasileiro. Paraquedistas militares.

Abstract: The paper tells the creation and development of Parachute Infantry Brigade, a Brazilian Army troops. In the political and military scene of the decades of 1930-40, describes the history, actions and some of the main characters present at the fundacion of the paratroopers in Brazil, consolidated in the period immediately following the end of World War II.

Keywords: Military History. Brazilian Army. Paratroopers.

Apresentação

Este trabalho apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado que tem por objetivo descrever e analisar a criação e o desenvolvimento da tropa paraquedista do Exército Brasileiro. Tendo como pano de fundo os cenários político e militar nacional nas décadas de 1930-40, descreveremos os antecedentes, as ações e alguns dos principais personagens que articularam a fundação do corpo de paraquedistas militares no Brasil, consolidada no período imediatamente subsequente ao final da Segunda Guerra Mundial.

Nosso interesse pelo tema deriva da hipótese que a tropa de paraquedistas abrigou, ao longo de seus setenta anos, projetos e experiências singulares, originais e paradigmáticos para as Forças Armadas Brasileiras e para as Forças Auxiliares. Assim, torna-se relevante o



conhecimento do seu passado, que inclui diversos episódios de intervenção militar na vida política e social brasileira, seja em atuações durante o regime militar, seja no emprego em apoio à segurança pública no período de normalidade democrática.

Com efeito, trata-se de uma instituição que possui uma lógica de funcionamento particular, diferindo até mesmo de outras organizações militares, fato que apreendemos pela observação participante no cotidiano da tropa e em suas rotinas e cerimoniais, que refletem o universo simbólico que marca a vida naquela caserna. Nosso estudo também observou o fomento de uma cultura organizacional específica, que atua fornecendo incentivos à criação, preservação e divulgação de determinadas memórias e representações que se prolongam e acentuam com o passar dos anos; e embora essa proposição possa valer, em maior ou menor grau, para outras instituições, essa condição é particularmente importante para essa unidade militar específica, que possui uma identidade mais forte, aumentando o seu grau de autonomia. Tal fenômeno se reflete na visão de mundo sustentada pelos paraquedistas e em laços simbólicos particulares entre os integrantes da instituição, e desses com a sociedade. Nesse sentido, reconhecemos duas características que os destacam de outros contingentes militares, a saber: 1) a especificidade da formação, da atuação profissional e dos relacionamentos internos; e 2) sua visão sobre a relação entre a caserna e o mundo de fora, inclusive seu papel na vida política e social do país.

Também reconhecemos na instituição a existência de autorepresentações ancoradas em valores e ideias já circulantes na sociedade, principalmente entre os jovens voluntários ao serviço militar, que absorvem a imagem do paraquedista como integrante de um círculo especializado, onde certos valores são a marca distintiva. Encontramos relações entre esses valores e aqueles propostos por seus precursores, há cerca de setenta anos, levando-nos a supor que, quando incorporados, os novatos tomam contato com o universo institucional já predispostos a tomar seus predecessores como referência intelectual, física e moral, assumindo seus papéis sociais e potencializando suas próprias representações prévias.

Fundamentando teoricamente a investigação, seguimos a proposta de aproximação e articulação entre os campos da História e da Administração sugeridos por Costa, Barros e



Martins (2010), evitando atribuir um caráter a-histórico e determinístico ao estudo. Como afirmam esses autores, o processo de criação de uma instituição é realizado por *indivíduos* em um contexto histórico específico, que deve ser identificado e analisado a fim de evitar a anacrônica utilização de conceitos e ideias de nossa época para analisar fatos de outro tempo histórico.

O contexto histórico e a justificativa do estudo

O ano de 1945, que assinalou o final da Segunda Guerra, foi marcado no Brasil pelo processo de redemocratização que pôs fim aos quinze anos da ditadura de Vargas. Temos aqui a conjunção de dois fatores notáveis em suas consequências para o destino do Exército Brasileiro na segunda metade do século XX. Em primeiro, a incontestável relevância que os militares possuíram na Era Vargas, desde a articulação e o apoio armado à Revolução de 1930, até a ocupação de importantes e variados cargos na administração do governo. Esse quadro beneficiou a instituição militar em vários aspectos, mormente na modernização e desenvolvimento de sua infraestrutura (Viana, 2010). Assim, dez anos após a revolução já encontraremos descrições bastante diversas do Exército do final da Primeira Guerra, então ocorrido há pouco mais de vinte anos: “uma instituição atrasada”, cujo “armamento utilizado era diversificado, dificultando a instrução e a manutenção, as instalações e os quartéis eram precários e eram baixos os orçamentos destinados pelo Congresso Nacional” (Rodrigues, 2008).

Observemos, por exemplo, que em contraste com as cinco escolas militares que funcionavam no início do século XX, em 1939 existiam 25 estabelecimentos de ensino militar no País. Grande parte das organizações já se encontrava instalada em edificações novas, com obras em andamento ou recentemente concluídas, denotando uma ampla remodelação da infra-estrutura das forças armadas, impulsionada por verbas concedidas pelo governo. Tal evolução, em pouco menos de duas décadas, foi também caracterizada pelo trânsito progressivo dos materiais e doutrinas de emprego militar, dos



padrões alemães e franceses dominantes nas décadas anteriores, para os novos conceitos e materiais bélicos oriundos dos Estados Unidos da América. Fato é que ao final de 1945, mesmo com a redemocratização, o papel dos militares na sociedade estava, por assim dizer, na ordem do dia, herança da importância do suporte das armas ao modelo político dos regimes totalitários instaurados em diversos países ao longo das duas décadas anteriores.

Em segundo lugar, a participação do Brasil na guerra mostrou a necessidade de reorganização e modernização das forças armadas, visando a defesa nacional contra agentes externos. Mais do que isso, as considerações finais do Relatório Anual do Estado-Maior do Exército, de 1945, enfatizaram a conveniência da adoção da organização e da doutrina militar norte-americana (Rodrigues, 2008). Nesse contexto de busca pela estabilidade no campo político e de impulsos modernizadores na área militar, foi criada a *Escola de Paraquedistas*, formada inicialmente por um pequeno grupo de quarenta e sete militares, que constituíram a primeira instituição destinada à formação de tropas paraquedistas na América Latina e, até hoje, a única no Brasil. Em 1953, foram ampliados os cursos e atividades da escola, dando origem ao *Núcleo da Divisão Aeroterrestre*, que existiu até 1969. Nesse ano foi criada a *Brigada Aeroterrestre*, cuja denominação foi alterada, em 1971, para *Brigada Paraquedista* e, finalmente, para *Brigada de Infantaria Paraquedista*, no ano de 1985.

Nesse percurso, a instituição se transformou na força de emprego prioritário do Exército Brasileiro. Entre suas ações, podemos enumerar a reação do governo à revolta dos sargentos em Brasília e a contenção da revolta dos oficiais da Força Aérea Brasileira em Jacareacanga e Aragarças, na década de 1960; as ações do Exército na região do Araguaia no início da década de 1970; a composição das tropas das Forças de Paz da Organização das Nações Unidas no Panamá, em 1960 e em Moçambique, Angola, Timor Leste e Haiti, a partir dos anos 1990; e a operação de pacificação dos



complexos da Penha e do Alemão em 2010 e da Maré em 2014, no Rio de Janeiro, em apoio às forças de segurança pública.

Uma sucessão de episódios poderia ser apontada em continuidade ao argumento. Paradoxalmente, há constante desconhecimento e equívocos nas referências a esse personagem comum aos fatos destacados, que representam as interferências militares mais traumáticas na sociedade brasileira no período após a Segunda Guerra Mundial. Talvez essa negligência seja derivada de duas condições. A primeira, a recorrência de interpretações que concedem maior ênfase às tensões políticas e sociais, considerando a força militar não mais do que um instrumento do poder constituído; e a segunda, a tendência a igualar (por desconhecer) certas particularidades presentes no seio dos diversos grupamentos militares. E a superação de ambas se faz necessária para deslocar o foco das análises dos seus aspectos gerais para quadros particulares e contextualizados, contribuindo para o desenvolvimento de exames mais críticos sobre a ideologia das organizações militares e permitindo uma visão mais clara dos fatos e da História.

Em essência, percebemos se tratar de uma instituição inserida profundamente nos campos político e social, o que pode ser reconhecido nas ações e práticas de seus integrantes ao longo do tempo. Apesar disso, a tropa paraquedista frequentou durante sete décadas o noticiário político sem despertar maior interesse de analistas sociais ou historiadores, que, quando o fizeram, analisaram-na a partir de referências históricas unilaterais ou, como já dissemos, transferindo o foco para o jogo político. Dessa forma, registrar a história de tal instituição no ambiente acadêmico pode representar uma saída que fundamente o desenvolvimento das análises em estudos posteriores, no sentido de superar o reducionismo de certas abordagens 1) excessivamente empiristas, encontradas em registros produzidos pela própria instituição e divulgados como uma “memória oficial”, que oferece uma história constituída da simples sucessão cronológica de eventos e da exaltação de fatos e personagens militares, sem compromisso com análises mais aprofundadas ou contextualizadas; ou 2) excessivamente idealistas, presentes em



análises acadêmicas de pesquisadores que, ao estudarem as instituições militares, imergiram insuficientemente no ambiente investigado, seja por basearem seus estudos nas memórias disponibilizadas pela própria instituição, seja pela pouca profundidade da experiência em campo, tendo como maior distorção a produção de generalizações abstratas e próximas do senso comum.

Em uma perspectiva comparada, já durante a Segunda Guerra Mundial a instituição militar apareceu como um campo específico de estudos das ciências sociais nos Estados Unidos, com a criação, em 1941, do *Army Research Branch*, que possuía o pragmático objetivo de estudar e solucionar problemas de natureza sociológica e psicológica levantados pela necessidade da rápida mobilização nacional para a guerra (Carrilho, 1978). Nos anos seguintes, os estudos prosseguiram naquele país, desvendando e apontando diversificados rumos para os estudos dessa natureza, balizados por autores como Huntington, Janowitz e Van Doorn (idem). Já em nosso País, as instituições militares, tradicionalmente, só receberam maior atenção pelas suas intervenções na ordem institucional (Fernandes, 2006), visão pioneiramente modificada pelas abordagens de Celso Castro (entre as quais *O espírito militar*, 1990; *A invenção do Exército brasileiro*, 2002; *Antropologia dos militares*, 2009), que incentivaram as investigações acadêmicas sobre o cotidiano, identidades e visões de mundo dos militares, terreno que a partir de então se revelou fértil e consideravelmente inexplorado.

De modo geral, o panorama observado era compreensível, tanto pelas persistentes descrições dos organismos militares como instituições fechadas, punitivas e disciplinadoras, quanto pelas diferenças de valores e objetivos entre os pesquisadores e o universo militar. Considerando ainda o período dos governos militares entre 1964 e 1985 e a relativamente recente reabertura política nacional, é possível entender que os estudos privilegiassem certos aspectos, deixando outros à parte, e que somente nos últimos anos esse panorama venha se modificando, tornando possível produzir conhecimento sobre personagens dos quais pouco se sabia e pesquisava, apesar de presentes e influentes na História e na sociedade.



Os antecedentes históricos e a criação da Escola de Paraquedistas

No final da década de 1920, o paraquedismo era um assunto evocado com determinada regularidade pelos periódicos nacionais. Naquele primeiro momento, a atividade era encarada como uma atração quase circense, contando com demonstrações de saltos realizadas por pioneiros como o argelino Achiles Hypolito Garcia, naturalizado brasileiro com o nome de Charles Astor, ou o italiano Genaro Maddaluna, que percorriam o país exibindo suas proezas aéreas. Em outros países também há registros do seu desenvolvimento como um misto de esporte e entretenimento, chegando-nos notícias de exibições na Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Rússia e Japão. Em 1932, Astor formou a primeira turma de paraquedistas civis do Brasil, com 184 alunos (Santos, 2015).

O interesse militar, inicialmente, esteve restrito ao uso do paraquedas como equipamento de segurança do voo, que permitiria ao piloto ou ao tripulante abandonarem a aeronave em caso de pane. Em um segundo momento, foi visualizada a possibilidade de transportar e lançar soldados combatentes, conferindo rapidez, mobilidade e agressividade nas batalhas, o que levou a Rússia, a Alemanha e a França, ainda em meados da década de 1930, a estabelecerem centros de treinamento para formação de contingentes militares habilitados ao paraquedismo.

Alemanha e Rússia, particularmente, já utilizaram tropas de paraquedistas nas manobras iniciais da Segunda Guerra. Sobretudo os alemães, que mesmo sofrendo pesadas baixas iniciais, obtiveram resultados estrategicamente importantes com o emprego das *Fallschirmjäger* nas campanhas da Noruega e da Dinamarca em abril 1940, e maiores sucessos na Bélgica, Holanda e França no mesmo ano. A percepção dessa vantagem levou o Departamento de Guerra norte-americano a anunciar, em 3 de outubro de 1940 - mais de um ano antes da sua entrada oficial na guerra - que estava em plena formação um corpo de paraquedistas para o seu exército, e que o primeiro batalhão já estaria composto com um efetivo de 500 homens (O Globo, 4 de outubro de



1940). Tal anúncio foi feito às vésperas da visita de uma comitiva de oficiais latino-americanos a *Fort Benning*, na Georgia, onde funcionaria o centro de treinamento da nova especialidade. Representando o Brasil, encontrava-se o general Gois Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, que assistiu em solo americano demonstrações de grandes manobras militares (Jornal do Brasil, 18 de outubro de 1940).

Paralelamente, era amplamente divulgada a organização e o poderio militar dos paraquedistas alemães, principalmente após a batalha pela ilha de Creta, na qual a Alemanha teria lançado em combate três divisões de paraquedistas, das onze que possuiria. (Jornal do Brasil, 28 de janeiro de 1941). Após sua entrada na guerra, no final de 1941, o exército americano quadruplicou a unidade experimental de paraquedistas, formando quatro batalhões de 415 homens cada.

Conseqüentemente, a utilização bélica do paraquedismo despertou interesse crescente entre os militares brasileiros. Em São Paulo, Julio Américo dos Reis, major diretor do Parque Aeronáutico, fundou uma escola de paraquedismo e se apresentou com vinte paraquedistas no Rio de Janeiro em 19 de outubro de 1941, nas comemorações da “Semana da Asa”, promovida pelo recém-criado Ministério da Aeronáutica (Jornal do Brasil, 2 de outubro de 1941). No início do ano seguinte, em outra operação de grande repercussão, as forças alemãs utilizaram paraquedistas para desbaratar uma ofensiva iniciada pelos russos contra o corredor alemão em Leningrado (Jornal do Brasil, 25 de fevereiro de 1942).

Sob o título *Paraquedistas da FAB – Os dez primeiros cadetes do ar que foram diplomados*, o Correio da Manhã de 13 de janeiro de 1943 noticiou que Henrique Fontenelle, tenente-coronel Comandante da Escola de Aeronáutica, havia levado à presença do Ministro Salgado Filho dez alunos do terceiro ano daquela escola, que concluíram um estágio de paraquedismo realizado em São Paulo sob a direção de Charles Astor. No curso, realizado entre 23 de dezembro de 1942 e 8 de janeiro de 1943, cada aluno realizou três saltos de paraquedas, demarcando a primeira formação de



paraquedistas da Força Aérea Brasileira. A relação desses militares registra os seguintes nomes:

Francisco Aurélio Figueiredo Guedes.

João Edson Rebelo e Silva.

José de Araújo Figueiredo.

Leon Roussolieres Lara de Araújo.

Owerbeck Bolick da Silva.

Pedro Augusto Valente do Couto.

Roland Rittmeister.

Silvio Constantino de Carvalho.

Valter Feliu Tavares.

Valter da Silva Barros.

Embora utilizando técnicas de paraquedismo e realizando o curso inseridos em uma organização militar, cabe ressaltar que os objetivos da habilitação desses militares, futuros pilotos de aeronave, seria distinto dos *paratroopers* americanos, cujo centro de formação se destinava ao treinamento de grandes contingentes de tropa para serem lançados em situações de combate.

No curso político da guerra, os debates sobre a concessão de financiamento norte-americano para a modernização das Forças Armadas brasileiras era uma das questões presentes na agenda de negociações do alinhamento do Brasil aos Estados Unidos. Um dos primeiros resultados dessas discussões foi a criação, em outubro de 1940, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que trabalhou no aprimoramento das medidas comuns de defesa. A seguir, em janeiro de 1941, um acordo assinado entre os dois países permitiu a instalação no Rio de Janeiro de duas missões militares norte-americanas (no Exército e na Aviação), e a assinatura de um novo acordo, em maio de 1942, criou comissões militares nos dois países, encarregadas de desenhar os planos de defesa conjunta e elevar a capacitação dos militares brasileiros.

Conforme Gerson Moura (1984), a ostensiva campanha de penetração cultural norte-americana no Brasil desencadeada no início dos anos 1940 fazia parte da



estratégia dos Estados Unidos frente ao desafio de enfrentar o Eixo e se consolidar como grande potência. Com essa finalidade, foi criado em agosto de 1940 o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), diretamente vinculado ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos. O amplo espectro de ações dessa agência explica o convite, realizado em junho de 1943, aos jornalistas brasileiros Arlindo Pasqualini, da *Folha da Tarde* de Porto Alegre, Wilson Lins, do *Imparcial* da Bahia e Hugo Barreto, do *O Globo*, para assistir demonstrações dos avanços do paraquedismo militar em *Fort Bening* (*O Globo*, 12 de junho de 1943), abertas não apenas para comitivas militares mas, aparentemente, para todos aqueles que pudessem formar opiniões e influenciar os objetivos de aproximação norte-americanos. Em agosto, foi a vez do Ministro da Guerra, Eurico Dutra, visitar a mesma instalação militar. Dutra, a quem coube comandar o processo efetivo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos no que dizia respeito às questões militares, realizou essa visita acompanhado dos generais Leitão de Carvalho, membro da Comissão Conjunta de Defesa, Zenóbio da Costa e Alcio Souto. Os militares brasileiros foram recebidos pelos comandantes da Escola de Infantaria e da Escola de Paraquedistas (*A Noite*, 27 de agosto de 1943).

O ápice dessa aproximação, no que se refere aos fatos que desencadearam a criação do corpo de paraquedistas nacionais foi a seleção, em 1944, do capitão Roberto de Pessôa para realizar o curso de paraquedismo da *Airborne School*. Com um currículo de chefe do Departamento de Educação Física da Escola de Aviação Militar, Diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, atleta, piloto civil e entusiasta da aviação, Pessôa já havia integrado, em 1936, a delegação brasileira que participou dos Jogos Olímpicos de Berlim. Na oportunidade, realizou articulações que lhe permitiram frequentar e concluir o curso de piloto de planadores do exército alemão, em uma base militar instalada em *Wenningstedt*, na Ilha de *Sylt*. Cabe registrar que o centro de formação de paraquedistas alemães funcionava em instalações vizinhas da escola de planadores, e que Pessôa tentou, sem sucesso, obter autorização para frequentá-lo. Mas tanto em *Sylt*, quanto na *Georgia*, o brasileiro tratou e se informou sobre questões



ligadas à criação das tropas aeroterrestres em exércitos europeus e no norte-americano, coletando materiais e plantas relativos às áreas especiais de treinamento. Foram modelos e ideias colhidos nestas ocasiões que subsidiaram a construção da versão nacional do centro de treinamento e a estruturação da *Escola de Paraquedistas*.

Em 4 de abril de 1945, o Correio da Manhã noticiava que Pessoa havia completado os “treinamentos básico e adiantado em técnicas paraquedistas”, que de fato havia concluído em 22 de outubro de 1944, em *Fort Benning*. Ainda nos Estados Unidos, o oficial se qualificou como piloto de planadores no Centro de Transporte Aéreo do Exército em *Camp Mackall*, na Carolina do Norte, completando seis meses em treinamento nas Escolas militares americanas antes de regressar ao Rio de Janeiro. E em agosto de 1945, O Globo anunciava, sob a epígrafe *O Brasil terá também seus corpos de paraquedistas*:

Será fundado no Rio, um centro semelhante aos mais famosos do mundo – as primeiras providências do Ministério da Guerra – aberto o voluntariado – a aeronáutica vai dar parecer. O paraquedismo no Exército, ao que estamos seguramente informados, vai tornar-se realidade, devendo, dentro em breve, ser criada a respectiva escola nos moldes do Forte Benning, dos Estados Unidos, e de outros estabelecimentos mundialmente conhecidos. Para isso, o Ministério da Guerra já está realizando o trabalho preparatório de abertura do voluntariado dos corpos de tropa afim de que, uma vez estabelecida em lei, a fundação do estabelecimento referido, esteja já composto o seu corpo de alunos. Já se cogita também da seleção dos futuros instrutores que irão adquirir os conhecimentos necessários naquele instituto militar de ensino norte-americano. Ao mesmo tempo, o respectivo titular já submeteu o ante-projeto de criação da Escola à consideração do Ministério da Aeronáutica, que deverá apresentar sugestões e o seu parecer. O precursor da ideia, entre nós, é o capitão Roberto Pessoa, ex-diretor da Escola Nacional de Educação Física que vem de fazer o curso de paraquedismo no referido Forte.

Com efeito, no mesmo ano foi ativado o *Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas*, que sob a supervisão de Pessoa selecionou uma nova turma de



voluntários para frequentar o *Basic Airborne Course*. O primeiro grupo de militares enviado aos Estados Unidos, cujos nomes se encontram gravados em uma placa de bronze exposta em frente ao quartel-general da Brigada de Infantaria Paraquedista, foi constituído pelos seguintes oficiais e sargentos, que concluíram o treinamento de paraquedismo em 20 de dezembro de 1945:

- Adhemar Machado Ribeiro, primeiro-tenente.
- Alberto Andres, segundo-sargento.
- Alírio Granja, segundo-tenente.
- Armando Renan D`Avila Duarte, primeiro-tenente.
- Celso Nathan Guaraná de Barros, segundo-tenente.
- Darcy Tavares de Carvalho Lima, capitão.
- Décio Teixeira Borges, segundo-sargento.
- Demócrito Soares de Oliveira, capitão.
- Edegar Marques, segundo-sargento.
- Edy Miró Mendes de Moraes, capitão.
- Fernando Retumba Carneiro Monteiro, primeiro-tenente.
- Gastão Mayer de Oliveira, segundo-sargento.
- Gladstone Maia, primeiro-tenente.
- Hortilho de Oliveira Chueire, primeiro-sargento.
- José Roberto Monteiro Wanderley, segundo-tenente.
- José de Escobar Beviláqua, segundo-tenente.
- Octávio Magdalena Lobianco, segundo-tenente.
- Paulo Aury Bollick Angelo, segundo-tenente.
- Waldo Russo, primeiro-tenente.

O retorno dos militares foi imediatamente sucedido pela expedição do Decreto-Lei 8.444, de 26 de dezembro de 1945, que criou no Ministério da Guerra a *Escola de Paraquedistas*, destinada à formação da tropa dessa especialidade. Assinado por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal investido na chefia do governo em vista da destituição de Vargas e da inexistência do vice-presidente da República e dos



presidentes das duas casas do Congresso, fechadas desde 1937, o decreto previa uma escola integrada por órgãos de administração, duas Companhias de Tropa, um Corpo de Alunos constituídos por duas Companhias de Infantaria, uma Bateria de Artilharia, uma Seção de Engenharia e uma Companhia de Especialistas, com Pelotões de Transmissões, Distribuições e Conservadores-Artífices.

A *Escola de Paraquedistas* foi instalada na Vila Militar do então Distrito Federal. Suas primeiras estruturas, incluindo a “área de estágios” (área dotada de equipamentos próprios para o treinamento de paraquedismo), foram construídas no local onde ainda hoje se encontram, as terras da antiga fazenda Sapopemba na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em uma localização convenientemente próxima da Base Aérea dos Afonsos. Os Ministérios da Aeronáutica e da Guerra também foram autorizados a planejar e propor a criação de uma Escola de Pilotos de Planadores, que nunca chegou a se concretizar.

O comando inicial da unidade coube a Nestor Penha Brasil, que possuía na oportunidade a patente de coronel. Nascido no Rio de Janeiro, em 1900, Penha Brasil possuía uma trajetória militar que o qualificava consideravelmente para a tarefa. Formado na Escola Militar do Realengo em 1919, serviu os anos iniciais da carreira em Itaqui (RS), Itu (SP), e na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Designado para participar das operações de repressão à Coluna Prestes, passou parte de 1926 no Nordeste do país. Tendo se posicionado contra a Revolução de 1930, desertou do Exército em 1932 para apoiar a Revolução Constitucionalista de São Paulo, mas com a derrota paulista foi punido pelas autoridades militares, sendo reformado administrativamente em agosto de 1933. Retornou ao serviço ativo em 1934, sendo designado para servir em Juiz de Fora (MG) e, em seguida, em Porto Alegre (RS).

Em 1935, tornou-se oficial-de-gabinete do Ministro da Guerra, deixando o cargo em 1936, quando seguiu para Paris, onde cursou a Escola Superior de Guerra daquele país durante dois anos. Com a constituição da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e a definição da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, Penha Brasil integrou o terceiro grupo de Artilharia Divisionária, sendo enviado para



realizar cursos em bases militares norte-americanas. Em 22 de setembro de 1944 embarcou para a Itália, retornando ao Brasil em junho de 1945. Nesse mesmo mês, foi promovido a coronel e entre setembro e novembro seguintes esteve novamente na Europa, a convite do governo norte-americano.

Penha Brasil assumiu o comando do Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas do Exército em março de 1946. Em janeiro de 1949 recebeu a instrução básica de paraquedismo e participou do “salto de requalificação” exigido dos militares que haviam realizado o curso de paraquedismo nos Estados Unidos para revalidarem sua habilitação como paraquedistas militares do Exército Brasileiro, exigência constante do regulamento da época. Em agosto de 1952 foi promovido a general-de-brigada, continuando à frente da nascente tropa até fevereiro de 1955, quando iniciou o curso da Escola Superior de Guerra. Seus quase nove anos à frente da Escola de Paraquedistas e do Núcleo da Divisão Aeroterrestre tornaram seu comando o mais longo da história da tropa, superando em muito a média de dois anos de duração que caracteriza esse tipo de comissão.

Após 1945, seis novas turmas foram enviadas sucessivamente para a Geórgia, a fim de reunir uma quantidade de especialistas que pudessem implantar de fato o paraquedismo militar no Brasil, atuando como instrutores dos cursos realizados em solo nacional. Finalmente, no ano de 1949, foi iniciado o funcionamento da Escola de Paraquedistas, chegando-se ao final daquele ano com o registro da formação de 133 alunos.

Ao longo da segunda metade do século XX, o quadro de pessoal da brigada se ampliou, acompanhando suas sucessivas reestruturações. Entre 1944 e 1948, apenas 47 militares brasileiros frequentaram o curso de paraquedismo em *Fort Benning*. Mas números que englobam o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil, a Força Aérea Brasileira e Forças Armadas estrangeiras apontam que a Escola de Paraquedistas formou 720 paraquedistas, no período de 1949 até 1951; o Núcleo da Divisão Aeroterrestre formou 18.516 militares, entre 1952 e 1969; a Brigada Aeroterrestre, em três anos de existência, teve 4.486 alunos; a Brigada Paraquedista teve 18.879 alunos



entre 1973 e 1985; e a Brigada de Infantaria Paraquedista formou 43.824 militares de 1986 até julho de 2015. Assim, considerando seus 70 anos de existência, computa-se a passagem de mais de 86.000 paraquedistas militares em suas fileiras.

Conclusão

A falta de maiores informações e estudos sobre a história da Brigada de Infantaria Paraquedista é um dado inquietante, considerando a expressão dessa organização no cenário político nacional, bem como no processo de modernização das forças armadas a partir da segunda metade do século XX. No futuro da pesquisa em curso, acreditamos que a compreensão da dimensão desses e de outros aspectos da organização será ampliada, quando a analisarmos dentro de um quadro amplo, tornando o estudo, paralelamente, uma investigação sócio-cultural sobre os militares, abrangendo múltiplos recortes e pontos de vista sobre o serviço e a profissão militar.

Essa lacuna no conhecimento se deve à escassez, ou ainda ao pequeno leque de abordagens nos estudos sobre os militares e suas organizações, em geral, e sobre a Brigada de Infantaria Paraquedista, em particular. Existe uma série de questões não abordadas ou insuficientemente esclarecidas pela literatura atualmente disponível, que carece de subsídios e referências para uma discussão mais aprofundada. Nos levantamentos realizados até agora foram encontradas fontes de consulta relativamente desorganizadas e, a nível acadêmico, uma total ausência de estudos sobre o assunto. Grande parte das informações atualmente disponíveis são aquelas produzidas pela própria instituição, que mantém um espaço denominado “Museu Aeroterrestre”, onde expõe a *militaria* reunida ao longo de seus setenta anos de existência e uma pequena sala onde funciona a “Seção Histórica”, com um limitado acervo de documentos ligados à sua memória. Nenhuma referência foi encontrada nos periódicos especializados, nos repositórios de publicações das principais universidades ou no banco de teses da CAPES, no qual existe um único estudo a nível *stricto sensu* (Bruno, 2010), tratando de entrevistas com oficiais em serviço na brigada.



Concedemos certo destaque aos personagens que estruturaram os primeiros anos de funcionamento da atual Brigada de Infantaria Paraquedista por enquadrarmos suas atuações no princípio de análise da cultura organizacional que determina a concessão de especial atenção à figura dos *fundadores* de uma determinada instituição. Com efeito, tais personagens desempenharam um papel fundamental, pois ao mesmo tempo que conceberam os projetos originais, tiveram o poder de estruturar, desenvolver e tecer os elementos simbólicos correspondentes a esses projetos. Essa visão subsidia a interpretação, por exemplo, do antigo conjunto de símbolos - a boina vermelha, os calçados marrons e o distintivo metálico prateado (um paraquedas aberto ladeado por duas asas), que expressam a ligação dos soldados paraquedistas com a instituição e, conseqüentemente, com os valores que esta considera ética e socialmente desejáveis: particularidade e destaque (valores), conferidos pela visibilidade dos uniformes (artefatos visíveis) diferenciados.

Penetrar no passado da Brigada de Infantaria Paraquedista equivale a desvendar uma história e uma cultura transmitidas e reproduzidas por mecanismos próprios à instituição militar, isto é, através de cerimônias e rituais castrenses. No museu situado na própria brigada, é possível observar objetos que celebram e cultuam os primeiros paraquedistas como “pioneiros”, um mito fundador da instituição. O fato desses elementos terem sido reunidos recentemente mostra que existe uma vontade real de valorizar uma tradição própria e particular. Essa valorização procura justificar e legitimar a escolha preferencial pela memória dos pioneiros, com destaque para Nestor Penha Brasil e Roberto de Pessoa. Quanto ao último, sua viagem a *Fort Benning* é interpretada no seio da organização que ajudou a fundar como um ato isolado de iniciativa e coragem moral, representando um marco supostamente desvinculado das condicionantes políticas e doutrinárias que de fato estavam em curso no País e dentro do Exército. A evocação permanente dessa interpretação busca criar uma percepção específica do passado, encaminhando-o para a memória de uma iniciativa individual e arrojada, como um salto de paraquedas a partir de uma aeronave em voo.

Referências Bibliográficas



1) Jornais

A Noite. Rio de Janeiro, 1911 - 1957. Periodicidade diária.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1901 - 1974. Periodicidade diária.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1891 - 2010. Periodicidade diária.

O Globo. Rio de Janeiro, 1925 - atual. Periodicidade diária.

2) Livros e artigos

BRUNO, Daniela Caldeira. **“Brasil acima de tudo!” Narrativa e construção de identidades: o combatente pára-queda do Exército Brasileiro.** 2010. 281 f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisa de campo.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil.** In: CARVALHO, J. M. **Forças armadas e política, 1930 – 1945. A Revolução de 30.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens.** *Revista de Administração de Empresas.* São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, 2010.



Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV,
2001.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **Os militares e o espaço urbano do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geografia política.** *Scripta Nova.* Barcelona., v. X, p. 218-227, 2006.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e Poder nas Organizações.** São Paulo: Atlas, 1996.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Da chegada da missão militar no Brasil em 1936 à dominação total da influência doutrinária do exército do tio Sam no exército do Zé Carioca.** *Cadernos da FaEL,* v. 1, p. 1-15, 2008.

SANTOS, Bruna Mello dos. **Achiles Hypolito Garcia, Charles Astor, pioneiro do paraquedismo e da ginástica acrobática no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2015.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo.** 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.



O Integralismo e o jornal A Offensiva

Cintia Rufino Franco Shintate – Especialista (PUCSP)
e-mail: cintiarufinofranco@gmail.com

Renan Antonio Silva – Doutorando (UNESP/ISCTE-Lisboa)
Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PSDE), sob o processo
de número 99999.006746/2015-02
e-mail: lepp@rc.unesp.br

Cláudia Christina Mendes Rocha – Doutoranda (Universidade de Coimbra)
e-mail: claudiarocha27@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo tratar do momento histórico da criação da Ação Integralista Brasileira (AIB) traçando um breve panorama deste partido na década de 1930. Também objetiva discorrer acerca da criação do jornal integralista *A Offensiva*, sua importância para a AIB, descrevendo suas principais atribuições.

Palavras-chave: Integralismo, *A Offensiva*, nacionalismo.

Abstract: This article aims to address the historical moment of the creation of Action Brazilian Integralista (AIB) drawing a brief overview of this party in the 1930s also aims to discuss about the creation of the fundamentalist newspaper *The Offensiva*, its importance to the AIB, describing its main responsibilities.

Keywords: Integralism, *The Offensiva*, nationalism.

A Ação Integralista Brasileira, como movimento político, teve início no ano de 1932 em São Paulo, com o lançamento do *Manifesto de Outubro*, redigido por Plínio Salgado, o líder maior do movimento.

No entanto, o pensamento integralista já vinha sendo gestado desde os anos 20. Em meio ao movimento modernista, Plínio Salgado, que obteve destaque nas agitações



político-culturais, lançou o primeiro romance, *O estrangeiro* em 1926, onde já delineava um projeto político nacional. Em viagem a Europa, época da ascensão dos governos totalitários, tomou conhecimento do modelo de Estado Corporativo de Benito Mussolini, líder fascista italiano.

No cenário brasileiro tumultuado no início do século XX, os artistas modernistas refletiam sobre a realidade brasileira e iniciaram uma renovação na cultura do país. A partir de 1910 eles começaram a se organizar em grupos, principalmente no Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, onde a elite, enriquecida com o café e a industrialização, patrocinava obras e eventos artísticos, como a Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922 e considerada o marco inicial do movimento.

Para Hélió Trindade, o ano chave é 1922, pois nele eclodem quatro acontecimentos simbólicos que transformam a sociedade brasileira na década de 20:

“A Semana de Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética; uma nova etapa da organização política da classe operária se delineia, em março, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro Vital, ligado à revista *A Ordem*, de orientação católica, denuncia a renovação espiritual; e, finalmente, a primeira etapa da revolução política tenentista irrompe, em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana” (TRINDADE, 1974, p.15).

O país também passava por grandes mudanças, inclusive com a urbanização e a chegada de novas tecnologias (rádio, telefone, o automóvel e o cinema) que transformavam o ritmo de vida e o cenário das grandes cidades, fazendo-se necessárias, para diversos autores, novas maneiras de comunicação poética.

Para Trindade, após a Primeira Guerra Mundial, os dois efeitos imediatos sobre a transformação da sociedade brasileira situam-se nos planos econômico e social. A economia passou do modelo agroexportador para uma economia que se



industrializou progressivamente. A expansão cafeeira começou a experimentar um enorme crescimento econômico e a imensa riqueza gerada por essa expansão transformou-se em investimentos em diversos setores da economia, principalmente o industrial.

O segundo efeito é a explosão das reivindicações operárias e da luta social. A formação de um operariado constituído em grande parte pela imigração estrangeira provocava nos principais centros urbanos, sob a ação das vanguardas operárias anarquistas, as primeiras agitações sociais.

Em relação à luta política, pode-se afirmar que consistia em conflitos entre tendências e contradições dentro da oligarquia rural dominante e às insurreições desencadeadas pelos jovens oficiais contestadores, que combatiam o monopólio do poder dos partidos republicanos regionais e dos chefes políticos que recorriam à fraude eleitoral e às intervenções militares nos Estados a fim de controlar o regime conforme seus interesses. O movimento dos tenentes em São Paulo durou aproximadamente um mês e terminou com a retirada dos revoltosos em direção ao interior, onde se encontraram com tropas vindas do Rio Grande do Sul, comandadas por Luís Carlos Prestes. Formou-se então a Coluna Prestes, que correu o Brasil difundindo os ideais revolucionários, provocando manifestações de apoio e levantes nos quartéis. Depois de enfrentar tropas do exército e forças regionais, seus últimos participantes exilaram-se na Bolívia.

As divergências oligárquicas tiveram quase sempre suas raízes nas lutas em torno da sucessão presidencial, que consistia em equilibrar os interesses dos Estados de Minas Gerais e São Paulo através das candidaturas alternadas de presidente e vice-presidente de ambos os Estados, a chamada política do café-com-leite, na Primeira República.



Acerca da evolução intelectual no pós-guerra, Trindade afirma que existem duas tendências que a caracterizam:

“de um lado, a utilização de um enfoque sociológico, em moda na época, permite uma análise mais sistemática da sociedade brasileira; de outro lado, há a tentativa de criar um pensamento nacional autônomo para solucionar os problemas brasileiros, sem recorrer aos modelos estrangeiros” (TRINDADE, 1974, p. 27)

Uma das características importantes da evolução ideológica do pós-guerra é o renascimento do nacionalismo.

“A reconciliação dos intelectuais com a realidade do país revela-se simbolicamente com a publicação, em 1902, de Os Sertões, de Euclides da Cunha. A partir desse momento, as elites intelectuais tomam consciência de sua alienação com relação à situação de abandono das populações das regiões centrais do país.(...)”. (COUTINHO apud TRINDADE, 1974, p.28)

O movimento literário do Modernismo brasileiro mostrou que os planos cultural e político são indissociáveis: transformar uma nação latente em nação-sujeito supõe um empreendimento em ambos os níveis, ou seja, o movimento cultural propunha um projeto político de nação para o país.

Pretendia-se, então, um maior engajamento dos intelectuais brasileiros em relação à política, à economia e aos problemas sociais brasileiros. Era uma tentativa de colocar a literatura a serviço da recuperação da nacionalidade e de fazer dela um instrumento de transformação social e política.

Pode-se perceber uma tentativa de conciliar as influências das vanguardas europeias (Cubismo, Futurismo, Dadaísmo, Expressionismo e Surrealismo, todas trazidas por artistas brasileiros em visita à Europa) com um novo nacionalismo, às vezes



romântico, ufanista e patriótico (representado pelo Verde Amarelismo e o Grupo ou Escola da Anta), às vezes polêmico, paródico, satírico (representado pelos grupos Pau-Brasil e Antropofágico).

Entretanto, o nacionalismo separou ideologicamente os adeptos do modernismo. Oswald de Andrade lançou o Manifesto da Poesia Pau-Brasil, em 1924, no qual sublinhava a criação de uma poesia baseada numa revisão crítica do passado brasileiro e a valorização da pluralidade cultural existente no país: uma postura revolucionária, anárquica, de esquerda.

Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado reagiram com o movimento Verde Amarelismo, lançando o Manifesto Nhenguaçú Verde Amarelo, propondo um nacionalismo ufanista, exaltando o primitivismo e a ingenuidade da mãe pátria, mantendo uma postura conservadora, de direita.

O grupo Verde - Amarelo, decide partir para a ação, colocando-se a serviço da análise da vida brasileira e de seus problemas; fundou-se então o grupo da Anta, que idolatrava o tupi, sendo a anta eleita símbolo nacional.

Enquanto isso, em 1929 aconteceu a quebra da bolsa de Nova York desestruturando a economia mundial. No Brasil iniciou-se uma grande crise do setor cafeeiro, seu principal produto de exportação, afetando diversos setores da economia brasileira, levando a falência diversos fazendeiros e industriais e ao desemprego. Colocou-se, então, a questão da sucessão presidencial. Conforme a política do café-com-leite, o presidente seguinte deveria ser um mineiro, mas Washington Luis indicou o paulista Júlio Prestes para substituí-lo. Essa decisão desagradou aos mineiros, que romperam com o Partido Republicano Paulista e começaram a organizar uma oposição.

Os mineiros aliaram-se ao Rio Grande do Sul, cujo governador, Getúlio Vargas apoiaria a oposição desde que fosse ele mesmo o candidato a presidência da República. O Estado da Paraíba também aderiu, indicando João Pessoa para ocupar a vice-presidência de Getúlio. Formou-se, dessa maneira, a Aliança Liberal, com o objetivo de reunir os diversos setores descontentes, adeptos da candidatura de Vargas.



Diante de fraude eleitoral, característica marcante da República Velha, Júlio Prestes venceu as eleições. Integrantes dos setores mais jovens da oligarquia oposicionista e alguns tenentes iniciaram uma conspiração para tentar impedir a posse do novo presidente. O assassinato de João Pessoa em Recife, por um adversário político, foi a determinante para o golpe que vinha sendo preparado e encabeçado por Vargas. A revolta teve início no Rio Grande do Sul, na Paraíba e em Minas Gerais. No Rio de Janeiro, Washington Luís foi deposto por uma junta militar em 24 de outubro e em 3 de novembro o governo foi entregue a Getúlio Vargas, instaurando um governo provisório.

Plínio Salgado retornou ao Brasil nesse momento, com novas ideias para a política brasileira e resolveu dedicar-se ao jornalismo político, tornando-se redator do jornal *A Razão*. Redigia notas políticas diárias, procurando ativar a consciência dos meios políticos e intelectuais em relação à problemática política que estava estabelecida. Em 1932 fundou a Sociedade de Estudos Políticos, começando a articular os intelectuais e os movimentos de extrema-direita.

A Sociedade de Estudos Políticos foi fundada em março de 1932 como fruto das atividades políticas realizadas por Plínio Salgado através do jornal *A Razão*. A SEP é considerada antecâmara da AIB, pois para Salgado o momento político do Brasil exigia uma organização com *“campanha de ação prática, para que infiltrasse em todas as classes sociais o programa político da SEP, decorrente de seus princípios fundamentais. Essa campanha seria denominada Ação Integralista Brasileira”* (SALGADO apud CHASIN, 1999, p.115). Assim lançou a Ação Integralista Brasileira no cenário político brasileiro, cujo objetivo seria o de transmitir ao povo os resultados dos estudos realizados e a base doutrinária da SEP.

A AIB possuía uma organização paramilitar, sob o comando de Gustavo Barroso, e diversos elementos identificadores: uso obrigatório de uniforme, composto por uma camisa verde; a adoção da letra grega *Sigma* (Σ) como símbolo do movimento e a saudação indígena *Anauê*, cujo significado é “você é meu irmão”.



O integralismo combatia o liberalismo e os partidos políticos; considerava a democracia liberal como destruidora da alma nacional e responsável pela disseminação do comunismo, inimigo a ser combatido. Usariam o catolicismo contra o comunismo; e o nacionalismo seria a arma contra o liberalismo (internacionalizante, estrangeiro) e o comunismo e sua pretensão de revolução proletária mundial.

Os principais ideólogos do integralismo foram Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Miguel Reale afirmava que não existia uma unidade acerca do ponto de vista doutrinário e que três correntes persistiram até o fim do movimento: Plínio Salgado, fundamentado na doutrina social da Igreja; Miguel Reale dando maior significado as questões sindicais e sociais e Gustavo Barroso, cuja preocupação girava em torno dos valores tradicionais da história do Brasil, acrescentando o antissemitismo.

Com uma rígida hierarquia, Plínio Salgado, assumiu o posto de chefia do movimento. Sua proposta, com base no lema “Deus, Pátria e Família”, consistia no Estado Integral, cuja base seria a família brasileira resultante da mescla do índio, do negro e do branco. Para Salgado, que possuía formação católica, o homem e a família precedem ao Estado, assim “*o Estado deve ser forte para manter o homem íntegro e sua família. Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado.*” (SALGADO, 1932, p. 5). Dessa forma, o Estado Integral seria fundamentado no espiritualismo, pois a partir da frase que abre o Manifesto de Outubro “Deus dirige o destino dos povos” pode-se perceber que para Salgado, acima das vontades humanas está a divina e que o Chefe seria o porta voz, o meio para fazer chegar aos homens. Os homens deveriam ser guiados por uma vontade ética e basicamente católica.

Gustavo Barroso, chefe da força paramilitar da AIB, defendia um nacionalismo extremado, condenava o que ele denominava capitalismo judeu, relacionando a expansão imperialista do capital à ação de banqueiros e empresários judeus. Barroso acreditava que o capitalismo internacional vinha desfigurando a economia interna, através de contratos firmados que lesavam o Estado. Em 1934, publicou seu primeiro livro doutrinário, *Brasil - colônia de banqueiros*, onde realizou um levantamento minucioso de todos os empréstimos externos desde 1824 até 1934. Nessa obra, Barroso



destaca as implicações desses empréstimos ao Estado, concluindo ser necessário denunciar os banqueiros responsáveis por um plano de dominação através das desvantagens impostas e da criação de dificuldades à liquidação de tais empréstimos.

Dessa maneira, Gustavo Barroso se apropriou das teses antissemitas relativas a combater o judaísmo, pois os principais banqueiros responsáveis pelos empréstimos eram judeus. Acreditava que apenas um revigoramento do Estado através do Integralismo seria capaz de desvencilhar o país do capitalismo judeu. Portanto, seu antissemitismo não tinha fundamentação racial ou religiosa, mas econômica.

Miguel Reale, cujo posto no interior da AIB foi o de Secretário Nacional de Doutrina, desenvolveu sua concepção de Estado a partir de sua crítica ao Estado Liberal, no qual o Estado não intervém na economia e o homem atua apenas na salvaguarda dos direitos naturais, fragmentando-o. O Estado seria a representação das particularidades da sociedade, impondo finalidades enquanto consciência única de uma sociedade diversa. Reale acredita que a sociedade só existe enquanto totalidade quando está submetida a uma consciência geral que atua na forma do Estado, que está acima da própria sociedade. A função do Estado seria a de organizar as particularidades sociais, dessa forma, a Nação seria uma síntese das aspirações coletivas.

Reale ainda afirma que o Estado Liberal desvinculou o indivíduo do Estado, *“destruídos os organismos corporativos, o indivíduo ficou solto no Estado”*. (REALE, 1934, p.112). Aqui Reale remete as corporações de ofício da Idade Média, as quais se organizavam no plano municipal e na ausência do Estado. No entanto essas organizações se tornaram inviáveis diante a formação de Estados e das economias nacionais. No entanto, Reale afirmava que não havia a necessidade de acabar com as corporações, mas que as mesmas deveriam ser modernizadas.

Assim, as corporações seriam transformadas em organizações nacionais e integradas ao Estado. Para Reale, as corporações são o elo entre o indivíduo e o Estado, e através do Estado Integral, esse vínculo rompido pelo Estado Liberal seria repostado. Para tal, as corporações deveriam substituir os partidos políticos, pois seriam os responsáveis por dividir a Nação e pela luta de classes.



Para Reale, nos sindicatos, patrões e empregados teriam meios legais para se manifestarem e igual direito de representação, pois essa representação não teria a finalidade de um grupo explorar o outro, já que “um dos princípios fundamentais do Integralismo é a *colaboração das classes*, e não a *luta de classes*”.

Dessa forma, as corporações são grupos especializados, com base na área de interesse comum escolhida por patrões e empregados. Essa especialização das corporações funciona como um “grande integrador das diversas atividades dos indivíduos e dos grupos, dando um caráter orgânico e complementar ao conjunto das diferenças”. Assim, pode-se notar que os possíveis conflitos entre patrões e empregados não teriam razões para existirem.

Miguel Reale se ocupa em distinguir o sindicato e a corporação, assim, o sindicato seria uma sociedade que representa os homens que possuem o mesmo ofício e a corporação seria composta de representantes dos sindicatos que se unem para resolver problemas comuns. Os sindicatos fariam a mediação entre os indivíduos e as corporações, e a última entre os sindicatos e o Estado.

Cavalari afirma que o Integralismo se apresentava como um movimento de cultura, embora tenha se tornado partido político em 1935. Para Plínio Salgado, os partidos políticos vigentes tinham como objetivo a conquista do poder. Dessa maneira, o Integralismo se colocava de maneira diferente, pois apresentava-se como anunciador de uma nova era. (SALGADO *apud* CAVALARI, 1999, p. 41). Salgado acreditava que o Brasil não possuía uniformidade cultural e ética e isso culminava numa ausência de nacionalidade. Sua proposta era a de que, através do resgate das raízes nacionais, através de um Estado unificador, fosse construído o verdadeiro Estado Brasileiro, o Estado Integral.

Um dos objetivos do Integralismo era o de elevar o nível cultural das massas, já que Salgado sublinhava que a “*falta de cultura do povo é incontestavelmente um dos motivos determinantes da ausência de ideias e de programas políticos entre nós.*” (Cf. SALGADO, 1931). Dessa forma, a tarefa do Integralismo seria a de preparar o povo, transformá-lo em cidadão para o Estado Integral.



De acordo com Cavalari, traços atribuídos ao povo brasileiro como egoísmo, imaturidade, preguiça, submissão ao poder, indisciplina, para Plínio Salgado, não eram resultados de falta de caráter ou de uma natureza inferior do povo, mas da falta de educação e caberia as elites intelectuais promover essa transformação do povo brasileiro através de uma educação integral.

A educação integral para o homem integral consistia em educar o homem todo, que consistia no conjunto do homem físico, do homem intelectual, do homem cívico e do homem espiritual. De acordo com a Enciclopédia do Integralismo, ao homem espiritual deveria ser ensinado os deveres com Deus, com o próprio homem e para com o próximo; ao homem cívico deveria ser ensinado os deveres com a Pátria; ao homem intelectual deveriam ser oferecidas escolas e cultura; ao homem físico, o cuidado com a saúde (AIRES, 1959, p. 75) Para o integralismo, essa educação integral deveria ocorrer através de uma arregimentação disciplinar e de uma consequente doutrinação.

A AIB fez uso da imprensa para ordenar e doutrinar os militantes integralistas, assim como para conseguir novos adeptos. Era através dela que a doutrina chegava ao militante, popularizando as ideias produzidas pelos teóricos do Integralismo. O jornal era o veículo de informação que levava ao militante as informações sobre as atividades desenvolvidas pela AIB, como congressos, passeatas, cursos, festas, e também transmitia e popularizava a doutrina integralista. De acordo com Cavalari, foram criados mais de cem diferentes jornais. Os livros escritos pelos autores integralistas estavam para os “mais cultos” assim como o jornal estava para os “menos cultos”. O jornal era concebido como instrumento de educação para a população “menos culta”, pois a ele cabia educar e orientar o povo.

Dessa maneira, com o objetivo de educar os “menos cultos”, foi criado o jornal *A Offensiva*, lançado na cidade do Rio de Janeiro em 17 de maio de 1934, sendo extinto em 19 de março de 1938. De maio de 1934 a janeiro de 1936 sua tiragem era semanal e as vendas ocorriam exclusivamente através de assinatura. A partir de janeiro de 1936 a tiragem tornou-se diária, manteve sua distribuição por meio de assinaturas, mas ampliou sua vendagem por meio das bancas.



Simões destaca que o ciclo do jornal foi marcado por três fases distintas. A primeira foi marcada pela tiragem semanal do jornal e aponta uma preocupação doutrinária, estendendo-se do jornal n. 1 (17 maio 1934) ao de n. 89 (25 janeiro 1936). A segunda fase compreende o jornal n. 90 (28 janeiro de 1936) até o jornal n. 660 (3 dezembro 1937). A partir do jornal n. 90 a tiragem se tornou diária. A partir do jornal n. 661, devido a notificação de extinção de todos os partidos políticos determinada por Getúlio Vargas, o jornal muda seu caráter doutrinário, extinguindo suas seções doutrinárias, para se adequar as mudanças políticas e manter-se em funcionamento. Dessa maneira, do jornal n. 661 até o n. 748, as notícias do jornal dizem respeito aos serviços de assistência e atividades culturais.

Nos seus dois primeiros anos, o jornal *A Offensiva* foi largamente utilizado para esclarecimentos sobre a organização e a estrutura do movimento integralista. Sua capa trazia ações do movimento integralista, como passeatas, conferências, visitas do Chefe Nacional as províncias; apresentava as diretrizes doutrinárias no integralismo, anunciava e convocava membros do movimento para eventos organizados pelo movimento.

No início, Plínio Salgado, líder do movimento integralista, ocupou o cargo de diretor e Madeira de Freitas, o de redator-chefe. A partir do n. 54, Plínio Salgado passou a função de orientador, deixando a direção do periódico a cargo de Madeira de Freitas. Os intelectuais e dirigentes do movimento integralista exerciam funções de organização da AIB e também produziam textos para os jornais, além de exercerem suas respectivas funções. Dentre os intelectuais que escreviam no jornal *A Offensiva* podemos destacar os advogados Miguel Reale, Santiago Dantas, Gustavo Barroso, Alberto B. Contrim Neto e Orlando Ribeiro de Castro; os jornalistas e/ou escritores Plínio Salgado Luiz da Câmara Cascudo, Ernani Silva Bruno e Thiers Martins Moreira; o economista Raimundo Padilha; empresários como Roberto Simonsen; médicos como Belisário Penna, Ordival Gomes e Belmiro Valverde; entre outros.

Em 1936, durante o Primeiro Congresso Integralista de Imprensa, Plínio Salgado elaborou um Código de Ética Jornalística¹ cujo objetivo era o de orientar o



trabalho doutrinário que seria realizado pelos intelectuais do movimento através do jornal. Nesse Código de Ética, Salgado deixa claro a sua concepção de imprensa e o papel a ser exercido por ela: a função do jornal seria o de orientar o povo. Conforme o documento, a imprensa deveria evidenciar o partidarismo, pois o povo precisava de orientação e de uma imprensa que o representasse. Para Salgado, o jornal seria um órgão cujo objetivo era o de educar o povo, deveria ser, portanto, uma força de transformação social.

Quando *A Offensiva* iniciou sua tiragem diária, sua característica doutrinária se abrandou. Os textos ganharam um teor mais político e econômico, dando ênfase a acontecimentos envolvendo o governo brasileiro e o mundo, embora a doutrina integralista ainda estivesse presente em alguns artigos, chamadas e pequenas notas.

Com o golpe do Estado Novo, perpetrado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, foi decretado o fechamento de todos os partidos políticos. Dessa forma, o Decreto-Lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937 determinava que:

Art 1º - Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos.
[...] São igualmente atingidas pela medida constante deste artigo as milícias cívicas e organizações auxiliares dos partidos políticos, sejam quaes forem os seus fins e denominações;

Art 4º - Aos partidos políticos compreendidos no artigo 1º é permitido continuarem a existir como sociedade civil para fins culturais beneficentes ou desportivos, desde que não façam com a mesma denominação com que se registraram como partidos políticos.²

Tendo isso posto, a AIB, reagindo a mudança, transformou-se em sociedade civil com a denominação de Associação Brasileira de Cultura (ABC). Por conseguinte, ocorreram diversas mudanças no jornal, que reduziu seu aspecto doutrinário. O episódio conhecido como Intentona Integralista, onde um pequeno grupo de integralistas realizou um atentado a Getúlio Vargas no Palácio da Guanabara em maio de 1938, episódio este que foi abafado pelo governo, acabou por desencadear uma intensa campanha contra o



integralismo, culminando na prisão e exílio de seus líderes. Plínio Salgado teve sua ordem de prisão expedida por ser considerado responsável pela Intentona Integralista, e partiu para o exílio em Portugal em 1939, onde permaneceria até 1945

No tocante as seções do jornal *A Offensiva*, em sua primeira fase, devido seu caráter doutrinário, merece destaque a seção *O Integralismo nas Províncias*, onde eram noticiadas as ações a AIB em diversos locais do Brasil como congressos, cursos, seminários, passeatas.

Ainda na primeira fase e mantendo-se na fase seguinte, a seção *A Semana Internacional* (que também apareceu segunda fase sob a denominação *Momento Internacional*) tratava sobre acontecimentos mundiais, abordando notícias sobre política, economia e questões sociais de diversos países, dando destaque para a Rússia, alvo de críticas dos integralistas, para a Alemanha e Itália.

Durante a primeira fase de *A Offensiva*, as seções dedicadas as áreas profissionais se destacavam por se dirigirem aos médicos (*Página Médica*); aos odontólogos (*Secção Odontológica*); aos militares (*Vida Militar*); aos marinheiros (*Homens do Mar*); aos advogados e juizes (*Secção Jurídica*); aos proletários (*Proletariado*).

Pode-se destacar a *Página Médica*, onde eram discutidas questões relacionadas à profissão, às doenças e suas profilaxias. Divulgava-se enciclopédias e dicionários da área, congressos, encontros, seminários, clínicas, médicos, debates acerca de cirurgias, medicamentos, saúde de bebês e crianças, etc. Nesta seção também ocorriam discussões acerca das consequências profiláticas que deveriam ser adotadas em razão do intenso processo de urbanização das cidades, promovido pelo governo republicano.

Nas seções da *Página Médica* se destaca a preocupação com os costumes do povo que deveriam ser modificados em benefício da civilização, onde os médicos abordavam temas como a “educação sanitária”, “saneamento básico”, “medicina preventiva”, “assistência médica”. A preocupação com a reorganização das cidades voltava-se para a solução dos problemas de moradia, do saneamento básico, das epidemias e doenças, e para a formação de uma consciência sanitária. Dessa forma, os



discursos de prevenção estavam relacionados aos propósitos da eugenia, do progresso e da disciplina.

Notas:

1. Código de Ética Jornalística. Monitor Integralista, ano V, n. 17, p. 14, 20 fev. 1937
2. DECRETO-LEI n. 37, de dezembro de 1937. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano III, n. 661, p.03, 04 dez.1937

Referências:

AIRES, L. **O sentido da formação pliniana.** *In:* Enciclopédia do Integralismo, vol. IX, 1959.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo:** ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado.** Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. 2ed. São Paulo: Estudos e Edições AD Hominem, 1999.

CRUZ, Natalia dos Reis (org.). **Ideias e práticas fascistas no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

REALE, Miguel. **O Estado Moderno.** São Paulo: José Olympio, 1934.

SALDAGO, Plínio. **Manifesto de outubro de 1932.** São Paulo: Voz do Oeste, 1982.

ISSN
2016 4808



Edição
Nº 18 ABR/2016

SALGADO, Plínio. **O país que não lê.** A Razão, dez. 1931.

SIMÕES, Renata Duarte. **Imprensa oficial integralista: usos e ciclo de vida do jornal A Offensiva.** In: GONÇALVES, Leandro P.; SIMÕES, Renata D. (orgs). Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2011.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974



O PNDH-3 e a proposta de mediação de conflitos agrários

*Alex Ricardo Bombarda – Mestre em Ciências Sociais pela UNESP –
FCLAR/Araraquara
alexrbo@marilia.unesp.br*

Resumo: Neste artigo será considerado o item que trata do “Acesso à Justiça no Campo e na Cidade” que foi incluído na primeira edição do PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos). Decretado em dezembro de 2009 o PNDH-3 sofreu uma série de críticas de setores do agronegócio e de membros da bancada ruralista. Tais críticas fizeram o governo da época recuar e modificar a proposta que previa a mediação de conflitos como primeira etapa para a resolução de conflitos agrários rurais e urbanos. Essa questão será analisada sob a perspectiva do pensamento de John Rawls, Ronald Dworkin e Amartya Sen.

Palavras-chave: Democracia. Direitos Humanos. PNDH.

Abstract: In this article it will be considered the item that deals with the "Access to Justice in the Countryside and the City" which was included in the first edition of the PNDH-3 (National Program for Human Rights). Enacted in December 2009 the PNDH-3 suffered a number of critical sectors of agribusiness and and their representatives in Congress. Such criticism did the government of the time back by modifying the proposal which conflict mediation as a first step towards the resolution of rural land conflicts and urban. This issue will be considered from the perspective of the thought of John Rawls, Ronald Dworkin and Amartya Sen.

Keywords: Democracy. Human Rights. PNDH-3.

Introdução

Decretado no final de 2009, durante o governo Lula, o PNDH-3, Programa Nacional de Direitos Humanos, deu continuidade aos programas anteriores buscando inová-los. Elaborado com base em consultas feitas à sociedade e através da realização de conferências nacionais temáticas promovidas desde o ano de 2003, o



programa incluiu sugestões visando, além de promover os direitos humanos no Brasil, dirimir a desigualdade social, que há anos configura-se como um dos principais problemas do nosso país.

O item referente à justiça no campo e na cidade, que inicialmente fora incluído no programa, compreende políticas sociais elaboradas com o intuito de coibir o desrespeito aos direitos humanos em função da remoção forçada de grupos afetados pela falta de moradia ou sem-terra. O uso da força como meio para o restabelecimento da propriedade invadida geralmente provoca, contra esses grupos já desrespeitados enquanto cidadãos, diversas formas de violência e até mesmo mortes, como no caso ocorrido durante a reintegração de posse na comunidade pinheirinho, uma ocupação irregular localizada em São José dos Campos, Estado de São Paulo, em janeiro de 2012.

Durante a elaboração do PNDH-3, no ano de 2009, chegou-se a propor um projeto de lei que tinha por intuito contribuir para que o desfecho de tais episódios tivesse um final diferente. Presente no objetivo estratégico VI o item que trata do “Acesso à Justiça no campo e na cidade” previa:

Projeto de lei para institucionalizar a utilização da mediação como ato inicial das demandas de conflitos agrários, priorizando a realização de audiência coletiva com os envolvidos, com a presença do Ministério Público, do poder público local, órgãos públicos especializados e Polícia Militar, como medida preliminar à avaliação da concessão de medidas liminares, sem prejuízos dos outros meios institucionais para a solução de conflitos.

Contudo, devido à forte pressão exercida por grupos ligados a chamada bancada ruralista, o texto teve que ser revisado deixando de ser a mediação entre as partes envolvidas um ato inicial para a resolução do conflito. Mesmo sendo tais propostas fruto de consultas realizadas à sociedade, ou seja, serem sugestões de estudiosos, ONGs e entidades voltadas ao desrespeito aos direitos humanos, elas foram ignoradas, sugerindo que os interesses defendidos pelos congressistas foram aqueles mais alinhados com os do agronegócio e dos grandes latifundiários.



Os programas nacionais de direitos humanos

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) foi o resultado de uma recomendação feita aos países participantes da II Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena no ano de 1993.

No ano de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso promulga a primeira edição do programa que foi elaborado com base em ampla consulta à sociedade. Várias entidades e pessoas formularam sugestões e críticas através da participação em seminários e debates. Assim, o PNDH trouxe importantes ações e medidas que, além de promover, “... teve o mérito de situar os direitos humanos como pauta no debate público e como política de Estado...” (PIOVESAN, 2010¹), indo ao encontro dos princípios legais presentes na Constituição de 1988.

Episódios como a Chacina da Candelária, no ano de 1993; o Massacre de Corumbiara, em 1995; o Massacre do Eldorado dos Carajás, em 1996, representaram graves violações dos direitos humanos. Desse modo, a iniciativa do PNDH significou também uma resposta aos órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos, como a ONU e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que estavam questionando o país acerca das violações ocorridas.

A primeira edição do programa deu ênfase aos direitos civis¹, apresentando ações de curto, médio e longo prazo que tratavam do direito à vida, à segurança, à luta contra a impunidade, à liberdade e o acesso à justiça. O programa também atentou para o tratamento igualitário de todos perante a lei, incluindo crianças, adolescentes, mulheres, a população indígena, negra, idosos e pessoas com deficiência.

Apesar das inovações, o programa foi alvo de críticas. A população LGBT, por exemplo, reclamou um capítulo voltado aos homossexuais. Também foram feitas críticas em relação a importantes projetos de lei, como o que transferia para a justiça comum crimes cometidos por policiais militares. A própria base governista votou contra o projeto, gerando desconfiança da intenção do governo em relação aos Direitos Humanos.



O primeiro presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – Nilmário Miranda - chegou a atestar na época que um país como o Brasil, que contou com quatrocentos anos de escravidão e quinhentos anos de extermínio de populações indígenas, tem dificuldades para assimilar a cultura dos direitos humanos (MIRANDA, 1998).

Paulo Sérgio Pinheiro, que havia assumido o cargo de ministro dos Direitos Humanos em novembro de 2001, afirmou avistar avanços nessa área no Brasil. Na ocasião, o ministro apontou algumas prioridades para o ano de 2002, como a elaboração de uma nova edição do PNDH que traria medidas contra o trabalho escravo, o trabalho infantil e também a aprovação da lei que prevê que os crimes cometidos contra os direitos humanos passassem a ser julgados pela Justiça Federal.

Promulgado no ano de 2002, o PNDH-2 foi elaborado com base em críticas e sugestões feitas em relação à primeira edição do programa. Dentre as principais ações previstas, estava a adoção de ações afirmativas; o projeto de lei que oficializava a união civil de casais homossexuais e a sugestão para que o assunto passasse a ser tratado como tema de saúde pública. O programa também herdou a proposta de transferir da Justiça Estadual para a Federal crimes cometidos contra os direitos humanos que, apesar de presente no PNDH-1, não havia sido implementada.

Apesar de contar com várias medidas visando ao estabelecimento dos direitos civis, políticos, sociais e culturais o PNDH-2 foi criticado, a exemplo do PNDH-1, pela falta de empenho do governo em relação à promoção desses direitos.

Em relação à terceira edição do programa, o PNDH-3, promulgado no final de 2009, instituiu diversos mecanismos visando promover as mais de quinhentas propostas presentes no programa. Além do observatório do PNDH-3, que foi criado para informar à sociedade acerca das medidas empreendidas, também houve a ampliação dos recursos financeiros e a ampliação de parcerias entre os ministérios.

As inovações trazidas pelo PNDH-3, no entanto, foram contestadas por determinados grupos e por determinados representantes políticos, como líderes de religiosos da Igreja Católica e de igrejas evangélicas; setores do agronegócio, como a



Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); representantes da mídia, tais quais a ANJ, ANER, ABERT e representantes das Forças Armadas. O descontentamento desses grupos levou o governo a recuar, modificando todas as ações programáticas que foram alvo de críticas.

Democracia e justiça no Brasil

Tendo como referência a história do Brasil e o processo de construção da cidadania será retomado neste trabalho o conceito de justiça presente na obra de John Rawls (Uma Teoria da Justiça, de 1971) e de outros autores inseridos na vertente do pensamento político liberal, como Ronald Dworkin e Amartya Sen.

Pensando no modo como John Rawls – filósofo da universidade de Havard - concebe a constituição do Estado haveriam princípios que seriam firmados, tal qual num contrato social, entre os indivíduos e, de acordo com o que fora estabelecido no contexto da igualdade como equidade, todos, sob o véu da ignorância, iriam decidir acerca dos princípios de justiça que serão a base para a elaboração da sociedade.

Sob o véu da ignorância serão escolhidos quais princípios de justiça irão formar uma concepção de justiça. Tal concepção de justiça conduzirá a constituição de uma determinada sociedade, com a elaboração de uma constituição feita sob os cuidados de um corpo legislativo, eleito pelos indivíduos. Desse modo:

Fica excluído o conhecimento dessas contingências que criam disparidades entre os homens e permitem que eles se orientem pelos seus preconceitos. Desse modo chega-se ao véu da ignorância de maneira natural (RAWLS, 2000, p.21).

A estrutura básica da sociedade seria o “modo como as instituições sociais mais importantes distribuem os direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social” (BUENO, 2010, p.667). Quanto às instituições políticas mais importantes, Rawls:



... remete à constituição política de uma sociedade, a qual deve ser alvo de atenção por parte das instituições, devendo estimular que os cidadãos reinterpretem continuamente suas concepções abrangentes de justiça à luz daquela concepção política de justiça já elaborada na posição original pelas partes deliberantes racionais. Esta constituição política mantém estritos laços com as principais instituições econômicas e sociais que regem a sociedade... (BUENO, 2010, 677).

Tendo como referência o Congresso Nacional e o corpo legislativo composto pela Frente Parlamentar da Agropecuária a concepção de justiça que motivou a mudança no texto do PNDH-3, feita sob pressão de membros dessa bancada, contraria princípios democráticos presentes em nossa Constituição, como o direito à moradia e o direito a terra, podendo ser considerado injusto.

A mudança retirou a prioridade do uso da mediação para a resolução de conflitos agrários e urbanos, ignorando as reivindicações de uma série de grupos e movimentos sociais, como o MST¹ e o MTST¹, e resoluções advindas de acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

O PNDH-3 e a proposta de mediação de conflitos

Segundo Sérgio Adorno, o PNDH-1 não chegou a tratar diretamente da questão da mediação de conflitos urbanos e rurais, porém, o:

PNDH-2 refere-se a estes mecanismos. E mais, propôs apoiar a lei complementar 88/96, que estabeleceu rito sumário, assim como outros instrumentos legais para dinamizar expropriação de terra para fins de reforma agrária, "assegurando-se, para prevenir atos de violência, maior cautela na produção de liminares". O PNDH-3 conservou este propósito, conquanto tenha introduzido o diálogo entre as partes como medida preliminar à concessão de liminares.



Integrantes da bancada ruralista, a CNBB¹, a ABERT¹, a ANER¹ a ANJ¹ e membros das Forças Armadas, representada na época pelo ministro Nelson Jobim, repudiaram o programa que foi acusado de ser uma espécie de revanche esquerdista em que o PT, em parceria com grupos de esquerda, estariam elaborando uma nova constituição inspirada nas leis de países da América latina como a Venezuela, Equador e Bolívia.

Contudo, o PNDH-3 seguiu a mesma linha evolutiva de suas edições anteriores tendo sido elaborado com base em:

... resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e propostas aprovadas nas mais de 50 conferências nacionais temáticas, promovidas desde 2003 – segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc. –, refletindo um amplo debate democrático sobre as políticas públicas dessa área (PNDH-3, 210, p.11).

A Constituição Cidadã de 1988, que representa um marco legal para o estabelecimento da cidadania no Brasil, trouxe uma série de princípios democráticos que foram importantes para superar o período da ditadura militar (1964-1985). Logo no Artigo 1º a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político configuram-se como os seis primeiros fundamentos presentes na carta magna. Também há o art. 3º, que atenta para a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária e para a promoção de medidas visando erradicar a pobreza e a marginalização.

O PNDH, em consonância com os princípios expressos na constituição de 1988, configura-se como sendo uma importante ação governamental que visa, além



de promover os direitos humanos e a justiça social, cumprir com os acordos internacionais assinados pelo Brasil.

Ao discorrer acerca dos princípios de justiça, Rawls reforça que a liberdade e a igualdade devem caminhar juntas. Para o autor a liberdade se consolidaria quando todos os membros da sociedade passem a tolerar o outro em prol de determinados princípios que foram firmados sob o véu da ignorância. Desse modo, o indivíduo passaria a tolerar diferentes concepções de vida desde que tal concepção não viole o conceito de justiça já estabelecido na posição inicial (RAWLS, 1992).

Quanto à igualdade, os arranjos institucionais seriam os principais responsáveis em promovê-la. A igualdade envolve questões relacionadas às oportunidades proporcionadas pelas instituições que ficariam, de certo modo, responsáveis por combater todos os fatores que geram desigualdade em prol da igualdade equitativa de oportunidade, harmonizando igualdades com talentos e prevalecendo o justo sobre o bom. Segundo Rawls (1992), as instituições sociais mais importantes seriam as responsáveis por distribuir direitos e deveres.

Utilizando da ideia da posição original como uma hipótese, formulada de modo a nos orientar em relação a uma determinada concepção de justiça e tomando aqueles princípios referentes à questão da igualdade equitativa de oportunidades, a proposta de lei trazida pelo PNDH-3 buscava corresponder às expectativas de grupos historicamente marginalizados no Brasil, que seriam aqueles sem teto e sem-terra.

Condizentes com princípios que visam prevenir a violação de direitos humanos em situações de despejo forçado, a proposta de mediação de conflitos é uma tendência apontada por tratados internacionais e também por movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia:

Inicialmente, deve-se destacar que as propostas de institucionalização de políticas de prevenção de conflitos fundiários urbanos, no Brasil, encontram fundamentos, principalmente, em proposições advindas de setores públicos articulados na defesa dos direitos dos moradores e ocupantes de imóveis em situação irregular. Tais propostas buscam dar



visibilidade à complexidade do conflito e prevenir as frequentes ações que violam direitos humanos, quando emergem conflitos fundiários. (CAFRUNE, 2010, p.199)

Tendo como referência a concepção de justiça presente na constituição brasileira, medidas que procuram amenizar as desigualdades sociais, proporcionando o máximo de igualdade possível, parecem ter dificuldades de serem efetivadas no contexto do arranjo institucional brasileiro.

O Congresso Nacional, órgão constitucional que exerce, no âmbito federal, as funções do poder legislativo, é responsável pela elaboração de leis. Tais leis, de acordo com a teoria, deveriam representar interesses da sociedade como um todo, de modo que cada indivíduo pudesse ser reconhecido enquanto cidadão.

No Brasil é permitido, no âmbito do congresso nacional, a formação de frentes parlamentares:

A regulamentação das bancadas ocorreu durante a 52ª Legislatura (2003-2007), a partir do Ato da Mesa Diretora n 69, de 10 de novembro de 2005, da câmara dos Deputados, sendo, neste momento, registradas 90 organizações. Apesar de a denominação Bancada continuar a ser a mais conhecida, seu nome oficial, a partir dessa data, passou a ser Frente Parlamentar (FP). Entre as regras estabelecidas, definiu-se que o reconhecimento das Frentes Parlamentares estaria condicionado a sua publicação no início de cada legislatura e a uma composição de, no mínimo, um terço do Poder Legislativo Federal, número bem acima da composição usual desses grupos (SIMIONATTO; COSTA, 2012, p.219).

Tais frentes representam interesses de determinados grupos como, por exemplo, a bancada ruralista, que representa os interesses do agronegócio. Mesmo sendo legalmente permitida a elaboração de frentes parlamentares para defesa de interesses específicos, muitos são os brasileiros que não são representados pelas ações desses parlamentares já que bancadas, como a ruralista, acabam beneficiando certos interesses particulares em detrimento dos interesses da sociedade como um todo.



Sendo que “todo o poder semana do povo” e não de alguns grupos, o resultado final do trabalho parlamentar em relação ao PNDH-3 não foi condizente com alguns princípios de justiça expressos na Constituição podendo, portanto, ser considerado injusto, já que não levou em consideração aqueles princípios que outrora, sob o "véu da ignorância", foram escolhidos para direcionar os rumos da sociedade.

A própria ideia de igualdade é ameaçada considerando que uma parcela significativa da população é afetada, de forma negativa, pelas instituições sociais mais importantes que, de acordo com Rawls, deveriam proporcionar a todos direitos e deveres, conciliando liberdade com igualdade.

Igualdade em Ronald Dworkin

O tema da igualdade é de grande importância na obra “A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade”, publicada no ano 2000 pelo filósofo do direito norte-americano Ronald Dworkin (1931-2013). Para ele, o valor da igualdade tem sido esquecido no mundo contemporâneo. Apesar de estar inserido dentro da tradição rawlsiana, Dworkin acusa Rawls de não ser sensível aos gostos e ambições de cada indivíduo e de não levar em consideração a questão da responsabilidade individual, pregando a ideia de que cada um teria responsabilidade por suas escolhas e pelas consequências advindas da mesma.

Ao discorrer sobre a ideia de igualdade, o autor acredita que a simples distribuição igual de bens não é o suficiente para promover igualdade plena entre os indivíduos. Assim, a distribuição igualitária de recursos estaria pautada por dois princípios: o da escolha e o da responsabilidade.

O princípio da escolha estaria relacionado com o que de fato deve ser distribuído, buscando conciliar igualdade e liberdade em relação à distribuição de riquezas. Para o autor, uma distribuição igualitária não seria necessariamente a mais



justa, pois estaria ignorando ambições e gostos pessoais. Já o princípio de responsabilidade incide sobre as consequências decorrentes das escolhas feitas.

Ao discorrer acerca da ideia de igualdade, o autor dá o exemplo do imigrante para demonstrar a possibilidade de construção de um modelo de distribuição equitativa de bens disponíveis para os cidadãos. Tal modelo cita um grupo de pessoas que, devido a um naufrágio, foram obrigadas, por tempo indeterminado, a viver em uma ilha deserta. Nesta ilha haveria uma variedade de recursos disponíveis sendo que se deveria pensar em um modo justo de dividi-los.

Sendo assim, Dworkin elabora uma maneira de descobrir se a distribuição foi justa. Para isso ele pensa no chamado teste da cobiça. Se algum dos indivíduos da ilha imaginada pelo autor cobiçar um recurso diferente do seu e que foi entregue a outro indivíduo, a distribuição não atingiu seu objetivo esperado. Uma simples distribuição mecânica dos recursos acaba sendo barrada pelo teste da cobiça, surgindo a necessidade de se pensar em um outro método de distribuição equitativa de recursos.

Assim o autor propõe que, ao invés de uma distribuição mecânica de recursos, seriam entregues conchas, em números iguais, para cada indivíduo da ilha. Essas conchas seriam usadas como uma espécie de moeda de troca em um leilão, onde cada um buscaria somente aqueles recursos correspondentes aos seus planos e projetos de vida elaborados.

Agora a distribuição passou no teste de cobiça. Ninguém cobiçara as compras de ninguém porque, hipoteticamente, poderia ter comprado tal porção com suas conchas, em vez da porção que comprou. E a seleção de conjuntos de porções também não é arbitrária. Muita gente poderá imaginar um conjunto de porções diferentes que passe no teste de não-cobiça que se poderia estabelecer, mas o verdadeiro conjunto de porções tem o mérito de fazer com que cada pessoa desempenhe, por intermédio de suas compras com um estoque inicial e igualitário de fichas, um papel igualitário que determina o conjunto de porções realmente escolhido. (DWORKIN, 2012, p.85).



O leilão seria realizado somente num primeiro momento prevalecendo, posteriormente, o livre comércio. Superada essa primeira etapa, o autor elabora a ideia de seguro, que seria um modo de sustentar a igualdade de recursos. A sorte e o seguro são descritas de modo a adequar-se aos diferentes rumos seguidos por cada indivíduo e aos diferentes tipos de sorte.

A sorte por opção "... diz respeito a resultados de apostas deliberadas e calculadas-isto é, a ganhos e perdas de alguém que aceita um risco isolado que devia ter previsto e poderia ter recusado..." (DWORKIN, 2012, p.91), enquanto a sorte bruta "... diz respeito ao resultado de riscos que não são que não são apostas deliberadas..." (DWORKIN, 2012, p.91). Desse modo, a ideia do mercado do seguro seria uma espécie de proteção em situações que fogem do controle do indivíduo.

Com a possibilidade de comprar seguros - visando prevenir-se de futuros danos - cada indivíduo teria responsabilidade por aqueles bens e seguros adquiridos. Mesmo que alguns, devido a gostos dispendiosos ou deficiência física atrelada, pudessem se considerados em desvantagem em relação a um indivíduo saudável, estes tiveram a oportunidade, no leilão igualitário inicial, de adquirir os melhores recursos específicos para cada caso particular.

Para o autor, o seguro teria que contar com uma motivação ética de modo que todos se comprometam com ele no sentido de compensar as desvantagens naturais e transformar a sorte bruta em sorte por opção. É importante salientar que caberia ao Estado criar instituições que seriam responsáveis por viabilizar tais projetos.

A concepção de justiça de Dworkin é caracterizada pelo modo como igualdade e liberdade se relacionam. Segundo o autor, a liberdade seria o instrumento que permite ao indivíduo concretizar seu ideal de igualdade num determinado contexto social, pois seriam amparadas pelos direitos relacionados à liberdade do indivíduo, oferecendo condições de reivindicar interesses próprios.

No caso relativo ao PNDH-3, o modelo hipotético proposto por Dworkin parece ter pouca correspondência com as práticas e princípios de justiça aqui vigentes já



que estamos tratando de algo que envolve um direito essencial para qualquer ser humano, que é o direito à moradia.

No contexto brasileiro, fica difícil imaginar um momento histórico em que tenha ocorrido uma distribuição igualitária de recursos. Como já demonstrado pela vasta bibliografia que discorre acerca das questões sócio-políticas brasileiras, aqui sempre predominou a desigualdade de recursos e restrições quanto à liberdade dos indivíduos.

O Estado, para Dworkin, seria diferente daquele pensado pelo filósofo norte-americano Robert Nozick (1938-2002). Em sua obra “Anarquia, Estado e Utopia”, de 1974, Nozick concebeu o Estado como sendo um “guarda noturno”, que ficaria responsável somente em garantir a propriedade e a segurança dos cidadãos. A arrecadação de impostos e seu uso para promover uma melhor redistribuição de renda não significam nenhuma violação ou escravidão para o indivíduo.

Os direitos à vida, à liberdade e à igualdade - que são considerados invioláveis - estariam relacionados ao Estado, que teria a responsabilidade de promovê-los. Assim, o Estado teria um importante papel quanto ao modo de conduzir a sociedade.

As regras de distribuição de recursos deveriam obedecer, segundo Dworkin, a determinados princípios de justiça. No caso do Brasil, tais princípios parecem ter sido ignorados em função dos interesses de grupos específicos. Sendo a propriedade um direito circunscrito a todo indivíduo no contexto de uma economia de mercado, este direito parece sobrepor-se aos outros, mesmo os mais elementares como o direito à vida ou, como no caso aqui discutido, o direito à moradia.

Assim, a distribuição de conchas para todos os indivíduos de modo igualitário, para que cada um escolha no leilão recursos de sua preferência, tem pouca correspondência com muitas das políticas públicas aplicadas aqui para restringir as desigualdades sociais. Tão pouco há liberdade e condições financeiras para que boa parte dos indivíduos consiga contratar um seguro que os protejam de adversidades futuras e desconhecidas.



Amartya Sen e o conceito de recursos

Amartya Sen, escritor e economista indiano, reflete acerca do desafio de tratar o tema da justiça considerando a diversidade de definições de justiça existentes. Duas de suas principais influências seriam o institucionalismo transcendental, que busca a ideia de realização humana partindo do princípio de uma sociedade perfeitamente justa, e o iluminismo, que não concebe a constituição de uma sociedade com instituições políticas perfeitas. No entanto, apesar de imperfeita a realidade, algumas considerações poderiam ser feitas de modo a contribuir para que os seres humanos possam ter oportunidade de realizar seus objetivos de acordo com suas convicções e princípios.

Para Sen, a liberdade seria importante por dois motivos:

Ela ajuda, por exemplo, em nossa aptidão para decidir viver como gostaríamos e para promover os fins que quisermos fazer avançar. Esse aspecto da liberdade está relacionado com nossa destreza para realizarmos o que valorizamos, não importando qual é o processo através do qual essa realização acontece. Em segundo lugar, podemos atribuir importância ao próprio processo de escolha. Podemos, por exemplo, ter a certeza de que não estamos sendo forçados a algo por causa das restrições impostas por outros. (SEN, 2011, p.262).

O autor realiza sua análise da sociedade e das instituições tendo como referência a ideia das capacidades que é "... interessada em uma pluralidade de características diferentes de nossas vidas e preocupações..." (SEN, 2011, p. 267). Considerando os bens primários como meios para a realização de um determinado fim, Sen elabora sua teoria utilizando ideia de capacidades, mais focada na oportunidade e na liberdade do indivíduo em realizá-la. Para o autor, Rawls estaria equivocado em considerar os bens primários como meios para atingir um fim. O foco da análise deveria estar pautado nos fins, naquilo que o indivíduo de fato conseguiu efetivar.



Mesmo que a distribuição de bens primários tenha sido feita de modo igualitário para um grupo de pessoas, alguns terão mais dificuldades que outros para convertê-los em fins. Doenças, gravidez, idade, dentre outros fatores, tornariam alguns indivíduos incapazes, ou com mais dificuldade, de utilizar tais bens de modo a satisfazer suas aspirações.

Sen “... advoga a utilização das capacitações como principal equalisandu...” (Kang, 2011, p.356), ou seja, aquilo que deve ser equalizado. Apesar de não estar focado na elaboração de uma teoria que seria usada como modelo de uma política específica de modo a igualar as capacidades dos indivíduos, o autor atenta para a importância do conceito de capacidades e sua influência no sentido de analisar como as políticas distributivas são colocadas em prática.

Buscando envolver as diferentes características de cada pessoa e sua liberdade de escolher um dentre vários estilos de vida e concretizá-los é abordado pelo autor. O conceito de capacidades envolve a combinação de diversos funcionamentos de acordo com a preferência de cada um tendo como referência a vida humana:

... variadas realizações de funcionamento humanos que podemos valorizar são muito diversas, variando desde estar bem nutrido ou evitar a morte precoce até tomar parte na vida da comunidade e desenvolver a aptidão para seguir os planos e as ambições ligados ao trabalho... (SEN, 2011, p. 267).

A ideia de desenvolvimento econômico, apesar de estar presente nos escritos de autores clássicos como Adam Smith (1723-1790) e Karl Marx (1818-1883) torna-se, após a Segunda Guerra Mundial, um assunto bastante discutido pelos economistas. Focado nos países em desenvolvimento buscou-se, através de políticas econômicas de aceleração de crescimento econômico e com a interferência do Estado, solucionar problemas como, por exemplo, o “subemprego rural e a industrialização tardia...” Hirschman (apud Kang, 2011, p.361).



Na década de 1980, devido fatores como a crise do petróleo, intensificou-se um processo que vinha ocorrendo desde a década de 1960. A desaceleração do crescimento ocorrida em vários países levou muitos teóricos a desacreditar nas teorias de desenvolvimento. Assim, a teoria elaborada por Sen teria como intuito repensar a teoria do desenvolvimento.

Renda e riqueza seriam formas impróprias de avaliar a vantagem de cada pessoa. Segundo Sen:

... uma pessoa rica com alguma deficiência pode estar sujeita a muitas restrições às quais a pessoa mais pobre sem a desvantagem física pode não estar. Ao julgar as vantagens que diferentes pessoas têm em relação a outras, temos de olhar para as capacidades totais que conseguem desfrutar. Esse é certamente um argumento importante para usarmos, como base de avaliação, a abordagem das capacidades em vez do foco sobre a renda e a riqueza, que é centrado em recursos... (SEN, 2011, 287).

O conceito de capacidades tem uma relação muito direta com a ideia de liberdade sendo o foco de sua análise as vidas humanas e a avaliação da possibilidade de cada indivíduo realizar diferentes funcionamentos. Assim, a liberdade seria algo “substantivo”, “concreto”, não uma “pseudo-liberdade” restrita ao plano teórico e que perde o indivíduo de foco.

Ao considerar o “princípio da diferença” John Rawls demonstra sua preocupação com os menos favorecidos. Sen, no entanto, afirma que em tal princípio haveria uma tendência em não perceber a dificuldade que as pessoas poderiam ter ao converter seus bens primários de acordo com suas preferências já que a base das “instituições básicas”, citadas por Rawls, seria estabelecida a partir da ideia de bens primários e renda, não havendo muita atenção para as necessidades específicas dos indivíduos.

Além de Rawls, outro autor citado por Sen é Ronald Dworkin. Como já discutido, Dworkin parte da premissa de uma sociedade onde a distribuição de recursos é feita de acordo com as preferências de cada pessoa, relacionado ao seu plano de vida



imaginado. No entanto, em casos em que o indivíduo é acometido pela sorte bruta, que é o resultado de situações não programadas, haveria um mercado hipotético de seguros contra uma série de adversidades, devendo o indivíduo se programar com antecedência em relação às possíveis desvantagens que poderão, ou não, ocorrer.

Estando focado mais no mercado, um das críticas de Amartya Sen a Dworkin parte do princípio de que o indivíduo não teria como saber de fato se tal mercado de seguros funcionaria conforme o anunciado e se haveria, de fato, correspondência entre o que aconteceu e o que se esperava.

Para Sen, a escolha de quem irá governar deve ser plena, devendo o cidadão contar com determinados direitos políticos como a liberdade de expressão e associação, liberdade de imprensa, de escolha entre diferentes tipos de organização política e a possibilidade de criticar as autoridades.

Caberia ao Estado oferecer aos cidadãos serviços básicos como saúde e educação que, de acordo como autor, seriam áreas fundamentais. Os problemas de saúde, assim como o analfabetismo, seriam inibidores das capacidades dos indivíduos. Também a corrupção deve ser combatida através de instrumentos e mecanismos voltados ao estabelecimento de um sistema democrático.

Para Sen, a democracia deve ser entendida como um instrumento para gerenciar a complexidade humana, devendo ser configurada de modo a oferecer possibilidades de realizações concretas, não uma falsa liberdade e uma falsa igualdade. A expansão das liberdades aumentariam as capacidades humanas, sendo que Estado e sociedade teriam papéis importantes no sistema de desenvolvimento das capacidades humanas.

Quanto ao Estado, este deveria de tratar de questões relacionadas à pobreza. Segundo Sen, a pobreza não seria simplesmente o resultado de uma má distribuição de renda, mas sim da privação de capacidades.

A retirada do item referente à mediação de conflitos, feita sob pressão da bancada ruralista, demonstra a ação do Estado no sentido de inibir as capacidades dos indivíduos, impedindo que os mesmos realizem os diferentes funcionamentos



condizentes com suas perceptivas. O próprio direito à vida, que é um dos mais elementares, deixa de ser resguardado, demonstrando desrespeito tanto ao indivíduo em si enquanto cidadão quanto aos tratados internacionalmente firmados, como aqueles relacionados à garantia dos direitos humanos.

Conclusão

Na tentativa de reconciliar igualdade e liberdade John Rawls, Ronald Dworkin e Amartya Sen estão inseridos no chamado liberalismo igualitário, teoria que prega a ideia de que uma sociedade democrática é aquela que distribui direitos básicos, relacionados tanto à liberdade quanto à igualdade de modo que ambas possam ser usufruídas pelos diferentes indivíduos.

A constituição de instituições responsáveis por promover diferentes direitos e distribuir recursos teria uma importância vital já que seria a partir do momento em que o indivíduo passa a ter acesso aos direitos relativos à liberdade e à igualdade é que ele poderá decidir o modo como irá utilizá-los. De acordo com Álvaro de Vita "... a ideia central desse ideal normativo se apoia em uma divisão moral de trabalho entre a sociedade e seus membros individuais..." (VITA, 2002, p.5).

Os princípios de justiça presentes na constituição brasileira, pelo fato de não se efetivarem em nossa sociedade, acabam gerando um grande número de pessoas que não tem acesso aos recursos sociais essenciais como educação, saúde e moradia, deixando de satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos de modo satisfatório.

A breve referência feita em relação à atuação do Congresso Nacional, referente ao item que trata da mediação de conflitos fundiários, nos fornece um breve indicativo da maneira como os interesses de grupos, como os sem teto e sem-terra são tratados. O modo como direitos civis, políticos e sociais são distribuídos para a população sugere a ideia de que vivemos em uma pseudo-democracia, já que muitas das leis não se efetivam em benefício dos cidadãos.



Assim, a ideia de John Rawls de uma sociedade bem ordenada configura-se, no contexto brasileiro, como sendo um ideal a ser vislumbrado para o futuro, que se concretizará quando a sociedade assimilar uma concepção pública e conhecida de justiça e quando as instituições passarem a cumprir e respeitar tais princípios, oferecendo aos indivíduos oportunidades reais para a realização de suas diferentes capacidades.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. **História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos**. Novos Estudos, nº86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a01.pdf>. Acesso em 21/08/2013

BRASIL. **Constituição (1988)**. Título I: dos princípios fundamentais. Art 1º, 2º, 3º, 4º. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso no dia 21/08/2013.

BUENO, Roberto. **John Rawls e a teoria da justiça revisitada**. Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Valparaíso, n. 34, 2010. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-68512010000100021&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 15/08/2013. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-68512010000100021>.

CAFRUNE, Marcelo E. **Mediação de conflitos fundiários urbanos: do debate teórico à construção política**. Revista da Faculdade de Direito Ritter dos Reis, v. 11, p. 197-217, 2010.

DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade**. São Paulo: ed. Martins Fontes, 2012. p. 59-156.

DWORKIN, Ronald. **Igualdade como ideal**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 77, Mar. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-



33002007000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Aug. 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000100012>.

KANG, Thomas H.. **Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen. Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 31, n. 3, Set. 2011 .Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15/03/2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572011000300002>.

RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. Lua Nova**, São Paulo, n.º. 25, p. 25-59, abr. 1992. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 Jan. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000100003>.

SIMIONATTO, I. RODRIGUES COSTA, C.. **COMO OS DOMINANTES DOMINAM: O CASO DA BANCADA RURALISTA**. Temporalis, 2, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3094>>. Acesso em: 15 Ago. 2013.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2011. p.259-351.

SEN, Amartya. **Comportamento econômico e sentimentos morais**. Lua Nova, São Paulo, n. 25, abr. 1992. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15/08/2013
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000100005>.



**As visões médicas e jurídicas sobre os serviços de assistência no Distrito Federal:
uma análise sobre as propostas formuladas por Luiz Barbosa e Ataulfo de Paiva**

Lívia Freitas Pinto Silva Soares
Doutoranda em História social (UFRJ)
Orientador: Professor Dr. Marcos Bretas
E-mail: livia_fps@hotmail.com

Resumo: Este artigo analisa as propostas e os diagnósticos apresentados por duas importantes referências no que diz respeito à idealização e gestão da assistência médica e jurídica, no Rio de Janeiro, então capital da República, o jurista Ataulfo Nápoles de Paiva e o médico Luiz Barbosa. Objetiva-se recuperar os modelos institucionais de amparo social, propostos por esses atores importantes na medicina e no setor jurídico, os quais apoiaram ações voltadas para a construção de um sistema de socorros aos desvalidos no Distrito Federal. Pretende-se, ainda, avaliar as práticas médico- assistenciais hegemônicas durante os primeiros anos do século XX e identificar como esses reformadores sociais pensaram os papéis que competiam ao Estado liberal e à filantropia na gestão da questão social.

Palavras-chave: Assistência; Filantropia, Primeira República.

Abstract: The present article analyses the proposals and diagnosis presented by two of the most imminent people regarding the ideal and management of the medical assistance in Rio de Janeiro as the center of the Republic: the lawyer Ataulfo Nápoles de Paiva, and the medical doctor Luiz Barbosa. This research aims to recover the institutional models of social support, proposed for these important agents in the fields of justice and medicine, as they supported the creation of a model for helping poor people in the Federal District. It also aims to evaluate the ruling medical practices on the beginning of the XX century and identify how these agents of social transformation understood the responsibilities of the Liberal State and the philanthropy in the management of the social landscape.

Keywords: Assistance; Philanthropy, First Republic.



Introdução

A sociedade à qual direcionamos o foco desta análise era herdeira de um recente passado escravista, responsável pela dispersão da pobreza e marginalização de milhares de pessoas. Certamente, os impactos e os reflexos do crescente número de pobres que engrossaram as fileiras da sociedade eram percebidos de forma clara e precisa pelos contemporâneos, haja vista o fato ser expressivo o volume de brasileiros excluídos da ordem produtiva e de qualquer sistema de proteção. Esses atores estavam completamente à margem da sociedade, porque não participavam do processo de produção das riquezas. Por esta razão, pode-se afirmar que a pobreza despontou como uma questão social importante no Brasil, ao final do século XIX e, neste caso específico, esteve fortemente atrelada aos flagelos produzidos por anos de exploração do trabalho escravo. Dentro desta perspectiva, o Rio de Janeiro, por ser um dos maiores centros urbanos do período, atraiu um grande contingente de imigrantes e ex-escravos, que chegavam à cidade em busca de trabalho e de novas oportunidades, unindo-se aos brasileiros que dependiam da caridade religiosa e da filantropia para sobreviver desde o Império.

O advento da República veio acompanhado por novas preocupações. De um lado, o país em crescimento dependia de uma população preparada para impulsionar a economia nacional. Como observa Irma Rizzini, era necessário formar e disciplinar os braços da indústria e da agricultura (RIZZINI, 2000, p.378). Desta forma, o governo tinha como uma das suas principais metas contribuir para impulsionar a vida econômica nacional, restituindo à sociedade, um homem sadio e apto para o trabalho. Segundo Rizzini, novas instituições surgiram neste momento, algumas fundadas por empresários, vislumbravam a adequação do menor às necessidades da produção industrial e da composição da futura mão-de-obra. Por este motivo, asilos de caridade foram transformados em institutos, escolas profissionais e patronatos agrícolas (RIZZINI, 2000, p.379). Esses menores eram retirados das ruas do Distrito Federal e encaminhados para os patronatos agrícolas, instituições que albergavam esses jovens marginalizados,



as quais visavam à formação profissional. Assim, o envio dessas crianças e adolescentes para as colônias agrícolas contribuía, num primeiro momento, para a manutenção da ordem social, na medida em que eram recolhidos das ruas da capital federal, indivíduos ociosos que eram marginais potenciais. Em um segundo momento, o governo propagava para os eleitores brasileiros suas ações e projetos voltados para a formação da mão-de-obra nacional.

Desta forma, a presença da pobreza urbana no Distrito Federal, assim como nas principais metrópoles do período, gerava um forte desconforto entre as autoridades republicanas e, ao mesmo tempo, ameaçava os projetos cuidadosamente idealizados pelas elites, na virada do século XIX para o XX, voltados para a construção da nação brasileira moderna, civilizada e desenvolvida. Nesse contexto, as ações de assistência levadas a cabo pela filantropia permaneceram hegemônicas, dadas a vigência do modelo liberal de Estado, que previa intervenções apenas em situações de calamidade e a emergência da questão social no Brasil, no pós-abolição.¹ De fato, durante boa parte dos períodos colonial e imperial, coube à beneficência privada o dever de proteger e socorrer os pobres, inválidos, doentes de todo o tipo, órfãos, viúvas, entre outros brasileiros destituídos de qualquer proteção social.¹ Russel Wood chama a atenção do leitor para o fato de o conforto aos doentes e desamparados ser, na tradição brasileira, uma atribuição da sociedade. Com efeito, as elites locais assumiram a tarefa de organizar os serviços de apoio, motivadas pelo compromisso cristão de caridade e a busca de prestígio e poder (WOOD, 1981). Sem dúvida, as ações e os projetos sociais mobilizados pelos membros da própria sociedade continuaram sendo dominantes até a década de 1920, momento em que passa a existir uma intervenção mais efetiva do Estado sobre a gestão da assistência. É importante salientar que as Santas Casas de Misericórdia ocuparam um lugar importante na manutenção das sociedades coloniais e pós-coloniais, no que diz respeito à prestação de um mínimo de assistência às pessoas, tornando a vida em sociedade suportável (TOMASCHEWSKI, 2007, p.29). Pode-se afirmar que essas instituições, durante muito tempo, responsabilizaram-se pela prestação de serviços de assistência que são atualmente designados como “sociais”. Por



outro lado, elas não exerceram apenas a ajuda aos pobres, que continuou sendo feita entre os indivíduos e mesmo por outras irmandades e sociedades de socorros mútuos, controlaram, também, espaços de fundamental importância para a assistência em diferentes contextos: os hospitais e os cemitérios locais (TOMASCHEWSKI, 2014, p.61). Nota-se, portanto, que a presença da filantropia e da caridade na capital federal e nas diversas regiões do Brasil foi responsável por grande parte dos socorros prestados aos pobres, doentes de todo o tipo, órfãos, indigentes e desvalidos.

A desorganização dos serviços de apoio e a preocupação com os diversos flagelos sociais engendrados pelos séculos de escravidão motivou um intenso debate intelectual e acabou aproximando médicos, juristas e filantropos, que apontaram estratégias e possíveis caminhos para a organização das ações de assistência no Brasil. Nesta perspectiva, o renomado jurista Ataulpho Nápoles de Paiva se insere no rol dos “reformadores sociais” que não se conformavam com os efeitos causados pelo aumento do número de vítimas do pauperismo e se mobilizavam para minimizá-los. Paiva atuou como juiz no tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal e logo demonstrou grande interesse pela questão assistencial, passando a representar o governo brasileiro em congressos dedicados a essa temática, realizados em Paris (1900) e em Milão (1906). Ele também foi membro e presidente da Liga Brasileira Contra a Tuberculose desde a sua fundação (1900). Por esta razão, consideramos sua obra “Assistência pública e privada no Rio de Janeiro” uma importante fonte de pesquisa, na medida em que ela traz um levantamento rico em informações a respeito de todas as instituições de assistência em funcionamento na então capital, além de salientar quais seriam as bases que deveriam constituir a assistência público-privada (VISCARDI, 2011, p.2).

O jurista escreveu este livro a pedido do então prefeito do Distrito Federal, o General Bento Ribeiro, durante o seu mandato, em janeiro de 1913, porém foram necessários quase dez anos para que tal iniciativa fosse concretizada. Somente Carlos Sampaio pode testemunhar o resultado desse trabalho, o qual foi lançado no âmbito de comemorações do centenário da Independência do Brasil. Este atraso na finalização da sua obra levou-o a tentar atualizar os dados até 1920. A relação presente em seu



trabalho abrange mais de 500 instituições, restringindo-se à capital federal. Seu livro visava auxiliar na remodelação racional e científica dos serviços de assistência pública no país. Objeto deste estudo, a cidade do Rio de Janeiro testemunhava um momento de grande otimismo em relação ao papel da ciência como fator de progresso e evolução social, tendo se tornado palco de discussões sobre que rumos seriam mais adequados ao país “civilizado” que se pretendia consolidar. Desta maneira, é possível observar a influência da crença na ciência e dos modelos metódicos de organização da assistência, sobretudo aqueles que haviam sido implementados na França e na Argentina, tanto nas reflexões realizadas por Paiva, quanto nos apontamentos feitos pelo médico Luiz Barbosa (1870-1949).

No que tange à trajetória de Barbosa, é importante destacar que a sua carreira clínica teve início na pediatria, quando atuou como chefe dessa especialidade na Policlínica de Botafogo, entidade filantrópica privada, de sua propriedade, inaugurada em 1899. Ele também organizou cursos livres de pediatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde atuou como livre-docente, cujas aulas eram ministradas na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia e no consultório da Policlínica de Botafogo. É importante destacar que o médico não só operou na área clínica, mas também esteve à frente da fundação de instituições filantrópicas voltadas para os cuidados das crianças pobres, além de ter militado em favor da institucionalização da assistência à infância (Sanglard; Ferreira, 2010). Antônio Fernandes Figueira, Arthur Moncorvo Filho e Luiz Barbosa foram os grandes responsáveis pela organização de um sistema de assistência à saúde da infância de caráter ao mesmo tempo público e filantrópico no Distrito Federal. Por esta razão, acreditamos que a análise da sua obra, *Serviços de Assistência no Rio de Janeiro*, se constitui em uma excelente fonte de pesquisa, na medida em que trará à luz os preceitos e as diretrizes que guiaram os projetos de institucionalização da assistência médica que estavam sendo discutidos pelos “reformadores sociais” (BARBOSA, 1908).



A organização dos serviços de assistência sob os olhares de Paiva e Barbosa

Feitos os devidos esclarecimentos a respeito do contexto no qual os moradores do Distrito Federal estavam imersos e da estrutura que amparava os socorros no Distrito Federal, partiremos, a seguir, para a análise acerca das possíveis soluções apontadas por Paiva e Barbosa, no que tange à reorganização dos serviços de apoio. Importa salientar que o caminho apontado pelo jurista consistiu na adoção da filantropia científica.

Ao avaliarmos mais detidamente as reflexões realizadas pelo jurista, sobressai em sua análise o fato de a situação dos desvalidos no Brasil ser resultante de um absoluto descaso das autoridades e dos poderes públicos. Sua abordagem chama a atenção do leitor, também, para a necessidade de se promover uma ampla reforma no sistema de socorros no Brasil, sobretudo no que tange à sua organização. Paiva classificou os processos de socorros públicos como arcaicos e ineficazes, bem como argumentou que o sistema de assistência social de nosso país era destituído de qualquer rigor e método, o que acabava gerando resultados pouco compensadores.

Outro elemento importante presente em sua análise diz respeito ao fato de a assistência pública nunca ter merecido no Brasil nenhum movimento de previdência real ou prevenção efetiva. Assim, restava aos pobres apelarem para a caridade religiosa e para a filantropia. Por outro lado, as forças mobilizadas pelas instituições de caridade para socorrer os famintos, indigentes e doentes também se achavam dispersas, prevalecendo em seu interior a desordem. Somado a isso, sua apreciação classifica os processos filantrópicos como muito incoerentes, pois faltava a eles uma técnica eficaz capaz de centralizar e uniformizar as suas ações. Desta forma, era comum o apelo para a Polícia em todos os momentos em que falhavam os aparelhos de caridade vigentes no Distrito Federal. Sob sua ótica e a de Luiz Barbosa, o serviço de assistência deveria ser totalmente afastado da ação policial. No entanto, durante boa parte da Primeira República, esta instituição continuou encarregada de tais iniciativas, sendo a grande responsável por recolher e encaminhar para as instituições de caridade, asilos, escolas e



colônias correcionais, os menores abandonados e os indigentes das ruas da capital federal. A despeito disso, a Polícia continuou pressionando o parlamento para não precisar assumir tamanha responsabilidade e para instituir órgão próprio para este fim. A solução apresentada por Paiva para a organização e gestão dos socorros na capital federal consistia na criação de um instituto que fosse capaz de centralizar todas as ações voltadas para a assistência, evitando-se a sua fragmentação.

Francisco Pereira Passos, então prefeito do Distrito Federal, criou um instituto nos moldes do que havia sido proposto pelo jurista, com vistas a promover a organização científica da assistência pública e privada no Brasil. Essa instituição congregaria esforços isolados numa obra harmônica de solidariedade filantrópica. Paiva elogia, sobremaneira, a instituição e observa que as nações novas deveriam copiar o modelo, uma vez que ele ajudaria a resolver do ponto de vista mais prático a mendicância profissional. Em sua avaliação, o problema da assistência não se vinculava à escassez de asilos, e sim à falta de uma legislação, principalmente em relação à infância abandonada. Nesta perspectiva, a prática de fazer o bem demandava um aprendizado prévio de como se fazer. Ou seja, Paiva defendia a elaboração de métodos unificados e uma legislação clara destinada, sobretudo, aos socorros aos doentes e aos infantes.

Prosseguindo em sua análise comparativa, Paiva deixa claro que a grande referência a ser seguida pelo Brasil, no que tange à organização e gestão dos socorros, era a França. De acordo com a sua perspectiva, esta nação teria encantado a humanidade, ao organizar o Primeiro Congresso Internacional de Assistência Pública, em 1889. Este evento teria marcado a adoção de renovadas teses e ações na esfera assistencial, assim como se ressaltou a importância do Estado em cumprir o seu papel social. A partir daí, chegou-se à conclusão de que a doação de esmola, o amparo aos órfãos e a concessão de abrigo aos idosos eram ações nobres, mas jamais produziriam resultados eficazes (PAIVA, 1922, p.50).

A assistência pública foi concebida por Luiz Barbosa como obra de grande alcance social, sobretudo os socorros de extrema urgência, os quais, sob sua ótica,



deveriam ser o objetivo exclusivo da repartição sanitária municipal (BARBOSA, 1908, p.21). O médico sustenta a tese segundo a qual, o vulto de renovação necessário ao país teria sua origem na solução urgente do problema da assistência pública, quase extinta no Brasil. A melhora neste quesito, portanto, seria o caminho para a reabilitação moral e técnica do país, bem como o segredo da força dos poderes públicos. Suas reflexões chamam a atenção do leitor para a necessidade de se levar a cabo a tutela oficial sobre os múltiplos instrumentos de socorro público e sobre as associações de beneficência privada, onde a caridade se revelava eficaz nos seus efeitos (BARBOSA, 1908, p.23). Barbosa afirma que avanços importantes começaram a ser observados no início do século XX, na esfera da assistência, e, assim como Paiva, menciona como exemplo a iniciativa enérgica da Municipalidade, ao criar o Ofício Geral de Assistência em 1903. O autor destaca, também, a importância da liderança assumida pelos médicos que ajudaram a fundar diversas policlínicas que atendiam os pobres no Distrito Federal, estabelecendo preços populares para as consultas e procedimentos cirúrgicos. Cabe salientar que as policlínicas eram instituições filantrópicas que trabalhavam com a premissa de internação restringida do paciente (BARBOSA, 1908, p.45).

Com base nestas reflexões, qual seria sob a ótica de Paiva e Barbosa o papel da assistência social? O jurista defende que um dos maiores objetivos vislumbrados pela assistência consiste em prevenir a miséria. Ou seja, evitar que o pobre se converta em um miserável, indigente:

A assistência mal praticada e a caridade irrefletida têm duração efêmera e são nulas. Apenas multiplicam o número de indigentes, (...) porque a verdadeira beneficência é a que promove, não a preguiça, o descuido e a degenerescência da raça, mas o trabalho, a economia, o progresso moral e físico das gerações (PAIVA, 1922, p. 45).

Paiva defendia a adoção do princípio de discriminação da caridade, ou seja, era necessário classificar o “bom” e o “mau” pobre. O primeiro consistia no pobre inválido que, devido às más condições de saúde ou a presença de alguma deficiência física, era



incapaz de prover o seu próprio sustento. Já o segundo tratava-se do fraudador, o indivíduo que fingia ter alguma deficiência para viver das esmolas. Tal iniciativa evitaria o desperdício de recursos públicos e privados. Nesta perspectiva, defendia-se a necessidade de se fazer um inquérito sobre toda a situação material e moral do solicitador. O jurista sustentava o argumento de que aos indigentes válidos deveria ser dado o correto socorro, qual seja, aquele que lhe dessem condições de conseguir por si mesmo se manter pelo trabalho. Assim, a esmola nunca deveria ser concedida sem inquérito prévio¹.

Outro aspecto importante presente nas reflexões realizadas pelo jurista relaciona-se ao fato de Paiva ter concebido a assistência pública como um mecanismo de assimilação moral, bem como um meio de reparar os males engendrados pelo sistema escravocrata. Sob o seu ponto de vista, o governo Rodrigues Alves e a opinião pública teriam acolhido muito bem as propostas apresentadas por ele. No entanto, caberia ao governo tomar iniciativas a partir daquele momento, uma vez que não existia nenhuma legislação que coordenasse tais iniciativas. Muito embora existissem leis prevendo o amparo para os loucos e órfãos, a jurisprudência sobre o assunto ainda era muito limitada e não era capaz de uniformizar, tampouco corporificar coisa alguma. Tais apontamentos levam Paiva a concluir que a assistência pública no Brasil se limitava às tentativas de institucionalização da higiene e ao combate das epidemias.

Ao deslocarmos o eixo de inflexão desta análise para a abordagem realizada por Luiz Barbosa, percebe-se em sua apreciação uma visão mais otimista, quando comparada à de Paiva, sobretudo no tocante à organização dos serviços de apoio no Distrito Federal. Qual seja público, ou particular, as ações e os projetos de assistência são classificados pelo médico como múltiplos e resultantes do sentimentalismo brasileiro. É interessante destacar que, à semelhança daquele jurista, Barbosa não acreditava que o maior problema que incidia sobre a organização dos socorros no Distrito Federal estivesse relacionado à ausência de estabelecimentos destinados a esse fim. O médico destaca, também, o surgimento maciço de hospitais e enfermarias; instituições voltadas para minimizar os efeitos de moléstias, de inundações súbitas e de



paroxismos epidêmicos. Sob sua perspectiva, tais estabelecimentos constituiriam a prova do interesse do poder público para com a organização dos serviços de assistência, na capital federal, como também nos demais Estados. Desta forma, Barbosa observa que a assistência pública, apesar da sua apregoada desorganização, tomava vulto e mostrava serviço, logo que apareciam razões para o seu exercício. Sob sua perspectiva, o Brasil não ficava atrás dos países mais adiantados, no tocante à prestação dos socorros aos famintos e aos necessitados. Muito embora esses países ostentassem instituições mais suntuosas do que as nossas, o que de fato importava, para Barbosa, era a espontaneidade e o dever humanitário assumido por muitos brasileiros.

Por outro lado, o médico reconhece as deficiências encontradas no sistema de socorros do Distrito Federal, o qual, ainda não possuía, nos seus sistemas de assistência pública, poderosa máquina administrativa, tampouco serviço médico de urgência nos casos de acidentes urbanos e desastres e envenenamentos. Não obstante, competia à Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública, desde 1893, a obrigação de fundar, dirigir e organizar postos, providos de material e de pessoal indispensável à remoção dos doentes e dos cadáveres de moléstias comuns. Somado a isso, em caso de acidentes, comumente apelava-se para a farmácia mais próxima, com o intuito de obter socorro para o enfermo ou ferido; recorria-se, também, às associações particulares da vizinhança. Desta maneira, prevalecia, na capital federal, a mais completa ausência de socorro profissional impróprio, deficiente, senão perigoso (BARBOSA, 1908, p.24). Tendo em vista essas observações, o médico conclui que o socorro oficial metodicamente organizado era uma necessidade real e urgente (BARBOSA, 1908, p.24).

Tal qual Paiva, Barbosa elege o modelo de assistência implantado em Buenos Aires como referência para o Brasil e observa que seu sistema era classificado como avançado pela população portenha. As ambulâncias eram conduzidas por acadêmicos de medicina, estando a cidade dividida em seções para a prestação dos primeiros socorros. Como contraponto a Buenos Aires, no Rio de Janeiro, o transporte de doentes era feito em padiolas, obtidas por empréstimo, ou em veículos da assistência policial, dispensado



em regra o exame médico prévio. O médico sugere a adoção de automóveis-ambulâncias na parte plana da capital federal, de calçamento uniforme, de rodas pneumáticas, reservando para os subúrbios e para as zonas de caminhos escabrosos, carros de rodas maciças, dentro dos quais o socorrido gozasse de certo conforto e segurança. No entanto, sob sua ótica, nenhuma dificuldade séria poderia atrapalhar a instalação dos postos de assistência médica permanente, contanto que a Municipalidade, a quem cabia por direito, a função importante do socorro de urgência, entrasse em acordo com a União. Segundo Barbosa, nada poderia impedir, também, o aproveitamento das policlínicas e instituições congêneres, como recursos complementares da assistência imediata às vítimas de acidentes.

Retomando a análise de Paiva sobre a organização dos socorros prestados aos infantes, ressalta-se a ausência de legislação neste campo e o fato de só existirem as obsoletas Ordenações do Reino, as quais instituíram a tutela, a curatela e a soldada. Segundo o jurista, a Ordenação mandava dar tutor a todos os órfãos sem fazer distinção de espécie alguma. Mas, na prática, somente o jovem abastado era capaz de encontrar um tutor. Assim, quando a criança não contava com nenhum recurso, caía no mais completo desamparo. Suas reflexões apontam para a assistência judiciária prevista pelo decreto 2457 de oito de fevereiro de 1897, o qual garantia os direitos civis aos desprotegidos. No entanto, ainda não existia sindicância orfanológica, a qual era deixada a cargo dos magistrados e curadores especiais de órfãos. Por outro lado, Paiva acreditava que o Ofício Geral da Assistência era um dos possíveis caminhos para resolver o problema da infância, pois ele sempre saberia como encaminhar o órfão ou castigar com brandura os casos de criminalidade (PAIVA, 1922, p.58). Desta maneira, esta instituição deveria atuar como agente responsável e fiscalizadora das atividades filantrópicas e caritativas. Sob sua ótica, o Brasil permanecia muito estacionário no tocante à assistência infantil, visto que o poder público havia feito muito pouco, principalmente em relação aos menores do sexo masculino.

Outro aspecto interessante que chama a atenção do leitor em sua abordagem reside nos paradigmas educacionais que pautavam as ações das organizações oficiais



dedicadas aos cuidados à infância, cujos fundamentos apontavam para a necessidade de se levar a cabo a educação preventiva das crianças. Neste sentido, as autoridades republicanas e os gestores dos diversos institutos dedicados à educação e ao recolhimento dos menores abandonados e/ ou infratores, defendiam a implantação de oficinas e cursos profissionalizantes, cujo fim consistia em formar braços especializados para a indústria e o comércio. Tais projetos resolviam, de um lado, a problemática da mão-de-obra nacional e, de outro, contribuía para retirar das ruas da capital federal os jovens ociosos, que constituía ameaças potenciais para a ordem pública e para o nascente processo de industrialização do Brasil. Sem dúvida, essas ações estavam em consonância com o ideal republicano de construção da nação e de consolidação da ordem social e do trabalho. O jurista defendeu a tese segundo a qual, as crianças abandonadas, ainda que tivessem cometido algum delito, poderiam ser capazes de se reabilitar fora dos meios convencionais e do contato com os criminosos incorrigíveis. No entanto, na prática, não era isso o que acontecia, uma vez que os infantes que se encontravam no mais completo abandono e que, na maioria das vezes viviam de pequenos furtos, acabavam se misturando aos criminosos incorrigíveis nas casas e colônias de correção. Essas instituições, por sua vez, abrigavam os infratores, menores, ou não e tinham como propósito ajustar esses jovens e adultos que já estavam inseridos de alguma forma no mundo do crime.

Paiva elogia os trabalhos científicos realizados por Fernandes Figueira, bem como seus levantamentos estatísticos sobre as doenças, que apontavam para uma piora nas condições de saúde brasileiras quando comparados os dois períodos: 1859-1868 e 1859-1907. Desta forma, as estatísticas comprovavam que a taxa de mortalidade no Brasil era a maior do mundo, de 7 a 8% (PAIVA, 1922, p.15). Em que pese as inúmeras ações de caridade e filantropia que eram levadas a cabo, no Brasil, desde o século XIX, a taxa de mortalidade continuava crescendo em 1915.¹

O jurista reconheceu a complexidade etiológica e a gravidade social do problema da infância. Neste sentido, a transferência de recursos adicionais para as instituições e projetos levados a cabo pela filantropia seria um dos possíveis caminhos apontados pelo



jurista que visavam à redução das vítimas do pauperismo e permitiria, ao mesmo tempo, evitar o crescimento da taxa de mortalidade infantil. Esta, por sua vez, era uma das maiores preocupações dos médicos, filantropos e das autoridades republicanas durante os primeiros anos do século XX.¹ Este quadro de penúria leva-o a concluir que tudo faltava ao Brasil, no que diz respeito à promoção de ações e projetos voltados para a infância, uma vez que não havia legislação, nem associações particulares de proteção à criança, tampouco havia consultas suficientes para as lactantes. Somado a isso, as mães ainda não podiam contar com a existência de mutualidades maternas e as creches estavam em período inicial de implantação e, portanto, sem o auxílio do poder público. Paiva se admira com o fato de a cidade de São Paulo também se achar atrasada em relação aos cuidados com a infância. No entanto, o elemento mais desolador, sob o seu ponto de vista, residia nas projeções ruins para o futuro das crianças, já que não era possível observar qualquer movimento que fosse capaz de alterar o quadro precário, no qual a assistência à infância se achava.

Uma das maiores mudanças apontadas pelo jurista, no que diz respeito à organização dos serviços de assistência, consiste na aprovação de dois importantes decretos o 3987 de dois de janeiro de 1920, o qual previa a reorganização dos serviços de saúde pública. Ademais, o decreto 15003 de 15/9/1921 também se mostrou inovador, na medida em que estabeleceu a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, uma Divisão Especial de Higiene Infantil. Carlos Chagas, que esteve à frente da Diretoria Nacional de Saúde Pública, criou a seção especial em outubro de 1921. A partir da década de 1920, a missão aclamada pelas autoridades médicas consistia em criar consultórios em vários bairros pobres da capital e instituir câmaras de amamentação nas fábricas existentes no Distrito Federal, aproveitando a oportunidade para proceder às distribuições regulares de alimentos e roupas para as crianças e gestantes pobres. Todo este serviço esteve sob a direção técnica de Fernandes Figueira. É importante salientar que, no âmbito desta divisão, estavam sendo elaborados regulamentos que poderiam sinalizar para um futuro avanço, inclusive porque estavam relacionados ao trabalho das mulheres nas fábricas.



Paiva e Barbosa tecem longos elogios aos modelos de assistência implantados na Argentina e na França, os quais deveriam ser tomados como referência para o nosso país, sobretudo no que tange à forma como a criança era tratada e protegida no país portenho. O jurista exaltou em suas reflexões o governo francês, que amparava os pobres regulando as atividades assistenciais, mas sem interferir na autonomia das instituições privadas. Ademais, essas nações possuíam leis claras que regulamentavam a proteção social, promoviam ações de assistência que visavam estimular o trabalho e a qualificação dos indigentes e, no caso do país europeu, lançava-se mão dos princípios de discriminação do “bom” e do “mau” pobre para a distribuição dos benefícios sociais. O emprego desse método, segundo o jurista, era a melhor forma de se evitar o desperdício dos recursos públicos.

À semelhança das teses postuladas pelo jurista, Luiz Barbosa acreditava que era dever do Estado promover projetos sociais que estimulassem o aprendizado de uma profissão, bem como um direito seu proceder à vigilância e à fiscalização das associações de caridade e filantrópicas (BARBOSA, 1908, p.43). Essas ações preveniriam a falsa benemerência e, ao mesmo tempo, garantiriam, sob a ótica de Paiva, a implantação da filantropia científica no Brasil. Esta, por sua vez, seria viável através do direito de fiscalização e intervenção do Estado sobre a rotina das instituições de caridade com o fim de reduzir as fraudes, evitar maus-tratos e corrigir injustiças. Tal iniciativa não transgredia, em sua visão, o ideário liberal, na medida em que visava apenas auxiliar na gestão da economia da caridade. Nesta perspectiva, a organização e vigilância por parte do Estado seriam possíveis, mediante a criação de Ofícios de Assistência, órgãos incumbidos de coletar as doações e distribuí-las aos necessitados, com base em critérios racionais. Como observa Cláudia Viscardi, tais perspectivas provavelmente foram influenciadas pelo contato que mantiveram com as experiências europeias durante a participação nos congressos internacionais dedicados aos debates sobre a assistência, sobretudo com a França (Viscardi, 2011).

Pode-se constatar, portanto, que existia consenso dos reformadores em relação a determinados aspectos: prevalecia a crença de que a resolução do problema da



assistência seria o caminho para o progresso moral, social e técnico do Brasil, além da defesa quanto à necessidade de maior participação do Estado na questão social. Por fim, sustentaram a tese segundo a qual, os projetos de assistências levados a cabo pela iniciativa pública e privada deveriam coexistir. Muito embora estivessem inseridos em uma conjuntura regida pelo ideário liberal, a assistência foi concebida por Paiva e Barbosa como um direito do cidadão e um dever do Estado.

Considerações finais

Neste artigo pretendeu-se trazer à luz, através da análise das obras de Ataulpho de Paiva e Luiz Barbosa, produzidas entre os anos de 1908 e 1922, as propostas e alternativas que estavam sendo pensadas, no âmbito jurídico e médico, para a organização da gestão pública e privada da assistência no Distrito Federal. Dessa forma, foi possível conhecer o quadro no qual os socorros se achavam na então capital da República e, ao mesmo tempo, identificar determinadas especificidades nacionais, a exemplo da alma extremamente generosa e do sentimentalismo característicos do povo brasileiro, tal como foi destacado por Paiva e Barbosa. Em que pesem alguns pontos de discordâncias existentes entre esses reformadores sociais é fato que, no final do século XIX, havia consenso em torno da tese de que competia ao Estado a resolução dos problemas sociais. Nesta perspectiva, a assistência aos pobres era concebida como um dever do Estado e um direito dos cidadãos, ainda que o liberalismo previsse intervenções mínimas dos poderes públicos na sociedade. Paralelamente, a filantropia era pensada como uma atividade complementar à ação do Estado, devendo tais iniciativas coexistir.

Cabe salientar, ainda, que Paiva e Barbosa tinham um amplo conhecimento acerca das práticas vigentes em outros países e mantiveram uma postura crítica diante da situação em que se encontrava a assistência pública no Brasil. Ambos reconheceram as profundas limitações das ações empreendidas pela filantropia e pelo poder público no Brasil, muito embora o médico se mostrasse mais otimista em relação aos projetos



sociais que começavam a ser implantados pelo Estado no Distrito Federal e em diversas regiões brasileiras. Por outro lado, constataram que a assistência aos pobres era desorganizada, insuficiente e distorcida e que faltava quase tudo para que o país construísse uma estrutura eficiente de amparo à infância, a começar pela legislação que não existia até então. As soluções apontadas residiam na implantação da organização metódica, na ampliação do socorro às vítimas, na tutela do poder público municipal sobre os serviços médicos de urgência e na discriminação do público alvo das ações de apoio.

Ressalta-se que a participação da Polícia na assistência foi duramente criticada e, embora reconhecessem a generosidade daqueles que financiavam a caridade privada, os quais ajudavam a manter instituições diversas de amparo, Paiva e Barbosa consideraram-nas insuficientes para reduzir de vez os flagelos sociais que acompanhavam o pauperismo. Para tanto, concordaram quanto à importância da parceria dos poderes públicos e privados, atribuindo ao Estado o papel mais importante, na medida em que competia a ele a fiscalização dessas associações e, finalmente, confiar caráter científico às ações de caridade. Como já foi dito, o remédio encontrado consistia na criação de uma instituição que fosse capaz de regular toda a assistência pública, inspirado no *Ofício Geral de Assistência Pública*, criado na França. Um instituto nesses moldes já havia sido proposto por J. J. Seabra, em 1903, durante a gestão de Rodrigues Alves.

Muito embora as experiências portenhas e europeias lhes causassem admiração e servissem de referência para o Brasil, seus projetos de maior participação do Estado na gestão da questão social mantiveram-se limitados pelas circunstâncias nas quais o país se encontrava. De um lado, a prevalência do liberalismo concebia a intervenção do Estado na sociedade como um mal capaz de colocar em risco a República. De outro, a escassez de recursos dos cofres públicos e a própria ausência de legislação específica impossibilitavam a presença do Estado brasileiro em quase todas as regiões do país, inclusive no próprio Distrito Federal.



A despeito de determinadas ações de proteção social, ainda que bastante pontuais, terem sido implantadas pelo Estado durante os primeiros anos do século XX, fato é que a ausência de políticas sociais deixava grande parte dos brasileiros à mercê das ações de apoio patrocinadas pela caridade e filantropia. Como vimos, essas iniciativas mostravam-se incapazes de erradicar de vez o problema da pobreza no Brasil. Paiva e Barbosa apontaram suas falhas e procuraram superá-las, apontando como remédio a parceria com os poderes públicos. Nesta perspectiva, esses reformadores promoveram análises críticas acerca da forma como os países europeus, ditos “civilizados”, organizavam seus serviços de apoio e tratavam as vítimas do pauperismo, para que pudessem situar os problemas sociais do Brasil e, ao mesmo tempo, pressionar o Estado a cooperar para que seu povo não morresse à míngua. No entanto, as ações e os projetos sociais mais relevantes continuariam sendo executados pela própria sociedade civil durante boa parte da Primeira República, sendo necessários muitos anos até que, finalmente, o governo assumisse para si a tutela sobre a gestão dos socorros prestados aos brasileiros menos favorecidos.

Referências Bibliográficas

BALSA, Casimiro. BONETI, Lindomar e SOULET, Marc-Henry. (orgs.). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social** – uma abordagem transnacional. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BARBOSA, Luiz. **Serviços de assistência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia ao Luzeiro. 1908.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. 3ed. Petrópolis: Vozes. 1998.



PAIVA, Ataulpho Nápoles de. **Assistência pública e privada no Rio de Janeiro: história e estatística.** Rio de Janeiro: Typografia do Anuario do Brasil, 1922.

RANGEL, Rosângela Faria. **Assistência no Rio de Janeiro: elite, filantropia e poder na Primeira República.** Dissertação de mestrado. Serviço Social, Rio de Janeiro, PUC, 2013.

RIZZINI, Irene. **Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. USU, 1989.

RIZZINI, Irene. **O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1997.

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil.** In: PRIORI, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil.* 2 ed, São Paulo: Contexto, 2000.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.** Brasília: UnB, 1981.

SANGLARD, Gisele. **Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro (1920-1940).** Tese de Doutorado em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2008.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. **Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República.** *Varia História.* Belo Horizonte: vol.26, nº44, 2010, p. 437-459.



TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC – RS, 2007.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, PUC – Rio Grande do Sul, 2014.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papyrus, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **“Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República”**. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. Rio de Janeiro: vol.18, supl.1. 2011.



**A fronteira Brasil-Paraguai: sua história e suas representações discursivas
no “Programa Escolas Bilingues de Fronteira (PEBF)”**

Jaqueline Alonso Braga de Oliveira
Mestranda em Letras - UFMS/CPTL
e-mail: jaq.alonso@hotmail.com
Profª Drª Claudete Cameschi de Souza
(Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação em Letras -
UFMS/CPTL
e-mail: claudetecameschi@gmail.com

Resumo: O presente trabalho faz parte da pesquisa de mestrado intitulada “Representações do sujeito-aluno da fronteira Brasil-Paraguai em documentos oficiais do programa escolas de fronteira”, a qual objetiva problematizar o processo de constituição identitária a partir do discurso de documentos oficiais, e que se justifica por duas razões principais: o contexto social e geográfico do estado de Mato Grosso do Sul e de suas fronteiras com o Paraguai e a implantação de políticas públicas de ensino bilíngue nas cidades fronteiriças. Assim, pretende-se com este estudo analisar algumas das representações que o documento oficial do “Programa escolas bilíngües de fronteira (PEBF)”, produzido em parceria com o governo argentino, faz a partir de seu modelo de ensino sobre língua, linguagem, aluno e fronteira, tendo em vista os elementos históricos que permeiam a prática discursiva. Para tanto, foram utilizados os princípios teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, as noções de língua de Coracini (2003), bilinguismos de Maher (2007) e Nincao (2003,2008), os conceitos da geopolítica de Oliveira (2005) e Raffestin (2006), as condições históricas de Doratioto (2002) e as reflexões dos estudos culturais de Canclini (2015).

Palavras chave: Língua e Linguagem. Fronteira. Discurso.

Abstract: This work is part of the Master thesis entitled "Representations of the subject student of the Brazil-Paraguay border in official documents of border schools" program, which aims to problematize the process of identity construction from the discourse of official



documents, and which is justified for two main reasons: the social and geographical context of the state of Mato Grosso do Sul and its borders with Paraguay and implementation of public policies for bilingual education in border cities. Thus, it is intended with this study is to analyze some of the representations that the official document "Program border bilingual schools (PEBF)", produced in partnership with the Argentine government makes from its teaching model of language, language, student and border, in view of the historical elements that permeate the discursive practice. Therefore, the theoretical and methodological principles of French Discourse Analysis were used, the language notions of Coracini (2003), bilingualism Maher (2007) and Nincao (2003.2008), the concepts of geopolitics de Oliveira (2005) and Raffestin (2006), the historical conditions of Doratioto (2002) and the reflections of cultural studies Canclini (2015).

Keywords: Language and Language. Border. Speech

Introdução

Segundo o Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFFF), publicado em fevereiro de 2009 pelo Ministério da Integração Nacional, o Brasil faz fronteira com dez países da América do Sul, no total de 15.700 Km de extensão, o que corresponde a 27% do território nacional. A grande extensão e as particularidades de cada uma dessas regiões fizeram com que o governo federal, desde 2005, lançasse políticas públicas voltadas especificamente para integração e desenvolvimento regional dessas áreas.

Dentre os estados brasileiros com mais fronteiras internacionais, o estado de Mato Grosso do Sul é o segundo com maior concentração de cidades-gêmeas¹, fazendo fronteira com dois países sul-americanos, com Paraguai a sul e sudoeste e Bolívia a oeste. Por conta disso, a presença de pessoas que moram nesses países ou que são descendentes diretos de paraguaios e bolivianos nessas cidades é uma constante,



conforme concluiu a pesquisa da professora Dra. Marísia Margarida Santiago Buitoni, da área de geografia da PUC-SP, que investigou os fluxos espaciais e os elementos que facilitam e dificultam a integração entre os povos da fronteira Brasil-Paraguai na cidade de Ponta-Porã.

Sendo assim, o Ministério da Educação instituiu, em 2012, o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF)¹, que começou em parceria entre os Ministérios da Educação de Brasil e Argentina no ano de 2005 e, em 2009, expandiu suas relações com outros países fronteiriços. No estado de Mato Grosso do Sul, das sete cidades que fazem fronteira com o Paraguai¹, a cidade de Ponta Porã foi, em 2009, a primeira do estado a ser incorporada no projeto, seguida por Corumbá na fronteira com a Bolívia. Um dos principais objetivos desse projeto é “promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue”, o que significa, em outras palavras, que a ênfase é no ensino do português e do espanhol.

§ 1o As Escolas Interculturais de Fronteira são as escolas públicas Estaduais e Municipais situadas na faixa de fronteira e instruídas pelo "Modelo de ensino comum de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um Programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol", da Declaração Conjunta de Brasília, firmada em 23 de novembro de 2003 pela Argentina e pelo Brasil, e do Plano de Ação do Setor Educativo do MERCOSUL 2006-2010. (**PORTARIA No- 798, DE 19 DE JUNHO DE 2012**)

Em 2009, na fronteira com o Paraguai, o programa começou a ser aplicado na Escola Estadual João Brembatti Calvoso, na avenida que divide territorialmente Brasil e Paraguai, e em 2010 se estendeu para outras duas escolas, uma delas em zona rural, a Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni e a outra em zona urbana, a Escola Estadual Prof.^a Geni Marques Magalhães. Atualmente a única escola que participa do projeto e do programa “Mais Educação” do governo federal, que fornece verba específica para o desenvolvimento das atividades interculturais, é a Escola Estadual



João Brembatti Calvoso. Contudo, e principalmente no caso dessa região, os documentos oficiais mostram que esse não é um contexto bilíngue, mas sim multilíngue, pois o país vizinho já apresenta uma situação de bilinguismo tendo como línguas oficiais o espanhol e o guarani.

Depois de ser reprimida durante o período colonial pelos conquistadores, e nas guerras da Tríplice Aliança e do Charco por servir como meio sigiloso de comunicação, em 1967, o guarani foi reconhecido como língua nacional enquanto o espanhol era a única língua oficial. Na constituição federal paraguaia de 1992, o guarani foi reconhecido como a segunda língua oficial do Paraguai e, em 2006, foi reconhecida pelo Mercosul¹ como a terceira língua oficial, embora ainda não seja reconhecida língua de trabalho, o que significa não ser usada na redação de documentos oficiais.

Assim, ainda e apesar dos esforços públicos para o bom relacionamento dos países que fazem fronteira com o Brasil, no caso do Paraguai, e principalmente na fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul, o contexto é mais complexo do que parece, inclusive no que concerne às questões educacionais, pois muitos paraguaios frequentam escolas do lado brasileiro e por sua vez já trazem a vivência de um contexto bilíngue.

Dessa forma, o presente artigo objetiva analisar as representações de língua e linguagem que o documento oficial do “Programa escolas bilíngües de fronteira (PEBF)”, produzido em parceria com o governo argentino, constrói ao apresentar um modelo de ensino comum as escolas desse programa. Sua função é a de nortear as atividades desenvolvidas nas escolas por concepções pedagógicas que trazem representações de língua e linguagem as quais, por sua vez, também norteiam o modelo de ensino apresentado e as práticas educacionais propostas.

Para tanto, foram utilizados a perspectiva das teorias discursivas da linguagem, como o conceito de língua como calendoscópio de César e Cavalcanti (2007) e as noções de língua materna-estrangeira de Coracini (2003), por tratarem a linguagem como constitutiva do sujeito e construto histórico-social. Também foram mobilizados os conceitos de bilinguismos de Maher (2007) e Nincao (2008) que tratam os contextos em



que há a coexistência de várias línguas e a relação entre elas, e por fim a concepção dialógica da linguagem desenvolvida por Bakhtin (2006 [1929]) que pressupõe a interação verbal como constituinte das práticas de linguagem.

Pressupostos teóricos

Para Orlandi (2002, p. 16), na Análise de Discurso (AD), o analista interpreta a linguagem na relação que ela estabelece com a exterioridade. Em outras palavras, procura-se entender como os sentidos são formados na relação da língua com o histórico e o social. Assim, para problematizar o processo discursivo da identidade do aluno da fronteira Brasil-Paraguai em documentos oficiais, será preciso considerar o contexto que envolve a produção desses documentos, os sujeitos e as situações sociais e históricas das fronteiras, em especial o caso de Brasil e Paraguai.

A importância das condições de produção desses documentos se inscreve na natureza do objeto de estudo traçado pela Análise de Discurso que, conforme Orlandi (2002, p. 25), é o fazer sentido da linguagem que a AD faz ao relacionar-se com a história. Na perspectiva dos estudos culturalistas, as condições de produção também formam parte das análises teóricas que têm como objeto o processo identitário.

Para Canclini (2015, p. 23), a história dos movimentos identitários envolve a seleção de elementos de diferentes épocas, ou seja, elementos que estejam vinculados a uma historicidade que lhes dê coerência. Considerando a ótica do hibridismo dos estudos culturalistas e a nossa opção por essa corrente teórica, o estudioso argentino afirma que o processo de hibridação ocorre em condições históricas e sociais específicas o que também delimita as oportunidades de multiplicação. Em outras palavras, os processos que envolvem a combinação de elementos étnicos e culturais dependem do contexto sócio-histórico no qual se desenvolvem.

Também por esse motivo o campo da Análise de Discurso procura a articulação teórica com outros campos das Ciências Sociais, além da Linguística. Para analisar e problematizar as representações discursivas de um modelo de ensino que visa à



integração intercultural por meio do ensino bilíngue, é preciso primeiro ter em vista alguns mitos que rondam o imaginário social sobre o que seja a língua. Segundo Nincao (2008), a partir de sua tese sobre os discursos de bilinguismo na educação indígena, há vários mitos e crenças que circundam as representações de língua e linguagem, como a ideia do monolinguismo e da homogeneidade das línguas.

O mito do monolinguismo se refere à crença de que falamos e sabemos só uma língua apesar da influência de várias outras com a globalização e os avanços tecnológicos. No caso do ensino bilíngue de fronteira, esse mito deveria ser superado sendo esse um espaço “oficial” de coexistência de várias línguas pela presença material de dois países de línguas oficiais diferentes.

A diversidade linguística do planeta Terra é um fato inegável: segundo o Ethlogue: Languages of the World existem, atualmente, cerca de 7.000 línguas vivas no mundo, enquanto que o número de países estabelecido pela Organização das Nações Unidas é de apenas 193. A conclusão inevitável decorrente dessas cifras é que o mundo em que vivemos se define, entre outras características, por sua natureza plurilíngue. (NINCAO, 2008, p. 53)

Outro mito tratado é a ilusão de que a língua que falamos é uma e imutável, não sofrendo influências de outras línguas, quando, na verdade, as pesquisas em Sociolinguística, com o desenvolvimento de atlas linguísticos, comprovam o contrário. Nesses estudos é possível observar que o contato linguístico de vários idiomas no mesmo espaço geográfico, além de constatar a alternância de uso das línguas conforme a intenção da situação de comunicação, criam processos de dialetação a partir de empréstimos linguísticos das línguas coexistentes.

A ideia de que a uma dada língua corresponde a apenas uma única forma de falar é outra falácia que circula como “verdade”, embora não o seja. Há, comprovadamente, heterogeneidade no interior da imensa maioria das línguas. (NINCAO, 2008, p. 53)



No caso da cidade de Ponta Porã, constatou-se, na criação do *Atlas Linguístico do município de Ponta Porã, MS – AliPP: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai*, produzido por Regiane Coelho Pereira Reis em sua pesquisa de mestrado, desenvolvida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul¹, o uso de expressões e palavras advindos da língua espanhola e guarani até por falantes sem ascendência paraguaia direta. Essa mescla linguística que se configurou da mistura dos três idiomas fronteiriços e se tornou uma nova variante é conhecida como *jopará*.

Do ponto de vista linguístico, a investigação realizada nas “cidades gêmeas” da fronteira Brasil/Paraguai, especialmente, a análise dos resultados do corpus do Projeto ALF – BR PY corroboram a assertiva de que a área dialetal a que estão expostos os falantes brasileiros deve ser compreendida pelo viés da diversidade linguística e da interferência de línguas com troncos linguísticos extremamente complexos em sua sistematicidade, como a língua guarani, a falada no Paraguai pelos moradores de fronteira, o jopará [mescla de falares], além das questões de ordem geracionais, como por exemplo, o guarani falado pela segunda faixa etária que apresenta marcas dialetais próprias. (REIS, 2013, p. 48)

Há na perspectiva da Linguística Aplicada e da Análise de Discurso a noção de língua que, além de sua materialidade e estrutura, é entendida como um construto sócio-histórico e cultural por estar imbricada, principalmente, com os sujeitos e as sociedades nas quais existem. Conforme César e Cavalcanti (2007), que apresentam uma concepção de língua híbrida por considerar os contextos multiculturais em que são usadas, língua é “um conjunto de variáveis, interseções, conflitos, contradições, socialmente constituídos ao longo da trajetória de qualquer falante” (2007, p. 61)

Na análise de discurso de linha francesa, Coracini (2007), a partir dos pressupostos teóricos da teoria psicanalítica de Lacan, parte do princípio de que as línguas não são meros instrumentos de comunicação, mas sim, matéria da organização e estruturação dos sujeitos e por isso, por essa constituição híbrida, as representações e as



crenças que alimentamos e reproduzimos sobre as línguas, “nossas ou estrangeiras”, constituem os discursos e a noção de identidade que sentimos ter. E pensando nessas representações no âmbito da escola, Coracini lembra que:

No contexto escolar, é comum ouvirem-se afirmações do tipo: “a língua materna atrapalha a aprendizagem e a proficiência da língua estrangeira”; “para aprender uma língua estrangeira”, ou, ainda: “fulano entrou na escola sem saber nada da língua estrangeira”; ou “só falo uma língua”- como se uma não penetrasse na outra; como se elas não se imbricassem no espaço sem fronteiras e sem dono da subjetividade; como se cada uma delas fosse pura, una, inteira e, portanto, não estivesse em constante transformação, graças ao contato direto com outras línguas [...] (CORACINI, 2007, p. 150)

Para análise dos recortes selecionados, essa noção de língua como social e histórica contribui para compreender o contexto multilíngue de ensino como um espaço híbrido no qual não só coexistem sistemas linguísticos e códigos como também culturas e fatos históricos que permeiam as representações que se tem dessas línguas. Assim, tendo em vista essas dimensões, social e histórica, entende-se por língua algo heterogêneo, o que se alinha a concepção de linguagem sócio-interacionista desenvolvida pelo filósofo Mikhail Bakhtin.

A partir dessa perspectiva, toda prática de linguagem é orientada pela noção de dialogismos, do diálogo com o outro em sua dimensão social, a qual orienta as práticas de linguagem em sentido geral.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face,



mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (BAKHTIN, 2006 [1929], p. 125)

Esse diálogo, essa interação de falantes de várias línguas a partir do diálogo, prevê o uso dessas línguas no contexto de fronteira de forma simultânea e alternada uma vez que elas participam da organização social fluida que se dá em espaços em que a fronteira, sem barreiras físicas, se impõe. Esses falantes cruzam os espaços que geograficamente são limitados livremente, e, por conseguinte, as línguas também o fazem. Tal noção se alinha também ao conceito de bilinguismo defendido por Maher (2007) no qual a competência do falante em contextos de uso de mais de uma língua pode variar a depender da dinâmica de cada região, do diálogo com o interlocutor falante ou não de determinada língua. Para ela “os sujeitos bilíngues, usam suas línguas para propósitos diferentes e, por isso podem tornar-se competentes em uma língua em alguns aspectos, mas não em outros” (MAHER, 2007, p.76)

Por isso, um modelo de ensino que objetiva a integração intercultural e de línguas coexistentes, requer também uma visão da linguagem que seja abrangente o suficiente para entender como se dá a interlocução em território tão complexo, rico e com características sociolinguísticas específicas.

Análise

Dentre os recortes selecionados, destacamos o recorte da primeira página do documento base do Programa “Escolas de Fronteira”, o qual se refere ao objetivo do programa. Os enunciados desse recorte forneceram pistas sobre quais são as relações discursivas que constituem as representações que o discurso oficial faz do sujeito aluno de fronteira. Assim, antes da apresentação dos eixos, cabe então a apresentação do excerto e de breve análise, que funcionaram como indício para a organização do corpus.

No recorte inicial (R1), identificamos, desde o começo, relações interdiscursivas e vozes que se imbricam em torno da representação de “identidade”. É importante



observar que no objetivo do programa está a construção de uma “identidade”, tendo em vista valores específicos – “regional”, “bilíngue” e “intercultural”. Além desses adjetivos, identificamos a presença de já-ditos que permeiam as condições de produção do discurso fronteiriço em sua historicidade e em suas dimensões sociais. O modelo proposto foi aplicado e desenvolvido nas fronteiras com a Argentina, mas atualmente o documento é usado como base por todas as escolas dos demais países fronteiriços, inclusive na fronteira Brasil-Paraguai:

R1- PROGRAMA ESCOLAS BILÍNGÜES DE FRONTEIRA (PEBF)
Modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa **para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol**. Um esforço binacional argentino-brasileiro **para construção de uma Identidade Regional Bilíngue e Intercultural no marco de uma cultura de paz e de cooperação interfronteiriça**. (BRASIL, 2005, p. 1, grifo nosso)

Em primeiro lugar, observamos, no excerto acima, que os itens “regional”, “bilíngue” e “intercultural” adjetivam a representação de identidade cuja construção é proposta pela implantação do modelo de ensino descrito pelo documento. Tendo isso em vista, buscamos desenrolar os fios discursivos que deles emergem para identificarmos as vozes e os efeitos de sentido possíveis. Sobre a noção de “regional” dicionarizada, encontramos relações com a ideia de região, de algo próprio, proveniente de um território com características que o distinguem dos demais (HOUAISS, 2012, p. 666 e 665). Segundo o geógrafo francês Raffestin (2006, p. 19), o território fronteiriço é marcado pela diferença porque, com o fluxo de pessoas e a interação proveniente das relações sociais, nascem dicotomias como um “para cá” e “outro pra lá” que, segundo ele, também geram tensão e embates.

Sobre “interfronteiriça” temos, no processo de formação de palavras com o prefixo inter, de origem latina, o sentido de “entre”, posição no meio de. (HOUAISS, 2012, p.444, 303). Quando observado nos itens “intercultural” e “interfronteiriça”, esse



prefixo sugere a qualidade de “no meio de culturas”, “de fronteiras”, o que, discursivamente, além de representar a relação entre duas partes, reafirma a separação dos lados fronteiriços, tanto nos aspectos culturais como territoriais.

Para o geógrafo Oliveira (2005, p. 381), estudioso da questão fronteiriça no estado de Mato Grosso do Sul, o ambiente fronteiriço tem características próprias por duas razões. Uma delas é a diferenciação do resto do território nacional; a outra, a diferenciação que existe no interior de cada fronteira. Dessa forma, podemos entender que a voz discursiva que aponta a qualidade de “regional” como característica da “identidade” desenvolvida pelo programa assume os elementos que compõem a região de fronteira como integrantes e diferenciadores de outras identidades. O discurso oficial, ao assumir o “regional”, evoca os elementos que compõem a região de fronteira, que a caracterizam, para a representação identitária.

Na noção de “bilíngue” estão imbricadas as ideias de falante de duas línguas, que fala duas línguas, ou de algo escrito ou apresentado em duas línguas (HOUAISS, 2012, p. 106). As línguas oficiais do programa são o português e o espanhol, razão por que se apresenta o prefixo “bi”, que faz referências à quantidade de línguas. Coracini (2007, p. 117, 118), investigando o processo de identificação dos sujeitos pelos processos discursivos de constituição da subjetividade, assinala que, nos termos “bilinguismo”, “multilinguismo” e “plurilinguismo” estão imbricadas noções de língua, sujeito falante e aprendizagem, que implicam a concepção de domínio ideal das línguas envolvidas. Por isso, para buscar os efeitos de sentido para a noção de “bilíngue”, fez-se necessária a investigação sobre as noções de língua e linguagem e os conceitos que perpassam sua representação discursiva no documento.

O item “intercultural” também nos levou a outra parte da análise; a dimensão cultural das relações identitárias. Observamos, primeiro, a relação que o prefixo “inter” sugere. Esse prefixo indica, segundo o dicionário (HOUAISS, 2012, p. 445), a relação entre, no meio de. O item “cultura” remete às crenças, costumes, comportamentos e atividades de um grupo social (HOUAISS, 2012, p. 213). Assim, temos a ideia de que a “identidade” de que fala o documento está envolvida com os elementos da cultura da



região. Na perspectiva culturalista, Canclini (2015, p. 23) afirma que, na história dos movimentos identitários, os elementos históricos e sociais dão coerência aos processos que envolvem a combinação de elementos étnicos e culturais, por isso consideramos os estudos culturalistas nas condições de produção do discurso do programa. Nesse sentido também, buscamos a análise de como os elementos étnicos e culturais e sua combinação, que convergem para o hibridismo, são representados no discurso pedagógico.

Outro ponto importante no excerto inicial é a ideia de criação, que produz o efeito de algo novo, que antes não existia, com a sequência “para construção de uma Identidade”, que evoca “obra”, “organização de algo” e aponta para a formação de algo que antes não existia. Podemos observar nessa ideia também o discurso hegemônico que se tenta promover no movimento de negar o que existia, ou que antes fora construído. Dessa forma, o documento, ao prever o surgimento de uma “nova” representação de “Identidade”, desconsidera uma “antiga”.

Outra marca desse discurso é o uso de “uma” acompanhando “construção de uma identidade”. Partindo do efeito de que a “identidade” que o Programa propõe não existia, é possível observar em “uma” a função de numeral, que unificaria, congregaria, os elementos “regional”, “bilingue” e “intercultural”. Assim, percebe-se outro traço do discurso hegemônico que busca uniformizar as diferenças que emergem, segundo Raffestin (2006), do território fronteiriço. Sobre essa questão, Canclini (2015) observa que em meio à existência de elementos híbridos, da diferença, há políticas, entendidos aqui como discursos, que apenas homogeneízam a diversidade. Dessa forma, podemos entender que as marcas da construção e organização de “uma identidade” são um exemplo de apagamento das diferenças. Destacamos, ainda, a presença de dois já-ditos que mantêm relações interdiscursivas com as condições sócio-históricas do discurso fronteira.

A primeira delas deriva do enunciado “cultura de paz e de cooperação interfronteira”. Esse enunciado acompanha a apresentação do objetivo do programa e situa o desenvolvimento da “Identidade Regional Bilingue e Intercultural” como o



“marco” – acontecimento marcante- de uma “cultura de paz e de cooperação interfronteiriça”. Destacamos primeiro os itens “paz” e “cooperação” por se relacionarem na mesma interdiscursividade. A “paz”, o período sem guerras, conflitos, e a “cooperação”, operação em conjunto que remonta a atitudes de ajuda, apoio, constituem um já-dito em relação aos momentos históricos de guerras pela demarcação dos territórios geográficos ocorridos nas regiões de fronteira.

Na fronteira Brasil-Paraguai, Doratioto (2002, p. 18) classifica a Guerra do Paraguai como o maior conflito armado da América do Sul por durar cinco anos e envolver os países da região. O historiador situa o desenvolvimento da guerra como resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata o que também a fez fator decisivo nas consolidações desses estados (DORATIOTO, 2002, p. 23). A Bacia hidrográfica do rio Prata passa por quatro países sul-americanos incluindo o Brasil; Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina. Todos esses países fazem fronteira com o território brasileiro.

Nesse sentido, podemos considerá-la um elemento histórico que perpassa, em diferentes graus, a formação discursiva de constituição da noção do Estado nação Brasil e suas fronteiras. Ademais, com essa perspectiva, podemos identificar a voz oficial que toma como já-dito o período histórico de consolidação dos territórios brasileiros. Ainda nesse excerto, é possível observar outra relação interdiscursiva com o modalizador “com ênfase no ensino do português e do espanhol”. Considerando as relações discursivas dos enunciados com o já-dito e o não dito, ou seja, com o pré-construído, o uso de “com ênfase” não só indica a prioridade do modelo de ensino como também se relaciona com o discurso que assume a coexistência de mais de duas línguas no contexto fronteiriço.

Sobre a dimensão sociolinguística da fronteira Brasil-Paraguai, o atlas linguístico da região constata a mescla das línguas coexistentes – o português, o guarani e o espanhol- no registro de falantes sem ascendência paraguaia. (REIS, 2013) Com esse dado podemos perceber que a coexistência das línguas na comunicação fronteiriça é um elemento característico dessa realidade. Outro estudo sociolinguístico feito pela



IPOL (MORELLO, OBEDF, 2014, p. 14) na região da fronteira de Ponta Porã chamou atenção para a situação assimétrica na qual as línguas coexistem. Segundo os resultados do mapeamento das línguas faladas na região, foi observado o uso do português em placas e fachadas de lojas do lado paraguaio da fronteira, mas não foi constatado o uso do espanhol do lado brasileiro. Ademais, o estudo não apresentou nenhuma informação sobre o uso de guarani nos anúncios, placas, fachadas e avisos analisados, embora essa língua seja reconhecida pelos falantes da região na aplicação de questionários sociolinguísticos.

Nessa perspectiva, é possível considerarmos que a presença do modalizador “com ênfase” gera um efeito restritivo com relação ao ensino das línguas, pois, apesar de reconhecer a existência de outras línguas, o modelo de ensino propõe o trabalho, especificamente, com duas delas; o português e o espanhol. Dessa forma, o advérbio funciona de forma responsiva ao já-dito de coexistência de línguas mostrando que o modelo de ensino apresentado apoia-se no ensino do português e do espanhol e não no de outras línguas. Assim, levando em conta a premissa de que os dizeres remetem a determinadas formações discursivas, os recortes apresentados para a análise foram selecionados a partir da formação discursiva e das relações interdiscursivas identificadas.

Observaram-se nos recortes selecionados dois eixos de representações de língua e linguagem. O primeiro deles corresponde a uma representação mais abrangente de língua, conforme os pressupostos teóricos de Coracini (2007) e César e Cavalcanti (2007) que a consideram como construto sócio histórico e material de estruturação da noção de identidade de um povo, uma vez que ela não é só sistema, mas também cultura.

Na introdução do documento há o reconhecimento dos fenômenos de mescla linguística como específicos da região de fronteira, corroborando os resultados das pesquisas sociolinguísticas desenvolvidas na região. Esses fenômenos preveem um aluno que já conhece essas línguas fora do âmbito escolar por vivenciar um contexto multilíngue e um processo identitário perpassado por essas representações.



R2- “Toda fronteira se caracteriza por ser uma zona de indefinição e **instabilidade sociolingüística** onde **atuam duas ou mais línguas**. Essa interação se produz a partir dos falantes da língua e da influência dos meios de comunicação, em particular o rádio e a televisão de um e de outro lado da fronteira.”

[...]Há **alternâncias** nos usos de ambos **os códigos** com **propósitos comunicativos e identitários**. Encontram-se freqüentemente na fronteira, ainda, fenômenos de **mescla lingüística e de empréstimos** em uma ou outra direção.” (BRASIL, 2005, p.8 e 9, grifo nosso)

Contudo, os recortes R3 e R4 que tratam do funcionamento do programa apresentam outro eixo de análise, o da separação do uso das línguas nas atividades da escola. A primeira proposta é a de Escola em Tempo Integral na qual as atividades em língua estrangeira são separadas por turno e tarefas.

R3 - 1)Escola em Tempo Integral (Jornada Completa), com o **ensino em L1** em um turno e o **ensino em L2 noutro turno**, a partir de projetos de trabalho binacionais, formulados de maneira conjunta, desenvolvidos pelas escolas-espelho concomitantemente, **com tarefas específicas em cada língua**. (BRASIL, 2005, p. 21, grifo nosso)

A separação das atividades continua nos outros dois modelos de funcionamento, reforçando, assim, uma representação de língua ligada aos mitos e crenças observadas por Nincao (2008). O recorte R4 mostra a tentativa de separar as línguas pelas atividades e turnos, como se o contato, a mescla linguística, não fizesse parte da realidade linguística dos falantes da região. Assim, o modelo de ensino crê na possibilidade de a escola organizar e separar o que ocorre junto e se mistura no uso social dessas línguas.

R4 - 2) Escola em Contra-Turno, com um funcionamento semelhante à Escola em Tempo Integral, mas **somente com as atividade de educação bilíngüe intercultural no turno contrário.**”



“3) Escola em Turno Único, com projetos de trabalho binacionais consensuados na escola, **realizados de forma bilíngüe, com tarefas específicas em cada uma das línguas.** (BRASIL, 2005, p. 21, grifo nosso)

No recorte R5, além de evitar a interferência e o contato do processo de aprendizagem de uma língua com a outra, apresenta uma representação de bilinguismo que também está relacionada com a crença de que o falante não mistura o uso dos códigos porque os utiliza em atividades específicas, ou seja, separadas. A metodologia apresentada para o ensino bilíngüe é a de desenvolvimento de “projetos de aprendizagem” nos quais as atividades são separadas pelas línguas, como se seu uso fosse separado socialmente.

R5 - Na perspectiva do ‘Ensino via Projetos de Aprendizagem’ (EPA) as crianças participam de projetos bilíngües que prevêem tarefas a serem realizadas **em português e em espanhol** [...] Os projetos, portanto, são **bilíngües: o aluno realiza determinadas tarefas em uma língua e outras tarefas na outra língua**, mas todas estas tarefas confluem para um objetivo comum, que é produzir respostas e compreensões a partir de uma problemática central, determinada de antemão. (BRASIL, 2005, p. 21, grifo nosso)

Os recortes analisados apontam para uma representação fechada e estrutural da linguagem que não considera a realidade linguística das fronteiras principalmente as que não possuem nenhuma separação geográfica como o caso de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). A partir da visão sócio-interativa da linguagem, o falante, além de conhecer as línguas, as usa conforme a necessidade da tarefa encontrada em seu contexto social.

Conforme a definição de bilinguismo de Maher (2007), o processo de aprendizagem e proficiência dessas línguas não se dá de forma igualitária, e assim, a alternância do uso das línguas se dá como estratégia para se adequar a necessidade do diálogo, da interação verbal. E considerando que seu contexto é multilíngüe por conta



da presença do guarani, e que nele essas línguas se misturam, o falante, no caso o aluno, usará a variante que for necessária, às vezes de maneira simultânea.

Considerações finais

Os recortes selecionados apontam para duas representações de língua e linguagem. Uma ligada à noção híbrida e fluida da mescla linguística, e outra para noção estática e homogênea. Na apresentação teórica do modelo de ensino, observou-se a influência da noção de língua em suas dimensões históricas, sociais e cultural por servir como instrumento de comunicação e identificação de um povo.

Contudo, na parte em que o documento descreve e propõem o modelo de funcionamento das escolas, essas concepções que antes eram fluidas e se imbricavam com outros aspectos, não previram a presença de alunos que moram no país vizinho ou que já tenham um nível de bilinguismo, o que, em contrapartida, é muito comum em regiões de fronteira.

Dessa forma, embora o programa reconheça a mescla linguística, na organização das atividades, ele tenta promover a separação do ensino das línguas, pois, ainda que existam tarefas nas duas línguas, elas não são usadas na mesma atividade, inclusive, separadas por turno, o que não condiz nem com a realidade sociolinguística da região nem com a institucional, uma vez que há as disciplinas de português e espanhol na grade curricular.

Referências

ATENEO DE LENGUA Y CULTURA. **Guarani: lengua maravillosa, valiente y viva e La inacabable tragedia indígena y una constitución mentirosa.** Disponível em:< <http://www.ateneoguarani.edu.py/>> Acesso em: 09 de ago. 2013.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem (1929)**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 203 p.



BRASIL. **PORTARIA Nº 798, DE 19 DE JUNHO DE 2012.** Institui o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, que visa a promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue. Brasília, DOU seção 1, p. 30, 2012.

_____. **PORTARIA Nº 125, DE 21 DE MARÇO DE 2014.** Estabelece o conceito cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição, e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta definição. Brasília, DOU seção 1, p. 45, 2014.

_____. Ministério de Educação. **Escolas de Fronteira.** Programa escolas bilíngues de fronteira (PEBF). Brasília e Buenos Aires, p. 37, março de 2008. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 31 de agosto de 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas - Estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CÉSAR, A.L.; CAVALCANTI, M.C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. Em: CAVALCANTI, M.C. & BORTONIRICARDO, S.M.. **Transculturalidade, linguagem e educação** Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade. Línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa.**/[Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar; elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa]. 4, ed. Rev. e aumentada. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MAHER, T. M. “Do Casulo ao Movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: Cavalcanti, M.C. e Bortoni-Ricardo, S. M. (orgs.) **Transculturalidade, Linguagem e Educação.** Campinas, SP: Mercado de Letras. pp. 67-94.

MORELLO, Rosângela et al. (Org.). OBEDF – Observatório de educação na fronteira: **Mapas Linguísticos.** Florianópolis: IPOL: Editora Garapuvu, 2014.

OLIVEIRA, Tito.Carlos M. de (org.).**Território sem limites** : estudos sobre fronteiras/ Tito Carlos Machado de Oliveira, organizador. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2005.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. . In OLIVEIRA, Tito C. M. (org.). **Territórios sem limites.** Campo Grande: UFMS, 2006.

Teses e Dissertações

NINCAO, O.S. (2008). “**Kohó Yoko Hovôvo/ O Tuiuí e o Sapo**”: **biletramento, identidade e política lingüística na formação continuada de professores Terena.** Tese de doutorado. UNICAMP.

REIS, Regiane Coelho Pereira Reis. **Variação linguística do português em contato com o espanhol e o guarani na perspectiva do Atlas Linguístico- Contatual da Fronteira entre Brasil/Paraguai (ALF-BR PY).** 2013. 479f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.



Entre a empiria e a erudição:

Fundamentos do olhar corográfico no Brasil e em Minas Gerais, século XIX.

Pérola Maria Goldfeder e Castro
Doutoranda em História Econômica – FFLCH/USP
Bolsista FAPESP
perolagold@yahoo.com.br

Resumo: O artigo trata das representações espaciais do Império brasileiro sob a perspectiva do olhar corográfico oitocentista. Por meio da análise de memórias, dicionários e demais variações do gênero corográfico impressas nas primeiras décadas do século XIX, buscamos analisar como transformações no mosaico imperial influíram na maneira de se enxergar o território e distinguir suas partes. Ao final, a ideia principal que se esboça é a de que conhecimento corográfico é, indissociavelmente, produção do território.

Palavras-chave: Representação espacial; olhar corográfico; política imperial

Abstract: This paper is about spacial representations of the Brazilian Empire under 19th century corographical perspective. In analysing memories, dictionaries and other corographic varieties published during the first 19th century decades, we aim understand how the transformations in brazilian imperial mosaic had affected the ways of recognizing territory and their parts. At least, the main idea exposes that knowing the territories is inseparably producing then.

Key-words: spacial representation; corographical perspective; imperial politics

Mapeando o gênero corográfico

Hoje em dia pouco utilizado, o termo *corografia* foi bastante empregado no passado para designar obras que tinham como fundamento a descrição pormenorizada de um objeto espacial. O paradigma clássico de sistematização do espaço distingue três especialidades de percepção visual: a *topografia*, que descreve a



localização de um lugar dentro de um quadro de referências; a *corografia*, que representava o caráter único das regiões; e a *geografia*, caracterizada pela preocupação com a totalidade da Terra. É na alternância, e não na oposição, entre estes elementos que residia a essência do conhecimento sobre o espaço.

Cabe aqui recuperarmos, numa diacronia, alguns significados do termo *corografia* ao longo de sua história. Na tradição estabelecida por Cláudio Ptolomeu (90 – 168 d.C.), a corografia figura como descrição minuciosa dos detalhes e particularidades de cada lugar, método não de todo distinto da topografia. Ademais, o geógrafo alexandrino considerava as habilidades artísticas requisitos para se realizar um bom estudo corográfico, visto que essa especialidade de representação tinha como premissa uma linguagem visual qualitativa e descritiva.

A partir do século XV, o aprimoramento dos instrumentos geodésicos e a emergência de novos arranjos político territoriais no continente europeu possibilitaram a viajantes, intelectuais e agentes do governo experimentar um sentimento de alargamento de suas perspectivas visuais. Nesse contexto, a tradição ptolomaica foi ressignificada por cosmógrafos a serviço de casas reais e companhias de comércio ultramarino. Exemplo disso é o *Cosmographicus líber* (1524), de Pedro Apiano (1495 – 1552), para quem, corografia:

É a mesma coisa que topografia, a qual se pode dizer esboço de lugar, que descreve lugares e considera-os particulares por sua parte, sem consideração de si mesmos, nem deles com outros. No entanto, com grande diligência considera todas as particularidades e propriedades, por mínimas que sejam, que em tais lugares se devem notar, como são portos, lugares, povoados, vertentes de rios e todas as coisas semelhantes, como são os edifícios, casas, torres, muralhas e coisas tais. O fim da corografia é pintar um lugar particular, como se um pintor pintasse uma orelha, ou um olho, e outras partes da cabeça de um homem (APIANO *apud* KAGAN, 1999, p.34).



Nesse excerto de *Cosmographicus liber*, percebemos a analogia que o autor estabelece entre corografia e retórica pictórica: enquanto o mérito de um pintor estava no retrato fiel e detalhado de orelhas, olhos e outros atributos do semblante humano, os corógrafos eram valorizados por conseguirem capturar a essência de uma determinada localidade, dito de outra forma, por pintarem a paisagem com palavras, evocando no leitor/espectador identificação afetiva com o lugar. Nesse sentido, à visão corográfica não deveria escapar nenhum detalhe: portos, vilarejos, edifícios e tudo o mais que tivesse sido construído pelo Estado.

Essas leituras mostram-nos que o gênero corográfico foi, simultaneamente, produto e produtor de modalidades específicas de representação do espaço, tanto gráficas quanto textuais. Desde os seus usos tradicionais, as corografias estiveram fundamentadas em convenções estilísticas que serviram para organizar e dar sentido aos discursos de territorialização.

A principal característica que confere identidade e polissemia ao gênero corográfico é o compromisso deste com a descrição detalhada de uma região. Nas corografias, o emprego da linguagem visual, da “pintura de palavras”, tornou-se uma convenção estilística para se esmiuçar os múltiplos aspectos de um objeto espacial. A natureza, sob os olhos do corógrafo, tornava-se, assim, *paisagem*, entendida como uma forma de ver o espaço e nele atuar material e simbolicamente de maneira a produzir impressão de ordem e controle.

No século XIX, a percepção da paisagem como forma de apreciação da natureza desenvolveu-se concomitantemente a outros fenômenos, tais como a renovação estilística das artes plásticas, o avanço das técnicas de fotografia e a disseminação do gosto pela jardinagem, além da realização de “viagens pitorescas” ao redor do mundo.

Sobre o processo de construção da paisagem nacional, Anne-Marie Thiesse qualifica-o como uma empresa conduzida por diversos intelectuais (cientistas, poetas, pintores, fotógrafos), os quais determinaram, a partir dos recursos naturais disponíveis, visões carregadas de sentimento e significado. Como parte da memória da nação, a memória paisagística contribui para a apropriação coletiva dos espaços



naturais, sendo que a consonância entre identidade nacional e características regionais legitimava a circunscrição do território e dava origem a uma série de associações analógicas entre o homem e a terra, fonte das energias vitais de nacionalidade (THIESSE, 2001, p. 14).

Se houve uma considerável expansão da sensibilidade paisagística entre os membros da elite ilustrada oitocentista, contudo, não devemos crer que as corografias, vistas de paisagens e demais representações espaciais fossem acessíveis à sociedade daquela época. Como qualquer saber, o gênero corográfico estava sujeito a procedimentos internos de controle, os quais determinam certo número de regras aos indivíduos que dele se utilizavam. Nesse sentido, a paisagem só era perceptível àqueles que sabiam reconhecer seus signos e haviam aprendido a ver o mundo com “olhos de pintor”.

Por tratar de uma região no que ela tinha de mais notável em termos econômicos, históricos e culturais, identificamos no olhar corográfico semelhanças com a pesquisa antiquária praticada por eruditos desde o Renascimento. Ambas as formas de conhecimento baseiam-se no tratamento sistemático das informações e na organização sincrônica dos temas. Assim, enquanto o antiquariato descobre uma moeda antiga e sobre ela discorre exaustivamente, o corógrafo representa uma cidade de maneira pormenorizada.

Complementariamente à perspectiva linear, o olhar corográfico se desenvolveu de maneira a submeter o espaço ao domínio da razão. Foi a distância em relação ao objeto, proporcionada pelo recurso visual do panorama, que possibilitou a sensação, mesmo que figurada, de se possuir um “olhar de Deus”. No enquadramento do mundo às dimensões do olhar, o panorama fornecia a “visão de conjunto” necessária ao estabelecimento do plano horizontal. Vale observar que essa escala de representação correspondia a políticas de gestão do espaço e projetos de territorialização específicos do período imperial.

Contudo, por mais que buscasse a síntese de determinada região, todo exercício de descrição corográfica tinha seus limites, e esses se traduziam na impossibilidade de



representar o espaço real tal como ele se coloca às vistas do observador. Isto porque, o que se vê ao olhar para uma paisagem é a simultaneidade, enquanto as representações corográficas ditam uma sequencia linear de elementos.

Por conta desta limitação fundamental, as corografias que analisaremos a seguir devem ser vistas como construção discursiva de uma época, resultado da seleção de elementos historicamente determinados. Ao submeterem a região aos princípios de classificação corográfica, o que seus autores estavam buscando era o controle de uma realidade potencialmente caótica, dinâmica e multifacetada.

Manuel Aires de Casal, mestre erudito

Publicada pela Imprensa Régia, sob auspícios oficiais, em 1817, a *Corographia Brasílica*, investe-se de importância não apenas por ter sido o primeiro livro editado no Brasil, como também por ter se constituído modelo para empreendimentos posteriores. O mérito de Aires de Casal está no pioneirismo de sua iniciativa de reunir dados sistemáticos sobre o território brasileiro, adaptando-os aos modelos oficialmente reconhecidos pela geografia de então.

Observemos que essa obra foi dedicada ao rei D. João VI, o que revela o incentivo da Coroa Portuguesa ao conhecimento do espaço brasileiro. Na dedicatória ao monarca, seguindo os códigos de louvor do Antigo Regime ainda vigentes, Aires de Casal descreve as dificuldades enfrentadas na elaboração da corografia, buscando alcançar a legitimação real de seu empreendimento. Dessa forma, o autor de *Corographia Brasílica* atribuía o êxito de seu trabalho à simpatia que nutria pela corografia, definida por ele mesmo como uma “ciência encantadora” (CASAL, 1817, p. 10). Além disso, ao evocar o alento que recebera de amigos “inteligentes e patriotas”, preocupados com as condições de publicidade de sua obra, Aires de Casal nos fornece subsídios para acreditar que, naquela época, as corografias eram realmente empreendimentos coletivos de forte cunho político.

O conteúdo da *Corografia Brasílica* divide-se em dois tomos: no primeiro, além



do texto de introdução, são listadas as províncias do centro-sul, com suas respectivas vilas e cidades. O segundo tomo apresenta dados relativos à província do Rio de Janeiro e às demais províncias setentrionais. No conjunto da obra, cada capítulo é uma unidade textual que independe das demais. Porém, se lidos sequencialmente, eles prefiguram uma totalidade, fornecendo uma noção de Reino do Brasil, mesmo que esta ainda não fosse clara aos agentes da formação nacional nas primeiras décadas do século XIX.

O imperativo econômico da obra fica patente na passagem em que o autor localiza o território brasileiro no contexto das relações comerciais. Para ele, a América, “segunda das quatro partes da terra em grandeza, e que por si só forma um hemisfério, ou a metade do globo terrestre” (Ibidem, p. 17), era composta de duas partes, norte e sul, sendo que

na Meridional esta o Brasil, a mais oriental das seis províncias, em que os geógrafos a dividem; e fica entre o Equador e o paralelo de 55 graus de latitude austral, na mais vantajosa situação para o comercio, não só com o restante da América, mais ainda com as três partes do Antigo Mundo (Ibidem, p. 18).

No processo de instituição dos marcos de orientação, os cursos de água foram considerados balizas ideais, na medida em que desenhavam uma linha contínua e bem visível na superfície do território nacional. Eram também divisões mais perenes que os marcos de pedra ou de madeira, pois estes podiam ser quebrados ou mudados de lugar de acordo com os interesses de uma ou outra parte conflitante. Nesta citação, percebemos como o autor atribui aos rios a qualidade imanente de dividir circunscrições territoriais:

Esta vasta região [Brasil] tem ao norte o Oceano Atlântico, e o Rio das Amazonas ou Maranhão, que a separa da Provincia de Terra-Firme; ao meio-dia o golfo, que recolhe o Rio da Prata; ao oriente o mencionado Oceano; ao poente o Rio Paraguai, que corre do



norte para o sul, e o Madeira, que corre em contrario; vindo a ser uma península, cujo istmo, que tem mui poucos côvados de largura, fica entre as origens dos rios Aguapeí e Alegre, que são ramos secundários daqueloutros (Ibidem, p. 20).

A natureza brasileira limitava-se, assim, por um circuito hidrográfico formado pelos rios Amazonas, da Prata, Paraguai, Madeira e pelo Oceano Atlântico. Essa divisão perfaz uma contiguidade, interrompida apenas por uns “mui poucos côvados de largura” que separam os rios Aguapeí e Alegre. Nessas circunstâncias, o Brasil é considerado uma “península” já que, numa acepção formal, esse acidente geográfico era definido nos dicionários da época como “huma terra rodeada de agua, excepto na parte; a que os Geographos chamão *Isthmo*, com a qual esta a península pegada com outra terra” (BLUTEAU, 1713, p. 394).

Quanto ao direcionamento ideológico da *Corografia Brasilica*, estimamos que ele tenha se orientado no sentido da afirmação da unidade nacional: para Aires de Casal, as diversidades regionais existiam em função da totalidade, e não o inverso. Ao explicar o funcionamento do sistema de capitânicas hereditárias implantado no Brasil, durante os primórdios da colonização, o autor comenta:

É certo que sendo duplicado o numero das capitânicas, não tendo cada uma mais de 20 léguas de costa, ainda os donatários não podiam socorrer-se mutuamente nos apertos, em que todos se viram. Todas tornaram para a Coroa por diversos modos em diferentes tempos, como mostraremos na topografia de cada província (CASAL, 1817, p. 35).

Dessa passagem, podemos supor que, se Aires de Casal fazia ressalvas ao arranjo institucional descentralizado das capitânicas, ele provavelmente defendia a opinião de que a existência de um governo centralizado era pressuposto de prosperidade para as instituições políticas de um país. A preocupação do autor com a configuração do Estado nacional ainda se manifesta na crítica à maneira como os nativos se organizavam



e geriam seus negócios:

Não tem religião, nem letras ou coisa que supra. Ainda não se achou uma pedra posta por eles sobre outra com algum desígnio. Não tem caminhos: marcham em fileira, pondo todos o pé nas pegadas do dianteiro, para não se lhes saber o numero. Ainda não se encontrou um Estado monárquico, nem republicano: cada tribo tem seu capitão eletivo, que só tem mando nas ocasiões de dirigir os assaltos, ou emboscadas contra o inimigo (Ibidem, p. 36).

O modelo aborígine era, portanto, um antiexemplo do qual a sociedade brasileira deveria se afastar para atingir um nível elevado de civilização. Sob essa ótica, a unidade nacional assentava-se na conservação de quatro elementos básicos de ordem: forma de governo, progresso material, letras e religião. Sobre esse último aspecto, escreve o autor: “A religião católica, que entrou no país com o desembarque do descobridor, é a única, que se professa” (Ibidem, p. 37). Assim, ao relacionar instituições políticas, religiosas e sociais que contribuíssem para a manutenção da unidade do país, Aires de Casal reiterava seu programa de valorização da herança portuguesa na constituição do Reino do Brasil.

Notemos que as descrições das províncias normalmente vinham acompanhadas de comentários sobre a potencialidade econômica delas, arrolando-se produtos minerais, agrícolas e pecuários. Com esses dados, estimamos que Aires de Casal tenha contribuído substantivamente para o estado da política econômica de sua época, uma vez que esta buscasse o maior aproveitamento possível dos recursos naturais de que dispunha o Reino do Brasil. Isso, contudo, não significa que a *Corografia Brasílica* seja reflexo do contexto de queda das barreiras coloniais que impediam o desenvolvimento da economia nacional, mas, sim, que o crescente interesse pelos assuntos brasileiros e o desejo de colocar o país entre as nações civilizadas foram condições que possibilitaram o aparecimento desse tipo de inventário corográfico.



Minas Gerais é representada como uma extensa província central com sistemas hidrográfico e orográfico interdependentes. Ao tratar dos montes e serras que caracterizavam a topografia mineira, Aires de Casal faz a seguinte observação:

É o país mais montanhoso do Brasil. A Serra da Mantiqueira, que é a mais celebrada da província, tem principio na parte setentrional da de São Paulo donde vem correndo quase ao nordeste, não sem muitas tortuosidades até a vizinhança da Vila de Barbacena, onde inclina para o setentrião até a extremidade da província, variando de rumo, de altura, e de nome, e estendendo vários ramos para ambos os lados, de mais ou menos comprimento e altura. Todas as comarcas a tem por limite em maior ou menor espaço, como se verá (Ibidem, p. 164).

Em seguida, comenta sobre os rios:

Nenhuma outra província é tão abundante de agua. Grande parte dos rios, que a regam, tem origem na Serra da Mantiqueira e quase geralmente saem da província por quatro canais; dois para o nascente, a saber o Rio Doce e o Jequitinhonha: um para o norte, que e o Rio de São Francisco; outro para o poente, qual e o Rio Grande. O primeiro rega a Comarca de Vila Rica; o segundo a do Serro Frio; o terceiro a do Sabará; o derradeiro a de São João del-Rei.

Sobrepondo-se estes excertos, percebemos o lugar da Serra da Mantiqueira como base da grandeza nacional, posto que sua presença fizesse de Minas “o país mais montanhoso do Brasil”. Esta cadeia de montanhas também desempenhava funções estratégicas, servindo de limite político e de origem para grande parte dos rios que regavam o território mineiro.



Quanto às principais vilas e cidades da província, é interessante notarmos como o autor emprega termos como “considerável”, “populosa”, “mediocre”, “pequena” ou “grande”, para qualificar o estado de sua população. Sobre a capital da província, Vila Rica, diz o autor:

Vila Rica, anteriormente Ouro Preto, criada em 1711, grande, populosa, abastada, e florescente, e a capital, e residência dos Governadores da Província, e do Ouvidor da Comarca, que e também Provedor dos defuntos, ausentes, capelas, resíduos; servindo ainda de Juiz da Coroa com jurisdição em toda a província (Ibidem, p. 168).

A *Corografia Brasílica* foi o mais completo quadro geral do Brasil elaborado durante o século XIX. A utilidade das informações corográficas para a economia e a administração do país trouxe prestígio à obra de Aires de Casal. Com o tempo, esta obra se tornaria uma espécie de livro sagrado da geografia brasileira, experiência modular para todos aqueles que desejavam representar suas províncias e localidades.

Em estudo crítico para uma edição fac-símile da obra, Caio Prado Jr. analisa a formação cultural de Aires de Casal, seu método de pesquisa e fontes por ele consultadas, avaliando as contribuições positivas e negativas desse corógrafo para o estatuto do conhecimento geográfico sobre o território brasileiro no século XIX. Segundo ele, a *Corographia Brasílica* aparece num momento de inflexão do pensamento geográfico, quando os paradigmas da geografia clássica conviviam com uma nova ordem de concepções, fundamentada na metodologia das ciências naturais (PRADO JÚNIOR, In: CASAL, 1945, p. XII).

Nesse sentido, enquanto viajantes como Saint-Hilaire, Spix e Martius buscavam na natureza a corroboração empírica para suas teorias, corógrafos, como Aires de Casal, vasculhavam arquivos e bibliotecas à procura de documentos, preferindo o texto de um autor consagrado a informações retiradas diretamente da natureza. Pode-se dizer portanto que, se os objetos de representação corográfica – rios, montanhas, planícies,



etc. – eram, em rigor, os mesmos, os olhares que sobre eles incidiam eram muito diferentes.

Raimundo José da Cunha Matos, relato da experiência

No século XIX, Minas Gerais despontou como uma província matizada por uma topografia irregular e dinâmicas econômicas diversificadas. Não obstante a crise da mineração outrora expressiva no cenário econômico colonial, Minas Gerais era rica por sua diversidade. Insere-se neste contexto a obra de Raimundo José da Cunha Matos: *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836).

Militar dotado de personalidade empreendedora e pragmática, Cunha Matos tinha a capacidade de converter cada experiência vivida numa utilidade ao benefício público. Em suas viagens, ele fora capaz de conciliar atividades militares e geodésicas, provendo o governo de informações sobre as localidades por onde passou. A relação de complementaridade entre registro e experiência é, portanto, uma das diretrizes fundamentais do *Itinerário*, visto que este tipo de obra seja um modelo de conhecimento que pressupõe locomoção no espaço.

Encarregado de assumir o cargo de governador de armas da província de Goiás, Cunha Matos saiu da Corte na madrugada de 9 de abril de 1823, adentrou Minas Gerais no dia 23 do mesmo mês, tendo alcançado as fronteiras goianas no dia 28 de maio do mesmo ano. Dois anos depois, em março de 1825, retornou ao Rio de Janeiro através de uma rota semelhante à traçada em sua ida para Goiás. De regresso à província goiana, no mesmo ano, Cunha Matos atravessou o território mineiro no período de 28 de maio a 30 de junho. Seu retorno definitivo ao Rio de Janeiro deu-se em 1826, tendo passado por Minas entre 27 de março e 21 de abril. Estas sucessivas viagens, realizadas ao longo de três anos, constituem o plano de escrita do *Itinerário*.

Alguns procedimentos que balizam o método de Cunha Matos são a preocupação com a exatidão das informações e a busca pela precisão no deslocamento



pelas coordenadas de tempo e espaço. “Sem perder de vista a série sucessiva dos tempos e dos lugares”, o militar pretendia submeter o registro da experiência a uma lógica de sucessão na linha do tempo, semelhante a pontilhados sobre um mapa.

Para que o *Itinerário* pudesse servir de prospecto a outras viagens, era preciso que a visão corográfica fosse uniformizada de acordo com coordenadas espaço-temporais que, nesse caso, eram sinalizadas em léguas pelos passos de animais de carga e montaria. Aos olhos atentos do militar, não escapavam condições topográficas, climáticas, pluviométricas, além do volume do carregamento e comportamento dos animais.

Todas as descrições diárias do trajeto começavam com o mesmo procedimento: Cunha Matos identificava o horário exato de suas chegadas e saídas, frequentemente apontava as medidas termométricas identificadas ao longo do dia e descrevia a direção dos ventos. Em vários momentos, o militar comentava sobre o estado das estradas por onde passava, além de mencionar a existência de ranchos e plantações. Vez ou outra, chuvas torrenciais impediam-no de dar prosseguimento à marcha, obrigando-o a rever seu itinerário e fazer observações quanto ao tempo gasto em abrigos.

Cunha Matos também determinava a localização dos elementos da paisagem, tendo como referencial seu lugar de espectador, como quando descreve: “à esquerda fica a imensa mata dos rios Preto e Paraíba, e à direita morros cobertos de mato virgem” (MATOS, 2004, p. 17). Com isso, o militar garantia que a pessoa que marchasse de acordo com seu *Itinerário* haveria de encontrar “rios, ribeirões, córregos, pontes, ranchos, casas, povoações, montanhas, e outras circunstancias que muito interessam a quem tem de fazer uma jornada”. Era a paisagem do percurso, que se descortinava multifacetada aos olhos daqueles que dispunham de recursos para apreciá-la.

Como não podia registrar tudo, o militar delegava tarefas a seus subordinados, os quais eram estimulados a realizarem roteiros para depois os incorporarem ao escrito original do *Itinerário*. Essa obra pode ser caracterizada, portanto, como um empreendimento coletivo, coleção de memórias da qual Cunha Matos era organizador.



A objetividade que dava o tom do *Itinerário* não invalidava a apreciação estética da paisagem. Ao descrever o Morro dos Arrepellidos, situado nos arredores do rancho do Juiz de Fora, Cunha Matos observa: “Alguns dão a este morro o nome de Bela Vista, e com razão, por se desfrutar daqui um golpe de vista imenso e em extremo agradável àqueles que desejam contemplar as preciosas produções vegetais deste distrito favorecido em grau eminente pela natureza” (Ibidem, p. 18). Ao traçar o caminho do rancho do Juiz de Fora ao rancho do Moreira, ele comenta: “Passei um ribeirão, com ponte arruinada, junto da qual se acha uma grande cruz. Esta posição é agradável” (Ibidem, p. 19). Nas margens do ribeirão Prepetinga, nas divisas entre Minas e Goiás, deixa transparecer sua admiração: “Há aqui uma várzea imensa povoada das mais formosas palmeiras buritis, e um morro de figura mui singular” (Ibidem, p. 63). Notemos que Cunha Matos surpreende-se positivamente, no primeiro exemplo, pelo vasto panorama que o morro lhe proporciona; no segundo, pelo cenário romântico formado pela cruz junto à ponte em ruínas e no terceiro, pela singularidade da topografia e sobranceria das palmeiras buritis.

Concebido como um diário itinerante, o *Itinerário* acabava por extrapolar os limites da descrição física do território, absorvendo também o cotidiano da jornada e a subjetividade de seu autor. No trajeto, nem tudo eram flores: durante marcha pela serra da Mantiqueira, a “monotonia dos bosques” (Ibidem, p. 29) frequentemente aborrecia Cunha Matos e o “subir e descer morros de barro” (Ibidem, p. 30) fazia-lhe perder a paciência.

Na parte do *Itinerário* relativa a Minas Gerais, as informações são agrupadas regionalmente de acordo com a paisagem geográfica, constituindo um dos primeiros esforços de sistematização da diversidade física, econômica e social dessa província. Seguindo o roteiro de Cunha Matos, identificamos, basicamente, três regiões: a da serra da Mantiqueira, que compreende o trajeto desde o Rio de Janeiro até os campos contíguos à vila de Barbacena; a do Campo das Vertentes, delimitada desde aquela vila até o rio São Francisco; e a do sertão, correspondente à marcha desde aquele até o rio Paranaíba.



Sobre a Serra da Mantiqueira, era ela o primeiro contato de um viajante com Minas, cenário significativo para todos aqueles que partiam do Rio de Janeiro em direção ao interior do Brasil. Imaginamos o quanto Cunha Matos se impressionou com essa formação geológica através das descrições que ele faz da paisagem no *Itinerário*:

Os morros atravessam-se em diferentes sentidos, ora formando largos vales em que serpenteiam águas cristalinas, ora deixando extensas gargantas e desfiladeiros, ora mostrando muralhas de argila talhadas a pique, em cujas encostas se acham caminhos tortuosos, por onde o homem e a besta carregada passam desviando-se da borda de alcantilado precipício (Ibidem, p. 28).

Rica em detalhes, essa descrição sugere-nos que o ambiente da Serra da Mantiqueira fornecia verdadeiro banquete aos olhos dos viajantes, haja vista a profusão de cores e formas assumidas pelos elementos da natureza: nela, os morros descritos por Cunha Matos parecem realizar uma insólita coreografia, atravessando-se em diferentes sentidos.

Notemos que a comoção do militar em relação à paisagem brasileira expressa-se na pintura de palavras, revelando incontinência das expressões de maravilhamento. Em suma, tudo encantava Cunha Matos, que tinha seus sentidos arrebatados pela opulência e dramaticidade da paisagem nacional.

Embora apreciasse o panorama do país recém-egresso dos “braços da natureza”, o militar reprovava o estado precário das vias de comunicação. Segundo ele:

Os caminhos abertos a machado em toda a extensa região da serra só merecem o nome de estradas no Brasil, há pouco saído dos braços da natureza. Alguns são de tal modo sombrios por causa das árvores de imensa altura de que estão bordados, que obstam completamente ao enxugo do terreno (Ibidem, p. 28).



A diversidade da paisagem humana e os diferentes níveis de civilização são outros aspectos que atraíram a atenção de Cunha Matos em sua trajetória pelo sertão de Minas Gerais. Ao finalizar seu trajeto pela província mineira, Cunha Matos pinta um quadro geral da diversidade econômica que ele havia encontrado nos arraiais do sertão:

Cumpre-me observar neste lugar que dos quatro arraiais que tenho visto depois da minha entrada no sertão, a saber: Bambuí, São Pedro, Patrocínio e Carambandela, o primeiro, por ser filho da mineração está caindo em ruínas, e os outros três, por serem construções de agricultores, vão em aumento, e acham-se assentados em lugares altos e saudáveis (Ibidem, p. 69).

Aqui fica clara a diversidade característica de Minas: em uma mesma região, poderiam conviver, a poucas léguas de distancia uns dos outros, arraiais que, por serem “filhos da mineração”, estavam em franca decadência e núcleos urbanos florescentes cujo mérito era terem sido construídos por agricultores. Segundo Cunha Matos, a estagnação econômica não era generalizada, já que muitas povoações tinham suas bases produtivas em outras atividades que não na mineração aurífera. Assim, pelas experiências relatadas no *Itinerário*, percebemos os matizes econômicos, sociais e naturais de que se compunha o complexo território mineiro.

Em estudo crítico para a primeira reedição do *Itinerário*, Afonso de Alencastro Graça Filho analisa as intenções políticas e intelectuais subjacentes ao empreendimento corográfico de Cunha Matos, avaliando a contribuição da obra desse militar para a representação da diversidade econômica de Minas Gerais. Na opinião daquele autor, a atenção que Cunha Matos reserva ao comércio e às atividades econômicas desenvolvidas no território por onde passou é um dos aspectos mais relevantes do *Itinerário*, sendo que seus relatos traçam, com rápidas pinceladas, os elementos que iriam ampliar lentamente o mercado nacional (GRAÇA FILHO, In: MATOS, 2004, p. XXIV).



A concepção de espaço expressa por Cunha Matos, homem da administração imperial, era a de uma unidade territorial objetiva, preconcebida por critérios naturais. Mais do que desígnios de Deus ou recortes da natureza, as regiões eram, portanto, fruto da administração dos homens, os quais eram responsáveis pelo estado decadente ou florescente dessas áreas.

Joaquim Manoel de Macedo, uma imagem de Brasil para se mostrar ao mundo

A imagem que o Império tinha de seu lugar no concerto das nações civilizadas transformou-se ao longo dos Oitocentos, adquirindo contornos mais otimistas a partir do Segundo Reinado. Naquele momento, o que mais importava era conhecer e inventariar as riquezas econômicas do país, lançando as sementes da identidade nacional de maneira a colher frutos de unidade, progresso e civilização.

Data deste contexto a produção de Joaquim Manuel de Macedo, da qual analisamos *Noções de Corographia do Brasil* (1873). Esta obra de divulgação científica foi encomendada pela Comissão Superior da Exposição Nacional para ser apresentada na Exposição Universal de Viena em 1873. Neste mesmo ano, ela saiu a lume em duas edições: uma em português, impressa no Rio de Janeiro e outra em francês, impressa em Leipzig.

Notemos que o formato e o conteúdo destas edições são praticamente idênticos, salvo algumas alterações feitas pelo autor a guisa de melhor adaptar o texto a seus leitores. Por exemplo, a edição nacional possui prólogo no qual Macedo explica a razão de tal obra, que seria, basicamente, “divulgarem-se na Europa verdadeiros e precisos conhecimentos do Brasil considerado política, moral, econômica e fisicamente” (MACEDO, 1873, p. 1). Já na edição francesa, o autor provavelmente achou desnecessária tal justificativa.

Quanto à estrutura, essa obra divide-se em duas partes. A primeira consiste num panorama do Império do Brasil, contemplado nos seguintes aspectos: esboço histórico; posição astronômica e limites; clima; ilhas principais; estreitos e cabos



principais; baías e portos; sistema orográfico; sistema hidrográfico; produções naturais; indústria, agricultura, comércio e progresso material; sistema de governo e de administração; civilização e população; colonização e catequese. Na segunda parte, encontramos informações mais detalhadas sobre cada uma das províncias do Império, estando estas sistematizadas à semelhança do modelo corográfico instituído por Aires de Casal.

Esta divisão de conteúdos evidencia o olhar corográfico de Macedo, sua maneira de perceber o Brasil: ao apresentar as informações gerais em primeiro plano, reservando às províncias parte posterior, o autor parece esclarecer que, na sua concepção, singularidades regionais existiam em função de uma unidade político territorial superior.

No prólogo, Macedo esclarece seu método de análise, que consistiu em coligir “numerosas obras, e compêndios de geographia, importantes trabalhos de engenheiros, e sábios viajantes naturalistas nacionais e estrangeiros” (Ibidem, p. 3). Assim, ao estabelecer quais eram os estudos clássicos, o autor contribuía para a instituição de uma tradição corográfica nacional. No topo de sua hierarquia, figurava a *Corographia Brasílica* a cujo autor ele tece elogios:

Aires de Casal, o mais antigo dos nossos corógrafos, é até hoje não só o mestre e o guia de quantos têm escrito depois dele, apresentando quadro ou estudo geral, mas ainda aquele que menor número de erros tem posto em circulação literária! Além de Aires de Casal quase que é lícito afirmar que nenhum outro escritor conseguiu derramar maior copia de luz sobre a corografia geral do Brasil (Ibidem, p. 4).

Sendo assim, é possível identificar um eixo de análise entre *Noções de Corographia do Brasil* e a *Corographia Brasílica* que se manifesta em dois direcionamentos: a valorização da historicidade das divisões políticas do território



brasileiro e a ênfase no papel unificador dos colonizadores e da religião.

Em análise sobre o sistema de divisão territorial adotado pelos portugueses nos primórdios da colonização do território brasileiro, Macedo novamente se aproxima das opiniões de Aires de Casal ao apontar a inconveniência das capitanias hereditárias para a unidade das possessões coloniais. Segundo ele:

A experiência mostraria bem cedo, mesmo nas capitanias mais prósperas, os graves inconvenientes deste sistema, e o mesmo rei [Dom João III] criaria, em 1549, um governo geral do Brasil, cuja capital foi a vila de Salvador que ele fundou na Baía de Todos os Santos (Ibidem, p. 4).

Notemos que o intento de Aires de Casal era enfatizar as qualidades do legado institucional português de maneira a legitimar os laços que ainda uniam o reino do Brasil a Portugal. Macedo, por sua vez, buscava passar para o mundo a imagem de um país institucionalmente avançado que, desde cedo, havia trilhado a senda da unificação. Como ambos eram agentes construtores do Estado nacional, mesmo que em diferentes momentos, é compreensível suas simpatias por formas pretéritas de governo mais centralizadas, como o Governo Geral.

A primeira parte de *Noções de Corographia do Brasil* trata do sistema orográfico: nela, Macedo divide o território brasileiro em províncias marítimas e províncias centrais, enfatizando o caráter integrador dos cursos de água no país. Para esse autor, os rios são “grandes artérias”, “verdadeiros mediterrâneos de água doce” (Ibidem, p. 66) que ligam as províncias interioranas ao litoral, contribuindo, através da pesca e da navegação, para o incremento da economia e dos meios de comunicação do país.

À semelhança de outros autores já analisados, como Cunha Matos e Costa Pereira, Macedo via o clima brasileiro sob o prisma da diversidade, reconhecendo na



extensão geográfica um fator que dificultava não apenas a unidade territorial, mas também a homogeneidade climática. Estimamos com isso que, para esse autor, diversidade e unidade não eram condições antagônicas, mas pressupostos essenciais de um mesmo projeto nacional.

A segunda parte da obra, por sua vez, contém passagens elucidativas de como Macedo pensava a dinâmica entre região e nação. Segundo ele, o arranjo institucional vigente no Império se assemelhava a uma família de províncias, na qual cada membro possuía um lugar determinado em função de sua potencialidade econômica, expressividade política, herança histórica, entre outras condicionantes.

Haviam províncias que, por se comporem basicamente de florestas e terem povoação incipiente, estavam mais relacionadas com a dimensão ao futuro, com o “vir a ser” tão almejado pelos políticos e intelectuais. Exemplos disto são as províncias do Amazonas e do Espírito Santo.

Outro grupo “familiar” retratado por Macedo era composto por províncias que, por motivos naturais ou históricos, jaziam decadentes. Era este o caso de muitas províncias do Nordeste, especialmente do Ceará.

Identificamos um terceiro conjunto de províncias que, por sua coadjuvação nos processos de colonização e, posteriormente, de unificação do território nacional, poderiam ser chamadas de “históricas”. Sua importância era fundamentada, sobretudo, no passado, podendo haver, ou não, alguma relevância prospectiva. Como exemplo têm-se a Bahia, província de incalculável valor histórico para o autor: “É a Bahia que formou, dirigiu e defendeu quase todas as capitânicas que constituem hoje o Império do Brasil. Ela tem o direito à veneração e à gratidão das provinciais atuais, outrora suas protegidas e subordinadas. É uma velha mãe venerada, cercada de seus filhos” (Ibidem, p. 305).



E quanto a Minas Gerais? Qual era seu lugar na família provincial do Império? Vejamos como Macedo descreve o perfil desta província, relacionando-o ao sistema orográfico nacional:

A província de Minas Gerais é a rainha das montanhas e, nesta qualidade, ela preside ao sistema orográfico geral do Império; Imensas cadeias de montanhas a atravessam ou se estendem em diversas direções: a *cordilheira do Espinhaço* lhe confere vales escarpados, aqueles das *Vertentes*, por suas ramificações e por sua moderada elevação, forma grandes platôs, dos quais alguns são bastantes conhecidos. Os numerosos cursos d'água, mais ou menos caudalosos, atravessam a província, fertilizando os vales e planícies imensas (Ibidem, 449).

Esta passagem evidencia o lugar de destaque conferido a Minas Gerais no arranjo político do Império. Na visão de Macedo, Minas Gerais, a “rainha das montanhas”, era ponto nodal do sistema orográfico brasileiro, região cortada pelos principais rios e montanhas que dão forma ao relevo do país. Nesse sentido, estimamos que a paisagem mineira fosse percebida pelos intelectuais oitocentistas como uma síntese idealizada do Império do Brasil.

A despeito de sua diversidade, Minas Gerais não prescindia das outras províncias para prosperar. Pelo contrário, o autor argumenta que, por causa de sua posição central e da ausência de canais de escoamento marítimo, esta província estava estreitamente ligada ao comercio da cidade do Rio de Janeiro, sua “capital econômica, comercial e industrial”:

Minas Gerais, possuindo sua capital administrativa e política em seu próprio seio, continuara a ter por capital econômica, quer dizer industrial e comercial, a cidade do Rio de Janeiro, além das relações com Bahia e São Paulo e as prováveis comunicações com a província



do Espírito Santo pelo Mucury. Esta dependência é o elo fraternal e de interesse recíproco que faz das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais as duas irmãs mais intimamente ligadas dentro da família provincial do Império (Ibidem, p. 465).

Lembremos que, sob a óptica macediana, as províncias dependiam econômica e politicamente do governo central. Ao utilizar metáforas de forte carga sentimental, como “elo fraternal” e “família provincial”, Macedo naturalizava o arranjo institucional do Império, abrandando a violência que as situações dependência normalmente evocam. Para ele isso tem, ademais, o efeito de esvaziar a disputa política inerente a este tipo de relação. Assim, pela metáfora das províncias irmãs, centro e periferia, governo central e elites regionais, unidade e diversidade tornavam-se categoriais não antagônicas, mas interdependentes. *Noções de Corographia do Brasil* mostra-nos, portanto, que as corografias estiveram ligadas aos projetos de manutenção da unidade nacional e incremento das economias regionais.

Conclusão

No processo de formação da identidade nacional brasileira, a visão corográfica desenvolveu-se em concomitância com a ordem política do Império, ora reiterando o modelo de hierarquização espacial vigente, ora fornecendo subsídios para críticas ao arranjo institucional centralizado e ao sistema de divisão territorial. Neste artigo, analisamos a construção do olhar corográfico a partir das obras de três autores modelares deste processo: Manoel Aires de Casal, Raimundo José da Cunha Matos e Joaquim Manoel de Macedo.

Aires de Casal, representante do eruditismo no gênero corográfico, compôs a *Corografia Brasílica* (1817) com base em uma farta e rica bibliografia. O resultado de seu empreendimento foi a primeira síntese corográfica do território brasileiro. Sobre a produção corográfica que sucedeu *Corografia Brasílica*, Prado Júnior comenta:



Todos seus continuadores se contentariam em repeti-lo, corrigindo aqui e acolá os erros que se iam evidenciando, e pondo a matéria em dia. Podemos pois supor, sem injustiça para estes sucessores de Casal, que na falta de um compêndio como a Corografia, onde se reuniram as linhas gerais da geografia brasileira, pondo-a ao alcance fácil de todo mundo, teríamos ficado muito tempo ainda sem uma noção geral do país (PRADO JÚNIOR. In: CASAL, 1945, p. 26).

No *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás* (1826), Cunha Matos registrou o cotidiano das jornadas que fizera pelas províncias do interior do Brasil. A experiência, pressuposto do método empírico, fez aguçar nele a percepção da diversidade que caracterizava este imenso país.

Macedo, por sua vez, escreveu *Noções de Corographia do Brasil* (1873), obra de divulgação apresentada na Exposição Universal de Viena em 1873. Nela é latente a preocupação em legitimar o território do Império, representando a diversidade em função da unidade nacional.

Estimamos que as corografias do século XIX desenvolveram-se de acordo com um paradigma compósito: a *erudição*, representada pelas pesquisas bibliográficas de caráter exaustivo e a *empíria*, resultado de viagens, expedições militares e técnicas de gestão do espaço. Nesse período, as corografias seguiram importantes diretrizes programáticas, que são a instituição da nacionalidade e a lapidação da nação, associada aos ideais de progresso e civilização.

No contexto em que a nação solidificava suas bases por meio da difusão de valores, signos, símbolos e instituições, as corografias serviam para demarcar os limites dentro dos quais a soberania nacional pudesse ser expandida. As corografias, nesse sentido, foram verdadeiros instrumentos de representação política, por idealizarem diferentes imagens de Brasil.



Referências Bibliográficas

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823 – 1826). In: MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás.** Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004. p. XI – XXIV.

KAGAN, Richard. **La Corografía en la Castilla Moderna.** Género, Historia, Nación. In: *Studia Historica*, v. XIII, p. 47 – 59, 1995.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Noções de Corographia do Brasil.** Rio de Janeiro: Typ. Franco Americana, 1873.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás.** Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. Apresentação. In: CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. p. I – XXX.

THIESSE, Anne-Marie. **Ficções criadoras: as identidades nacionais.** *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7 – 23, 2001/2002.



Alteridade e etnicidade: Tito e Moisés no Livro V das HISTORIAE de Tácito

Bruno Torres dos Santos
mestrando no Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas-UFRJ
Email: brunots@hotmail.com

Orientador Prof. Doutor Anderson de Araujo Martins Esteves e integrante do grupo de pesquisa ATRIVM – Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade (PPGLC-UFRJ).

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo refletir como o historiador Tácito constrói a imagem dos personagens históricos Tito e Moisés, no livro V de suas *Historiae*, buscando associar interdisciplinarmente, conhecimentos de literatura latina à história antiga, a partir de conceitos de alteridade e etnicidade. A escolha por esse escrito especificamente se deu pelo fato dele proporcionar, através desses personagens, uma visão de um historiador romano da ordem senatorial sobre um povo subjugado. Considera-se, então, como uma viável fonte para se compreender a mentalidade da Roma do final do primeiro e início do segundo século desta era.

Palavras-chave: Historiografia latina; Tácito; Alteridade; Etnicidade.

Abstract: The present work has as goal reflect how the historian Tacit builds the image of historic characters Titus and Moses, in book V of yours *Historiae*, seeking out to interdisciplinary associate knowledge of latin literature to ancient history, from concepts of otherness and ethnicity. The choice by this specifically written ocured because its provide, through this characters, a view of a roman historian of senatorian order above subdued people. Is considered, then, as a viable source to understand the mentality of Rome in the end of first century and the start of second century of this age.

Keywords: Latin historiography; Tacitus; Otherness; Ethnicity.

Quem se propõe a estudar a obra do historiador romano Cornélio Tácito se depara com muitas imprecisões na busca por informações sobre sua vida: a começar pelo seu *praenomen*, com dúvidas entre o mais aceito Públio e o menos provável Gaio.



No que diz respeito à sua data e local de nascimento, ainda há incertezas: acredita-se que tenha nascido entre os anos de 55 e 58 da era comum, na Gália Narbonense ou em Téveris ou em Colônia. O casamento com uma mulher de alta condição, a filha do cônsul Júlio Agrícola, no ano de 77 E.C., e a sua rápida carreira senatorial levaram a concluir que era proveniente de uma família abastada, da ordem senatorial ou equestre, na opinião de Mário Citroni (2006, p.907).

Na mesma página, este estudioso discorre sobre a formação intelectual do historiador romano, destacando, ainda, que seu aprendizado de eloquência foi praticado em Roma, no “tradicional modelo aristocrático de formação dos jovens destinados à carreira senatorial, Tácito surgia assim como o jovem que se apaixonara pelas questões de eloquência e da relação entre atividade e vida civil.” Politicamente, fez parte do Senado e assumiu as seguintes magistraturas do *cursus honorum*: governador, pretor, chegou a cônsul no ano de 97 E.C., durante o principado de Nerva. É provável que, nesta mesma data, tenha participado do *consilium principis*, no qual se decidiu a adoção de Trajano, e acredita-se que ele tenha morrido logo no início do principado de Adriano, por volta de 120 E.C.

É compreensível que haja um estranhamento por parte do leitor deste trabalho, ao se deparar com sua finalidade, que é “observar como o historiador Tácito constrói a imagem dos personagens históricos”. Pois ficaria a indagação:

- a) Se há aqui uma obra produzida por um historiador, faz sentido pensar em construção da imagem de personalidades históricas?

A indagação apontaria, sobretudo, para a palavra “construção”, que pode rememorar o caráter mimético aristotélico, suscitando a representação/imitação, em prol de uma estética literária. Para que seja entendida não só esta questão, mas também os excertos e a obra como um todo, um dos principais pressupostos teóricos diz respeito à compreensão que se deve ter acerca dos gêneros literários na Antiguidade. A essa altura, outro estranhamento seria o uso das palavras “literária e literários” visto que, novamente, a referida obra se trata de um trabalho de um historiógrafo.



Martin e Gaillard (1990), em sua esclarecedora introdução de *Les genres littéraires à Rome*, após destacarem os gêneros literários elencados por Quintiliano no livro X de *Institutio Oratoria*, no qual se encontra a História como tal, definem a Historiografia como uma forma de manifestação do gênero narrativo. Ou seja, quer se chame de História ou Historiografia; quer seja vista como gênero autônomo ou como uma forma de apresentação da narrativa, ela tem espaço no campo literário. Esta afirmativa é legitimada sob o argumento de que tanto o historiador, quanto o biógrafo antigo detinham liberdade para construir retratos, com leitores não muito preocupados com a verdade, e sim com a construção artística (ESTEVEVES, 2010, p.21-22). Quer isso dizer que os leitores desses gêneros discursivos, pelo menos na antiguidade, não tão exigentes quanto a factualidade das informações, debruçavam-se sobre a estética das figuras retóricas e de linguagem empregadas, a carga patética, a construção dos personagens etc.

Após essas reflexões que se voltaram para o propósito geral desse estudo, assim como para o tratamento do gênero historiográfico como literário, cabem algumas ponderações relativas às *Historiae*. Um problema em se trabalhar com ela já começa pelo seu título: “A obra não apresenta título no manuscrito em que foi conservada. O título *Historiae* é retirado de uma citação de Tertuliano, embora sem qualquer certeza.” (CITRONI, 2006, p.922) e juntamente com os *Annales*, faz parte da *opera maiora* do respectivo autor. Acerca disso José Luis Moralejo argumenta que: “Parece que já desde muito tempo se consideram como um todo unitário as duas obras maiores de Tácito e provavelmente foram objeto de edições conjuntas.” (MORALEJO, 2011, p. 608). Este “todo unitário” deve ser compreendido como uma cadeia historiográfica¹, pois os *Annales* contemplam o período Júlio-Claudiano; ao passo que as *Historiae*, o ano de 69, momento da história imperial romana conhecido como “ano dos quatro imperadores”, sobre o qual será discorrido ainda.

Acerca da extensão da obra, acredita-se na contagem de quatorze ou doze livros. Sendo supérstites somente os quatro primeiros, que versam sobre o referido ano de 69, em cujo momento, os generais Galba, Oto, Vitélio e Vespasiano, batalham entre si,



almejando o trono deixado após o suicídio do último Claudiano, no caso, Nero no ano anterior. A outra parcela, do quinto livro, discorre sobre o início dos anos 70, momento de instauração da dinastia flaviana, visto que é Vespasiano Flavio quem sai vitorioso daquele momento de crise, ascendendo ao trono. Embora Tácito neste escrito busque contemplar tais anos, a data de composição situa-se entre o ano 100 e 110. Pode ser apontado que “por volta do ano 106, é possível que Tácito já tivesse escrito os livros que chegaram até nós, embora ainda estivesse em curso a recolha de materiais destinados a uma parte bastante extensa do tratado.” (CITRONI, 2006, p. 923). Estas visões sobre os escritos coadunam com ideia a desenvolvida por Ettore Paratore, na década de 80, em cujo argumento, resume acertadamente essa produção de Tácito, nas seguintes palavras:

As *Historiae*, de que chegaram até nós, portanto, quatro livros e os primeiros vinte e seis capítulos do L.V, que contêm, todos juntos, a narrativa dos acontecimentos desde 68 a 70, desde a subida de Galba ao trono até à luta de Vespasiano contra a revolta de Civil e a insurreição judaica, foram concebidos por Tácito precisamente como uma *historia*, uma pesquisa sobre o modo como o Império, através das tempestades do ano da anarquia (para as quais são quase fonte única), a moderada restauração flaviana e a reação autocrática do principado de Domiciano, havia chegado à tranquilidade definitiva e à dignidade do regime de Nerva e de Trajano. (PARATORE, 1983, p. 730)

Como antecipado, em se tratando especificamente do livro V, é lugar comum entre os teóricos que nele, Tácito desenvolve uma narrativa acerca do momento em que Vespasiano e Tito se faziam presentes ainda no Oriente. Com este se preparando para conquistar Jerusalém. Nos seus treze primeiros parágrafos, o historiador se dedica a fazer um *excursus* etnográfico sobre os judeus. Tácito se refere às relações de Roma com esse povo com um teor bastante ultrajante, refletindo certos preconceitos antijudaicos difundidos entre os romanos. Em linhas gerais, trata-se de uma obra em que as relações de alteridade e etnicidade se manifestam de modo latente.



As últimas décadas têm se voltado bastante à reflexão acerca das discussões sobre etnicidade. Alexandre Moraes, em seu artigo dedicado à análise da etnicidade na Odisseia, a partir de Polifemo, aponta que o termo é derivado do grego *éthnos* estando seu significado comumente vinculado a agrupamentos humanos com características próprias que vão diferenciá-los dos demais (MORAES, 2011, p.2-3). Também bastante pertinente parece ser a noção apresentada pelos sociolinguistas P.Poutignat e J. Streiff-Fenart, os quais, partidários das ideias do antropólogo Fredrik Barth, definem que:

a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Esta definição mínima é suficiente para circunscrever o campo de pesquisa designado pelo conceito de etnicidade: aquele do estudo dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os autores indentificam-se e são identificados pelos outros na base da dicotomização Nós/Eles. (POUTGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 141).

Eles reforçam seu argumento, que confere à etnicidade a necessidade de um olhar altero, a partir de um estudo de duas décadas anteriores, de Wallman. Nele, eles compreenderam que “a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/Eles. Ela não pode ser concebida senão na fronteira do “Nós”, em contato ou confrontação, ou por contraste com “Eles”. (POUTGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 153).

Seguindo essa linha de raciocínio, a definição empreendida por Edward M. Anson atrela o conceito de etnia à noção de percepção. Ele entende que as semelhanças só adquirem importância se forem consideradas significativas pelos que estão em causa e reconhecidas por outras pessoas, destacando cinco atributos significantes na percepção da etnia: 1. origem ancestral comum, 2. cultura similar, 3. religião compartilhada, 4. raça comum e, 5. linguagem similar (ANSON, 2009, p.5). Anson rememora que a ferramenta mais referenciada de assimilação ou de exclusão entre helenos foi a língua,



inclusive para não-gregos – *barbaroi* – foi aparentemente linguístico na origem (ANSON, 2009, p.18).

Para os Helenos, o conceito de “bárbaro” se remete sempre ao outro, ou seja, a quem não pertencesse a seu povo, não fosse seu compatriota, quem não tivesse os mesmos costumes (*nomói*) e falasse o “bar-bar” (equivalente onomatopéico de língua portuguesa “blá-blá-bla”), isto é, quem tivesse uma língua diferente da sua. A compreensão do conceito em questão, para os helenos, aponta mais para um mecanismo etnocêntrico que de superioridade, pois havia respeito por alguns povos estrangeiros, em razão de sua sabedoria e tradição como os egípcios, hebreus, indianos etc.

De modo semelhante, mas não idêntico, os romanos também consideravam “bárbaro” quem não fosse seu compatriota, levando em consideração a centralidade da *urbs*; de certa forma, excetuavam-se da equação os gregos, devido à riqueza cultural que lhes proporcionaram, sobretudo na literatura e na filosofia. Fica isso bem ilustrado nas palavras do poeta do final da república romana, Horácio, nos versos de uma das suas epístolas: “A Grécia conquistada conquistou seu feroz vencedor e trouxe as artes ao rude Lácio.” (HORÁCIO, *Epistolae*, II, 1, 156-7).¹

Os romanos, com um senso de superioridade mais aguçado que aqueles, também reconheciam a força de outras civilizações, sobretudo em razão de um exercício de retórica. Pois, eles exageravam o potencial do oponente (do outro povo), com a intenção de firmar que, mesmo assim, eles (os romanos), conseguiram vencer, superá-los. Significa dizer que o pensamento Romano sobre o estrangeiro era determinante para os seus relacionamentos quer como aliados (mas sempre “o outro” numa posição subordinada), quer esse “outro” como escravo.

Sendo assim, cabe lembrar que, para análise da construção retratística empreendida pelo historiador-senador do Nós-Romanos, cunhada em Tito, sobre o outro-Judeus, cunhada em Moisés, foi empregada a metodologia da análise de conteúdo. E devido ao pouco espaço disposto, foram selecionados apenas os excertos nos quais os dados pertinentes à análise se mostrassem de forma mais evidente. Para tal, como documentação textual, será utilizada a edição do texto latino estabelecida por Henri



Goelzer, das edições *Belles Letres*, com traduções dos parágrafos/excertos do texto latino de própria autoria.

Frente a esses apontamentos, pode ser analisado o modo com que Tácito inicia o livro quinto:

No início do mesmo ano, o César Tito foi escolhido por seu pai para subjugar a Judeia. Estando ambos ainda na condição de simples cidadãos, Tito foi ilustre nos feitos militares. Nesse tempo agia com maior força e maior reputação, conseguindo a afeição das províncias e do exército. E por outro lado, ele mesmo, de modo que fosse julgado superior a própria fortuna, mostrava-se pronto e conveniente às armas, na cortesia e na maneira de falar. Muitas vezes, nas marchas e nos trabalhos, misturava-se com os simples soldados sem comprometer a dignidade de general. Diz-se que na Judeia ele recebeu três legiões: a quinta, a décima e a décima quinta, isto é, os antigos soldados de Vespasiano. Adicionou a décima segunda, proveniente da Síria e destacamentos da vigésima segunda e da terceira, provenientes de Alexandria. Vinte coortes se juntaram a oito alas de cavalaria; ao mesmo tempo, juntaram-se os reis Agripa e Sohemio, e não só as fortes tropas auxiliares do rei Antioco, como também, (existindo um ódio habitual entre os vizinhos), a mão armada dos árabes, hostis aos judeus. Muitos, atraídos de Roma e da Itália, cuja esperança mandara vir conquistar um *princeps*, até aqui ausente. Foi com essas tropas que Tito, em marcha tranquila, entrou no território dos inimigos, reconhecendo todas as coisas e bem preparado decretou: O acampamento não deve ser assentado longe de Jerusalém! (TÁCITO. *Historiae*, V,1)¹

O historiador começa o registro com: “No início do mesmo ano, o César Tito foi escolhido para subjugar a Judeia”, ou seja, para o seu leitor, é desnecessário referenciar que se trata do ano de 70 d.C, visto que, como já apontado, é uma continuação narrativa dos desencadeamentos anteriores. Por essa razão, ele inicia seu discurso de modo *ab rupto*, mas carregando também um tom encômio, isto é, de louvor a Tito. Isso fica perceptível desde o estabelecimento da sua escolha para dominação da Judeia (*perdomandae Iudaeae*), sendo discorrido sobre sua excelência nas questões bélicas, seja enquanto um simples cidadão (*priuatus*), seja enquanto general (*dux*), em



cujo posto é marcada a boa convivência com os seus subordinados, pois: “Muitas vezes, nas marchas e nos trabalhos, (Tito) misturava-se com os simples soldados sem comprometer a dignidade de general.”

Seguindo por este mesmo parágrafo, no momento em que Tácito marca os procedimentos logístico-estratégicos do referido comandante, nota-se a aceitação de outras etnias dentro do exército romano, visto que há soldados provenientes da Síria e de Alexandria. E ainda fica ilustrado o vínculo, quase de vassalagem¹ de outros reis para com os romanos, denotando o poder supremo destes (*imperium*) sobre aqueles. Pois os reis Agripa, Soemo e Antioco, respectivamente reis na Judeia, Itureia e Síria apresentam-se a serviço da *urbs*. Na fração final deste excerto, Tácito mostra a sagacidade de Tito, ao aproveitar o ódio corriqueiro da etnia dos árabes sobre a dos judeus em seu benefício. Ou seja, ele usa o comandante, que virá a ser *princeps*, como uma metáfora representativa da superioridade dos romanos frente aos outros.

Já no segundo parágrafo, fica perceptível a mudança na construção do discurso, assim iniciado: “Mas como somos os que hão de narrar o último dia dessa famosa cidade, parece apropriado mostrar acerca de suas origens.” (*Sed quoniam famosae urbis supremum diem tradituri sumus, congruens uidetur primordia eius aperire.*). Ou seja, o autor, que até então discorria sobre as atuações militares de Tito, sob a metalinguagem, dá espaço a uma digressão, o que é muito comum entre historiadores antigos. Nela, sob o argumento de narrar o último dia de Jerusalém (*supremum diem*), isto é, sua ruína; de modo antagônico, vê a necessidade de discorrer sobre as suas origens, seus primórdios (*primordia eius*). Para tal, costura informações de fontes diversas, incertas, ilustradas pelos vocábulos: -recordam (*memorant*), -alguns (*quidam*), -e muitos (*plerique*), -transmitem (*tradant*) e -para outros (*alii*); porém suas informações são tidas como errôneas pela crítica atual. E, nas seguintes palavras continua:

Recordam-se de que os judeus, fugitivos da ilha de Creta, ocuparam a mais nova Líbia, em cujo momento, Saturno, expulso pela força de Júpiter, retirou-se do reino. E do argumento do qual se tira seu nome, recordam-se disto: o ilustre monte Ida de Creta, onde os Idoei foram



habitantes, por um acréscimo bárbaro no nome, foi chamado incorretamente de Iudoei. Alguns narram que, sob o reinado de Ísis, a população se estendeu pelo Egito, conduzidos por Hierosolymo e Judá, para as regiões mais próximas. (TÁCITO. *Historiae*, V,2)¹

Causa estranheza o intuito de Tácito em discorrer sobre uma narrativa mítica dos judeus, visto que tal historiador segue o método historiográfico de Tucídides, que não levava em consideração os relatos míticos. Mas assim o fazendo, atrela a imagem desta etnia ao mau relacionamento entre Saturno (pai) e Júpiter (filho) e o monte Ida, em Creta, para em seguida, expor o argumento etimológico do nome “Judeu”. Todavia, não é claro ao fazer referência a um acréscimo bárbaro, estrangeiro (*in barbarum cognomento*). Isto é, não diz se outro povo, de fato, insere a vogal –u ao nome “Idoei”, relativo aos habitantes do monte Ida, para se tornar “Iudoei” e, em vernáculo, “Judeus”, ou se estes mesmos assim passaram a se legitimarem. E continua com outra falha etimológica, pois ao expor os nomes dos comandantes que levou esse povo ao Egito, no caso Hierosólmo e Judá, não mostra a possível ligação de seus nomes com a capital Jerusalém e a província Judeia, respectivamente.

Na segunda parcela deste mesmo excerto, ele continua costurando informações sobre as origens:

E muitos contam que é uma raça dos Etíopes, a quem, sob o reinado de Cefeu, o temor e o ódio forçaram a mudar de pátria. Contam outros que (os judeus) são parte da tribo dos Assírios, um povo que com necessidade de terras, apoderaram-se de uma parte do Egito, em seguida, aproximando-se da Síria, não tardou em construir cidades e em cultivar as terras dos Hebreus. Para outros, as ilustres origens dos judeus se remontam aos Solymos, nação celebrada pelos poemas de Homero; em detrimento da cidade fundada, a partir do seu, teria dado o nome de Hierosolyma (Jerusalém). (TÁCITO. *Historiae*, V,2)¹

Reportando os judeus aos etíopes, assírios, hebreus e às regiões do Egito e da Síria, chama atenção o uso dos poemas de Homero como uma documentação para



argumentar etimologicamente acerca do nome “Jerusalém” (Hierosolyma). Se no momento anterior, ele não aponta nenhuma conexão entre o nome do comandante Herosólino e a referida cidade, aqui é marcada a relação de seu nome com o da nação dos Solymos.

No início do terceiro parágrafo, Tácito narra brevemente sobre a epidemia que ocorreu no Egito, nas seguintes linhas:

Muitos autores consentem (que), iniciada uma epidemia pelo Egito, que infectaria os corpos, o rei Bócoris, tendo recorrido ao oráculo de Ammon, pediu-lhe um remédio para que limpasse seu reino. Obteve a ordem de (que) essa raça de homens odiada pelos deuses fosse levada para outras terras. (TÁCITO. *Historiae*, V, 3)¹

Ele se vale desse acontecimento a fim de predicar os judeus como impuros e odiados, através das seguintes expressões: “uma epidemia que infectaria os corpos” (*tabe quae corpora foedaret*), “limpar o reino” (*purgare regnum*), “uma raça de homens odiados pelos deuses” (*genus hominum ut inuisum deis*). Essa passagem sugere que ele se reporta à nação egípcia, cuja relação com os romanos se deu de forma mais amistosa, para fazer um juízo de valor seu, de modo a neutralizar o tom aviltante.

Mas é somente na seguinte fração deste excerto que se faz referência a Moisés:

Assim, esse povo procurado por toda parte e reduzido, teria sido abandonado em vastos desertos; estando outros entorpecidos pelas lágrimas, (dizem que) Moisés, um dos desterrados, instruiu-os a não esperarem por intervenção dos deuses ou dos homens, isto é, nem de um, nem de outro, em detrimento da solidão; mas que confiassem nele mesmo como em um guia celeste – o primeiro deles que viria em auxílio dos infortúnios do presente. (TÁCITO. *Historiae*, V, 3)¹

Com a dramaticidade conferida à cena, a partir da movimentação de pessoas abandonadas e chorosas, o autor apresenta o profeta bíblico como um herói, pois ultrapassa o *métron*, a medida natural dos eventos. Essa “heroicização” de Moisés fica ilustrada, no momento em que o autor, inclusive valendo-se das posições enfáticas da



sintaxe latina, o faz passar de um dentre os desterrados (*unum exulum*) a um guia celeste (*dux caelesti*). Ainda nesta mesma fração do excerto, chama atenção a instrução oferecida pelo líder, a de “não esperarem por intervenção dos deuses ou dos homens”. Ou seja, esse conselho, enfatizado por “nem de um, nem de outro” (*utrisque*), serve não só para Tácito legitimá-lo como o único ente capaz de solucionar seus entraves, mas também para apontar a crença não-politeísta deste povo, por isso usa “dos deuses” (*deorum*).

Na fração final deste excerto, o historiador continua com a movimentação dos personagens, abalados psicologicamente, para mostrar a astúcia de Moisés:

Eles acreditaram e sem saberem de nada começaram a andar ao acaso. Mas nada os inquietava mais que a falta d'água, e já não longe de uma morte violenta, lançaram-se a todos os lados, quando um rebanho de asnos selvagens retirou-se do pasto para uma tenebrosa rocha no bosque. Moisés os seguiu, conjecturando acerca do que parecia somente ser rico em pastagem, descobriu fontes abundantes de água. Esta foi a sua salvação. Depois de ter andado seis dias sem parar; no sétimo, estabeleceram-se em terras cujos habitantes (eles) expulsaram, nas quais construíram uma cidade e um templo. (TÁCITO. *Historiae*, V,3)¹

Sob essa atmosfera, o personagem reaparece para encontrar “fontes abundantes de água” (*largas aquarum uenas aperit*), que foi, a “sua salvação” (*Id leuamen*). É importante lembrar que o autor dispõe esta estrutura também na posição enfática da sintaxe latina reforçando a atuação de Moisés. Depois disso, continua discorrendo brevemente acerca da peregrinação que se deu até se estabilizarem num lugar fixo.

Já pelo quarto parágrafo, Tácito busca apresentar alguns costumes do povo judeu, nas seguintes palavras:



Moisés para que se firmasse esse povo no futuro, deu-lhes novos ritos, contrários aos dos outros homens. Todas as coisas que junto a nós são tidas como sagrada; contrariamente, eles aceitam tudo o que reprovamos para nós. Consagraram a um santuário a efigie de um animal, que mostrando, afastara da incerteza e da sede, matando o carneiro como em afronta a Amón. Também é imolado o boi que os egípcios adoram, sob o nome de Apis. Da carne de porco eles se abstêm em memória da calamidade, por conta da lepra que os atacara outrora, e à qual esse animal está sujeito. Por meio de frequentes jejuns, manifestam a lembrança da prolongada fome que sofreram naquele tempo, e é um símbolo o pão judaico que é deleitado sem o uso de fermento, relacionando isso com os que pilharam cereais. (TÁCITO. *Historiae*, V,4) ¹

Nesta primeira fração, chama atenção o premeditado intuito de Moisés, isto é, de diferenciá-los dos outros atores sociais. Tal passagem se mostra dicotômica em Nós-Romanos/Eles-Judeus, no que diz respeito à análise da religião compartilhada e dos seus signos diferenciadores. Já na outra fração do excerto, o historiador desenvolve novamente suas relações com o deus Saturno, todavia atrela isso à simbologia do número sete:

Dizem que decidiram que o ócio fosse praticado no sétimo dia, porque nesse, os seus sofrimentos terminaram. E mais tarde, sob o encanto da inação, dedicam o sétimo ano à ociosidade. Segundo outros, isso teria sido feito em honra a Saturno, quer fosse que os princípios da sua religião lhes tivessem sido transmitidos pelos habitantes de Ida, quando foram expulsos com Saturno e fundaram a estirpe judaica, o que, dos sete planetas que regem o destino dos homens, o mais elevado e mais poderoso é Saturno e que a maioria dos corpos celestes exercem a sua influência e cumprem a sua evolução por números setenários. (TÁCITO. *Historiae*, V,4) ¹

O fato de Tácito buscar sublinhar, forçosamente - visto que em nenhuma outra literatura esta informação é validada - a conexão genealógica deste povo com Saturno e,



por conseguinte, com Júpiter, parece uma tentativa de mostrar a sua subversão, ao ter na origem uma fundamentação politeísta, passando ao monoteísmo.

Em algumas linhas do quinto parágrafo, o historiador retoma o relacionamento dos judeus com o divino, pois: “compreendem como profanos aqueles que modelam deus com matérias perecedouras semelhantes ao homem, porque somente ele é eterno e não imitável e nunca morrerá.” (...) *profanos qui deum imagines mortalibus materiis in species hominum effingant; summum illud et aeternum neque imitabile neque interiturum.*). Isso chama atenção, porque é uma das poucas circunstâncias em que o historiador-senador permite um olhar judeu sobre uma situação. Convém apontar que a não permissão para se modelar imagens divinas, aos olhos de um romano, soa como bastante excêntrico. Logo em seguida, explica que, por aquela razão, “não aceitam estátuas nas suas cidades, nem nos templos; nem a adulação aos reis, nem honra aos Césares.” (*Igitur nulla simulacra urbibus suis, nedum templis sistunt; non regibus haec adulatio, non Caesaribus honor.*)

Já pelo parágrafo nono, após discorrer sobre a primeira campanha romana na Judeia, ainda durante a república com Pompeu Magno, recua sua narrativa no tempo, voltando-se para o regime político do principado. No respectivo parágrafo, ele inicia por Augusto e termina com Claudio. Todavia, para a análise da alteridade, chama atenção a assertiva de que na Judeia: “Sob o principado de Tibério tudo esteve em paz.” (*Sub Tiberio quies*), para em seguida desenvolver novamente acerca da não bajulação perante os “chefes de governo”, num episódio com Calígula, no qual escreve: “Logo após, ordenados por Caio César que se colocasse uma imagem sua no templo, os judeus preferiram pegar em armas.” (*dein iussi a C.Caesare efigiem eius in templo locare arma potius sumpsere*).

No décimo parágrafo, o historiador versa um pouco sobre o principado de Nero, explicando que Céstio Galo, um governador da Síria, sempre fora derrotado nos combates contra os judeus, “morreu de morte natural ou de desgosto” (*fato aut taedio occidit*). Aponta-se então a importância de ser bem sucedido nas batalhas para o ideal



romano. Frente a isso, discorre acerca da necessidade de Nero enviar Vespasiano ao Oriente:

Vespasiano, um enviado de Nero, em razão de sua fortuna e fama e dos seus eminentes oficiais; em dois verões, ocupou com a vitória de seu exército todos os campos e todas as cidades, exceto Jerusalém. O ano seguinte atento à guerra civil se converteu em ociosidade no que concerne aos judeus. Com a paz que (Roma) obteve pela Itália, as atenções se voltaram novamente para os negócios exteriores. E o fato de somente os judeus não terem sido subjugados, fez crescer suas irritações. Pareceu mais útil que Tito ficasse diante do exército, enquanto se esperavam por todos os acontecimentos do novo principado. (TÁCITO. *Historiae*, V,10)¹

As linhas que apontam que “as atenções se voltaram novamente para os negócios exteriores.” (*externae curae rediere*) são esclarecedoras no que diz respeito à idealização romana acerca das guerras, pois a *pax romana* só deveria se dar dos limites da *urbs* para dentro. Vê-se que as guerras estavam imbricadas no pensamento romano, pois a expansão territorial era vista como um negócio economicamente viável. Através dessas noções, Tácito volta ao eixo inicial da sua narrativa, isto é, apresentando Tito novamente como um salvador, a solução para os entraves desse novo principado, metaforizando assim a etnia dos judeus como um problema. Se por um lado os judeus têm Moisés como seu herói; pelo outro, os romanos têm Tito como o seu, graças ao “romanceamento” criado.

Relevante para se encerrar o olhar sobre a construção do retrato de Tito, pode-se considerar a passagem do parágrafo onze, na qual o historiador arquiteta uma atmosfera de desconforto psicológico no comandante romano, afirmando que: “Para o próprio Tito, Roma e suas grandezas e proezas diante de seus olhos o inquietavam. Ele e os outros romanos seriam vistos enlouquecidos, enquanto de pé Jerusalém estivesse e não a massacrassem.” (*Ipsi Tito Roma et opes uoluptatesque ante oculos; ac ni statim Hierosolyma conciderent, morari uidebantur*). Novamente com bastante dramaticidade imbricada à cena, os romanos - Tito e seus soldados - são apresentados num tom



desesperador; ao passo que a capital de Jerusalém, metaforizando toda a força da etnia judaica, com extrema vivacidade.

Frente a esse percurso pelo livro V das *Historiae*, considerando o lugar de fala de Tácito, cabe vislumbrar que, sendo um aristocrata da ordem senatorial, tem como característica bem recorrente em suas obras, moralizar a sociedade romana. Para tal, elucubrando a construção do retrato de Tito, este aparece como um modelo de liderança a ser seguido, com boa convivência com os subordinados, com sagacidade; diferentemente de Céstio Galo que fora inepto no combate com os judeus. Tito, que foi imperador nos anos de 79 a 81, pode ser visto como um índice narrativo, adequado a uma imagem prescritiva em relação a *urbs*, por essa razão é retratado como um herói “para salvar a pátria”.

No meio da digressão (*digressio*) empreendida, o autor analisa os judeus, sob suas características diferenciadoras, suposta origem, signos sociais etc. Ele os constrói a partir de uma imagem odiosa perante seus deuses, mas que, mesmo assim, sobrevivem a uma epidemia e a peregrinação sem água. Ou seja, mesmo vistos excêntrica e muitas vezes com predicados vituperantes, são construídos como fortes, já nas suas origens, o que explicaria a sua dificuldade em serem abatidos. Para sustentar isso, modela com o traço de forte liderança e heroísmo também o retrato de Moisés. Então é possível depreender que os judeus, sob toda essa ótica da alteridade, de certa forma, são utilizados para a retórica romana, pois: “eles” eram fortes na origem, tinham um salvador que traçou seus caminhos, mas mesmo assim foram vencidos pelos romanos, isto é, pelo “nós”.

Na medida em que o senador historiador cria essa atmosfera, pode-se chegar às seguintes conclusões:

a) Essas passagens podem ser entendidas como uma crítica dele para Domiciano, que foi irmão de Tito, porém um cruel imperador que agia com tamanha crueldade, promovendo a morte de muitos que eram contrários ao seu governo, sobretudo senadores;



b) O fato de Domiciano ter sido um imperador que não fez guerras externas, ou seja, não expandiu os limites do *imperium* é outra razão para ser criticado por qualquer romano, sobretudo por um senador;

c) Os excertos podem também ser compreendidos como uma boa propaganda política para a dinastia vigente, a Antonina, que é tida como o período dos bons imperadores romanos e com a permitida liberdade de expressão, diferente do absolutismo do último imperador da dinastia antecessora, a Flaviana.

Sendo assim, esse estudo, que fez um recorte calcado apenas na meditação entre etnicidade e alteridade, deixa algumas diretrizes para quem quiser conhecer e fazer uma leitura mais aprofundada desta obra clássica e com temáticas atemporais, isto é, as *Historiae* taciteanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSON, E. M. **Greek Ethnicity and the Greek Language**. Glotta 85, 5-30, 2009.

CITRONI, Mario (Dir.). CITRONI, M.; CONSOLINO, F. E.; LABATE, M.; NARDUCCI (orgs.). **Literatura de Roma Antiga**. Co-autores da tradução: Margarida Miranda e Isaías Hipólito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

ESTEVES, Anderson de Araujo Martins. **O cometa do livro XIV dos Annales de Tácito**. *Revista Antiguidade Clássica*. v.6, n.2, p.21-28, 2010.

GRIMAL, Pierre. **O Império Romano**. Tradução de Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 2011.

HARTOG, François (Org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011. 288p.



MARTIN, René; GAILLARD, Jacques. **Les genres littéraires à Rome**. Paris: Nathan, 1990.

MORAES, A.S. **Etnicidade na Odisseia de Homero: O caso de Polifemo**, 2011. (Circulação restrita)

MORALEJO, José Luis. Historiografía. Siglo II. Tácito. *In: Historia de la Literatura Latina*. Carmen Codóner (ed.), 3ª edición, Madrid: Cátedra, 2011.

PARATORE, Ettore. **História da Literatura Latina**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983.

POUTIGNAT, Ph.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

Q. Horatius Flaccus (Horace). **Horace, Satires, Epistles and Ars Poetica**. H. Rushton Fairclough. London; Cambridge, Massachusetts. William Heinemann Ltd.; Harvard University Press. 1929. Keyboarding.

SUÉTONE. **Vies des douze Césars. Tome 3**. Texte établi et traduit par Henri Ailloud. Paris: Les Belles Lettres, 1980.



Grécia de cartolina: a estilização das culturas clássica e oriental no pré-modernismo brasileiro

Maurício Silva

Professor de Literatura Brasileira na Universidade Nove de Julho (São Paulo); doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo; e-mail: maurisil@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa o contexto cultural do pré-modernismo brasileiro, destacando a estilização das culturas clássica e oriental na literatura academicista e revela outros aspectos estéticos e literários do período. Além disso, este artigo analisa as possíveis relações entre autores pré-modernistas e a Academia Brasileira de Letras, durante a passagem do século XIX para o XX.

Palavras-chave: Pré-Modernismo, Literatura Brasileira, canonização, historiografia literária.

Abstract: The present article analyses the cultural context of brazilian pre-modernism, and points out the process of stylization of classical and oriental cultures in academic literature, and it reveals some aesthetic and literary aspects of Brazilian Literature. Furthermore, the present article analyzes the relationship between the pre-modernist writers and the Brazilian Academy of Letters, detaching the institutionalizations issues on the turn-of-the-century.

Keywords: Premodernism, Brazilian Literature, classical culture, oriental culture, literary historiography.



Literariamente falando, a passagem do século XIX para o XX foi marcada por uma visão mais ou menos padronizada das artes, perspectiva perfeitamente sintetizada na consideração da literatura como o *sorriso da sociedade*, como bem percebeu o sentido acurado de Afrânio Peixoto, representante de destaque dessa mesma tendência. Além disso, o que logo se verificou nesse entrecho de nossa história literária foi uma espécie de anseio pela novidade e pela modernidade, traduzindo-se, via de regra, na ampla aceitação de um singular cosmopolitismo literário à D'Annunzio e Oscar Wilde, que, no Brasil, seria cabalmente representado pelo já citado Afrânio Peixoto e por outras figuras célebres da mesma época, como João do Rio, Théo Filho, Arthur de Azevedo e Coelho Neto. Trata-se, em poucas palavras, da *literatura academicista*, que, sob os auspícios da Academia Brasileira de Letras, torna-se vigente naquela passagem de século.

Uma das características mais relevantes dessa literatura academicista é a estilização da cultura clássica e oriental, a que podemos chamar de *helenismo* e *orientalismo*. Trata-se, em poucas palavras, de uma verdadeira mania por personagens, fábulas, imagens, conceitos, padrões estéticos e motivos próprios das civilizações grega, persa, egípcia e outras similares.

Essa atmosfera peculiar de um período afeito a falsos eruditismos e a imagens grandiloquentes é bem descrita por Brito Broca, (BROCA, 1960; BROCA, 1991) em seu estudo sobre a literatura de 1900: segundo o crítico, a partir do advento do Parnasianismo, os deuses do Olimpo readquiriram o antigo prestígio e implantou-se “a hegemonia da Grécia na literatura brasileira”. Mas, como afirma o mesmo autor, com uma ressalva: muitos autores “helenizavam de oitiva”, tratando-se, portanto, de uma “Grécia de cartolina, puramente decorativa”. Dessa moda, sempre segundo Brito Broca, participaram Coelho Neto, Olavo Bilac, Tobias Barreto, Graça Aranha, Dario Veloso (poeta simbolista que, inclusive, fundara um Instituto Pitagórico, destinado ao culto de Pitágoras) e outros. O mesmo crítico reafirma suas opiniões em outras obras, quando lembra que a maior parte dos escritores brasileiros da passagem do século considerava-



se grega sem nunca ter ido à Grécia, comprazendo-se em “ostentações enfáticas”, resultado de uma indefectível “mania de citar os gregos”.

Semelhante diagnóstico de nossas letras é proferido ainda por Agrippino Grieco, para quem existiria, por essa época, uma tendência à idealização da Grécia, levada a cabo pelos “hellenistas de compendio”. E completa:

póde mesmo dizer-se que cada um de nós tem uma Grecia para seu consumo pessoal, cada qual a vê com a côr das suas lunetas, cada qual a aumenta ou diminue ao sabor de sua literatura (...) A maioria procura uma zona de museu e de archivo, de theatro classico, uma zona de universitarios em férias, uma zona de estampas e sonetos, effeminada, pretenciosa, uma Grecia que é em Portugal a dos arcades e no Brasil a dos parnasianos (GRIECO, 1931, p. 38).

Evidentemente, os críticos citados estão se referindo a um helenismo estilizado, artificial, forjado a partir de uma assimilação mutilada e superficial de conceitos ligados às civilizações clássicas. Enfim, de um helenismo para uso literário, particularmente de uma literatura de entretenimento, sem compromissos nem mesmo com a verossimilhança, já que, não raras vezes, há um evidente exagero nas descrições das cenas e dos figurantes, tomando-se como modelo um padrão clássico desvirtuado, como veremos em seguida. Não se trata, portanto, da idéia, relativamente comum nos estudos literários, de aticismo, que se caracteriza, como quer José Veríssimo (VERÍSSIMO, 1907) – contrariamente à de helenismo – pela clareza, sobriedade, parcimônia e simplicidade estilísticas.

Curiosamente, é Humberto de Campos – acadêmico assumido e que apurou sua pena nas tintas desbotadas desse classicismo artificial – quem retrata e satiriza, numa fábula emblemática, esse “helenismo de oitiva” de que nos fala Brito Broca. Dedicada, ironicamente, “a um erudito greco-latino que não sabe nem grego nem latim”, a fábula narra o encontro de um sabiá com um xexéu, dois pássaros comuns em diversas regiões brasileiras, os quais entabulam um curioso diálogo: estranhando a extravagância do



canto do xexéu, uma mixórdia de sons indistintos, o sabiá enfim pergunta acerca de “uns cantos desconhecidos”, entoados por aquele, nunca antes ouvidos nas selvas brasileiras; ao que o pássaro inquirido responde tratar-se de sons que pertencem a “espécies extintas”, ou seja, aos “dos gansos do Capitólio, da fênix, do pássaro Rok, do pavão de Juno, da águia de Zeus, do mocho de Minerva, do pombo de Venus, grasnos, arrulhos, gritos, gemidos, vozes de um mundo alado que se extinguiu”. Diante dessa resposta, o sabiá questiona ainda se o xexéu alguma vez ouvira, de fato, os sons emitidos pelas aves citadas, recebendo uma negativa como resposta. Então, profere esta admoestação:

por que não cantas sem vaidade, sem pedanteria, sem alarde, com os sons naturais da tua garganta excelente, estes crepúsculos melancólicos, esta poeira triste com que o céu polvilha a verdura desfalecente das folhas, e estes rumores da noite, estas vozes selvagens que deviam ser ouvidas religiosamente por todos os ouvidos reverentes da terra? Sê da tua selva, da tua mata, ave da tua árvore, pássaro do teu ramo... (CAMPOS, 1945, p. 139).

Percebe-se, nessa fábula, uma crítica aos helenistas de arremedo, àqueles que, embora se esmerem em entoar cânticos exóticos, sobretudo provenientes da Grécia clássica, não sabiam “nem grego nem latim”, por pouca experiência prática ou desconhecimento teórico da matéria. Criticavam-se, a bem dizer, os estilistas das civilizações antigas, aqueles que, pelo tema abordado ou pela forma empregada, buscavam um efeito literário que os fizesse herdeiros tardios da tradição cultural greco-romana.

Críticas, aliás, não faltavam a esse modismo, vindas de todos os tipos de personalidades da época, sejam acadêmicas – ainda que apenas num primeiro momento –, como José Veríssimo, Graça Aranha ou, conforme acabamos de ver, o próprio Humberto de Campos; sejam assumidos antiacadêmicos, como Antônio Torres e Lima



Barreto.

Este último destaca-se como o mais acirrado crítico da tendência helenizante que tomou conta dos acadêmicos durante nosso pré-modernismo. Em sua conferência intitulada “O Destino da Literatura”, Lima Barreto afirma que a literatura deve-se orientar pelos ideais humanistas e não por “ideais arcaicos e mortos, como este variável e inexato que a nossa poesia, tanto velha, como nova, tem por hábito atribuir à Grécia”, (BARRETO, 1956a, p. 58) criticando aqueles a quem chama de “helenizantes de última hora”. (BARRETO, 1956a, p. 62) Também no prefácio intitulado “Amplius!”, de seu livro *Histórias e Sonhos* (1920) – prefácio, aliás, no qual se inspirara para escrever a conferência aludida -, o romancista carioca faz um desabafo quase pessoal, ao afirmar: “implico solenemente com a Grécia, ou melhor: implico solenemente com os nossos cloróticos gregos da Barra da Córda e pançudos helenos da praia do Flamengo”. (BARRETO, 1951, p. 12)

Críticas contundentes a essa adoção indiscriminada e artificial do classicismo greco-latino pelos acadêmicos também provinham de autores que conviveram próximos à Academia. É o caso, para citar apenas um exemplo, de Graça Aranha que, em conferência proferida durante a década de 1920, ecoando a sentença de morte da Academia já anteriormente apregoada por ele mesmo, decretava peremptoriamente: “os mythos gregos estão mortos”. (ARANHA, 1932, p. 77).

Em meio a estas críticas episódicas, o helenismo percorria sua trajetória invicta entre os academicistas. E tanto mais vitorioso ele se manifestava quanto mais afeito aos preceitos academicistas fosse o autor.

É o caso de Coelho Neto... A ligação desse autêntico *primus inter pares* da Academia Brasileira de Letras com o helenismo era uma atitude deliberada, não apenas pela freqüência com que aparece em seus escritos, como também por alguns indícios deixados pelo romancista de que essa seria uma maneira pessoal de exprimir-se literariamente. Esse seu apego ao helenismo pode, por exemplo, ser depreendido das palavras de Anselmo, *alter ego* do autor, em seu romance *A Conquista* (1895):



A Grecia com os seus deuses e com os seus heróis, a India com os seus mysterios... Isso sim! Sinto-me arrastado para essas idades (...) Amo o antigo e esse entranhado amor faz com que eu acredite na metempsychose. Eu fui grego, pelejei nas Thermopylas... (NETO, 1920, p. 17).

Em Coelho Neto a devoção ao helenismo espalha-se por toda a sua obra, das crônicas aos contos, atingindo vários romances do autor, com pequenas ou grandes referências à realidade ática, dando sustentação às suas figuras, à sua linguagem, aos seus exemplos. É possível, neste sentido, observar tais referências em *O Morto* (1898), num trecho que procura descrever a figura feminina:

Mary recebeu-me soluçante. Vestia o mesmo roupão da vespera e os seus cabellos fartos faziam-lhe sobre a cabeça uma pequenina torre de ouro. Levou-me logo para a sala, desolada como Andromacha, no poema de Homero, quando corre a molhar de pranto o corpo amado do esposo que vem sangrando no escudo trazido piedosamente pelos guerreiros fieis (NETO, 1924a, p. 124);

ou em *A Capital Federal*, numa passagem significativa pela enumeração de personalidades gregas:

mas creia o amigo que é só assim que consigo compreender e explicar a apparecimento dos homens cyclicos - Homero, que é a synthese de todo o drama épico desde o período pelágico; Hesiodo, que é o mytho, a theogonia; Eschylo e Sophocles, que são a tragedia... (NETO, 1924b, p. 142).

É evidente a tentativa de Coelho Neto de dotar parcialmente seus romances de uma atmosfera helênica. Esforço que encontra ressonância nas próprias teorias estéticas de um autor habituado com a mesma atmosfera desde a infância. Desse modo, o romancista não perde a oportunidade de inserir em suas obras referências frequentes às



civilizações antigas, com cenas, personagens, ambientação e imagens retiradas do clacissismo grego.

Nesse sentido, qualquer assunto poderia ser motivo de referência ao passado glorioso dos clássicos helênicos, mesmo os mais prosaicos, como se pode perceber em muitas de suas crônicas mundanas, escritas diariamente para as folhas voláteis dos periódicos da época. Tratando, por exemplo, da primeira experiência do correio aéreo na Itália, o romancista não hesitava em fazer referência a Zeus, Mercúrio, Fênix, Éter e outros; como não hesitava também em se referir a Pausânias, Júpiter e ao pentatlo, ao tratar da difusão das lutas de boxe no Brasil; enfim, a uma série de personagens da cultura grega, como se pode perceber neste trecho de crônica que trata da viagem de um navio europeu à América:

Se Apollonio de Rhodes celebrou no poema, a cuja chamma se aqueceu a musa de Virgílio, os feitos dos argonautas, motivos mais bellos para mais altos cantos achará um poeta na expedição do 'Itália' para com elles glorificar a terra e a gente de Latino (...) A não construida no estaleiro argivo, com madeira de Dódona, sob a immediata direcção de Pallas, fez-se ao mar em cruzeiro de conquista, demandando a Colchida, e nella o ouro do velocino (...) A guarnição heroica fôra toda escolhida pela deusa – desde o chefe: Jasão, até o piloto: Palinuro e, entre esses, andavam muitos que, pelos feitos com que se celebrisaram, subiram além da Historia, inscrevendo-se no céu, no rol das constellações, como os gemeos e Hércules; e, ainda Anphiarau, o advinho, Theseu, o vencedor da górgona e o poeta mystico do Tempé, dominador de almas, dos brutos e da natureza (NETO, 1928, p. 218).

A crônica continua com referências a outras figuras mitológicas (como Argos e Orpheu), sempre nesse mesmo compasso grandiloquente e épico. Como se pode perceber, não são poucas as personagens clássicas que povoam os textos de Coelho Neto, já que aqui demos apenas uma pequena amostra desse procedimento na produção ficcional do romancista maranhense.

A insistência com que empregava tais recursos gerava uma verdadeira enxurrada de críticas, muitas vezes pessoais, a sua obra. O próprio Lima Barreto, já citado



anteriormente, tratava-o com carregada ironia, ao dizer por exemplo que o célebre acadêmico teria “exum(ado) os gregos com seu cânon de beleza”, para completar irado: “é preciso acabar com essa história de Grécia...”. (BARRETO, 1956b, p. 87)

Outro crítico não menos contundente, Antônio Torres, referia-se ao uso excessivo desse recurso por Coelho Neto como sendo uma “hellenice descabida”, e – numa referência à viagem do Rei Alberto, da Bélgica, ao Brasil – ironiza, dizendo que o ilustre visitante corria o risco de ser recebido pelo nosso romancista oficial e ser chamado de

Hercules, Achilles, Charonte, Niebelung, Apollo de Delphos, Jupiter Amon, Zeus, filho da Stygia, vendedor do Acheronte, rival de Pompeu, heroe da Pharsalia; depois [Coelho Neto] comparará a Augusta Consorte de V. M. com Venus de Cnido, Diana de Epheso, Pallas Athenéa, Eleusis, Salambô, Dido, as camphoras, estatua de Tanagra, Lysistrata, Circê, Astartê, Gorgona, Helena de Sparta, Hygia e Clytemnestra (TORRES, 1921, p. 96).

José Veríssimo, finalmente, um dos companheiros de Coelho Neto na Academia, num texto particularmente brilhante, mantendo sua proverbial independência de opinião, criticou esse exagero do ilustre confrade, ao afirmar que

o Sr. Coelho Neto não é, como erradamente se julga, nem um Heleno, nem um primitivo (...) O que no mundo helênico, na obra literária da Grécia o seduz, o que ele sobretudo estima e aprecia, são os seus lados românticos, as exterioridades espetaculosas, os aspectos trágicos, romanescos, e mais o brilho, o colorido (VERÍSSIMO, 1977, p.11).

A crítica talvez servisse, em proporções menores, a outros acadêmicos de nomeada, igualmente adeptos de toda sorte de helenismos de efeito, como Humberto de



Campos, que na crônica com que abre seu volume *Os Párias*, procura tratar dos problemas que envolvem a condição do escritor profissional invocando uma miríade de personagens da Grécia clássica:

Em Salamina, investem as triéres, das quais sobem os cantos harmoniosos dos gregos, e os gritos confusos dos bárbaros. Temístocles e Aristides, Euribíades e Filácio, Polícrito de Egina e Teomestor de Samos, realizam prodígios de bravura e de agilidade. Da sua torre de madeira, á margem do mar, é em Artemísia, rainha de Halicarnasso, que Xerxes, senhor da Asia, tem os olhos. A coragem daquela mulher o assombra tanto, que êle já déra, na véspera, o seu nome á costa setentrional da Eubéa... (CAMPOS, 1933, p. 07).

Não nos alonguemos mais... A referência, com comparações entre a situação de alguns personagens e a do próprio escritor, estende-se por outros longos parágrafos, citando ainda Mardônio, Agamenon, Briseida, Aquiles, Tróia, a *Ilíada* etc. Como Coelho Neto, Humberto de Campos era também afeito aos recursos oferecidos por esse típico helenismo *fin-de-siècle*.

Outros acadêmicos de renome, como Rui Barbosa, igualmente os empregavam, como quando, num texto sobre o poeta Castro Alves, o jurista constrói sua rede de argumentos a partir de figuras apreendidas da mitologia grega, citando Phidias, Athene, o Parthenon, Minerva, o Olympo, Iris, Victoria, Jupiter e outros. Hermes Fontes – que, embora não fizesse formalmente parte da Academia, era um dos mais atuantes poetas nas duas vertentes estéticas características do academicismo, o neoparnasianismo e o neo-simbolismo –, num texto em que comenta a situação política contemporânea na Grécia, resume aquele que poderia ser tomado como sentimento emblemático dos academicistas em relação à cultura helênica:

A Grecia não é simplesmente uma pequena patria, a desaparecer em silhueta vaga e funebre (...) É, bem mais do que isso – a Patria de todas as



patrias, um exemplo permanente, uma reliquia semiviva, [um] museu sagrado (...) Todos os homens civilizados e cultos somos gregos transplantados, brotos de enxerto em patrias novas disseminadas pela Terra (FONTES, 1916, p 190).

Aflora, nessa pequena passagem, uma espécie singular de ideologia genesíaca, que fixa a cultura helênica como origem de todos os homens civilizados; e que, além disso, acaba por considerar a ligação com os gregos a partir de uma perspectiva mítica, por meio da qual o Brasil deve sua existência a um sagrado ritual de fundação. Por essa ótica, seríamos fruto de uma epopéia universal, “condenando-nos” a uma sempiterna relação de dependência para com a civilização helênica. Pensada num país mestiço, recém-saído da escravidão e cuja pirâmide social revelava-se extremamente excludente, essa lógica arreesada apontaria decerto para uma sintomática tendência aristocrática e autoritária, reforçando ainda mais os vínculos entre a estética academicista e o poder burocrático constituído.

Essa dependência – levada a sério pelos academicistas a ponto de cultivarem-na como um bem sagrado, merecedor do culto literário – teria ficado como um lastro cultural permanente na civilização. Daí lançarem mão, quase que indiscriminadamente, de temas e motivos de extração clássica. Semelhante pendor não se verificava apenas tematicamente, como nossa análise pode levar a imaginar, mas também formalmente, por meio do emprego de um estilo descritivista e dramaticamente grandioso, marcando suas obras com pendores épicos, sempre com a mesma correção gramatical e perfeição lingüísticas que caracterizaram a inclinação formalista dos acadêmicos. A vinculação, aliás, da idéia de *helenismo* à de perfeição lingüística e gramatical já estava presente na antigüidade clássica, já que, nas palavras de uma estudiosa do assunto,

o helenismo não é (...) o uso assistemático, variado e ocasional (...) ele é, sim, o denominador constante, regular e regrado (...) Tudo o que está fora do modelo da linguagem correta e recomendável é excluído (...) Linguagem correta, considerada padrão, o helenismo é a concretização da



analogia lingüística. O problema da analogia em si e por si é lógico, mas a analogia, passando para o terreno lingüístico como tal, concretiza-se no padrão que representa o helenismo e chega a significar a própria língua grega. A exposição dos fatos dessa língua é, afinal, a *gramática* (NEVES, 1987, p. 98).

Além desse visível apego ao helenismo, os autores academicistas também apresentavam clara tendência às temáticas de extração oriental (egípcia, persa, nipônica etc.), ainda empregando-as como mero artifício literário, recurso aliás comum também aos autores europeus desse período. (LITVAK, 1990) Em Coelho Neto esse orientalismo é deliberado, assumido como princípio estético que norteia toda sua produção ficcional. É esclarecedor, nesse sentido, um trecho de seu *roman-à-clef* intitulado *A Conquista*, em que o autor inventa um diálogo entre os personagens Anselmo (Coelho Neto) e Ruy Vaz (Aluísio Azevedo). Após o anúncio, pelo primeiro, da publicação de mais um romance de sua lavra, em folhetins na *Cidade do Rio*, Ruy Vaz o aconselha a abandonar “essa mania de orientalismo”, admoestando-o a deixar em paz “os deuses gregos e as odaliscas turcas” e a não se preocupar com “os templos da Hellade nem com os minaretes de Stambul”. A resposta de Anselmo é quase uma profissão-de-fé literária:

comecei a estudar com livros orientaes (...) e hoje sinto que, se deixar o Oriente, fico como um homem que, trazido vendado, se achasse, de repente, como por encanto, num intrincado labyrintho donde não pudesse sahir por desconhecer os meandros (NETO, 1920, p. 380).

A “mania” a que Aluísio Azevedo alude perpassa quase que integralmente a obra de Coelho Neto, autor capaz de dar a um romance de temática regional, quase indígena, o sintomático título de *O Rajá de Pendjab* (1898) (NETO, 1927); de descrever os aposentos de uma casa carioca, comparando-os “aos palacios maravilhosos de



Aladino e á soberba vivenda de Sindbad”; (NETO, 1924b, p. 45) ou ainda de escrever toda uma fábula ambientada num indefinido recanto oriental, entre sacerdotes, papiro, palácios, cítaras, camelos e outros motivos “orientais”. (NETO, 1919, p. 07)

Não sem razão, Humberto de Campos, ao analisar o livro *Contos da Vida e da Morte*, de Coelho Neto, destacaria justamente sua "ornamentação oriental"; (CAMPOS, 1935, p. 64) e ao analisar seu livro *Bazar* - cujo título, nesse sentido, é bastante sugestivo -, além de destacar seu "orientalismo puro", afirma ser o romancista o “último persa”. (CAMPOS, 1935, p. 227)

Apenas a título de exemplo, podemos perceber a que Humberto de Campos se referia quando aludia a essa particularidade do fazer literário de seu companheiro de Academia, nesta descrição de uma residência retirada do já aludido *O Rajá de Pendjab*:

diante da porta, duas altíssimas pyramides verdes, cercadas de luzes, illuminavam os primeiros degráus alcatifados por um alto e fôfo tapete persa. Hindus enormes, vestidos com sumptuosidade dois dos quaes empunhavam charamellas de prata (...) ali, naquele bosque, ha uma imagem gigantesca de Kali; mais adiante, naquelle palmar, ha um pequeno templo consagrado a Brahma e, á beira da agua, Galga, em um nicho, aceita, todas as manhans, os votos dos seus fieis (NETO, 1927, p. 210/214).

Em matéria de orientalismo, outros autores devotos do academicismo literário também esmeravam-se em dar sua contribuição pessoal. Se pensarmos apenas nas descrições de motivos decorativos que preenchem os espaços por onde circulam personagens dos mais diversos tipos, teremos uma idéia do alcance do que aqui denominamos orientalismo. De fato, é uma profusão de apetrechos orientais, como porcelanas de figuras chinesas, tapetes persas, divãs turcos, caquemonos japoneses, vasos de Kioto, jarras e marfins orientais, esmaltes árabes, mobília indiana, deuses brâmanes de metal, porcelanas persas, tabacos turcos, enfim todo um mundo de



quinquilharias do mais exemplar estilo *kitsch* a povoar os romances de Júlia Lopes de Almeida (*A Intrusa*), de Aluísio Azevedo (*O Homem, A Condessa Vesper*), João do Rio (*Dentro da Noite*), Benjamim Costallat (*Katucha*) e outros. Uma decoração, aliás, que fazia parte da vida real de muitos autores, brasileiros e europeus, que atuavam no cenário literário acadêmico do período, como um Olavo Bilac ou um Edmond de Goncourt. (RIO, 1994; BILLY, 1951; SILVA, 1997)

O orientalismo como tema, e não apenas como motivo decorativo, pode ainda ser presenciado na prosa de ficção de Humberto de Campos, em especial nos seus *Contos Orientais* (1934) (CAMPOS, 1934a); ou na de Júlia Lopes de Almeida – essa “primeira-dama da *Belle Époque* brasileira”, o que a coloca como o mais acadêmico dos escritores fora da Academia (SHARPE, 1999) –, como em *Ância Eterna* (1903), que possui um conto inteiro passado no antigo Egito, entre papiros, sacerdotes, princesas, túnicas, escravas, faraós e sarcófagos. (ALMEIDA, 1903) Com efeito, ao lado da Grécia, o Egito emergia como a região mais literariamente freqüentada pelos escritores academicistas, consolidando-se na época uma verdadeira *egiptomania*. O termo é do cronista carioca Gastão Penalva (que, de fato, viajou ao Egito), o qual trata do assunto em mais de uma crônica de seu livro *Luvas e Punhaes* (1924). Numa delas, lembra que essa febre já tomou conta de praticamente todas as instâncias da vida carioca, do jornalismo à moda, e lamenta:

a mania já attinge a tal ponto que o Rio inteiro me parece o Cairo, Luxor, Port Said ou Alexandria. Tudo é egypcio. O obelisco da Avenida é o sagrado obelisco de Menphis. A Exposição é Gizeh, cheia de monumentos e de forasteiros. A Guanabara é o Nilo poderoso, a explodir nas enchentes victorias e jacarés. A Esphinge... (PENALVA, 1924, p. 200).

Também João do Rio, em mais de uma crônica, lembra o modismo que se tornou o Egito, num incompreensível desprezo pelo Brasil:



Se um cidadão aparecer aqui dizendo-se o falecido Khediva do Egypto, tem logo a acolhel-o uma roda *smart*, que terá prazer em se mostrar conhecedora do Nilo, dos antigos coptas, da Esfinge, das pirâmides - ah! As pirâmides!... – das avenidas modernas, do Cairo... Brasil é que não, nem rachado! (RIO, 1909, p. 313).

A recorrência aos motivos próprios do imaginário oriental e, particularmente, egípcio era tamanha que transformou – não hesitamos em afirmar – a temática da Esfinge (a qual, embora se tenha disseminado via mitologia grega, guarda uma inegável ligação com o universo cultural do Egito), num autêntico *topos* do academicismo literário, fazendo-a presente em várias obras do período, além de aparecer como título de algumas delas, como em Francisca Júlia (*Esphinges*, 1903), em Coelho Neto (*Esphinge*, 1906) ou em Afrânio Peixoto (*A Esfinge*, 1908).

Quase sempre, esse *topos* estava ligado à figura feminina, servindo de referência para a caracterização de mulheres fatais, enigmáticas, às vezes diabólicas, quase sempre indecifráveis. É o que acontece, por exemplo, com as mulheres que povoam os contos de João do Rio em seu *A Mulher e os Espelhos* (1919), para quem “as mulheres são esfinges”. (RIO, 1995, p. 85) A aproximação da mulher com figuras do universo egípcio é recurso empregado também por outros autores do período, não exatamente cultores da estética academicista, embora não de todo contrários a ela, como é o caso de Albertina Bertha, que em *Exaltação* (1916) faz Theophilo se referir a Ladice nos seguintes termos: “sempre que a vejo, lembro-me do Oriente. Parece-me antes uma egypcia que uma brasileira”. (BERTHA, 1918, p. 160) Como é o caso, igualmente, do escritor luso-brasileiro Carlos Malheiros Dias, autor do polêmico *A Mulata* (1896), cuja protagonista, Honorina, é descrita como uma autêntica rainha egípcia:

Cleópatra, a Rainha de Sabá, Nimsuba, deviam ser assim como ela era, abrasada pelo sol, de corpo de bronze, como uma deusa, de olhos ardentes como jóias, como o espículo de uma falarica, como



na escuridão, bárbara e imperiosa como um beduíno, terrível como uma víbora, indômita como um condor (...) De olhos fechados, sentava-se no trono dos Faraós, entre peles de felinos e sedas roxas bordadas a lotos de ouro (...) Despia-a, trajava-a de rainha de Sabá... (DIAS, 1975, p. 123).

A figura feminina idealizada, extraída da mitologia grega, serve enfim de inspiração para que o mesmo Carlos Malheiro Dias relate sua “profissão-de-fé” – num livro inteiramente dedicado à temática helênica e oriental – nos seguintes termos:

os gregos fizeram nascer a sua Venus do ventre espumejante das ondas, e o meu ideal artistico de sonho antigo nasceu da contemplação do teu corpo de marmore, oh! Mulher, que eu julguei roubado a um templo de Athenas ou Coryntho... (DIAS, 1894, p. 193).

Conclusão

Além do helenismo/orientalismo de que aqui tratamos, a literatura academicista vigente em nosso pré-modernismo literário promoveu um mais amplo processo de estilização, que privilegiava ainda a temática do *mundanismo*, desdobramento necessário desse apego incondicional às culturas clássica e oriental. Tal temática tem sua correspondência social nos salões, conferências e outros encontros realizados pela sociedade letrada dos primeiros anos da República; ou ainda nas páginas efêmeras de periódicos que ditavam a moda. Em sua versão estética, o mundanismo era representado, sobretudo, pela literatura de temática fútil, não raras vezes procurando espelhar os *costumes* sociais da burguesia carioca do entresséculo, particularmente na sua deliberada submissão ao ideário europeu.

O romance de costumes, tanto em seu viés urbano quanto regional, foi o que mais intensa e programaticamente tentou equacionar – a partir do século XIX - a questão da fundação de uma literatura nacional. Nele se exercitaram desde José de Alencar, Manuel Antonio de Almeida e Raul Pompéia, no século XIX, até Lima



Barreto, no século XX. No período aqui estudado, o romance de costumes – que também buscava satisfazer o mesmo anseio de independência da literatura brasileira – assume, contraditoriamente, ares *mundanos* e *cosmopolitas*, inclusive, como acabamos de ver, via estilização de culturas estrangeiras: buscava ser autenticamente “nacional”, mostrando o quanto o Brasil tinha de moderno e “civilizado”. Mas essa já é uma outra história...

Referências bibliográficas

- ARANHA, Graça. **Espírito Moderno**. São Paulo, Nacional, 1932.
- BARRETO, Lima. **Histórias e Sonhos**. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Brasileira, 1951.
- _____. **Impressões de Leitura**. São Paulo, Brasiliense, 1956a.
- _____. **Marginália**. São Paulo, Brasiliense, 1956b.
- BERTHA, Albertina. **Exaltação**. Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918.
- BILLY, André. **L'Époque 1900 (1885-1905)**. Paris, Jules Tallandier, 1951.
- BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil. 1900**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.
- _____. **Naturalistas, Parnasianos e Decadistas. Vida Literária do Realismo ao Pré-Modernismo**. Campinas, Unicamp, 1991.
- CAMPOS, Humberto de. **Os Párias**. São Paulo, José Olympio, 1933.
- _____. **À Sombra das Tamareiras. Contos Orientais**. São Paulo, José Olympio, 1934a.
- _____. **Crítica. Primeira Série**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935.
- _____. **Da Seara de Booz**. Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1945.
- DIAS, Carlos Malheiro. **Scenários. Phantasias sobre a História Antiga**. Rio de Janeiro, Joaquim da Cunha, 1894.
- _____. **A Mulata**. Lisboa, Arcádia, 1975.
- FONTES, Hermes. **Juizos Ephemeros**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1916.
- GRIECO, Agrippino. **Vivos e Mortos**. Rio de Janeiro, Schimdt, 1931.



- LITVAK, Lily. **Espanha 1900. Modernismo, Anarquismo y Fin de Siglo.** Barcelona, Anthropos, 1990.
- NETO, Coelho. **Fabulário.** Porto, Lelo & Irmãos, 1919.
- _____. **A Conquista.** Porto, Chardron, 1920.
- _____. **O Morto (Memórias de um Fuzilado).** Porto, Chardron, 1924a.
- _____. **A Capital Federal (Impressões de um Sertanejo).** Porto, Chardron, 1924b.
- _____. **O Rajá de Pendjab.** Porto, Chardron, 1927.
- _____. **Bazar.** Porto, Lello & Irmãos, 1928.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **A Vertente Grega da Gramática Tradicional.** São Paulo/Brasília, Hucitec, Editora Universidade de Brasília, 1987.
- PENALVA, Gastão. **Luvras e Punhaes (Contos e Chronicas).** Rio de Janeiro, Benjamim Costallat & Miccolis, 1924.
- RIO, João do. **Cinematographo (Chronicas Cariocas).** Porto, Chardron, 1909.
- _____. **O Momento Literário.** Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1994.
- _____. **A Mulher e os Espelhos.** Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- SHARPE, Peggy. "O Caminho Crítico d'A Viúva Simões". In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A Viúva Simões.** Florianópolis, Mulheres, 1999, p. 09-26.
- SILVA, Maurício. "Benjamim Costallat: o Primeiro Autor kitsch da Literatura Brasileira". *Ciências e Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras*, Porto Alegre, No. 20: 101-108, 1997.
- TORRES, Antônio. **Pasquinadas Cariocas.** Rio de Janeiro, Livraria Castilho, 1921.
- VERÍSSIMO, José. "O Atticismo". In: **Que é Literatura? E Outros Escriptos.** Rio de Janeiro, Garnier, 1907, p. 59-72.
- _____. "O Sr. Coelho Neto". **Estudos de Literatura Brasileira. Quarta Série.** São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1977.



“O Povo já não tem medo!”: A experiência revolucionária portuguesa e a concepção metodológica de Edward Thompson

Pamela Peres Cabreira
Mestranda em História Social pela UFRRJ, com incentivo de bolsa
CAPES. Docente no curso de História do Consórcio CEDERJ-Unirio.
E-mail: cabreiraperes@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar de forma introdutória as questões laborais em Portugal entre os anos de 1974 e 1975 no sentido de inserir o protagonismo do papel da classe trabalhadora em seu momento histórico revolucionário, em busca das vias democráticas de sociedade. Partindo das categorias analíticas de Edward Thompson, buscar-se-á dialogar seus conceitos de classe, consciência de classe e das lutas sociais contidas neste espaço histórico, destacando a necessidade de uma nova periodização da Revolução dos Cravos, priorizando o papel das “massas” na via de mão dupla dos acontecimentos e crises políticas sucedidas ao longo dos seis Governos Provisórios.

Palavras-Chave: Portugal; Revolução dos Cravos; Edward Thompson.

Abstract: This study aims to analyze in an introductory way the labor issues in Portugal between the years 1974 and 1975 in order to enter the leadership role of the working class in its revolutionary historical moment , in search of the democratic process of society. Based on the analytical categories of Edward Thompson , will be sought - talk their concepts of class , class consciousness and social struggles in this historic space, highlighting the need for a new periodization of the Carnation Revolution , emphasizing the role of the "masses" in two-way street of events and political crises successful over the six Provisional Governments.

Key -Words: Portugal ; Carnation Revolution ; Edward Thompson .



Introdução

Na frente ocidental nada de novo.

O povo

Continua a resistir.

Sem que ninguém lhe valha,

Geme e trabalha

Até cair.

(Miguel Torga)

“Toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse” (THOMPSON, 1981, p. 189): a relação do econômico com o cultural, da política e da vida social são elementos reguladores na prática histórica de Thompson. Ao buscarmos a experiência individual e coletiva na formação da identidade, da classe ou das frações de classe, assumimos, como historiadores, a expectativa de compreender a base da consciência histórica dos envolvidos no processo, buscando tornar a classe um fator não só teórico, mas passível de ser compreendido nas relações sociais. A perspectiva thompsoniana nos aparenta “a memória social, de modo que as pessoas puderam definir novas perspectivas, na medida em que passaram a compreender de outro modo a formação do presente” (INGLIS, 2008, p. 332). Atribuir ao sujeito, enquanto pertencente a uma classe, a “responsabilidade” de suas expectativas, uma vez que este possui a noção da consciência de sua influência no campo das mudanças, faz-se primordial para o entendimento da proposta deste trabalho.

A maneira como o trabalhador é visto na história e na produção historiográfica nem sempre relaciona os fatores da “experiência”, “consciência” e inserção nos modos de produção do momento analisado, de forma a destituir da força do trabalho, e de quem o promove, como apenas um agente passivo na vivência mundana. Sobretudo após a Revolução Industrial, o único bem que nasce com o homem é sua capacidade de trabalho, de oferecer sua capacidade intelectual e física em troca de dinheiro ou produtos para sua sobrevivência. O homem no século XX sobrevive, pautado



unicamente na sua condição de trabalho. Ao trocar e compartilhar experiências individuais ou coletivas, a formação da classe adota a função de encarar a exploração econômica, as desigualdades e opressões políticas, resultando na inserção do trabalhador como agente ativo. A partir da Revolução Industrial, as nuances da exploração tornam-se mais claras atingindo os níveis da economia, do social e da cultura, sendo, para Thompson, fatores indissociáveis para a compreensão da formação da classe (POPINIGIS, 2015, pp. 164-165).

Todo material de consumo produzido no mundo capitalista, todas as mercadorias de ostentação e valorização como obrigatoriedade social provêm da força de trabalho do homem, sendo esta sua única ferramenta de sobrevivência neste cenário de capitalismo exacerbado. Ou ainda como nos aponta Marx, “no decurso da produção capitalista, desenvolve-se uma classe operária que, por educação, tradição, hábito, admite as exigências daquele modo de produção como evidentes leis da Natureza”¹. A valorização do trabalho como fundamento analítico no campo da história é elemento e contribuição fundamental para entendermos as disputas sociais no campo das transformações, como é o caso a ser tratado com os trabalhadores durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), em Portugal. Cabe destacarmos que o país acabara de sair de longos 48 anos de regime autoritário, onde trabalhadores não contemplavam o mínimo de condições necessárias para o trabalho, desqualificados, muitos analfabetos e à margem da vida política. A efervescência do 25 de Abril trás consigo perspectivas de mudanças nunca experimentadas no cenário do país. A possibilidade de conquista de uma via para o socialismo despertará as classes menos abastadas a buscarem a dianteira dos processos democráticos em curso.

Pretendemos, assim, apresentar ao longo deste trabalho o contexto dos trabalhadores durante o período revolucionário, apontado algumas características básicas de como se deu a organização dos movimentos da classe operária neste período. Para tanto, faremos algumas intervenções metodológicas a partir dos pressupostos teóricos de Edward Thompson além de trabalhar com algumas fontes primárias: O periódico *Avante!*, único jornal de circulação constante clandestinamente durante a



ditadura, nos ajuda a ter um panorama complexo das relações trabalhistas, bem como o jornal *República*, este publicado até 1974 sob a supervisão dos órgãos de supressão da imprensa. Além destes dois periódicos, também utilizaremos algumas gravações do arquivo português da RTP, sendo um importante fundo arquivístico ainda pouco trabalhado por historiadores que se debruçam sobre o tema. A partir do enlace destas fontes e de suas análises, acreditamos conseguir apresentar um panorama inicial das problemáticas pretendidas.

Desenvolvimento

As premissas de uma revolução: a urbanização e luta operária

A experiência de um longo período baseado na repressão, cerceamento de direitos e “atraso” político/econômico constituiu um imaginário de libertação na classe trabalhadora portuguesa, pautada, sobretudo, após a década de 60 com o contexto político marcado pelo Maio francês, os desdobramentos no Chile em 1973 e também pela derrota dos Estados Unidos na guerra do Vietnã (SUAREZ, 2008, p. 17). A corrida pela industrialização e urbanização do país cria vigor a partir da década de 50, desdobrando as atas reivindicativas de acordo com os novos problemas enfrentados. Em paralelo, a quebra na produção agrícola é enorme, transferindo para as cidades e para as indústrias pessoas ainda acostumadas na cultura rural, com pouca ou nenhuma experiência em trabalhos urbanos. Em contrapartida, o comércio aumenta, os transportes modificam-se e ocorre um aumento significativo no quadro de empregados do funcionalismo público, mostrando “um país em profunda mudança, mais desenvolvido, mais urbano e mais moderno” (SUAREZ, 2008, p. 22). Ao mesmo tempo, esse “desenvolvimento” relativo não supri as condições de vida básicas para estes trabalhadores urbanos, criando verdadeiras “cidades de lata” nas periferias industriais. A inversão de valor dentro da sociedade, do rural para o urbano, mexerá em todas as estruturas sociais e econômicas em Portugal, uma vez que a dinâmica familiar e



valorativa volta-se para outros objetos, com distintos interesses e atributos quando da mudança para a rotina urbana. A reforma agrária no país, iniciada em pequenas porções durante a Revolução, terá seus princípios discutidos com mais segurança na década de 80 já nos moldes condicionadores da inserção do país na União Europeia, o que não favoreceu ou repercutiu positivamente para os trabalhadores rurais não latifundiários¹.

A situação opressiva e péssimas condições de trabalho se intensificarão, sobretudo, na década de 1960 com a forte inserção do modo de produção industrial capitalista, na busca pela concentração e centralização do capital, configurando-se na tentativa de controle dos trabalhadores, reprimindo as lutas sociais. Ainda assim, observa-se que a movimentação na formação autônoma dos operários, em desacordo com as situações de exploração e baixos salários foi constante, sobretudo no último trimestre de 1973. Neste período, a luta dos trabalhadores alcança maior número e uma maior possibilidade de movimentação, visto que a efervescência política do momento impossibilitava maiores divulgações nos meios de informação (ABADIA, 2010, p. 67-74). O início dos anos 70 também representa uma aderência dos movimentos trabalhadores não apenas do operariado: ocorre em Lisboa e no Porto em 1970 e 1971 a greve dos médicos; em 1973 a greve dos empregados bancários e ainda em 1973 a aderência do setor administrativo da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) e na CP (Caminhos de Ferro) virá a demonstrar ainda mais a instabilidade vivida no país, por atingir diferentes nichos da classe trabalhista (VARELA, 2011, pp. 151-156). As principais reivindicações das greves ocorridas na década de 70 são o aumento salarial e melhorias na condição de trabalho. Conta-se também a exigência do 13º salário, redução de horas semanais para 40 (as empresas do cinturão industrial de Setúbal impunham uma jornada de trabalho que variava entre 48 e 55 horas semanais!), direito a férias subsidiadas e a proibição de despedimento sem justa causa.

Desta forma, a crise econômica que deflagrava em 1973, resultante de uma recessão mundial promoverá baixas abruptas do PIB nos países de economia central, causando reflexo ainda maior nos países “periféricos”. Em Portugal, segundo Varela, a taxa de variação do PIB passa de 11,2% em 1973 para 1,1% em 1974 e -4,3% em 1975



(VARELA, 2009, pp. 268-269). Tal crise exercerá uma maior mobilização dos trabalhadores por direito ao emprego, aumentos salariais, promoção dos direitos sociais e tentativas de frear a diminuição de carga horária e, conseqüentemente os cortes de salários e de funcionários.

O operariado e a Revolução

Os movimentos de trabalhadores após o 25 de Abril se organizarão, inicialmente, nas chamadas Comissões de Trabalhadores (CT's) ao longo de todo o país, sobretudo nos cinturões industriais da região de Lisboa e Setúbal. A possibilidade por mudanças após o golpe militar que logo se transforma numa revolução social abre campo para debates políticos, propostas de novos caminhos para a sociedade bem como libera os direitos civis tirados ao longo do regime autoritário *salazarista/marcelista*. Assim,

A conscientização generalizada de que os trabalhadores só unidos e organizados poderão obter melhores condições de vida e construir uma sociedade democrática a caminho do socialismo vem expressa em toda a actividade (assembleias, manifestações, paralisações, greves, realizações de carácter prático, intervenção política em defesa da Revolução) desenvolvida após o 25 de Abril, e que veio a contribuir para o alargamento e fortalecimento da unidade de largas camadas do povo português (AVANTE, 1976, capa).

A importância dos movimentos sociais, sobretudo os de trabalhadores, mostra-se essencial para análise sobre a Revolução dos Cravos. Revolução porque houve um intenso protagonismo político por um “poderoso movimento operário e social” (VARELA, 2014, p. 52), que de norte a sul do país buscou trilhar mudanças e conquistas para suas classes, tanto nos setores de produção de valor como no setor informal, bancário, estudantes. “Para o período de 1974-75, Muñoz registrou 958 conflitos de empresas e fábricas, 300 dos quais ocorreram entre maio e junho de 1974” (Idem). As destacadas manifestações públicas fizeram-se marcantes nas conquistas de



direitos e na influência dos mesmos no processo de democratização do país. Podemos afirmar com base na análise de fontes que a participação civil propiciou que a Revolução fizesse-se possível no aflorar dos cravos entre 1974-1975. Desta forma, podemos apontar que:

Revoluções são, portanto, um fenómeno histórico que tem como característica definidora mais importante a irrupção multitudinária das classes populares e a sua intervenção ativa na arena política: por outras palavras, a abrupta elevação da intensidade das lutas de classes e mudanças aceleradas nas correlações de forças entre as classes. Por mais aguda que seja a crise económica, por mais severas que sejam as sequelas das catástrofes económicas e sociais, por mais dramática que seja a agonia do regime, sem que as massas entre em cena não se abre uma situação revolucionária (VARELA; ARCARY; DEMIER, 2015, pp. 17-18).

Uma vez destacada a participação das organizações sociais e da classe operária no controle de indústrias e também na autogestão¹ refletindo nos processos políticos no decorrer do PREC, podemos destacar a periodização dos 19 meses de processo revolucionário através da institucionalização dos processos políticos e sociais, colocando como marco as disposições dos seis Governos Provisórios que percorrerão o período revolucionário. Por vezes, a mudança nas diretrizes políticas são apontadas unicamente com rupturas políticas, sem colocar nas mãos dos trabalhadores a importância que as manifestações e greves repercutiram nas tomadas de decisões. Concorda-se por uma busca na afirmativa de que os movimentos sociais participaram ativamente do processo revolucionário e, portanto, uma periodização que os englobe necessita ser colocada em diálogo por nós historiadores. Neste ponto, e ao parear com as ideias de Arcary (2012, p. 15), uma nova distribuição de fatores ao longo do recorte ilustrará melhor nossa defesa da participação dos movimentos sociais.

Podemos, de forma resumida, delimitar que o processo da revolução conta uma periodização, com diferentes conjunturas, bem como três grandes centralidades de



poder, como se verá a seguir: 1) em um primeiro momento, de 25 de abril de 1974 a 11 de março de 1975, o país vivenciará um forte sentimento libertário que conjugará tanto as frações dissidentes da burguesia bem como a maioria a classe trabalhadora urbana, já fatigados dos 48 longos anos de ditadura, bem como a decadência da economia e da situação social do país, visto o custo e o brutalismo da guerra colonial desencadeada em Angola, em 1961. Nestes breves meses, a liberdade democrática foi amplamente assegurada nas indústrias, nas posses de terras, no cessar-fogo em África, que negarão a proposta de um regime presidencialista. O apoio ao MFA mostra-se forte e há uma forte aposta de união entre o Partido Comunista Português (PCP)¹ e o Partido Socialista (PS), contra o General Spínola e, neste período, entende-se fortemente um movimento revolucionário. 2) entre 11 de março e julho de 1975 uma crise da classe burguesa com medo das possíveis conquistas da esquerda entram em choque, além dos movimentos autônomos populares se intensificarem, de forma a assustar os interesses das classes dominantes sobretudo com as nacionalizações de grandes empresas, além da independência de várias colônias, salvo Angola, somados à forte organização trabalhistas nas fábricas fará com que essa dualidade de interesses não se encontrem, criando ainda mais conflitos de interesses. 3) o período marcado de julho a 25 de novembro de 1975 contará com a conquista da independência da Angola, além de uma cisão do MFA, o que prejudicará a coligação do PS e PCP, que, por fim, se desfará após o golpe promovido por Mário Soares e o PS, em conjunto com a reorganização no seio das Forças Armadas liderado por Ramalho Eanes, somados ainda por uma complexa disputa no campo laboral em torno da unicidade sindical. A contrarrevolução, o golpe desferido, far-se-á pela força e pela injúria que colocava a culpa inicial no PCP de estar em planos secretos de se impor um golpe. Como precaução, eles mesmos o fizeram.

As greves existiram ao longo dos dezenove meses de revolução, mas alguns momentos foram mais marcados por paralisações nos setores econômicos ou politicamente essenciais, resultando em crises nacionais sobre os governos em gestão, ou, ao menos, fossem elementos centrais para explicar tais crises (VARELA, 2014, p. 112). De fato, as ocupações de casas e terras somadas às greves é que caracterizará a



Revolução portuguesa como uma revolução social. Ao final do mês de maio, as fábricas, indústrias e até mesmo comércios estarão tomados por organizações autônomas que lideram uma luta radical pelas reivindicações pelo salário mínimo¹, melhores condições laborais, direito às férias remuneradas, a busca pelo controle operário. O mês de junho ficará fortemente marcado pela criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, inicialmente no distrito de Beja, dissolvendo-se depois para o Alentejo, protagonizando o início da Reforma Agrária no sul do país. Dessa maneira, a busca por uma inserção da influência dos trabalhadores nas conquistas do período aponta por uma crítica à historiografia institucional¹, quando a mesma direciona as quedas de Governos a partir das contradições e conflitos internos entre os partidos políticos e o Movimento das Forças Armadas (MFA), enquanto consideramos que as greves, ocupações e movimentos sociais são uma via de mão dupla, uma relação entre as causas e consequências.

Milhares de operários, de assalariados agrícolas, de pescadores, de empregados, por meio de negociações, paralisações e greves, têm arrancado o patronato, melhores salários e condições de trabalho mais favoráveis ou têm desalojado de postos dirigentes na produção e administração das empresas os elementos mais reaccionários, mais declaradamente inimigos do trabalhador. Em dezenas e dezenas de sindicatos foram varridos das direções os lacaios do patronato e do fascismo e colocados à sua frente dirigentes de um tipo novo, da confiança dos trabalhadores. Novas estruturas sindicais unitárias foram criadas e em amplas assembleias são largamente discutidas a situação e as reivindicações da classe trabalhadora que aí vai afirmando a sua personalidade e força na defesa dos seus interesses específicos (AVANTE, 1974, capa).

As chamadas “ondas grevistas” são uma ferramenta importante para conceber a mudança de perspectivas nos Governos que se sucedem no período, nas crises políticas. “Poderá entender-se o golpe falhado de 28 de setembro de 1974, que leva à queda do II Governo Provisório, ignorando o impacto das greves de agosto na TAP e na Lisnave?”



(VARELA, 2014, p. 112), ou ainda, poderíamos compreender a tentativa de tomada de poder em 11 de Março de 1975¹, que também tem como consequência a queda do III Governo Provisório sem analisar e ter em conta a greve no ensino e no setor químico, tirando apenas como exemplo? Temos ainda a explosão social que se instalará a partir do Verão Quente (REPUBLICA, 1974, p.12) no desencadear das grandes greves de maio e junho de 1975, sobretudo no poder do controle operário. Marcel van der Linden, um dos fundadores da chamada *História Global do Trabalho*, na tentativa de escapar da história do trabalho eurocêntrica, unilateral e analisada por determinantes condicionadores (LINDEN, 2013(a), pp. 9-10) a partir de determinadas “áreas de interesses”, nos aponta a importância das greves e do impacto que as mesmas tem nas empresas, indústrias onde se desenrolam:

A eficácia de uma greve não depende por isso apenas das pressões imediatamente exercidas sobre o empregador pelos trabalhadores em greve, mas também do ponto a que outros atores-chave na sociedade – o Estado, outros capitalistas, consumidores – aplicam pressão por causa da perturbação no sistema. Este “potencial de perturbação” de um grupo determina, juntamente com a sua posição no mercado de trabalho (baseada nas competências e na sua escassez), a sua “capacidade negocial total” (LINDEN, 2013(b), pp. 51-52).

A partir deste panorama teórico sobre o movimento operário que se sucede no antever e no período revolucionário, nos permite pensar premissas conceituais a partir das reflexões a seguir.

Experiência e Classe

As condições de luta e consciência da situação em que o país passava bem como da possibilidade de mudanças a partir de novas diretrizes trabalhistas tornar-se-ão mais evidentes durante o período revolucionário. A formação da classe trabalhadora, para Thompson, estabelece-se por um conjunto de dinâmicas que são indissociáveis à classe



social, que “ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 1987, p.9) e nas condições da experimentação e consciência. Dessa forma, a classe não é uma estrutura monolítica, mas sim um processo, uma conjunção de práticas coletivas que de forma articulada decorre junto aos domínios econômicos, políticos e ideológico/cultural. Se compreendermos o processo da formação da classe a partir do princípio da consciência de classe em seus termos relacionais, sobretudo na questão da experiência individual e coletiva, teremos, para o caso de Portugal, um aporte teórico que sustenta a capacidade organizativa dos movimentos que se desenvolvem e se fortalecem, sobretudo, ao longo do período revolucionário. Contudo, se as “relações de produção defin[e]m o meio em que as pessoas vivem, não determinam automaticamente sua consciência, e sim a maneira como significam, individualmente ou em grupo, a experiência vivida, que é a mediadora entre o ser social e a consciência social” (POPINIGIS, 2015, pp. 167-168). Desta forma, a experimentação do homem dar-se-á em seu tempo, condicionará e contribuirá nas condições de sua existência.

Thompson parecia a noção de processo na construção e do “fazer-se” da classe, colocando como argumento que a classe é agente ativa ao fazer-se a si própria e “passiva” ao ser atingida e sofrer os processos construídos historicamente, história essa construída por homens e mulheres envolvidos em seus processos de manutenção. Com isso, como aponta Popinigis (Idem), Thompson “alçara os trabalhadores à condição de sujeitos de sua própria história”, colocando os sujeitos frente às escolhas conscientes baseadas em suas próprias “experiências”. A autora aponta, a partir desta perspectiva, o distanciamento que o autor cria com os pressupostos economicistas, onde a classe trabalhadora era tratada como reações, resultado e “subproduto” do modo de produção capitalista após a revolução industrial. Para Thompson, a formação da classe operária além de conter o sentido processual é também “relacional”, na medida em que ela encontra-se em processo e em relação com sua existência. “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seu interesse entre si, e contra outros homens cujos



interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus” (THOMPSON *apud* POPINIGIS, 2015, p. 164).

A classe operária em Portugal ganha força com a experiência adquirida ao longo dos anos repressivos do Estado Novo para uma margem de conquista com a possibilidade aberta pela Revolução de Abril. Experiência somada à consciência das condições de possibilidade que a classe adquiriria se tomasse frente dos processos de produção e introduzisse a participação na arena política. As ações “reformistas” tomadas ao longo do PREC (nacionalização de diversos setores, com destaque para a banca; reforma agrária; melhoria de salários e condições laborais; evolução no sistema universitário e dos ciclos básicos), adquirem um caráter revolucionário ao terem sido conquistadas com estratégias e métodos próprios dos trabalhadores, como greves, ocupações de terra, controle e auto gestão nas fábricas, muitas vezes através de organismos autônomos, fugindo do controle partidário e sindical, contando até mesmo com assalariados agrícolas e muitas vezes com o apoio das Forças Armadas (VARELA; ARCARY; DEMIER, 2015, p. 36).

Tomarei aqui a liberdade de transcrever, por final, uma entrevista realizada através do canal RTP, em Abril de 1976, na calda do momento revolucionário em uma assembleia de trabalhadores comuns da Companhia União Fabril. Durante a década de 60, mas, sobretudo em 70, concretiza-se a transferência do campo para as cidades, sendo o operariado em sua maior parte composto por jovens que buscaram fugir da guerra colonial ou, ainda, integrantes já antigos neste processo, em sua maioria analfabetos e ainda pouco qualificados para os serviços produtivos industrializados.

Jornalista: A maioria da população portuguesa de uma forma ou de outra tem apoiado os partidos que pretendem o socialismo. Por isso quero que me respondam, antes de mais, o que entendem por socialismo?

Operário Um: Eu entendo o socialismo... a gente às vezes aí, pá, falamos uns com os outros... eu entendo o socialismo nestes moldes: quando não há efetivamente exploração do homem pelo homem e que os meios de produção passem para as posses dos trabalhadores. Evidentemente, eu tenho



uma ótica do socialismo em que admito que haja o pequeno comerciante, o médio industrial, o pequeno industrial e o médio comerciante. E, *pá*, tenho uma ótica em que não há exploração do homem pelo homem, efetivamente! Não é demagogia dizer que há socialismo desta ou daquela forma, onde não haja efetivamente exploração do homem pelo homem.

Jornalista: Mas o que quer dizer a exploração do homem pelo homem?

Operário Um: É um homem não pode explorar outro homem.

Jornalista: Portanto, será primeiramente estatizar as empresas?

Operário Um: Quer dizer, eu entendo que... talvez um camarada mais me possa dar uma ajuda, que eu agora fui apanhado de surpresa.

Operário Dois: Pois, eu poderei dar mais uma achega. Apenas a estatização das empresas não irá resolver, *pá*, os problemas dos trabalhadores, *pá*, portanto é fundamental que os trabalhadores lutem para conseguirem efetivamente o poder político, na medida em que um governo colocado pelo povo e servindo os seus interesses poderá garantir os direitos dos trabalhadores. Eu considero que a nacionalização é um passo importante para o socialismo, mas não chega. É curto. Nós podemos ter várias empresas nacionalizadas, mas se o governo é da burguesia, não serve os interesses dos trabalhadores. Efetivamente, a nacionalização é uma mudança de patrão – o patrão passa a ser o Estado.

Jornalista: Portanto, segundo a sua definição, socialismo seria um governo realmente socialista e a estatização?

Operário Dois: Não, não chega! Terá que haver os meios de produção deixarem de ser privados, um governo dos trabalhadores. E outra condição indispensável, *pá*, que é a participação efetiva dos trabalhadores na condução dos seus próprios destinos. São as três condições que eu considero básicas para se atingir uma sociedade em que se acabe a exploração do homem pelo homem.

Operário Três: Eu acho que o controle operário...hã... aliás isso tem sido afirmado por muitos dos trabalhadores, não é um controle dos operários sobre outros operários, ou de trabalhadores sobre outros trabalhadores, as um controle a todos os níveis porque nesse controle operário não serão só integrados operários, pois serão integrados



trabalhadores a todos os níveis, o operário terá a sua parte de controle assim como outras profissões terão também a sua parte do controle dessa empresa ou dessa fábrica. Neste capítulo terão integração também outras profissões como economistas, médicos, engenheiros, todos eles terão que ser colocados também nesse mesmo controle operário (...). Pois, *pá*, esse problema do controle operário é um problema que nos preocupa desde há bastante tempo e estamos atualmente numa fase de trabalho no sentido da implantação do controle operário na CUF (...). O controle operário só será eficaz a médio prazo porque deverá ser acompanhado de outra tarefa completamente diferente, que é a capacitação dos trabalhadores. Quem lida com a classe operária e com outros trabalhadores conhece perfeitamente a capacidade da grande maioria dos trabalhadores. **Mas um trabalhador hoje em dia trabalhando 8 a 10 horas, num trabalho repetitivo, que o mutila, não pode desenvolver a sua personalidade, inteligência, e ao fim de um dia de trabalho, está suficientemente cansado para poder adquirir cultura necessária para se ocupar dos grandes problemas de gestão, não só da fábrica mas de toda a sociedade** (ARQUIVO RTP, 1976).

Perceberemos neste diálogo, a conquista da capacidade reflexiva política e social, da inserção destes trabalhadores no caminho de mudanças por suas próprias vias, alcançando debate nos mais diversos espaços conquistados pela Revolução. O arquivo por nós aqui utilizado ainda é muito pouco trabalhado, sendo campo fértil para analisar as diversas facetas da luta operária nos anos subsequentes à Revolução. Apesar de ser apenas uma amostragem, muito bem caracteriza o espírito da classe operária no período por nós estudado: discutir-se o *socialismo no chão de fábrica*. “Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real” (THOMPSON *apud* POPINIGIS, 2015, p. 171).

Conclusões

A sucessão da autonomia operária, tomando para si os processos de gerenciamento no sistema produtivo e escapando dos meios formais de organicidade



estabelecidos pela hierarquia capitalista, em Portugal, é determinante no desenrolar do período revolucionário de abril de 1974 a novembro de 1975 com o caminhar para a formulação da Constituição de 1976. Ao buscarmos uma via teórica que coloque a conceitualização da classe como fator primordial para a compreensão na História Social do Trabalho, a partir de Thompson, mostra-se adequada como ferramenta na formação da história contemporânea de Portugal. Dessa forma, entende-se através dos conceitos metodológicos em Edward Thompson a experimentação destes trabalhadores na aderência de sua consciência de classe no fazer-se presente no cenário político e social. Ao partirem para a prática na tomada dos meios de produção na tentativa de mudanças nas questões econômicas, acabaram por desenvolver, através das premissas trabalhistas e reivindicativas, também questões sociais.

Referências Bibliográficas

ABADIA, Danúbia Mendes. **O jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a revolução dos cravos (1974-1978)**. Goiânia: UFG, 2010. Dissertação defendida para obtenção do grau de mestre. Universidade Federal de Goiás, 2010.

ARCARY, Valério. “**A Revolução Solitária**”. In: VARELA, Raquel (org.). *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2012.

INGLIS, Fred. *Apud* MORAES, Maria Célia Marcondes de. MÜLLER, Ricardo Gaspar. “**História e experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação**”. *Perspectiva*. Florianópolis, v.21, n.02, p.329-349.

LINDEN, Marcel van der. “Greves”. In: VARELA, Raquel (coord.) **Greves e Conflitos Sociais no Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Colibri, 2013(a).

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do Mundo – ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp 2013 (b).



MARX, Karl. “A Chamada Acumulação Original; 3. Legislação Sangrenta contra os Expropriados desde o fim do século XV. Leis para o rebaixamento de salários”. *O Capital*. Acesso em 24 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap01.htm>

PIÇARRA, Constantino. *A Reforma Agrária no sul de Portugal*. In (coord.) VARELA, Raquel. *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2012.

POPINIGIS, Fabiane. “E.P.Thompson e a experiência da classe trabalhadora”. In: AMORIM, Henrique; SILVA, Jair (orgs.). *Classes e lutas de classes*. São Paulo: Annablume, 2015.

SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. *Contra a exploração capitalista: Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História dos Séculos XIX e XX. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa (vol. 1)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Apud POPINIGIS, Fabiane. “E.P.Thompson e a experiência da classe trabalhadora”. In: AMORIM, Henrique; SILVA, Jair (orgs.). *Classes e lutas de classes*. São Paulo: Annablume, 2015.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VARELA, Raquel Cardeira. “A persistência do conflito industrial organizado: greves em Portugal entre 1960 e 2008”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n.6, pp. 151-175, 2011.



VARELA, Raquel Cardeira. “A revolução portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição espanhola para a democracia vista através da imprensa clandestina espanhola”. *Espacio, Tiempo y Forma*. Série V, t.21, pp. 267-287, 2009.

VARELA, Raquel. **História do Povo na Revolução Portuguesa (1974-75)**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. **O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

Fontes

Arquivo RTP. À procura do Socialismo, 21 de abril de 1976.

Avante. “O movimento popular”, ano 45, serie VII, nº96, 1 de janeiro de 1976.

Avante. “O que é importante e o que é secundário na luta actual da classe operária” (capa). Ano 44, Série VII, 24 de maio de 1974.

Republica. “Centenas de bancários enchem as ruas da baixa lisboeta. A Banca não reabrirá até que se conclua a reestruturação dos serviços” (capa). Ano 68, 2ª série, n. 15688, 13 de março de 1975.

República. “O chefe do Estado apela para a serenidade do povo em defesa da democracia” (capa, 3ª edição do dia). Ano 68, 2ª série, n.15686, 11 de março de 1975.

Republica. “O povo já não tem medo! Foi hoje e aqui que nos destruimos o fascismo!” (capa) “O povo tem direito ao Poder!” (p. 12) Ano 62, 2ª série, n. 15426, 2 de maio de 1974.

República. “Paragem de Trabalho na TAP; Greve Geral!” (capa, 1ª Edição do dia). Ano 68, 2ª série, n. 15686, 11 de março de 1975.



Música e tempo: o que vem do ser para o próprio humano

NICEIAS, Mayara Divina Teles (PPGIDH-UFG)
mayarateles88@gmail.com

ZANINI, Claudia Regina de Oliveira (PPG-MÚSICA – UFG)
mtclaudiazanini@gmail.com

Resumo: A música é um importante elemento na vida do ser humano e se faz presente desde a fase intrauterina. Como toda a existência humana é percebida por meio do tempo, a música se apresenta como um meio, pelo qual o tempo se desvela. Os elementos do tempo - duração, sucessão, memória e mudança - relacionam-se com a música, que se trata de uma sucessão de sons que oscilam em ritmos. O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica visando refletir sobre as relações entre o ser, o tempo e a música. As leituras evidenciaram que o homem é criador e receptor da música e, este processo, envolve experiências que evocam sentimentos e emoções que ficam no inconsciente do ser e podem ser desvelados por meio de novas escutas, que emanam recordações e novas sensações. Assim, apreende-se que a música vem do homem e volta para o mesmo e é o tempo que permite o ressignificar de situações do passado, que são vivenciadas no presente e farão parte das recordações no futuro.

Palavras-chave: Música, Tempo, Ser Humano.

Abstract: Music is an important element in human life and is present from the intrauterine stage. As all human existence is perceived by the time, the music is presented as a means by which the time is revealed. The elements of time - duration, succession, memory and change - related to the music, it is a succession of sounds that oscillate in rhythms. This study deals with a literature search aimed to reflect on the relationship between being, time and music. The readings showed that the man is the creator and music receiver, this process involves experiences that evoke feelings and emotions that are in the unconscious of being and can be revealed through new tapping, emanating memories and new sensations. Thus, one learns that



the music comes from the man and back to the same and it is time that allows the reframing of past situations that are experienced in this and will be part of the memories in the future.

Key-words: Music, Time, Human Being.

Introdução

O presente estudo, desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, visa refletir sobre as relações entre o ser, o tempo e a música. A música, pelo seu caráter temporal nos permite pensar o trajeto que ela percorre no ser humano, num círculo infinito de idas e vindas que podem acessar passado, presente e futuro. Na concepção de Da Câmara (2011), dentre as modalidades da arte, é considerada como a mais temporal de todas elas. É a arte do tempo e se releva por meio de sua sucessão. É dinâmica, à medida que a escutamos e experienciamos o tempo. A qualidade imaterial do tempo não permite que o sujeito retorne ao passado. Pensando a música neste contexto, notamos que ela é irreversível, mesmo que consigamos repeti-la, mas sem conseguir retornar ao que se viveu e ouviu anteriormente. É definindo o tempo como acontecimento que melhor exprimimos o que é o fenômeno musical. A experiência musical envolve sempre o tempo vivido de alguém e isto não se efetiva sem emoção. Emoção e tempo são constitutivos desta experiência.

Apesar de podermos experimentar o tempo em um fluxo contínuo, a sua definição é uma difícil tarefa. Gadamer (apud REIS, 2011), afirma que a sua natureza parece um mistério insondável, pois “a dificuldade de compreendê-lo é que nosso espírito é capaz de conceber o infinito e se vê rodeado pela finitude” (p. 5).

Para discutir o tempo é importante abordar também o conceito de espaço, pois estes são unidades dependentes para coexistir. O espaço trata-se de um elemento reversível no qual podemos retornar posteriormente, nos permitindo regressar a lugares aprazíveis onde já estivemos. No entanto, com o tempo não ocorre o mesmo, pois ele não permanece assim como o que vivemos e que vai se perdendo. Para compreender o



caráter temporal dos acontecimentos recorremos ao espaço, pois ele nos permite reviver fisicamente o que foi vivido outrora (DA CÂMARA, 2011).

O tempo apresenta-se com um paradoxo: “ser e não ser, nascer e morrer, aparecer e desaparecer, criação e destruição, fixidez e mobilidade, estabilidade e mudança, devir e eternidade” (REIS, 2011, p. 2). Ainda para o autor, é sob essa dificuldade de sua compreensão que reside a sua inapreensão. O tempo é, pois, aquilo que não é apreensível, mas apesar de invisível, intocável, impalpável, ele pode ser percebido. É por meio da natureza, das estações e da diferença entre dia e noite que o percebemos. Com ele nos deparamos com a nossa própria existência fluindo. Sabemos o que é, o vivemos a todo o momento. No entanto, quando se questiona sobre o tempo a pergunta se torna difícil de responder (*Ididem*).

Para falar do tempo referimo-nos sempre a um passado, em oposição ao presente e ao que viveremos posteriormente. Esta suposição sugere três modalidades do tempo: passado, presente e futuro, e sem elas é difícil delimitar as suas dimensões (DA CÂMARA, 2011).

Compreendo o tempo

A discussão acerca do tempo e seu caráter dimensional têm ocupado estudiosos das áreas da filosofia, das artes e das ciências humanas. No entanto, o que se sabe de é que sua existência é de procedência empírica a partir da sucessão dos acontecimentos que cercam o dia a dia. O saber empírico, que se dá pela convivência do homem na natureza, ensina o homem a lidar com as dimensões temporais como: o aprendizado sobre plantar, colher nas estações adequadas, os ciclos de existência individual, entre outros, enfim, estamos imersos no tempo (BARRETO, 1990). Estes aprendizados levaram a ciência a investigar as dimensões temporais para responder a difícil pergunta: o que é o tempo? Para tanto, uma discussão que se torna importante para tal resposta é a dimensão biológica do tempo.



Durante a primeira metade do século dezoito foram realizadas as primeiras tentativas de entender o tempo “próprio dos organismos vivos”. Em 1729, o astrônomo francês De Mairan colocou uma planta em um baú num porão em sua casa para observar se as folhas continuariam abrindo ou fechando isoladas do ciclo dia e noite. De Mairan supôs, baseado no seu experimento, que as plantas poderiam ter uma espécie de relógio interno capaz de manter seu ciclo de funcionamento normal independente de sua posição na natureza. A hipótese do relógio biológico obteve pouca repercussão na época, pois os estudos na área da biologia se ocupavam de outras questões voltadas para a diversidade das formas de vida (BARRETO, 1990).

Em meados do século vinte se tornou possível ampliar o conhecimento acerca do ritmo biológico, fazendo valer a hipótese da organização temporal específica de cada ser vivo. Neste contexto, surgiu a cronobiologia, que fez que com que pesquisadores de várias partes do mundo se ocupassem do estudo acerca do tempo biológico (BARRETO, 1990).

Atualmente, a dimensão biológica do tempo no ser vivo é considerada como marcador da existência do ser humano, que é compreendido como um “relógio vivo”, por intermédio dos “estados somáticos, temperatura, hormônios, sangue, variam com uma periodicidade circadiana de origem endógena” (POMIAN, apud REIS 2011, p. 2). A cronobiologia tem mostrado que a cultura não é necessária para a percepção temporal pelo homem, pois as suas funções vitais já têm a característica temporal e dão conta desta tarefa (REIS, 2011). O próprio ciclo biológico natural e inerente a todos ser humano dá conta desta percepção cujo destino todos os seres humanos estão suscetíveis que é o nascer, viver e morrer.

A dimensão psicológica é uma forma na qual os fatos são vivenciados. Tem como característica a individualidade, na qual predominam “durações irregulares e heterogêneas, além de um tempo qualitativo, desigual, afetivo, plural, irreversível, históricas também instáveis, avesso à irregularidade natural e à abstração do relógio”. (REIS, 2011, p.3). O tempo é puro devir e como tal, é percebido com uma sequência de momentos que se exclui. É uma sucessão de termos que aparecem e desaparecem. Que



introduz uma existência nova e nega uma dada. Então, o tempo é uma constante redução do ser ao nada, por meio da descontinuação e sucessão do ser. O tempo escoia e a nossa vida escoia com ele (*Ididem*).

Os elementos do tempo são: duração, sucessão, memória, mudança (DA CÂMARA, 2011), e estes elementos também se relacionam com a música. Neste sentido, o tempo pode ser representado por metáforas, assim como a música, que por se tratar de sucessão de sons que oscilam em ritmos, como um rio que desce e nunca retorna (REIS, 2011).

Na mitologia grega o tempo podia ser compreendido a partir de duas definições: o tempo de Kronos (em grego, κρόνος, isto é, a duração controlada) e o tempo de Kairós (em grego, καιρός, o momento certo ou oportuno). Estas palavras eram utilizadas para designar o tempo vivido que era vinculado a uma representação divina. Da palavra Kronos originou-se a cronômetro, cronológico, cronograma etc.; todas revelam o aspecto de um tempo que é controlado e que se finda (RIBEIRO, 2012).

Já Kairós “é irreduzível e transcorre de uma forma relativa à presentificação de cada um que o percebe e o vivencia” (RIBEIRO, 1962, apud MARTINS et al, 2012, p.2). Na terminologia grega, Kairós se remete a “ponto no tempo”, “oportunidade favorável”, “tempo certo”, “ocasião oportuna”, “época conveniente” (HAHN, 2000, p. 2458). Kairós também se remete a oportunidade, a momentos vividos, acontecimentos específicos e histórias ocorridas no tempo Kronos. É singular, assim como a escuta musical, pois é percebido de forma subjetiva e apenas pode ser explicado por quem o vivencia em determinado momento.

Neste sentido, o tempo é concebido por duas categorias:

a primeira é uma lógica, contabilizável, quantificável, comum e previsível, que pode ser mensurada e dividida em anos, meses, dias, horas minutos e segundos, um tempo universal e que serve de norteador para vários processos sociais. A segunda categoria é um tempo não racional, qualificável, pessoal, imprevisível e mutável, que não pode ser compartilhado com o outro, que, mesmo



sendo enunciado, só pode ser entendido plenamente por aquele que o vive (MARTINS *et al.*, 2012, p.2).

O tempo cronológico se trata de uma invenção do ser humano com o objetivo de controlar o tempo real, por intermédio de segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses e anos. A curiosidade do homem e a necessidade de dominar a natureza resultou em meios concretos de controle temporal quantitativo e mensurável. No entanto, isto pode ser variável, pois na natureza existem sutis variações no tempo real. O relógio é uma forma de padronização para convivência social. No Kronos são considerados o presente, passado e futuro.

O presente é o local da sensação e onde também se faz a transição entre o passado e futuro, ou seja, o presente é o ponto de partida de toda representação do tempo. É a parte mais sólida do tempo e é triplo: “momento original, lembrança do passado e tendência ao futuro” (REIS, 2011, p.7).

O passado pode ser considerado a estrutura mais sólida do tempo, pois é a única dimensão que pode ser objeto de conhecimento. O passado tem a capacidade de penetrar o presente e o futuro e é a parte mais dura do ser no tempo que vence o devir. Já o futuro é portador da inquietude por se tratar de um campo instável e do medo da finitude. O futuro é a esperança do ser (REIS, 2011). No entanto, podemos saber do futuro apenas o que pode ser recordado do que foi outrora o presente.

Música e tempo

Na modalidade das artes, o som é o que mais se remete ao tempo, portanto a música pode ser considerada como a mais temporal de todas as artes (DA CÂMARA, 2011). A apreciação da pintura e da literatura permite a possibilidade de olhar e ler respectivamente e isto significa que a atenção no momento da sua apreciação pode ser desviada da introspecção (CORREIA, 2006). Para o mesmo autor, na apreciação musical não ocorre o mesmo, pois ela é de natureza temporal e se deve ao fato de que ela não pode ser parada para que possamos refletir sobre a mesma, ou “permitir



construções narrativas verbalmente partilhadas. Esta parece ser a razão para o modo peculiar com que se esta apreciação se estabelece” (p.135).

A apreciação musical também pode ser considerada como a mais introspectiva quando comparada a outras formas de expressão artística, devido a sua característica de sempre requerer um tempo de duração “indivisível” para se revelar, pois nela

“temos que acompanhar o fluir da música. Temos que reagir continuamente à sua superfície em constante mutação, seguindo atentamente (e introspectivamente) as mudanças que ela provoca dentro de nós, nos nossos corpos”. (CORREIA, *Op. Cit.*, p. 136).

Para exemplificar o caráter temporal da música, Da Câmara (2011) a compara com outras artes como a poesia tem função representativa e referencial da palavra. O teatro, a dança, se faz representar pelo tempo e espaço, por meio do movimento expressivo do corpo humano; já a pintura e a escultura são artes ditas do espaço, pois necessitam de um lugar no mesmo para existir, se concretizar.

Para o autor, o espaço trata-se de um elemento reversível no qual podemos retornar posteriormente, nos permitindo regressar a lugares aprazíveis onde já estivemos. No entanto, com o tempo não permanece, assim como o que vivemos, e vai se perdendo na medida em que vivemos. Neste sentido, percebe-se que a música, por se tratar da arte do tempo, necessita do mesmo para se concretizar, ela é a mais temporal de todas as artes, que se esfuma a cada momento vivido. É baseado no tempo, acontecimento e memória que ela se desvelará.

O interior do homem pode ser expresso por meio da escuta musical e isto se deve à riqueza e ambiguidade do sentir que a música possui. Apesar de a música brotar, necessariamente do homem, ela é coextensiva do seu destino e permite uma expressão eloquente da multiplicidade de culturas e civilizações nos permitindo deparar em qualquer lugar e em qualquer momento do devir histórico (DA CÂMARA, 2011).



Música que vem do ser para o humano

A música percorre um longo caminho no histórico da humanidade. Cada cultura e cada época apresentam características peculiares de “crenças, objetivos de vida e de morte, modos de viver em comunidade, de fixar moradas ou não” (MARANHÃO, 2007, p. 22). A música acompanha as mudanças sociais existentes em cada período da história, desde as primeiras civilizações por intermédio de danças, rituais e atividades cotidianas das tribos (SIMÕES, 2009), até os dias atuais.

Na Grécia antiga, a “música era valorizada na formação do indivíduo e na busca permanente do belo e do prazer”, já na atualidade a música é considerada tanto arte quanto ciência (SIMÕES, 2009, p. 74). Para Benenzon (1988), estes dois elementos demonstram a evolução do ser humano.

A música se mostra uma ferramenta importante no desenvolvimento do ser humano, pois som e ritmo estão presentes em nós desde a vida intrauterina. Parncutt (1993), por exemplo, mostra em seus estudos que os bebês começam a captar sons por volta dos terceiro e quarto mês de gestação (apud REIGADO; ROCHA, RODRIGUES, 2007).

No período amniótico, como denomina Bruscia (1999), os sons também são vivenciados por meio de vibração, pela experiência com o próprio batimento cardíaco do feto como núcleo central e a fonte mais forte de vibração. O batimento cardíaco da mãe também é levado em consideração neste universo sonoro existente no útero, lugar no qual o feto aprende precocemente que um ritmo estável é sinônimo de vida. Por este motivo, Bruscia (1999) afirma que não é surpreendente o fato de que o pulso musical seja a matriz da vida e o mais importante sinal de sobrevivência humana. É o batimento cardíaco que se conecta com a vida, e o pulso na música é o “elemento pelo qual experienciamos nossa individualidade” (p.2).

Outra vibração importante é a do cordão umbilical, cuja função é conduzir o alimento até o feto. A alimentação acontece em períodos regulares, num fluxo rítmico e saudável, sensibilizando o bebê pela periodicidade das frases da música interna do



corpo da mãe com o comprimento e vigor das frases intimamente ligada à saúde e à confiança que o feto tem na mesma (Idem).

Benenzon (1988) denomina estes acontecimentos sonoros intrauterinos de “fenômenos acústicos”. Nestes fenômenos incluem-se: “o roçar das paredes uterinas, fluxo sanguíneo das veias e artérias, ruídos intestinais, sons da voz materna, respiração e inspiração, atritos viscerais, musculares e articulares e outros” (p. 13). Estes movimentos ordenados em um ritmo contínuo e regular é que vão formar o fraseado musical uterino, que juntos permitem que o bebê vivencie seu primeiro contato com o universo sonoro.

No nascimento, o fraseado é o mais importante e está formatado por meio da duração das contrações, respirações e gritos. Estes são “inextrincavelmente ligados à pressão, liberação versus liberação e confinamento versus liberdade” (BRUSCIA, 1999, p. 3). Nos últimos quatro meses de gestação Parncutt (1993) e Lecanuet (1996) mostram que os bebês já respondem a estimulações sonoras externas ao útero por intermédio de movimentos. Isto pode ser constatado por meio de medições do ritmo cardíaco e respostas neuronais durante a exposição sonora do feto (apud REIGADO; ROCHA, RODRIGUES, 2007).

Após o nascimento, o bebê estabelece uma relação rítmica regular com a mãe por intermédio do movimento de sucção. O movimento também é acompanhado pelo ritmo da alimentação e respiração, e pode ser embalado com uma canção de ninar ou o balanço. Pesquisas comprovam que as crianças mamam mais tranquilas do lado esquerdo do peito, no qual está localizado o coração permitindo que o bebê sinta os batimentos cardíacos que o mantém mais calmo. O movimento de sucção está intimamente ligado ao ritmo cardíaco do bebê, pois se mantém no mesmo andamento¹ rítmico (BENENZON, 1985).

No período de seis a vinte quatro meses a criança entoia balbucios mais longos denominados “canção de baleia”, pois enunciam os futuros contornos melódicos da música e aprende também fragmentos de sílabas ou canções ouvidas anteriormente. Entre dois e sete anos a criança inicia o ordenamento rítmico entre fala cantada e canto



conectando “sons/palavras” e “sons/movimentos”. Musicalmente, a criança se expressa balançando, batendo os pés no chão, e já é capaz de reconhecer canções (BRUSCIA, 1999, p. 7). Dos sete até os doze anos de idade é o período no qual a criança se encontra preparada para estudar música formalmente. No entanto, já existem estudos que mostram crianças com idade anterior a este período com bom desempenho no estudo musical precoce.

Neste sentido, percebe-se que a música está presente no ser humano desde sua concepção no útero materno, fazendo parte do desenvolvimento infantil até a idade adulta. A sua conexão com o homem se dá por meio da catálise dos processos de cognição. Este caminho é fácil de ser percorrido, pois, a música vem do próprio homem (CRAVEIRO DE SÁ; TEIXEIRA, s/d), e ele é, ao mesmo tempo, agente ativo no seu processo de criação e agente receptivo na escuta musical.

Música e seu percurso no ser: uma dimensão temporal

O percurso que a música faz no homem o coloca como criador e receptor da arte musical estabelecida. Este homem/sujeito é compreendido como uma realidade que concebe o entrelaçamento de diversos componentes (MORIN, 1996). Esta justaposição não se dá apenas no nível psíquico e físico, mas também a partir do encadeamento de “experiências do conhecimento sobre a própria existência, dando sentido ao mundo, criando, a cada momento, um novo sentido para a realidade circundante” (CRAVEIRO DE SÁ; TEIXEIRA, s/d, p. 2).

Quando este homem elabora sua arte por meio de sua linguagem, sons, cores e formas, palavras, que do desorganizado chega a algo organizado e potencialmente significativo e portador de sentido, este sujeito está sendo criativo (MACEDO, 2003). Então, este homem é o próprio sujeito músico/receptor.

Esta música, que vem do sujeito pode conduzi-lo de várias formas por meio da formação de imagens, visualização de cores, cenas, formas, texturas etc....



Música tal, que tem a capacidade de narrar, descrever, dissertar e percorrer o tempo numa velocidade inconcebível. Música que conduz a um estado de pura vitalidade/.../ música que conduz a outros estados de humos e de consciência... música que, muitas vezes, organiza e, outras tantas, desorganiza...música que, em alguns momentos, equilibra e, em outros, causa reação totalmente contrária...música-corporalidade, música-tempo...multiplicidades...(Craveiro de Sá, 2003, p.131).

A sua escuta se completa no sujeito que a faz e conduz a possibilidades de analogias de sentimentos e emoções. A emoção “é um fenômeno tanto orgânico quanto psíquico, e toda organização psíquica pressupõe uma organização fisiológica de idêntica estrutura” (SEKEFF, 2007, p. 58). Os aspectos orgânicos e psicológicos podem sofrer variações de intensidade, no entanto, os dois colaboram quando o assunto refere-se às emoções.

A emoção musical procede de uma dinâmica de forças que resulta em uma conduta no ser humano caracterizada como um fenômeno tanto orgânico quanto psíquico, e resultando em uma reação pessoal e subjetiva. A reação advinda da emoção que provém da escuta musical envolve, de acordo com Susan Langer (1980) um conteúdo

ativo (motor), intelectual (mental), afetivo (psicológico) e tributário dos sistemas de percepção (auditivo, sistema de percepção interna, sistema tátil, visual), tanto quanto da relação do sistema nervoso como o endócrino, o conteúdo ativo se traduz, na emoção musical, numa reação ao objeto apresentado ou representado (formas sonoras em movimento); o conteúdo intelectual diz respeito ao conhecimento, objeto da emoção, e o efetivo remete à emoção propriamente dita, exprimindo na acepção ampla desse termo os valores que a situação vivenciada significa para o sujeito, pois obras musicais são expressivas do sentimento humano” (apud SEKEFF, 2007, p. 56).



Estas expressões provocadas no ser humano estão vinculadas ao modo de ser do indivíduo, pois todo sujeito tem como característica principal um ritmo afetivo próprio. Este modo subjetivo de receber a escuta musical se relaciona diretamente com a cultura na qual o sujeito está inserido; esta desenvolve um papel importante na fisionomia afetiva do ser humano (SEKEFF, 2007).

A cultura caracteriza-se, na visão antropológica, pela “totalidade de comportamentos e experiências acumuladas pelo homem e transmitidas socialmente”. Cultura se define também “como produto da relação homem – meio – conhecimento, ou seja, como resultado da inter-relação entre seres humanos, natureza, apropriação de conhecimentos e experiências dentro de um contexto social” (FONTOURA; SILVA, 2005, p. 06). Esta relação entre a emoção provocada na escuta musical e a cultura se desvela também pelo fato inegável de que o homem é um “animal social” (MILLER, apud SEKEFF, 2007, p. 59).

Para melhor compreensão de como funciona a emoção no ser humano, Sekeff (2007) a dividiu em três partes: emoção individual, coletiva e objetal. A emoção individual é ressoadora, o que permite que o sujeito ouvinte se sinta mais intensamente na escuta musical. A emoção coletiva provém do contágio psíquico, e isto pode ser observado na música de massa, pois ela mobiliza e vivifica o grupo. A emoção objetal está relacionada à captação de outros elementos.

Quanto à emoção musical, Sekeff (2007) afirma que ela se inicia por meio de uma excitação nervosa, que se manifesta por meio de um esquema de reação que ocorre nos tecidos nervosos e que são considerados como fontes físicas da emoção. Isto acontece porque o sistema nervoso é afetado pelo som, que é um fenômeno físico acústico e dá respostas fisiológicas, que são ligadas às vibrações sonoras. Todo este processo facilita a evocação e a integração de experiências provocadas pela escuta musical. Portanto, emoção musical é alimentada pela sensibilidade e favorecida pela aprendizagem e cultura.

A autora assinala que o discurso trazido pela escuta musical permite que o sujeito escute a si mesmo, em razão do processo lacunar que só se completa nele,



permitindo o encontro do ser consigo mesmo. Os sentidos que emanam da escuta musical advêm da intersecção entre a subjetividade do indivíduo e seu universo significativo, ou seja, do preenchimento lacunar subjetivo, levando em consideração as particularidades individuais de cada sujeito. Isto acontece porque a música, assim como qualquer outra arte, se relaciona com as experiências humanas (SEKEFF, 2007).

Pedro e Pinto (2007) afirmam que a subjetividade envolve as instâncias humanas intersubjetivas identificatórias, identificações institucionais de diferentes naturezas e universos de referências incorporais. A escuta musical subjetiva nos permite transformar a música e sermos transformados por ela por intermédio de novas sensações, pensamentos, movimentos e outros modos de subjetivação que surgem.

Os estados emocionais evocados pela escuta musical estão vinculados à constituição e ao modo de ser de cada indivíduo, pois todos nós temos um “ritmo afetivo próprio, uma fisionomia afetiva própria que empresta certa tonalidade característica à sua vida psíquica” (SEKEFF, 2007, p. 62).

Todo este caminho percorrido pela música no ser humano traz à tona a dimensão inconsciente, que “diz respeito àquela instância que subverte e descentraliza a consciência humana e que, falando pelas lacunas do discurso consciente, acaba por revelar o eu (“sou onde não penso, penso onde não sou”) (SEKEFF, 2003, p. 35).

Para Da Câmara (2011), o interior do homem pode ser expresso por intermédio da escuta musical, pois a música é a riqueza e a ambiguidade do sentir, o recôndito pulsar da vida subjetiva. Apesar de brotar necessariamente do homem, ela é coextensiva do seu destino e permite uma expressão eloquente da multiplicidade de culturas e civilizações, permitindo nos deparar em qualquer lugar e em qualquer momento do devir histórico. Com o tempo, nos deparamos com a nossa própria existência fluindo. E sua definição como acontecimento é que melhor exprime o que é o fenômeno musical.

A música não existe, ela só acontece e existe acontecendo. Com o tempo, a música escoia dentro de nós, escoia com o tempo e pelo tempo. A sua natureza repousa particularmente na sua temporalidade. O acontecimento musical não é visto, no entanto,



ele não deixa de ser percebido como tal, como algo que acontece fora de nós, mas simultaneamente nos acontece, é algo que nos envolve, nos transporta e, ainda, nos transforma. Na experiência musical, o tempo é sempre o tempo vivido de alguém e, esta experiência, não se efetiva sem emoção. Emoção e tempo são constitutivos da experiência musical (CÂMARA, 2011).

Juntos, a música, o acontecimento musical e a experiência musical, não remeteriam a outra coisa senão à memória. Trazemos conosco os sons escutados que conseguimos guardar do que ele nos deu. Então, é a memória que nos permite experienciar o fenômeno musical novamente, que fica apenas na memória, pois não necessita do espaço para acontecer (CÂMARA, 2011).

Esta música que traz à memória as recordações de outros tempos e lugares coloca em movimento a energia corporal e psíquica, permitindo “transgredir padrões pré-estabelecidos: desenvolver relações intra e interpessoais: propiciar transformações psicoemocionais, cognitivas e espirituais”. É a música resgatando memória ontogenéticas e filogenéticas (Craveiro de Sá; Teixeira, s/d, p.3).

Este percurso permite concluir que a música vem do homem/sujeito e volta para ele, com força total, tocando-o nas mais variadas dimensões: biológica, pessoal, cultural e arquetípica. Este percurso não é de difícil compreensão, pois a música é quem o rege por meio de sua capacidade de conectar os acontecimentos musicais a fazer uma ressignificação e uma nova forma de se ver no mundo (*Op. Cit.*, p. 3).

A música é, senão aquilo que, por meio da escuta de elementos sonoros, nos conduz a outros lugares, percepções, sentimentos subjetivos que cada um recebe de forma individual, considerando os elementos culturais e pessoais de cada um. Assim, a ela pode levar, a diferentes caminhos por intermédio do mesmo som, da mesma escuta. A forma de sua transmissão influencia na maneira em que o sujeito recebe e interpreta os símbolos que ela pode comunicar.

Para Zanini (2002), ao se contextualizar música e ser:

Quando se tem a possibilidade de unir os três tempos, passado, presente e futuro, alcança-se a integralização do ser. Esta

pode ser proporcionada, propiciada e facilitada pela música, levando a visão não só do ser que envelhece, mas do ser que é, da sua essência. (p.130).

Finalmente, as reflexões aqui apresentadas nos mostram a ação do tempo, que age em nós por intermédio da música pelo que escutamos no passado, que se fixa em nós no presente, por meio dos conteúdos inconscientes, sentimentos e emoções. Isso vem a tona em uma nova escuta, nos permitindo reviver o tempo passado no presente. Este reviver se dá pelas lembranças vivenciadas num tempo que foi presente outrora. Todo esse percurso pode ser representado da seguinte forma:

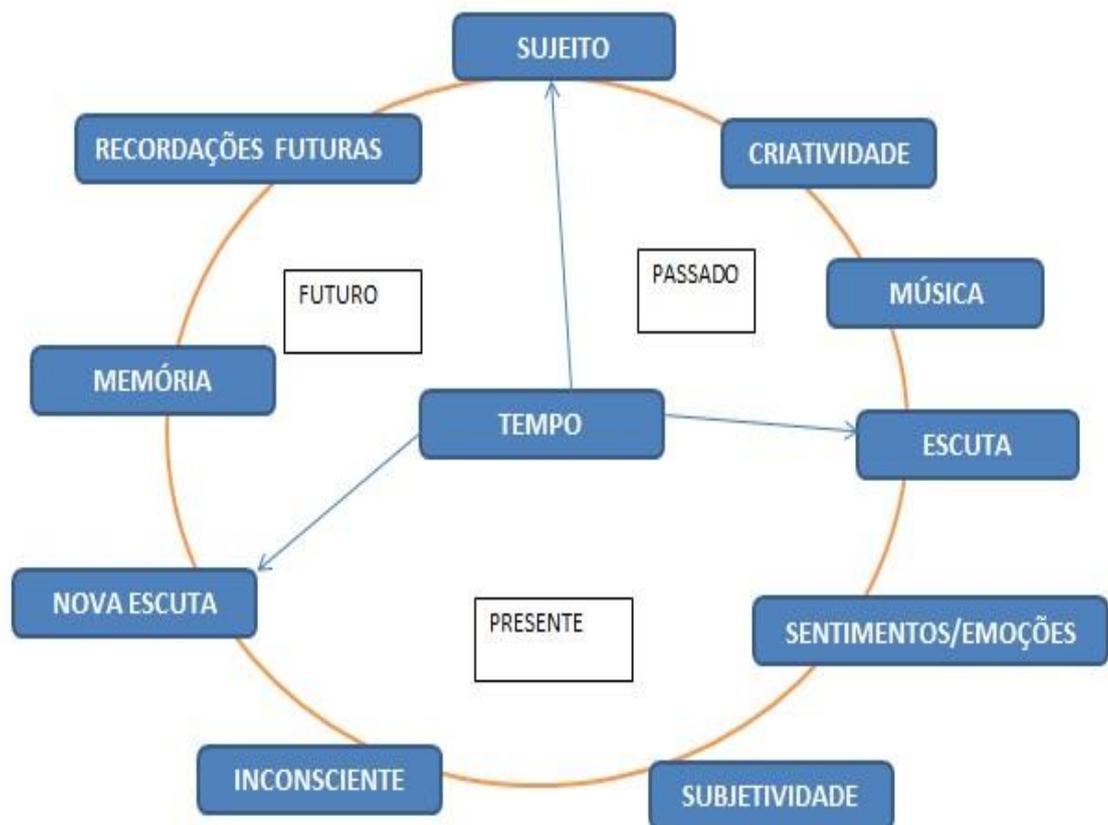


Figura 1. Percurso da música no ser humano (NICEIAS, 2016).



O homem, sujeito criativo no processo do fazer musical, é considerado criador e receptor da música e neste processo estão envolvidas experiências que evocam sentimentos e emoções que ficam no inconsciente do ser humano e podem ser desvelados por meio de uma nova escuta que poderá emanar recordações e novas sensações.

A escuta musical, portanto, mostra a ação do tempo, que age em nós por meio da música, pelo que escutamos no passado que se fixa em nós no presente, por intermédio dos conteúdos inconscientes, sentimentos e emoções. Assim, esses conteúdos poderão ser ressignificados a partir de uma nova escuta permitindo-nos reviver o tempo passado no presente por meio das lembranças vivenciadas num tempo que foi presente outrora e, no futuro, com o advento do passado na memória.

Nota

1. Musicalmente o andamento está relacionado à velocidade na qual a música será executada. Pode se configurar em lento, rápido e moderado

Fonte da Imagem

I. NICEIAS, Mayara Divina Teles. *Música e Tempo*. Portfólio apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Psicologia da Música no Mestrado em Música da Escola de Música e Artes Cênicas. Goiânia: UFG, 2015.

Referências

BENENZON, Rolando O. **Teoria da Musicoterapia**, Rio de Janeiro, ed. Enelivros, 1988.

BARRETO, LUIZ MENNA. **O Tempo Biológico**. In: BARRETO, LUIZ MENNA; ADES, CÉSAR; PENSAVENTO, SANDRA JATAHY. *Estudos Sobre o Tempo: o tempo biológico, psicológico e social*. São Paulo: IESP, 1990.



BRUSCIA, K. E. **O desenvolvimento musical como fundamentação para a terapia.** In: idem. *Proceedings of the 18th Annual Conference of the Canadian Association for Music Therapy*, 1991, 2-10. Trad. Lia Rejane Mendes Barcellos. Rio de Janeiro, 1999.

CORREIA, Jorge Salgado. **Como comunicamos musicalmente?** *Actas de la V Reunión de SACCoM*. 2006. P. 135-145.

CRAVEIRO DE SÁ, Leomara. **A Teia do Tempo e o Autista: Música e Musicoterapia.** Goiânia: Ed. UFG, 2003.

CRAVEIRO DE SÁ, Leomara; TEIXEIRA, Célia Maria Ferreira, S. **De sons e sentidos: a Psicologia da Música sob o olhar da complexidade.**

DA CÂMARA, José Bettencourt. **Temporalidade e Atemporalidade na Experiência Musical. A música como metáfora da existência humana.** *Themata, Revista de Filosofia*, nº 44, 2011. Disponível em <[http://institucional.us.es/revistas/themata/44/09%20 Bettencourt.pdf](http://institucional.us.es/revistas/themata/44/09%20Bettencourt.pdf)>. Acesso em: 02/11/2015.

FONTOURA, M; SILVA, L.R. **Cancioneiro Folclórico Infantil.** Vol. 1, Curitiba : Gramofone Produtora Cultural, 2005.

HAHN, H.C. Tempo. In: BROWN, C; COENEN, L. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento.** São Paulo: Vida Nova, 2000.

MORIN,, E. **A noção de sujeito.** In: D. F. Schnitman (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MACEDO, Frederico. **A fenomenologia como ferramenta para a Pesquisa em Música.** *Revista Música HODIE*. Vol. III, nº. 1/2- 2003.

MARTINS, José Clerton de Oliveira (et, al). **De Kairós a Kronos: metamorfoses do trabalho na linha do tempo.** *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2012, vol. 15, n. 2, p. 219-228.



PINTO, Marly Chagas Oliveira; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. **Música, modos de subjetivação e sociedade.** In: *SBS – XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. UFPE, Recife, 2007.

REIGADO, J; ROCHA, A; RODRIGUES, H. **Reflexões sobre a aprendizagem musical na primeira infância.** In: *Conferência Nacional do Ensino Artístico*, Casa de Música, Outubro 29-31, Porto, 2007.

REIS, José Carlos. **O Tempo Histórico como Representação Social.** *Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 8 Ano VIII nº 2, 2011. ISSN: 1807-6971 Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em 17/01/2016

SEKEFF, Maria de Lurdes. **Características Psicológicas da Música.** In: _____ . *Da música, seus usos e recursos*, São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ZAMPRONHA, M. L. S. **Da música, seus usos e recursos.** 2.ed. ver. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ZANINI, Claudia Regina de Oliveira. **Coro Terapêutico - um olhar do musicoterapeuta para o idoso no novo milênio.** Dissertação (Mestrado em Música) - Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.



**Trabalho e cultura:
A história do sumô londrinense**

Cássio Joaquim Gomes
Mestrando em Promoção da Saúde e Exercício Físico e docente da
FACINOR. Email: cassiouel@hotmail.com
Adriana de Carvalho Medeiros
Docente Adjunto da FACINOR. Doutoranda em História Social da UFU.
Email: acmedeiros22@gmail.com
Maria Edi da Silva Comilo
Mestre em Educação pela UEM e docente Adjunto da FACINOR. Email:
mariaedic@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar um breve histórico da prática do sumô na cidade de Londrina a partir dos anos 60 até os dias atuais. Neste sentido, o esporte surgiu entre imigrantes japoneses ligados a BRATAC e a Central Rubiácea. Com a popularização do esporte na década de 1970, foi fundada a Associação Paranaense de Sumô e posteriormente a Federação Paranaense de Sumô. Nos anos 90, ocorreu enfraquecimento do esporte, que em 2000, teve suas atividades retomadas, pelo Centro de Estudos e Artes Marciais Kaiko que em 2001 passou a se chamar Associação Kaiko. Para a produção deste trabalho foram realizadas pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativa, e ainda, entrevistas orais que foram coletadas em 2005. A partir da análise, foi possível diagnosticar que a história da prática sumô se desenvolveu em dois momentos: em primeiro momento ligado aos imigrantes japoneses, e segundo momento, com práticas menos rígidas e aberto a comunidade.

Palavras Chaves: Trabalho, Sumô, Lutas de Classe

Abstract: This article aims to present a brief history of sumo practice in the city of Londrina from the 60s to the present day. In this sense, the sport emerged among Japanese immigrants linked to BRATAC and Central rubiaceae. With the popularity of the sport in the 1970s, It was founded the Paranaense Association of Sumo and later the Federation Paranaense Sumo. In the 90s, there was a weakening of the sport, in 2000, had resumed its activities by the Centre for Studies and Martial Arts Kaiko which in 2001 was



renamed Kaiko Association. For the production of this work were carried out bibliographic research of qualitative nature, and also oral interviews that were collected in 2005. From the analysis, it was possible to diagnose that the history of sumo practice developed in two stages: initially linked to Japanese immigrants, and in a second time with less rigid practices and open to community.

Key words: Work, Sumo, Class Struggles

INTRODUÇÃO

O sumô é uma modalidade de luta que surgiu no Japão e em sua gênese confunde-se com a própria origem mitológica do país. De acordo com Payne (1997) os registros indicam que o sumô nasceu há cerca de dois mil anos, sendo seu primeiro registro no *Kojiki* (crônica das coisas de antanho) de 712 d.C. Neste livro, é relatado a origem do esporte em 660 a.C. como uma luta.

De acordo com a lenda contida no *Kojiki*, no século V o Japão era habitado por diferentes povos que tinha um deus representante que lutavam entre si a fim de determinar a força do soberano. Desses confrontos surgiu Takemikazuchi, um deus de força monstruosa que reinou absoluto por vários séculos. Sob o domínio de Takemikazuchi, as tribos que habitavam o arquipélago do Japão acabaram se fundindo em um povo único.

No Japão feudal, as terras frequentemente eram disputadas através do confronto de lutadores de sumô, em combates até a morte. No século VII os confrontos eram realizados durante os banquetes anuais da corte, tradição que perdurou por cerca de quatrocentos anos. Após o século X, com ascensão da classe dos guerreiros o sumô passou a ser técnica de luta entre eles.



No século XIX o sumô se popularizou, e surgiram primeiros grupos de lutadores profissionais, com objetivo de entreter a população. Em 1868, se tornou esporte oficial no Japão com a criação da Associação Japonesa de Sumô (até hoje principal instituição do esporte).

No Brasil, o sumô é praticado desde a vinda dos primeiros imigrantes japoneses no início do século XX como uma forma dar continuidade em terras estrangeiras a cultura, hábitos, costumes e o convívio com as pessoas da terra natal, mantendo assim a tradição e a memória. O que era celebrado dentro da comunidade nipo-brasileira, ganhou adeptos dos não descendentes, propiciando a integração dos povos e a divulgação desta prática esportiva.

O primeiro campeonato registrado no Brasil aconteceu em 1912 na cidade paulista de Guatapará, uma das maiores concentrações de imigrantes japoneses no início do século. Saudosos da terra natal treinavam em meio aos cafezais e organizaram, em Mogi das cruzeiras, 1962, o primeiro Campeonato Brasileiro. Em 1963, fundaram a Federação Paulista de Sumo.

Assim, a prática do sumô teve início na cidade de Londrina, a partir da vinda de imigrantes japoneses que se instalaram no campo e na cidade. Neste sentido, a história deste esporte, confunde-se com a própria história dos trabalhadores migrantes e Londrina, e nas relações sociais e culturais que estes trabalhadores estabeleceram na década de 1960.

Neste artigo, pretendemos realizar breve reflexão sobre a história do sumô na cidade de Londrina, evidenciando como este em sua origem, teve como característica a ligação com as relações de trabalho e a comunidade de migrantes japoneses, e depois dos anos 90, toma novas características ampliando seu público.

Para tanto, utilizamos como fonte conjunto de entrevistas e questionários realizadas com os senhores Chuichi Yashijin e Cassiano Joaquim Gomes produzida no ano de 2005 em decorrência pesquisa realizada para trabalho de conclusão de curso no curso de Licenciatura em Educação Física na UEL.



Ao revisitar estas fontes com maior amadurecimento intelectual e sob novas perspectivas, podemos perceber que estas podiam fornecer novos subsídios para uma análise sobre as condições que a prática do sumô tomou entre as décadas de 1960 e 1980. A fim de tornar melhor a trajetória deste esporte na cidade de Londrina, dividiremos o artigo em dois momentos. Inicialmente apresentaremos reflexão sobre o estabelecimento do sumô na década de 1960 e 1980 entre os trabalhadores da indústria de fiação de seda BRATAC e do Central Rubiácea. Num segundo momento, apresentaremos como a prática do sumô se desenvolveu a partir da década de 90 fora do âmbito da comunidade japonesa.

Os primeiros anos: sumô e trabalho

A prática do sumô teve origem na cidade de Londrina com o senhor Chuichi Yakushijin e trabalhadores da fiação de Seda BRATAC. O senhor Yakushijin, nasceu no Japão e na década de 1950, mudou-se para Brasil em busca de trabalho. De acordo com o mesmo, “ouvir falar no Japão de uma fiação no Brasil vim à procura de emprego, pois eu trabalhava no ramo de fiação de seda e foi quando conheci a BRATAC¹ e aqui estou a 33 anos” (YAKUSHIJIN, 2005).

O mesmo, inicialmente iniciou suas atividades no interior paulista, ou começou a praticar esportes com outros trabalhadores da fábrica e teve contato com o sumô no Brasil. Nesta fábrica do interior paulista, existiam trabalhadores migrantes que praticavam o sumô e o Senhor Yakushijin, já havia treinado esporte no Japão.

Ao relatar sobre as atividades desenvolvidas no período em que trabalhou na BRATAC no interior paulista Yakushijin, relatou que:

Comecei a residir na cidade de Bastos onde entrei para o time de futebol da empresa onde participei de diversos campeonatos e na academia onde treinava karatê tinha uma pessoa que dava aulas de sumô e comecei praticar sumô e em 1967 participei do Campeonato Paulista de Sumô na



cidade de Bastos, e em 1974 participei do Campeonato Brasileiro de Sumô pela delegação da paulista e novembro do mesmo ano pedi transferência para Londrina (YAKUSHIJIN, 2005).

Nesta época, a BRATAC mantinha várias indústrias no Paraná e interior paulista onde atuavam vários imigrantes japoneses. Nogueira (1971) e Codato (1981), explicam que o governo Japonês sempre manteve uma política paternalista em relação aos cidadãos japoneses no Brasil. Neste sentido, em 1897 inclusive, tentou estabelecer acordo com o governo de São Paulo, definindo as condições de trabalho dos imigrantes japoneses.

Tal fato é de relevância para pensarmos como a BRATAC, mesmo em seus investimentos urbanos, manterão política de incentivo a migração de trabalhadores japoneses, bem como, ações visando garantir a manutenção e controle sócio econômico e cultural sobre esta nova comunidade nipônica no Brasil.

Podemos observar na fala do Senhor Yakushijin, a empresa incentivava práticas culturais entre seus funcionários, o que garantia a manutenção de certo controle destes trabalhadores dentro e fora da fábrica.

Na década de 1970, Yakushijin pediu transferência para BRATAC de Londrina, onde passou a ocupar o cargo de gerencia nesta empresa. Segundo ele:

Uma ano depois em 1976 o dirigente técnico da equipe de Paulista veio para Londrina. Sendo assim o Sr. Nakaiama começou o sumô em nossa cidade e região – Arapongas, Ibiaporã, Uraí, Maringá, isto nos anos de 1976, 1977, 1978 desta forma ele (Nakaiama) montou uma equipe para participar do Campeonato Brasileiro de Sumô em 1977 e neste mesmo ano me chamou para fazer parte da equipe como lutador, onde nossa equipe ficou em terceiro lugar (YAKUSHIJIN, 2005).

Como podemos observar pela fala do senhor Yakushijin, existia um número considerável de imigrantes na região, que inclusive estavam organizados em comunidades e centros culturais. Tal fato, permitiu que a prática do sumô fosse



organizada na região entre estes trabalhadores, que partilhavam de mesma origem e cultura. Assinalamos que neste momento, os treinos de sumô eram organizados pelos próprios trabalhadores sem a interferência da empresa, sendo que, no caso tanto o Senhor Yakushijin como Nakaiama, praticavam o esporte em período anterior, quando ainda eram funcionários da BRATAC no interior paulista.

No início, estas atividades ocorriam no espaço doméstico, ou em locais próximos aos bairros onde os imigrantes habitavam. Ele nos contou que:

No início treinávamos no fundo da casa do Sr. Nakaiama que ficava na Vila Nova e depois passamos a treinar no Rubiácea que se localiza atrás do Ceasa, sendo que após um tempo estabeleceu uma nova sede na Vila Casoni e na academia de Sr. Kendy Kiodo que era de judô. Os treinos se se dividiam entre a casa do Sr. Nakaiama e nas 3 localidades visto que nosso grupo era de quinze pessoas e nos reuníamos duas vezes por semana e cada treino tinha duração de uma hora e meia a duas horas por treino (YAKUSHIJIN, 2005).

Com a continuidade dos treinos e o aumento dos adeptos ao sumô, foi construído um Dohyô¹ na Central Rubiácea (mais importante centro cultural da comunidade japonesa em Londrina até 1986). A continuidade dos treinos na casa do senhor Nakaiama e na Vila Casoni, ocorreriam, pois, estes eram mais próximos a moradia dos trabalhadores, haja visto que a Central Rubiácea estava localizada em um bairro afastado da cidade.



Figura 1: Central Rubiácea, 1982.

Com a expansão da prática do sumô entre a comunidade japonesa, os empresários ligados a BRATAC de Londrina, sugeriram ao senhor Yakushijin, organizarem uma equipe de sumô entre os trabalhadores da empresa. De acordo com o senhor Yakushijin:

Montei uma equipe de Sumô perto dos anos 80 na empresa onde trabalhava a pedidos dos meus diretores e a equipe participou de dois festivais promovido pela própria empresa BRATAC e de vários regionais” (YAKUSHIJIN, 2005, grifo nosso).

Como podemos observar, na indústria de Londrina, era comum o incentivo de práticas esportivas nipônicas tais como o beisebol, gueitebol e o sumô entre os trabalhadores da BRATAC¹. Quanto a isso, acreditamos que o incentivo a manutenção da cultura japonesa ia de encontro a política paternalista proposta pelo governo japonês, ao passo, que o controle sobre estes trabalhadores, também contemplariam os interesses desta empresa no Brasil.



Os treinos de sumô eram voltados para os trabalhadores como também para os seus filhos e descendentes. Ao estender sua política cultural para a família dos trabalhadores, a BRATAC promovia uma política de bem-estar, reforçando o caráter paternalista em relação a comunidade de imigrantes. Neste sentido, a partir da formação de equipes de adultos e crianças, a mesma garantia controle sobre tempo de ócio e lazer, bem como, sobre aqueles que futuramente formariam as novas fileiras de trabalhadores.

Lembramos que neste período, o Brasil vivia sob a Ditadura Militar. Neste cenário as políticas de higienização voltadas para a população, estavam atreladas as ações governamentais, assim como, das indústrias em prol de práticas que garantissem controle sobre o corpo, a partir de práticas que garantissem, o disciplinamento físico e moral voltado para o trabalho e para a guerra.

Neste sentido, colaboravam com esta prática de disciplinamento, os treinos baseados no método japonês¹ que era ministrado pelo senhor Yakushijin, como ele explica:

Seguia o método japonês de treino baseado em muito alongamento, treinos de força específicos do Sumô, formas técnicas de lutas, muito *suriashi*, *koshiwará*, *otisuki*, *shiko*, *arrancadas*, *tepozin* (semi-arrancada em tronco de árvore) e Sani nuki e Go Ninuki e muita luta (YAKUSHIJIN, 2005).

Vale ressaltar que, devido a vasta experiência obtida nos treinos no Japão e posteriormente no Brasil (como lutador amador) o Senhor Yakushijin, recebeu diversos convites para atuar como juiz em torneios e competições de sumô. Para tanto, recebeu apostilas da Confederação Brasileira de sumô, que passaram também a direcionar as práticas do esporte junto aos trabalhadores da BRATAC. Segundo o mesmo, estes manuais tinham “cerca de 80 páginas referentes às regras de luta e outra, com cerca de 20 páginas sobre a estrutura do Dohyô que ia desde a sua construção até a sua decoração” (YAKUSHIJIN, 2005).



Figura 2: treino da equipe de sumô da BRATAC. Sr. Chuichi Yakushijin (como Juiz).

Em 1981, o senhor Yakushijin colaborou na criação da Associação de Londrinense de Sumô. Com a criação da associação e mediante fortalecimento prática sumô através das equipes tanto da BRATAC e da Central Rubiácea, a cidade de Londrina sediou o Campeonato Brasileiro de Sumô em 1984.

A organização do evento foi liderada pela BRATAC que custeou os gastos do evento, pelo intermédio do senhor Yakushijin.

As atividades da equipe de sumô da BRATAC foram extinguidas no início dos anos 90, devido a troca de política interna da empresa. No final da mesma década, a equipe da Central Rubiácea, também deixou de existir, dando início a uma nova fase na história do sumô de Londrina.



O sumô nos anos 1990 e 2000: novas práticas, novas perspectivas

No final dos anos 90 e 2000, a prática do sumô na cidade de Londrina tomou novas características com o estabelecimento do monge Xintoísta Cassiano Joaquim Gomes, fundador do Centro Cultural e Estudos de Artes Marciais Kaiko. O Senhor Cassiano, nasceu no Brasil, entretanto, foi adotado por uma família de japoneses migrantes que retornaram para Japão onde viveu entre os 04 e 35 anos no Japão. Enquanto cursava o ensino superior no Japão, o mesmo teve contato com diversas práticas marciais sendo uma delas o sumô.

Neste período histórico, no Japão, não era permitido o ingresso de *gaijins*¹ nos treinos oficiais de sumô. Neste sentido, o Senhor Cassiano narra, que nas práticas esportivas universitárias existia certa discriminação dos

No Japão o sumô é como o futebol uma grande febre que contagia a todos, só com uma diferença não há Sumô de várzea. Interessei-me pelo sumô para fugir da discriminação, pois lá, eu era um japonês com cara de brasileiro (...) para poder me identificar melhor pratiquei o Karatê e judô na mesma Faculdade. Isto aos dezenove anos (...). Ai entrei para o treino e achei um quanto brutal o treino e vivendo e conhecendo o treino e visitando outros lugares de treino ou beyas de sumô (...) na minha época era muito ritualístico o processo de aceitação de estrangeiros neste esporte, por isto, não havia muitos estrangeiro (...) só era aceito neste circuito por ser universitário, e assim, comecei a competir com outras academias, equipes de fábricas e outras universidade e desta forma o sumô cada vez mais tomou conta do meu coração. Consegui chegar em uma final de torneio universitário onde fui para final mais não pude lutar, pois, eu não era um japonês nato, sendo isto um costume do país e não é considerado como preconceito e tanto nos pais temos que respeitar isto e respeitosamente ganhei o prêmio de 4º lugar (GOMES, 2005).

No Japão, como podemos perceber na fala de nosso entrevistado, o sumô é uma tradicional e ritualista, sendo pautada pela rigidez independente de suas categorias e academias. Neste aspecto, o preconceito em relação aos *gaijins* evidenciam uma tradicional valorização da cultura nipônica com traços de negação as culturas externas.

O senhor Cassiano nos relata que em 1982, veio visitar alguns parentes no Brasil, onde acabou constituindo família e fixando-se na cidade de Londrina. No mesmo ano, abriu o Centro de Estudos de Artes Marciais Kaiko com a prática de diversas artes marciais, dentre elas o sumô. A partir da prática desenvolvida neste centro, o sumô londrinense passou novas características, em partes decorrentes da experiência social que o Senhor Cassiano teve ao morar no Japão.



Figura 3: Cassiano Joaquim Gomes no II Campeonato da União Pró-Sumô realizado no Ginásio Internacional do Bom Retiro/ São Paulo em 2002.

O Centro de Estudos e Artes Marciais Kaiko, situado no Bairro Shangrilá A, em suas práticas cotidianas apresentava menor rigor em comparação ao método japonês, desenvolvendo método próprio para aplicar as técnicas e estratégias do sumô.

Neste sentido, a Kaiko era frequentada por um público diversificado, e não apenas por japoneses e descendentes diretos. Vale destacar que desde o início de suas atividades havia uma política de igualdade, onde participavam igualmente dos treinos homens, mulheres e crianças. A partir de 2000, com o enfraquecimento das duas



outras equipes (BRATAC e Rubiácea), a Kaiko passou a concentrar as atividades esportivas do sumô na cidade de Londrina. Quanto a este fato, o Senhor Cassiano, explica que:

A academia começou por acaso, sempre mantive ela sem fins lucrativos como permanece até hoje (...) recebi a visita de um rapaz na época de uns dezessete para dezoito anos, chamado Ted Barbirato que nos procurou na academia, porque ele queria como atleta de sumô revitalizar o sumô em Londrina e no Paraná, pois, o sumô havia parado com muito poucos atletas (...) Contando com Ted Barbirato na época acho que havia uns doze atletas, não havia uma programação de treino, não havia um incentivo e a Federação Paranaense de Sumô estava praticamente que inativa (GOMES, 2005).

Como Cassiano nos relatou, os atletas da Central Rubiácea passaram a integrar a Federação Paranaense de Sumô, como uma tentativa de revitalização da equipe de sumô que se encontrava fragilizada. Sem grandes resultados, os atletas da equipe Rubiácea, buscaram aproximação do Centro de Estudos de Artes Marciais Kaiko.

O presidente da Federação Paranaense de sumô Jackson Ariokudo entrou em contato com o Senhor Cassiano, propondo a junção das equipes para a participação no Campeonato Paranaense e Brasileiro de Sumô, que ocorreram respectivamente em maio e julho de 2000. Com o enfraquecimento da prática do sumô, o Campeonato Paranaense de Sumô não estava sendo realizado a algum tempo, assim como, a manutenção do próprio Dohyô. Ao recordar-se do evento o Senhor Cassiano relatou que:

Marcamos a data do campeonato, tudo certo e só tínhamos duas semanas para motivar o pessoal e pedi um favor aos praticantes de *Ninjutsu* para treinar eles e consegui juntar na época 86 atletas que treinaram duas semanas de sumô e foram para um campeonato Londrinense que já não havia na cidade há quase doze anos. E já faziam oito anos que o Paraná não era mais representado em campeonatos brasileiros. Eles se assustaram muito quando a gente chegou lá com ônibus, carro, Kombi e toda a organização que



a gente procurou levar e informei a todos que o pessoal estava praticando só há duas semanas e dos oitenta atletas nossos contra dez atletas deles seria impossível porque a diferença técnica deles era muito grande (GOMES, 2005).

Nesse período, o sumô não era a principal atividade desenvolvida no Centro de Estudos de Artes Marciais Kaiko, por esse motivo, não obteve resultados expressivos nas primeiras competições. Mas mesmo assim integrou junto com os atletas da central Rubiácea a equipe Paraná, que um mês depois disputou o Campeonato Brasileiro de Sumô que ocorreu em São Paulo, sendo inclusive, patrocinados pela BRATAC.

Entretanto, durante a participação do Campeonato Brasileiro de Sumô que ocorreu em julho, a equipe de Sumô de Londrina, agora formada por atletas da Kaiko e da Central Rubiácea, chamou atenção durante o evento, por apresentarem uma equipe feminina.

Nós já começamos com uma grande inovação na época, eu levei algumas meninas que praticavam artes marciais em nossa associação e elas formaram a primeira equipe de sumô feminina do Paraná. Era inédito. Tudo isso no primeiro campeonato Paranaense (...) a equipe feminina, com seriedade foram as pioneiras, tanto que ainda no Paraná já se passaram cinco anos desde essa época e nós ainda temos a única equipe de sumô feminina no Paraná. (GOMES, 2005).

Depois da participação nestes campeonatos, foi o construído o primeiro Dohyô fora da Central Rubiácea. A partir desse momento, o Centro de Estudo de Artes Marciais Kaiko, organizou e sistematizou as práticas esportivas do sumô, passando a treinar então quatro vezes por semana com média de três horas de treino, se tornando o carro chefe das atividades desenvolvidas nas dependências da Kaiko. Sobre isso, o Senhor Cassiano explica que:



Quando fundei a associação e a primeira academia que hoje é uma associação com 14 academias, 4 escolas e a entidade da ULS, que é a União Londrinense de Sumô tem hoje cinco academias, a academia Tigre, Tradição, Tsunami e a pioneira que é a Yama que significa montanha. Então seria numa tradição, academia Montanha de Sumô. Os atletas são distribuídos nessas academias, não cobramos taxa de adesão, e nenhuma mensalidade para poder incentivar o atleta e alunos da associação. E através de patrocinadores como a Sercomtel, prefeitura Municipal de Londrina e incentivo de alguns empresários, recebem uniformes, as despesas com viagens, alimentação (GOMES, 2005).

Cassiano com visão mais dinâmica buscou divulgar o sumô nos meios de comunicação e na comunidade londrinense. Neste sentido, salientamos que o sumo ganhou novas características e adeptos, fora e dentro da comunidade nipo-brasileira de Londrina.

Tudo que estava parado, nós começamos a agitar dando entrevistas e participando de programas de televisões, divulgando. O nosso Dohyo é aberto para a rua, então era uma coisa inédita. Quem passava de domingo ou durante a semana, até hoje é assim, quem passa de carro e vê os lutadores de Sumô para ver, para perguntar e nos acomodamos, falamos para assistir a luta, então começamos a divulgar bastante a arte do Sumô (GOMES, 2005).

Após 07 anos de muito trabalho e diversas participações em Campeonatos Brasileiros e Sul Americanos, em 2007, o Centro de Estudos de Artes Marciais Kaiko, classificou 03 lutadores dessa nova geração de atletas para o Mundial de Sumô realizado na Tailândia, onde obtivemos o 10º lugar no masculino e dois 3º lugares. Hoje os atletas do Centro de Estudos de Artes Marciais acumulam vinte e um títulos



brasileiros entre as categorias masculino e feminino, doze títulos Sul Americanos, um título no Word Games e oito títulos Mundiais entre as categorias infantil, masculino e feminino.

O sumô ainda é praticado no Centro de estudos e Artes Marciais que em 2001 passou a se chamar Associação Kaiko. Hoje atividades ligadas ao sumô acontecem na cidade de Londrina em 8 academias de Sumô ligadas a duas instituições reguladoras que são a União Londrinense de Sumô (ULS) e a Federação Paranaense de Sumô. Existem ainda três projetos de cunho social que atendem cerca de 500 alunos em comunidades de alto e baixo risco social. Em 2014 a Associação Kaiko iniciou um projeto ambicioso de divulgação e difusão do sumô iniciando que consistia em revitalizar o sumô na cidade de Santa Cecília do Pavão – PR e em Assis – SP e implementar a prática do sumô na cidade de Loanda, Maringá e Cambé.

Conclusão

Como podemos averiguar ao longo desta pesquisa, a prática do sumô, surgiu em Londrina atrelado as práticas culturais desenvolvidas pelos imigrantes japoneses e a Indústria de fiação de Seda, BRATAC. Entretanto, com o enfraquecimento da comunidade, o sumô entrou em uma fase de fragilidade dos anos 1990, quando foi retomado sob novas perspectivas e se popularizou em outros espaços e públicos, continuando ainda, manter relações com a comunidade japonesa, e por vezes, apoio da BRATAC.

As práticas culturais desenvolvidas no âmbito da comunidade de imigrantes japoneses, coincide com a política de imigração resultante dos acordos entre Brasil e Japão desde o final do século XIX e que se prolongaram até meados do século XIX. Neste sentido, a tentativa de manter práticas culturais existentes no país de origem, referia-se aos objetivos e pretensões que existia para fixação destes trabalhadores no Brasil e as atividades que desenvolveriam no campo do trabalho.



Assim, as transformações ocorridas ao longo da história da prática do sumô em Londrina, coincidem com as transformações da conjuntura que envolveu estes trabalhadores e podem ser, analisadas, em partir de referenciais históricos, sociais e econômicos que se constituíram na cidade de Londrina.

Fontes de Imagens

Figura 01 – Arquivo pessoal do Sr. Chuichi Yakushijin sedido gentilmente para este trabalho.

Figura 02 – Arquivo pessoal do Sr. Chuichi Yakushijin sedido gentilmente para este trabalho.

Figura 03 – Arquivo pessoal do autor Cássio Joaquim Gomes.

REFERÊNCIAS:

BARROS, Bendicto Ferri. **Japão a harmonia dos contrários**. São Paulo: Ed. T.^a Queiros, 1988.

CODATO, Evandir. **Colonização agrícola: A Colônia Três Barras – 1932-1970**. Curitiba: Dissertação de mestrado Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 1981.

GOMIDES, José Eduardo. **A definição do Problema de Pesquisa a chave para o sucesso do Projeto de Pesquisa Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC - Ano IV - nº 06 - 1º Semestre - 2002**. LEONARD, Jonathan Norron. **Japão Antigo**. Rio de Janeiro: Ed. Time – Live, 1968.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **O início da imigração nipônica para a lavoura cafeeira paulista**. In: Simpósio, japonês em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1971. p. 41-48.

PAYNE, Peter. **Mitos, Deuses: Mistérios Artes Marciais**. Rio de Janeiro: Ed. Del Prado, 1997.



ROCHEDIEU, Edmond. **Xintoísmo e as Novas Religiões do Japão**. Ed. VERBO Lisboa/São Paulo Junho 1982.

SILVA, Zacarias Anselmo. **Combate ao racismo, ao Preconceito e à Discriminação Social: um longo caminho a percorrer**. Natal, julho de 2001. Organização Negra do RN, Secretário de Políticas Sociais da CUT/RN.

YAMASHIRO, José. **História da Cultura Japonesa**. São Paulo: Ibrasa, 1986.

ENTREVISTA ORAIS

GOMES, Cassiano Joaquim. Entrevista realizada na sede da Associação Kaiko em 2005.

YAKUSHIJIN, Chuichi. Entrevista realizada em na sede da Fiação de Seda BRATAC em 2005.

NOTAS

ⁱ Segundo Yatiyo e Youko (1988) a BRATAC empresa de origem japonesa, além de agir no campo de fiação de Seda, atuou como Empresa Colonizadora na região norte do Paraná. Assim, na década de 1930, a mesma adquiriu cerca de 18500 alqueires que foram revendidas em pequenos lotes, em sua maioria para imigrantes japoneses. Além do empreendimento imobiliário, a empresa fundou associações culturais que buscavam manter a cultura japonesa.

ⁱⁱ Arena de Luta do Sumô.

ⁱⁱⁱ Mesmo no Japão, como narrou um de nossos entrevistados, o Senhor Cassiano Gomes (2005), a prática do sumô ocorria nas fábricas de forma amadora, havendo assim, equipes de fábrica, equipes universitárias, de estudantes secundaristas etc.

^{iv} O método japonês é baseado em um rigoroso controle físico e mental fos atletas haja visto, que os mesmos treinam ininterruptamente cerca de 04 a 08 horas,



chegando ao esgotamento físico e mental. Acredita-se que através dessa prática, o atleta de sumô, se torna cada vez mais forte e disciplinado, não esmorendo em nenhum tipo de situação de confronto. Pode ser caracterizado ainda, por um rígido sistema de hierarquia e divisão entre homens e crianças (nesse momento, mulheres não participavam dos treinos, apenas em 1995, devido uma campanha da Associação Internacional de Sumô para elevação do sumô a esporte olímpico, que as mulheres tem a permissão para subir ao Dohyô).

^v Nome dado pelos japoneses aos estrangeiros que migram para o Japão.



História de uma região para o refinação: Atitalaquia-Tula, México

HISTORY OF A REGION FOR REFINING: ATITALAQUIA-TULA, MEXICO

Luis Alberto Luna Gómez
Doutorando (UNESP)
e-mail:

Resumo: A situação de crescimento econômico do México em particular cria a necessidade de Petróleos Mexicanos (Pemex) para expandir sua capacidade de produção de energia, dada a forte demanda doméstica, levanta a necessidade de uma nova refinaria para atender às necessidades do país, principalmente na região Metropolitana da Cidade do México que cresce em ritmo acelerado e tem o maior consumo, promovendo, o novo projeto da refinaria Bicentenario, que não se concretizou.

Palavras-chave: projeto da refinaria Bicentenario, nacionalização do petróleo, refinaria Miguel Hidalgo, produção do espaço, Petróleos Mexicanos (Pemex).

Abstract: The situation of mexican economic growth in particular creates the need for Petróleos Mexicanos (Pemex) to expand its power generation capacity, given the strong domestic demand, raises the need for a new refinery to meet the needs of the nation, mainly in the region Mexico City Metropolitan growing rapidly and has the highest consumption, promoting the new project of the Bicentenario refinery, that no is concretized.

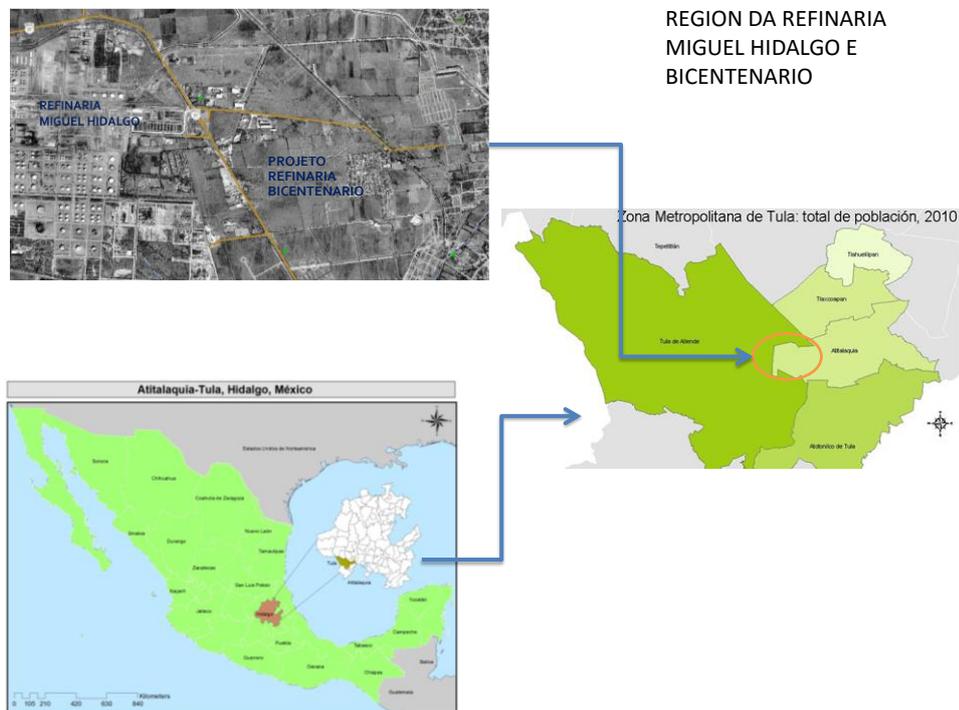
Key words: Project of the Bicentenario refinery, oil nacionalization, Miguel Hidalgo refinery, production of space, Petróleos Mexicanos (Pemex).

Introdução

Historicamente, o projeto da refinaria Bicentenario refere-se à na refinaria Miguel Hidalgo em 1976. Constituída por plantas de destilação primárias e de vácuo para tratamento adicional do produto. A primeira fase do projeto envolveu duas coisas:

a fase de pleno funcionamento da refinaria e da criação da estrada do Jorobas-Tula, juntamente com a colônia de casas para os trabalhadores do petróleo.

Foto 1. Region da refinaria Miguel Hidalgo e Bicentenario



Organização: Luis Alberto Luna Gómez

O incidente desencadeou um processo de industrialização e urbanização ligada com todos os fatores técnico-econômicos e socioculturais. A delimitação que se realizou da refinaria não é puramente geográfica, como o espaço foi entendida em forma de contêiner, mas para que levar em conta aspectos econômicos, sociais, étnicas e políticas. Da mesma forma, o Vale onde se encontra não é homogêneo, mas muito pelo contrário, existem diferenças nas diferentes áreas que o compõem.

Dessa maneira, tendo em conta seu desenvolvimento econômico e social, podemos caracterizar duas grandes áreas: uma que fica ao norte e que está localizado na parte sul (STAVENHAGEN, 1973). A região sul, desde o século XIX, está relacionada



de uma maneira mais direta com a Cidade do México para entrar na estrada de ferro também as estradas que ligam o último a Pachuca e norte do Vale do Mezquital. O que intensifica a sua relação com a região, permitindo que desde os tempos primitivos para escoar a produção agrícola, principalmente nas áreas de irrigação e produção industrial, posteriormente para outros locais e, especialmente, o principal consumo: a Cidade do Mexico. Na zona norte a relação direta com a Cidade do Mexico não é dada para uma fase posterior, abrindo a estrada Laredo México em 1926.

Antecedentes de refinação em Mexico

Algumas fases das políticas de refinação do petróleo começaram no México, quando tinha apenas 21 anos desde que se construíram as primeiras refinarias no mundo. Em 1870, o Dr. Autrey instalou um alambique em Papantla, Veracruz, para obter querosene por destilação do petróleo proveniente de diversas “chapopoterias”. Embora o uso de querosene e óleo iluminante se tinha difundido rapidamente a partir de meados do século XIX, as vendas dessa pequena refinaria não alcançou a significância que teria permitido o seu desenvolvimento e em 1887, a fábrica cessou as suas operações. Em 1886, a companhia petrolífera mexicana começou a produzir querosene em uma capacidade da planta de 400 BD, com importações de petróleo bruto de Estados Unidos. Dois anos mais tarde, a planta foi absorvida e eliminada pelo Waters Pierce Oil Co., uma subsidiária da Etandard Oil, que estabeleceu uma nova refinaria no porto de Veracruz. Sua capacidade inicial de processo 250 barris diários (BD) foi aumentando gradualmente, enquanto a produção se diversificou, em 1907, além de querosene, gasolina, lubrificantes, cera, gordura e combustível, em 1896, a mesma empresa estadunidense construiu outras plantas nos subúrbios de Tampico, para processar 2.000 BD de bruto. O Waters Pierce Oil Co., que importou petróleo de Estados Unidos, foi responsável do abastecimento de querosene para iluminar todos os locais no México (SNOECK, 1989).



Começou-se o processo de produção de óleo com o objetivo do presidente Porfirio Diaz (1876-1911), para atrair capital estrangeiro com base na estabilidade nacional (DE LA VEGA, 1999).

Com a valiosa colaboração do geólogo mexicano Ezequiel Ordóñez, a Mexican Petroleum Co. Iniciou a extração de petróleo nos campos de Ébano, San Luis Potosi, onde começou a operar em 1903 a primeira refinaria para produzir asfalto com uma capacidade de 2.000 BD. As instalações foram bem equipadas. Isto foi usado para pavimentar ruas em várias cidades da República Mexicana: e conseguiu na Cidade do México, Tampico, Veracruz, Guadalajara, Puebla, Monterrey e Chihuahua. Em maio de 1905, a empresa Central Railway assinou um contrato de fornecimento de 3,8 milhões de barris de óleo combustível para percorrer entre Tampico e San Luis Potosí por um período de 15 anos (SNOECK, 1989).

Assim, a exploração e produção de petróleo começou no México desde o final dos anos 60 do século XIX, mas o princípio das datas de produção comercial em larga escala a partir de 1901, na região de Ébano-Pánuco (DE LA VEGA, 1999).

Dessa maneira, estas primeiras refinarias rudimentares construídas antes das grandes descobertas de petróleo no México, foram os principais responsáveis pela elaboração de querosene e asfalto para o mercado interno. Ao mesmo tempo, os esforços para iniciar a produção de petróleo no país foram incentivados pela Lei do Petróleo, promulgada pelo Congresso da União em 1901, que incluía várias isenções fiscais para incentivar a indústria de petróleo. O óleo pode ser exportado livre de todos os impostos de produtos naturais, processados ou refinado proveniente da exploração e da importação com isenção livre de direitos, apenas uma vez, as máquinas para refino de petróleo e gás, carbonetos de hidrogênio e para desenvolver todos os tipos de produtos tendo como base o petróleo bruto, também o capital investido na exploração do petróleo seria isento de imposto federal. O presidente Porfirio Diaz esperava dessa forma, entre outras coisas, eliminar o uso de carvão como fonte de energia primária na indústria ferroviária, minera e elétrica, dado o fracasso da produção nacional de carvão para atender a demanda (SNOECK, 1989).



Foi assim que a indústria do petróleo foi desenvolvida no México com base nas leis favoráveis aos interesses estrangeiros, da atribuição de campos de petróleo conhecidas e espaços abertos por explorar (DE LA VEGA, 1999).

Em 1904, a Pearson and Son Limited, empresa de origem inglês chegou em 1899 ao México a convite do governo de Porfirio Diaz para construir a estrada de ferro de Tehuantepec e os portos de Salina Cruz e Coatzacoalcos, fazia perfurações em uma das áreas de San Cristóbal perto Minatitlán. Os excelentes resultados obtidos a inclinaram a investir em uma refinaria experimental que foi a primeira de seu tipo em nosso território. A empresa consistia em alambiques para vapor de água e óleo com capacitores e acessórios, agitadores, oito tanques de armazenamento, caldeiras de compressor de 25 cavalos de potência, bombas para petróleo bruto, produtos, ácido e um laboratório químico para estudos (SNOECK, 1989).

Em um tempo relativamente curto os resultados dessas práticas eram visíveis e seus efeitos persistiram após da fase armada da revolução e da Constituição Mexicana de 1917 (DE LA VEGA, 1999).

Esta planta, localizada a uma milha do Minatitlán, iniciou suas operações em 1906 e 1908 levou à formação da Petroleum Company Eagle, SA com um capital inicial de cem mil dólares, e da refinaria de mesmo nome, que a partir do março do mesmo ano começou a desenvolver produtos com uma capacidade de 2.000 barris por dia (SNOECK, 1989).

Portanto, é preciso lembrar que a exploração do petróleo no México era completamente dependente de capital, empresários e tecnologia pertencentes do exterior (DE LA VEGA, 1999).

Em 1909, a Sociedade do Óleo El Aguila, SA, mudando sua razão social por "Compañía Mexicana de Petroleo el Aguila S.A" e aumentou o seu capital social de 24,5 milhões de pesos. Os cientistas "porfiristas" se entendiam melhor com os ingleses, diz o advogado Miguel Alemán Valdés em seu livro: "A verdade de petróleo no México". O secretário das Relações Exteriores, Enrique C. Creel, foi presidente da empresa e Guillermo de Landa y Escandon, Secretário de Guerra e Marinha, conselheiro



do mesmo consórcio britânico ligado à recém-formada Royal Dutch Shell (SNOECK, 1989; DE LA VEGA, 1999).

Menciona o advogado Alemán que para 1910 o controle da companhia anglo-holandesa foi os dois terços da indústria do petróleo que operam no México, enquanto o resto foi tratado por empresas norte-americanas e de 3% pela empresa semi-oficial Petroleos de Mexico, SA. (SNOECK, 1989).

Naquele tempo, a quantidade de óleo produzido excedeu o consumo nacional pelo que a Huasteca Petroleum company formado por Doheney em 1907, começaram as exportações de crude mexicano através de um carregamento de 30.262 barris a Sabine, Texas (DE LA VEGA, 1999; SNOECK, 1984).

A partir do ano 1915 a capacidade de refino desenvolveu-se rapidamente no México, especialmente do 1916-1926, quando o número de instalações para o processamento de hidrocarbonetos aumentou do 4 a 20, dois dos quais estavam entre as mais altas do mundo. Nesta expansão foi influenciada pelo forte aumento da produção nacional de petróleo e, em menor medida, a criação, pelo governo de impostos diferenciais mais elevados do que os produtos não refinados também tributados os desperdícios de gás natural. Com o esgotamento de certos campos de petróleo e consequente queda na produção, particularmente acentuado a partir da segunda metade dos anos vinte do século passado, algumas das plantas foram desmanteladas ou abandonadas, embora a descoberta de novas jazidas em Poza Rica em 1933, a capacidade de refino aumentou novamente (SNOECK, 1989).

A partir de 1922 empresas estrangeiras pararam de fazer novos investimentos de capital fixo no México desde a descoberta de grandes depósitos de Texas, Califórnia e Oklahoma o mercado mundial de petróleo caiu. Refinarias e terminais foram fechados, oleodutos foram removidos e restaurados para mais da metade dos trabalhadores. Empresas concentraram a atenção na Venezuela, onde os custos de produção foram menores, a “Huasteca Petroleum company” por um tempo importou o petróleo desse país (SNOECK, 1989; DE LA VEGA, 1999).



Enquanto algumas das plantas de refino foram diversificando sua produção de acordo com os requisitos internos, mais preferencialmente orientada para os mercados externos. Conseqüentemente, localizaram-se no Golfo do México, perto de ambos os locais como portos de embarque, docas de decantação, dutos submarinos, sistemas de bombeamento e todas as comodidades necessárias para exportar. Muitas das chamadas refinarias incluiu apenas plantas do petróleo bruto, das que extraíam o óleo combustível e que realizavam uma destilação mais elaborada não foram concluídas com equipamentos de desintegração, como era mais econômico para as empresas estrangeiras fazer o último processo em seus países de origem. No entanto, no caso das poucas refinarias presentes no mercado interno, bem como suas atividades de exportação, eles instalaram retalhamento térmico, Dubbs e Kellogg. Foi somente no início dos anos trinta que se construíram instalações especificamente dirigidas ao abastecimento no interior do país. A Cia, “El Águila” ligou os campos de Poza Rica com Noroeste do Distrito Federal através de uma capacidade de gasoduto do 7,5 MBD, entretanto, instalaram uma empresa de refinamento em Azcapotzalco com capacidade similar à inicial do gasoduto. Estas unidades tornaram-se operacional em 1932, e tiveram um custo elevado, devido em grande parte ao gasoduto que abrange cerca de 300 km e uma queda vertical de terra de 200.000 metros (SNOECK, 1989).

A demanda interna por produtos petrolíferos aumentou lentamente antes da nacionalização. Durante os anos do primeiro auge do óleo de México, o petróleo consumido no país significou menos dos 10% da produção total de óleo. Posteriormente, essa proporção aumentou significativamente, devido ao forte declínio na produção de petróleo e de certos fatores internos como o impulso para a construção de estradas, durante a administração do presidente Elias Calles. Mas foi na década dos trinta do século XX, quando começou realmente o processo de crescimento da demanda nacional de combustível, o que já não ia parar durante as próximas quatro décadas. Com efeito, nestes anos foi uma mudança na importância relativa dos setores produtivos da economia. O principal encargo de produção e reprodução do capital não iria cair apenas na agricultura e na indústria de mineração, mas aos poucos adquiriu uma prioridade e



um papel decisivo na economia nacional. Enquanto em 1910 e 1921 o valor adicionado da atividade industrial foi de aproximadamente metade do que para o setor agrícola a partir de 1929 (SNOECK, 1989; DE LA VEGA, 1999).

A greve dos trabalhadores do petróleo em 1937, que quebrou à recusa das empresas estrangeiras de aceder a suas demandas, liderou o 18 do março de 1938 na expropriação da propriedade dessas empresas no México pelo governo do presidente Lazaro Cárdenas e em 7 de junho do mesmo ano, na criação da Petróleos Mexicanos. Nessa altura, os hidrocarbonetos eram uma importante fonte de energia na economia nacional e da possibilidade de uma paragem prolongada da indústria do petróleo teria afetado o ato de desapropriação (SNOECK 1989).

A política de nacionalização da indústria do petróleo mudou radicalmente sua orientação: o Estado designou a Pemex a função de prioridade, garantir em tempo hábil e adequado, o fornecimento de combustíveis necessários para os diferentes setores da economia, para promover o desenvolvimento do país. Para cumprir este mandato, a nova empresa se enfrentou a problemas de três tipos na área de refinação: 1) obsolescência das instalações expropriadas às empresas estrangeiras; 2) a localização da maior parte das refinarias existentes em regiões distantes dos principais centros de consumo, com meios muito limitados de transporte e distribuição; e, 3) a inadequação da diversidade da produção de petróleo para os requisitos internos específicos (SNOECK, 1989).

De acordo com relatórios oficiais da Pemex, a capacidade de destilação primária totalizou 102.000.000 de barris em 1938. Em geral, as refinarias estavam em péssimas condições, com equipamentos desgastados e obsoletos. Dada à necessidade de renovar algumas partes das instalações, Pemex esgota não só o custo financeiro que isso representou para a empresa recém-criada, mas também os obstáculos impostos pelas empresas estrangeiras para a compra de máquinas e peças de reposição nos Estados Unidos como parte do boicote que se estabeleceu contra México, depois da expropriação. Posteriormente da Segunda Guerra Mundial restringiu o abastecimento externo de materiais e equipamentos. Além disso, a Pemex ressentiu fortemente a falta



de técnicos mexicanos com a experiência necessária para lidar com as plantas (DE LA VEGA, 1999).

Exceto Azcapotzalco, todos os outros refinadores se encontravam perto ou na área costeira do Golfo do México, dada a sua orientação inicial à exportação. Conseqüentemente, a Pemex estava em uma situação de desequilíbrio: enquanto a capacidade de refino da costa representado 89% do total, e o centro de 11% da demanda doméstica está concentrada nas zonas centro e norte do país, que juntos representaram 75% do consumo total. Uma vez que é mais econômico para transportar bruto dos campos para as refinarias que distribuindo os produtos dos centros de produção, era necessário deslocar as refinarias até esses últimos (DE LA VEGA, 1999).

Finalmente, o desempenho de diferentes produtos obtidos em instalações existentes não correspondem às necessidades da economia nacional, uma vez que as empresas estrangeiras usadas para executar algumas operações finais de refino em seus próprios países de origem. Testá-los era a necessidade efetuar importações para atender o consumo interno, embora alguns deles fossem devido à infraestrutura de distribuição limitada (SNOECK, 1989).

Embora o processo de modernização do sistema de refino começou em 1938, após da expropriação, o primeiro momento consistiu, principalmente, alcançar a sobrevivência desta indústria, os investidores estrangeiros conspiraram contra a indústria nacional. Apesar do encerramento das fontes internacionais de abastecimentos e pessoal técnico especializado restrito, nos anos imediatamente seguintes à nacionalização das instalações existentes foram reparadas as plantas existentes, peças de reposição a ser fabricadas nas oficinas das refinarias e materiais usados. Além disso, várias políticas públicas para adaptar as refinarias para as necessidades do mercado interno foram feitas.

Um dos problemas encontrados pela Pemex foi a insuficiente produção de combustível de alta octanagem. Por lei, a gasolina deve ser de pelo menos 57 octanas, que foi obtida pela adição de chumbo tetraetila. No entanto, nacionalizou a indústria do petróleo, as empresas estrangeiras se recusaram a vender este composto para o México.



Depois de algumas tentativas de misturar baixa qualidade gasolina na refinaria em Azcapotzalco com maior octanagem da gasolina a partir das plantas de desintegração em Tampico, o governo pediu a cooperação de produtos químicos nacionais para construir com recursos muito limitados uma usina para produzir tetraetila (SNOECK, 1989).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo dos Estados Unidos, tendo em mente a possibilidade de utilizar o bruto mexicano em caso de falta de combustível, ele enviou um grupo de especialistas para examinar a situação da Pemex, com o consentimento do presidente Ávila Camacho. Pouco depois da missão se rendeu seu relatório em 1942, o Departamento do Estado susteve longas negociações com o governo mexicano para construir sobre o Golfo do México uma refinaria de 100 octanagem da gasolina para a Força Aérea dos Estados Unidos. Este projeto não foi realizado, embora em 1944 o Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos emprestou US \$10.000.000 para reconstruir a refinaria Azcapotzalco, o que devia permitir a produção de gasolina de aviação (ALONSO, A. 1984; DE LA VEGA, 1984).

Em 1946, o último ano da segunda gestão do Pemex, a capacidade de destilação primária tinha subido para 153 MBD, que obteve um aumento de 50% em relação a 1938, e também estavam prestes a entrar em operação novas instalações em Azcapotzalco. Em contraste, a capacidade de desintegração e de redução de viscosidade foi reduzida de 12 MBD a 10,8 MBD, no mesmo período. Cidade Madero era a primeira refinaria em importância, com uma capacidade de destilação primária de 56 MBD, e junto com outra refinaria na área de Tampico, fornecia principalmente à Costa Leste do país. Minatitlán fornecia ao sul e a costa oeste, enquanto Azcapotzalco abastecia a mesa central. Afeitavam-se também os movimentos entre estas regiões, de acordo com o que faltava e ficava em cada uma delas (ALONSO, A. 1984). Sob o lema "Servir a Pátria", Pemex estava fornecendo energia barata e independência energética para ao país (ROUSSEAU, 2012: 307).



As dificuldades iniciais do Pemex no processamento industrial de hidrocarbonetos foram encontradas no declínio da produção de refinado nos anos imediatamente a seguir à nacionalização. Em 1940, 87.7 MBD trabalhados representaram apenas 69,5% do volume total de produção de 1937. Em parte, a empresa foi obrigada a reduzir a sua produção antes do encerramento dos mercados estrangeiros. No final dos anos quarenta, a demanda doméstica desenvolvida com velocidade e lento processo de reparação e modernização das instalações permitiu aumentar a produção a 120,6 MBD em 1946. Embora em termos globais, o nível se recuperou bem no último ano produção existente em 1937, o rendimento de produtos de luz permaneceu menor do que em anos anteriores para a expropriação. Enquanto em 1937 o conjunto de produtos formados pela gasolina, querosene, parafina e lubrificantes representaram 20.3% do total da produção de petróleo, em 1946, essa proporção havia caído para 15.2%. Especialmente significativa foi a queda da participação relativa da gasolina de 16.9% em 1937 para 10.8% em 1940, devido à insuficiente capacidade de desintegração. Apesar da crescente importância de da desintegração catalítica como processo de refino na indústria petroleira internacional, no México estava disponível apenas desintegração térmica de menor produtividade (ALONSO, A., 1984; DE LA VEGA, 1999). A necessidade de controlar este sector era iminente pelo que Pemex tornou-se um monopólio estatal, dois anos após a sua criação, em 9 de novembro de 1940, com a alteração do artigo 27 da Constituição (ROUSSEAU, 2012: 307).

A política econômica do governo teve um impacto sobre aumentar rapidamente a demanda de combustível no México. O papel do Estado na economia foi consolidado com o presidente Cárdenas, além de nacionalizar a indústria de petróleo e ferrovias, o impulso de reforma agrária, em grande parte, estabeleceu um sistema financeiro e de crédito, incentivou a construção de estradas e de irrigação e, em geral, conseguiu uma maior centralização do poder federal com a criação de vários grupos econômicos políticos. Os efeitos dessas medidas associadas com a situação da Segunda Guerra Mundial serviram de base para o desenvolvimento da economia nacional. De fato, no início da guerra mundial, surgiu uma demanda externa importante para a



fabricação mexicana, enquanto o país apareceu novas indústrias para atender às necessidades doméstica daquelas que já não podia ser atendida por importações (SNOECK, 1989; DE LA VEGA, 1999; ALONSO, 1984). A partir de 1940-1950, o produto interno bruto cresceu a uma taxa média de crescimento anual de 6,7%, e da produção industrial foi de 8,1%.

Assim, a política de preços no mercado interno não foi diretamente relacionada com os custos de produção, mas com objetivos socioeconômicos, o que teria implicações graves para a situação financeira da Pemex. Até 1946 os aumentos foram feitos apenas esporádica e muito suave nos preços do petróleo e, dado o aumento geral aplicado em 1946, um declínio significativo nos preços reais foi gravado. De acordo com um estudo que incidiu sobre o período considerado, a diminuição em termos reais, o preço da gasolina, junto com o aumento do uso de veículo a motor, levou à duplicação do consumo per capita desse combustível a partir de 1940 a 1947. No caso de gás liquefeito, o aumento foi de quase dez vezes, juntamente com o aumento da utilização deste produto por parte do sector residencial (DE LA VEGA, 1999). Considerando que, antes da nacionalização as vendas do gás liquefeito se registraram a capital para 1941 a distribuição abrange as principais cidades do país. A demanda deste produto também foi estimulada mediante a venda de fogões em lojas de Pemex. Além disso, o uso de querosene como combustível e iluminante no sector doméstico, aumentando em cerca de oito vezes o seu consumo per capita. Mostrando que desde o início deste monopólio da indústria do Estado, tiveram resultados favoráveis com o crescimento econômico e de desenvolvimento (ALONSO, 1984).

No geral, o consumo nacional aparente do petróleo cresceu a uma taxa média anual de cerca de 6% nos anos 1940-1946, passando de 81 MBD para 114 MBD. Apesar da expansão da oferta interna do petróleo, ele não conseguiu atender toda a demanda. As importações totais essencialmente constituídas por gasolina e óleo combustível aumentou de 4,9 MBD a 9,9 MBD, no mesmo período, aumentando a participação do consumo interno aparente de 6% a 9%. As compras de combustível nos Estados Unidos se efetuavam basicamente por distribuidores privados e em parte



resultou do afastamento geográfico de certas regiões de refinarias mexicanas. Tal foi o caso, em particular, das importações de óleo combustível e diesel, muito abaixo das exportações dos mesmos produtos (SNOECK, 1989).

Para 1946, a Pemex tinha mais dificuldade em colocar sua produção excedente no mercado mundial, tinha ultrapassado o boicote. Embora, ele foi essencialmente limitado a dois produtos, óleo combustível e diesel. Seu total excedeu amplamente as importações totais do petróleo (ALONSO, A., 1984). Mostrado um histórico de sucesso e orgulho nacional.

Esta primeira fase de adaptações e ampliações de refinarias existentes foi seguido como um período de grandes mudanças no sistema de produção, como resultado de planos e programas elaborados pela Pemex após da Segunda Guerra Mundial. Sob a direção de Antonio J. Bermúdez começaram a operar a plena capacidade a nova refinaria de Azcapotzalco; construir-se-ia um centro produtor no interior do país, em Salamanca, Guanajuato; avançar-se-ia processo de conversão da refinaria de Minatitlán num centro de processamento eficiente e moderno, e as obras que permitiria que as pequenas refinarias substituíssem a zona de Tampico para centro de trabalho em Cidade Madero maior capacidade começaria. Além disso, projetos de uso associado e gás não associado ao petróleo bruto teria um impacto significativo sobre a estrutura da demanda por petróleo. Para 1958, a capacidade nominal de refino integraria 322 MBD de destilação primária de líquidos de petróleo bruto e gás natural, 60 MBD de desintegração térmica e catalítica, e 18 MBD de redução da viscosidade e também compreenderia outro processo para a obtenção de derivados com especificações precisas (SNOECK, 1989).

As novas instalações do Azcapotzalco, que entrou em operação em 1947 marcaram o início do deslocamento da capacidade de refino no país, tinha uma capacidade de 50 MBD de destilação primária e 15 MBD de destilação térmica. Incluía também plantas de processo para obter fracções especiais, cortes de gasolina, gasolina de aviação e tratamento de produtos finais. A taxa bruta veio dos campos de petróleo de Poza Rica, tendo duplicado a dirigibilidade de Poza Rica. Junto com esta



refinaria os trabalhos relacionados exigiu um investimento de 155 milhões de pesos (ALONSO 1984; SNOECK, 1989).

Durante os anos cinquenta, efetuaram-se modificações e ampliações em Azcapotzalco, entre os quais: a) o aumento progressivo da capacidade de destilação atmosférica, até 100 MBD em 1956; b) a instalação de uma capacidade da planta de craqueamento catalítico de 26 MBD e processos de polimerização para a conversão de olefinas, gasolinas de aviação e o aumento de componentes de alta octanagem da gasolina para automóveis; e, c) a transformação da antiga desintegração térmica Dubbs, técnica na redução da viscosidade, poupando assim uma quantidade significativa de destilados médios previamente utilizados como diluente. Esta refinaria complicada por um duplo papel: fornecimento de combustível para a região central e produzir combustível de aviação para distribuição em todo o país (ALONSO 1984; SNOECK, 1989). A partir deste período, um forte indicador exigiu a construção de mais refinarias na região central do país.

Além disso, em 1945, depois de um estudo aprofundado sobre a demanda por produtos e meios de transporte, a Pemex tinha adquirido o terreno necessário para a construção de uma refinaria em Salamanca, Guanajuato, a fim de efetuar uma distribuição eficiente, não desde o litoral até a região central, mas desde o centro da própria República. As instalações incluiu um gasoduto de 450 km de Poza Rica a Salamanca, começou a operar em 1951 e teve um custo total de US \$37.000.000. Com a ação da região central aumentou para 37% da capacidade mundial, abastecendo-se com a produção de Salamanca e Azcapotzalco 40% do consumo nacional (ALONSO, A. 1984).

Salamanca incluiu também uma unidade de craqueamento térmico Dubbs e reprocessamento de plantas para a dessulfuração da gasolina, tratamento de gás, kerosinas e mistura chumbo tetraetila. Em 1955, sua capacidade primária foi ampliada para 40 MBD, enquanto a construção de uma fábrica para a produção de óleos lubrificantes de elevado índice de viscosidade para motores, desse modo



drasticamente foram reduzidas as importações deste produto de alto custo (DE LA VEGA, 1999).

Desde que entrou em operação Salamanca tem sido o foco da região Bajío e o oeste do país, distribuindo os seus produtos através de um sistema de dutos para Guadalajara, Aguascalientes e Morelia (SNOECK, 1989).

Simultaneamente, o desmantelamento da antiga refinaria em Minatitlán, Veracruz, foi realizada a construção de novas instalações que entraram em funcionamento em 1956 e incluídas duas plantas de destilação primária com uma capacidade conjunta de 50 MBD e planta de craqueamento catalítico tipo TCC para 12 MBD de carga de combustível pesado. O último processo permitia diminuir o desempenho de resíduos, numa escala maior do que outros processos, através da recuperação de gásóleo processados por destilação sob vácuo e o catalisador de conversão de alta temperatura na presença de produtos leves, principalmente gasolina e GPL. Ele também uma unidade para a polimerização de olefinas contidas em uma parte do gás liquefeito produzido para aumentar a disponibilidade de gasolina de alta octanagem (SNOECK, 1989).

Azcapotzalco, Salamanca e Minatitlán constituíram três peças-chave da transformação da estrutura de produção de refinados no México. Não menos importante foi à modernização das refinarias localizadas ao redor do Tampico, que tinham um equipamento antiquado que fazia operações muito caro enquanto seus gastos e manutenção (ALONSO, 1984).

Em 1958, a produção de petróleo aumentava a 258 MBD, tendo crescido a uma taxa anual de 6,6% desde 1946, e sua estrutura havia sofrido algumas alterações. Primeiro o envolvimento de destilados médios e leves. Na produção total aumentou 31.5% para 46% no mesmo período, enquanto a contribuição de produtos pesados é reduzida de 60% para 46%. Além disso, embora a participação relativa do gás liquefeito na oferta mundial de refinado representou apenas 2,4% em termos absolutos, à produção aumentou de 0,1 MBD em 1946 a 6,3 MBD em 1958. Apesar da extensão e



modificação do sistema refino, a autossuficiência não foi alcançada em combustível (ALONSO, 1984; DE LA VEGA, 1999).

Ao assumir a liderança da Pemex Jesus Reyes Heroles, foi decidido adiar a construção de Mazatlan e incorporar materiais e equipamentos adquiridos a Minatitlán, a segunda metade dos anos sessenta os programas de Pemex na área de refino não incluíram a construção de novos centros produtores. Um fator relevante para o desenvolvimento posterior da indústria de refinação foi à criação do Instituto Mexicano do Petróleo (ALONSO, 1984).

Ficou evidente no último ano da administração de Jesus Reyes Heroles que a indústria do petróleo estava passando por uma crise, não causada pelo surgimento de um fenômeno temporário, mas pelo aprofundamento do desequilíbrio latente entre reservas, produção e demanda de hidrocarbonetos (ALONSO, 1984).

A Comissão Federal de Eletricidade (CFE), com o rápido crescimento da demanda por energia elétrica e a necessidade de integrar suas redes de distribuição, estava planejando a instalação de uma usina de energia a ser ampliada de 600.000 para 1.200.000 kw., no centro do país, o que exigiu 35 MBD do óleo combustível. A oferta deste último centro da produção distante dificilmente poderia efetuar-se por oleoduto devido às características deste produto e também era excessivamente caro, impossível de realizar, utilizando material circulante pela limitada disponibilidade destes meios de transporte (SNOECK, 1989).

A construção da refinaria Miguel Hidalgo

Tratava-se então, de determinar a localização de um lugar perto ao Vale do México, que contará com os serviços essenciais para a operação de uma refinaria e uma termelétrica. O Ministério de Recursos Hídricos estabeleceu que a única fonte disponível para grandes volumes de água necessários, sem afetar o abastecimento da cidade do México, era o afluente do transmissor central. Escolheu-se Tula, que se encontrava a 93 km da capital e 3 km da barragem Endhó e que recebia águas residuais



provenientes de tal emissor. Os afluentes do Pemex e CFE poderiam ser descartados, após o tratamento, o rio Tula e ao Grande Canal. Projetando uma história com base real para a execução de uma refinaria e não produzir uma representação modificada como será visto mais adiante rotinas e estilos de vida dos habitantes de Tula e Atitalaquia que deixaram ser guiados em direção a uma melhor oportunidade de desenvolvimento.

Uma vez definido o planejamento energético e sua implementação como um processo que tem uma natureza política e econômica entre atores como Pemex, o Estado, Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo da República Mexicana (STPRM) e outros, pode-se concluir que estas políticas setoriais são complicadas para as necessidades de coordenação institucional (WIONCZEK, 1983).

As experiências dramáticas da nacionalização do petróleo de 1938, o bloqueio subsequente da Pemex no mercado externo, a convicção amplamente compartilhada da riqueza energética do país foi muito baixa e as exigências da estratégia de industrialização do padrão de exportação de produtos primários, definiu o política energética mexicana focada em óleo durante quase quarenta anos após a expropriação e da abertura da refinaria Miguel Hidalgo, na região de Tula (1938-1976).

No que diz respeito à indústria do petróleo, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL) enfatizou a dinâmica de crescimento da demanda por petróleo e produtos refinados em resposta à contínua expansão do transporte automotor, grandes investimentos em rodovias e plantas industriais termelétricas e na indústria geral. A valorização da CEPAL sobre os recursos petrolíferos limitados do México deviam-se pelos constrangimentos tecnológicos e financeiros, agravados pela política de preços no mercado interno (CEPAL, 1957).

Assim a escala nacional determina o assentamento de uma refinaria na região central do país, colocando Atitalaquia-Tula, Hidalgo, como o melhor espaço para a seu assentamento. Ação que ativou a produção social do espaço através do domínio do petróleo, que se constituiu como um ato de uma empresa nacional de monopólio estatal, integrando os diferentes atores na região.



As condições atuais na região, que levou à refinaria Miguel Hidalgo assentar-se nessa região, era principalmente o risco na área sul. Em 1607 Enrico Martinez abre em Nochistongo o primeiro túnel para drenar o Vale do México para a bacia de Tula. Culminou em 1856 com a aprovação do projeto pelo Eng. Francisco de Garay para a construção do Grande Canal com saída para o túnel Tequisquiac, obras que foram construídas no final do século. Este trabalho foi complementado por um túnel paralelo encomendado em 1947. Vale ressaltar que antes da Revolução construíram-se duas barragens de irrigação para Valle del Mezquital para servir os distritos de Ixmiquilpan e Actopan e outro foi construído em Huichapan (WIONCZEK, 1983).

Em 1937, o sistema Taxhimay-Requena foi completado, a partir de 1964, a barragem Requena é cheio com água a partir do emissor de Leste. Em 1965, entrou em função a barragem Endhó que, juntamente com o Recodo, a partir do qual o sistema López-Rayon-Tasquillo, inaugurado com 7.000 hectares, reforçando consideravelmente o Distrito de Irrigação, permitindo o assentamento da refinaria Miguel Hidalgo e a termelétrica, de acordo com o padrão de exportação de produtos primários (WIONCZEK, 1983).

O projeto da refinaria Bicentenario

Atualmente, com a simulação do espaço de projeto ficaram terras, que anteriormente, na sua maioria, estavam envolvidas a atividades primárias, como as 721 hectares, ainda afetado cerca de 360 parcelas. Isso libera o trabalho a ser forçado a vender sua força de trabalho, no próprio sector agrícola ou terá que procurar emprego em outras atividades de negócio, para expandir e aumentar para novos estabelecimentos.

Todavia, estão os terrenos temporais no que se plantam os produtos específicos para o consumo familiar ou para venda em pequena escala, tais como milho, feijão, cevada, nopal e maguey, e onde a produtividade é baixa, pela qualidade dos solos e a utilização de técnicas tradicionais. No entanto, a região de estudo tem uma forte produção de alfafa, ele serve como forragem para o gado.



Hoje podemos ver que a região do Atitalaquia-Tula tem principalmente uso do solo rural, os municípios totalizam mais de 12.000 ha. de trabalho.

A refinaria Miguel Hidalgo está localizada dentro da área urbana, não é mais abrangente e extensa como outros usos da terra, é um ato de dominação sobre outras atividades que estão localizadas na região. Estruturada desta forma a condição produção do espaço, mesma que todos os dias é atualizada com o trabalho adicional feito tanto no trabalho industrial oferecido, pelo parque corredor industrial Jorobas-Tula, como as produção agrícola que permite as barragens de que recebam o esgoto de Cidade do México.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angelina. **El sindicato de trabajadores petroleros y sus relaciones con PEMEX y el estado 1970-1982**. México: El Colegio de México. 1984.

CEPAL. **Estudio económico de América Latina**. México: Cepal. 1957.

DE LA VEGA, Ángel. **La evolución del componente petrolero en el desarrollo y transición de México**. México: UNAM. 1999.

FROM, Eric. y MACCOBY, M. **Sociopsicoanálisis del campesino mexicano**. México: Fondo de Cultura Económica. 2007.

INEGI. **Censos Agropecuarios 2007**. México: Inegi. 2007

INEGI. **Censos Económicos 1994**. México: Inegi. 1994.

INEGI. **Censos Económicos 1999**. México: Inegi. 1999.

INEGI. **Censos Económicos 2004**. México: Inegi. 2004.

INEGI. **Censos Económicos 2009**. México: Inegi. 2009

ROUSSEAU, Isabel. **Pemex y la política petrolera: los retos hacia el futuro**. In: Méndez, J. **Los grandes problemas de México. Políticas Públicas**. México: El Colegio de México. 2012.

SNOECK, Michele. **La industria de refinación en México, 1970-1985**. México: El Colegio de México. 1989.

ISSN
2016 4808



Edição
Nº 18 ABR/2016

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Informe final del estudio socioantropológico de la refinería de Tula. México.** México: Pemex. 1973.

WIONCZEK, Miguel. **Algunas reflexiones sobre la futura política petrolera de México.** En: *Desarrollo económico*, 23 (89 abril-junio). 59-78. 1983.



A produção do outro: Johannes Fabian e sua crítica à antropologia

Marcos Alfonso Spiess / UFPR
Doutorando em Antropologia
spiess.spiess@gmail.com

Resenha de: FABIAN, Johannes. 2013 [1983]. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Tradução de Denise Jardim Duarte; Prefácio de Matti Bunzl. Petrópolis: Vozes. (Coleção Antropologia).

A obra *O tempo e o outro*, do antropólogo Johannes Fabian, foi publicada pela primeira vez em 1983. No entanto, somente vinte anos sua publicação é que esta obra se tornou acessível aos leitores de língua portuguesa não bilíngues. Por esse motivo, torna-se relevante refletir acerca do texto e do contexto no qual sua obra foi escrita.

Em continuidade às discussões que vinha desenvolvendo nas décadas de 1960 e 1970, *O tempo e o outro* se insere no contexto da crítica antropológica pós-moderna e busca evidenciar alguns problemas acerca das relações estabelecidas entre os pesquisadores e seus “objetos de pesquisa”, notadamente quanto as implicações da escrita etnográfica na definição dessas relações. Fabian, de forma minuciosa, analisa o distanciamento que o texto etnográfico cria entre o antropólogo e seus interlocutores. O principal argumento que perpassa o livro é de que, através do texto etnográfico, o antropólogo dissocia ou mesmo elimina a relação intersubjetiva existente entre conhecedor e conhecido.

A partir de perspectivas metodológicas e de escrita, Fabian descreve algumas formas utilizadas pela antropologia para criar distanciamento e objetivação na produção do conhecimento. Fabian afirma que a busca excessiva pelo distanciamento e objetivação revela nossas heranças evolucionistas, positivistas e cientificistas. A antropologia, na busca de ser reconhecida como ciência, estaria deturpando toda e qualquer subjetividade, provocando a objetificação dos sujeitos e eliminando o diálogo com o outro.



Este distanciamento em relação ao outro é denominado por Fabian de negação da coetaneidade. Para ele, coetaneidade ocorre quando se admite a contemporaneidade e simultaneidade das relações entre pesquisador e pesquisado, relações estas que ocorrem no trabalho de campo. Por outro lado, a negação dessa relação se daria no momento da elaboração do conhecimento etnográfico, propriamente na escrita etnográfica, a qual indica “uma persistente e sistemática tendência em identificar o(s) referente(s) da antropologia em um Tempo que não o presente do produtor do discurso antropológico” (FABIAN, 2013, p.67).

Fabian evidencia uma contradição que perpassa a prática antropológica, qual seja: enquanto que de um lado o pesquisador, utilizando metodologicamente da etnografia, estabelece relações temporais (coetaneidade) com os pesquisados; de outro lado, na produção do conhecimento antropológico a escrita etnográfica produz distanciamentos temporais e espaciais que negam aquela coetaneidade anteriormente estabelecida e necessária para a pesquisa etnográfica. Em última instância, pode-se dizer que haveria uma negação do próprio fundamento do conhecimento que se estaria produzindo.

Para demonstrar como opera esse o distanciamento e a negação da coetaneidade, Fabian, no primeiro capítulo da obra, demonstra como o tempo é utilizado para criar a cisão entre o “presente etnográfico” e o “passado da experiência de campo”. Primeiramente, ele demonstra como ocorre a passagem de um Tempo sagrado e teologicamente fundamentado para um Tempo secularizado e caracterizado como racional pela ciência. No entanto, em que pese a secularização do tempo, a percepção do tempo continuou sendo a mesma, pois ele continuou sendo compreendido como linear e universal – tanto no sentido de totalidade, aplicável ao mundo inteiro, quanto no sentido de generalidade, aplicável a todas as circunstâncias.

Destaca-se, assim, a naturalização e desistoricização do tempo que, através das teorias evolucionistas, passou a conceber uma linearidade temporal na qual as diferenças entre os povos se caracterizaria por estarem localizado em estágios diferentes de um mesmo desenvolvimento. Além disso, exemplificando a partir das narrativas de



viajantes, Fabian afirma que o tempo passa a ser compreendido como as “descrições dos movimentos e relações no espaço” (FABIAN, 2013, p. 44), isto é, o tempo também se torna espacializado. Com isto, “os esforços da antropologia em estabelecer relações com o seu Outro por meio de mecanismos temporais sugeriram uma afirmação da diferença como distância” (FABIAN, 2013, p.52) que influenciaram o desenvolvimento das teorias que sucederam o evolucionismo e o difusionismo, principalmente o estruturalismo, o culturalismo e o funcionalismo.

Ao se apegar ao Tempo Físico (como o faz a arqueologia), ao Tempo Mundano (através da periodização em eras, estágios) e ao Tempo Tipológico (que caracteriza o tempo através de eventos e seus intervalos), a antropologia acaba refutando o Tempo Intersubjetivo. É, pois, o Tempo intersubjetivo que possibilitaria reafirmar as relações pesquisador e pesquisado, estabelecida na pesquisa de campo. Porém, ao não admitir o tempo intersubjetivo, nega-se a coetaneidade e se produz aquilo que o autor denomina de alocronismo.

Para desenvolver melhor a ideia de alocronismo, negação de coetaneidade, no segundo capítulo da obra, Fabian aponta duas direções do uso do tempo nas teorias antropológicas: um uso que produz um contorno à coetaneidade e outro uso que produz a sua anulação. O contorno da coetaneidade, por exemplo, é percebido pela relativização cultural dos usos do tempo. Ou seja, o tempo acaba sendo encapsulado em determinados sistemas culturais, torna-se objeto de estudos, mas não consegue encontrar reflexo na dimensão da investigação e do trabalho antropológico. Aqui o tempo estaria nas teorias antropológicas como tema de pesquisa, mas não se tornaria capaz de evidenciar as relações entre pesquisador e pesquisados.

Já no sentido de anulação do tempo, Fabian elege o estruturalismo como principal representante daqueles que excluem o tempo, inclusive como dimensão cultural relevante e que pudesse ser estudado. Para o autor, os pressupostos do estruturalismo eliminam o tempo tanto da integração cultural quanto da própria etnografia (FABIAN, 2013, p. 85). Essa abordagem radicalmente taxonômica da cultura, produz a concepção de uma antropologia que estuda as relações entre termos de



modo atemporal. Independente das transformações culturais temporais, as estruturas permaneceriam sendo as mesmas.

O contorno ou anulação das condições temporais, é utilizado tanto metodologicamente na antropologia, a fim de buscar a distância necessária para a produção de um conhecimento, quanto para produzir um discurso ontológico de mundo que pode ser, pelo pesquisador, encaixado em uma taxonomia. (FABIAN, 2013, p. 93). A distância, aqui, se torna pressuposto para a criação da alteridade que produziria não apenas certas formas de antropologia, mas garantiria a sua própria existência enquanto ciência.

No terceiro capítulo, sem deixar de problematizar os usos do Tempo e do Espaço, Fabian se concentra no estudo das formas de escrita etnográficas. Para o autor, há uma contradição entre a experiência de campo produzido de forma comunicativa e a produção da “distância” perquirida no conhecimento etnográfico. Fabian afirma que o discurso antropológico toma por base a temporalização, a qual pode ser observada tanto nos níveis léxicos (através de expressões como primitivo, selvagem etc.) e (morfo)sintáticos (quanto se utiliza, por exemplo, tempos verbais e marcadores adverbiais marcando um “presente etnográfico” e criando uma cisão com o passado da experiência de campo).

De forma minuciosa o autor consegue problematizar a utilização dos verbos no presente do indicativo, evidenciando a comunicação entre um eu (pesquisador) e um tu (comunidade acadêmica), mas que deixa de fora o diálogo com o “ele”, os sujeitos pesquisados, sobre de quem se fala, mas que não é ouvido. Fabian afirma que “o uso da terceira pessoa marca o discurso antropológico em termos de “correlação de personalidade” (pessoa versus não pessoa)” (FABIAN, 2013, p. 112), o que se transforma em mais um modo de se negar a coetaneidade.

Ainda em relação ao texto etnográfico, Fabian busca problematizar como que a construção de um “presente etnográfico” visa afastar um “passado autobiográfico”, no intuito de corresponder às expectativas de objetividade. Haveria uma disjunção entre a narrativa de um presente e a experiência de um passado. A proposta de Fabian é que



seja possível tanto admitir experiências compartilhadas no passado com o objetivo de se compartilhar também um presente, evitando-se, por outro lado, uma descrição etnográfica eminentemente taxonômica baseada na “presunção do fato” e em “julgamentos” morais.

Por fim, no capítulo quatro, Fabian desenvolve sua crítica à negação da coetaneidade a partir de uma análise das metáforas visuoespaciais utilizadas nos textos e teorias antropológicas. Partindo da análise das técnicas de pesquisas etnográficas mais básicas - tais como a recomendação de se ter o conhecimento da língua nativa (visando a celeridade na pesquisa) e a utilização de mapas, gráficos e tabelas (o que se presume um conhecimento espacialmente distribuído) - Fabian demonstra como tais técnicas “não apenas exageram (o visível); elas omitem as dimensões da experiência” (FABIAN, 2013, p. 132).

Para a antropologia, repensar estas questões metodológicas se torna interessante, uma vez que a disciplina tende a converter seus sujeitos de pesquisas em “objetos” que são “observados” (e pouco ouvidos) e que podem ser “representados” através de teorias. Uma antropologia que simplifica o outro em representações visuais é, infelizmente, apenas outra forma de manter a distância relutada como necessária a prática científica.

Durante toda a obra, a partir de diferentes problemas e perspectivas, Fabian busca demonstrar como que a antropologia reincide na prática de negar a coetaneidade, negar a intersubjetividade partilhada com o outro. Em que pese admitir e dar ênfase às experiências compartilhadas em campo, ao escrever suas teorias e seus textos, facilmente se incorre na negação destas experiências em favor de um distanciamento dos sujeitos pesquisados, criando-se assim um discurso alocrônico. Para o autor, o tempo e o espaço são as estratégias para negação da coetaneidade, e que no texto etnográfico se fazem presentes através de expressões léxicas, sintáticas e estilísticas.

Em que pese a minuciosa análise de Fabian, parece que o texto descarta em algumas críticas aos autores da antropologia, especificamente em relação à Lévi-Strauss. Se por um lado o estruturalismo foi apresentado como forma de discurso



alocrônico, há de se questionar até que ponto a ênfase às pesquisas de campo apontadas pelo antropólogo francês não seria uma tentativa de restabelecer o diálogo entre pesquisador e pesquisado. Além disso, o texto traz uma certa inquietação ao apontar as principais escolas antropológicas como produtoras de negação da coetaneidade, mas ao mesmo tempo deixa de apresentar possíveis vias de contornar ou resolver este problema; noutros termos, quais seriam as possibilidades (se é que há) para superar os contornos ou anulações do alocronismo na prática antropológica?

Por fim, há de se questionar o fato de Fabian fazer determinadas conclusões tomando como premissas autores da área da filosofia, apresentando influências e pressupostos de forma muito generalizadas - tal como Hegel e sua análise estética ou mesmo Petrus Ramus e sua teoria do ensino - não possibilitando que o leitor acompanhe os desdobramentos do argumento, mas apenas o pressuposto e a conclusão.

De toda forma, a crítica de Fabian foi (e ainda é) pertinente quanto ao cuidado que se deve ter nas relações entre experiência de campo e escrita antropológica, a fim de não objetivar os sujeitos pesquisados e, além de voz, dar ouvidos aos que convivem contemporaneamente com os pesquisadores. Neste sentido, *O tempo e o outro* é obra fundamental para discutir as relações entre técnicas de pesquisa e teorias antropológicas, bem como as dimensões éticas que perpassam entre elas.



COGGIOLA, Osvaldo. A Segunda Guerra Mundial: Causas, Estrutura e Consequências. 1º Ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

Luccas Eduardo Castilho Maldonado
Graduando em História pela Universidade de São Paulo (USP)
luccas_eduardo@hotmail.com

1933 foi o ápice de um projeto e a derrocada de outro para Leon Trotsky. De um lado, a tomada total da burocracia sobre o partido. Do outro, após o exílio e já como pária, a opção por não mais ser um bolchevique. Deixar de ser, para continuar a ser, aquilo que foi a vida toda, um revolucionário. Naquele ano, Liev – seu verdadeiro nome – sentiu na pele sofrimentos que o transformaram intensamente: foram os seus cabelos, agora brancos e não mais pretos; sua filha, que não suportou a desilusão do desterro e optou pelo fim; a frustração de seus avisos não ouvidos sobre a ascensão do nazismo; a derrota da revolução na Alemanha e sua posição como russo. Rompeu em definitivo, mesmo já fora dela, com a *Komintern* e lançou bases para uma tentativa de resistência, como a fundação da IV Internacional.

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, um novo mundo foi forjado. No interior dos escombros da guerra, em Potsdam (Alemanha), entre os dias 17 de julho e 2 de agosto, ocorreu a mais importante conferência entre os Aliados. Nela, ao mesmo tempo em que se construía diversas das novas dinâmicas do jogo político mundial, uma leitura era confirmada: Trotsky deduziu a definitiva traição da revolução e o protagonismo dos EUA.

Desde 1928, o revolucionário russo vem sendo considerado um maldito, seus livros foram marcados no interior dos *index's* vermelhos e conservadores, além de queimados em praças públicas. Todavia, esse distanciamento tem sido lentamente superado. Período tardio para um revisitar que se faz extremamente necessário, pois não é possível pensar a modernidade pós-Segunda Guerra Mundial, pelo menos a partir do paradigma da esquerda, sem a leitura de um dos seus principais intérpretes. Trotsky



percebeu, no calor do momento, a criação de mecanismos que reorganizaram a realidade.

O livro *A Segunda Guerra Mundial: Causas, Estruturas e Consequências*, de Osvaldo Coggiola, é uma interessante obra a respeito da Segunda Guerra Mundial que pode vir a engatilhar, de maneira extremamente interessante, as pretensões introdutórias de sujeitos interessados pelo pensamento de Trotsky sobre tal movimento histórico. Seu objetivo central é o desenvolvimento de uma grande descrição. Porém, soma-se a isso, no interior de suas linhas, uma característica especialmente interessante: a materialização de uma vida voltada para a reflexão e a militância pelo trotskismo. Tal trajetória é responsável por relacionar o conhecimento histórico do autor, lapidado sob mais de trinta anos de docência no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), com um domínio profundo da reflexão teórica de Trotsky. Provavelmente, na realidade brasileira, Coggiola é um dos pesquisadores que possui maior propriedade para escrever sobre o pensamento do revolucionário russo.

A Segunda Guerra Mundial [...] não é exatamente um projeto novo de Coggiola. Trata-se de um aprofundamento de uma pesquisa desenvolvida desde, no mínimo, 1994. Nesse ano, foi organizado, no Departamento de História da USP, um Simpósio Internacional intitulado *A Segunda Guerra Mundial: um balanço*, sendo o próprio Coggiola um dos conferencistas. A amplitude desse evento foi tão significativa, contando com a presença de alguns influentes pesquisadores estrangeiros, como Pierre Broué e Ernest Mandel, que resultou em uma publicação destinada à compilação das exposições feitas ao longo do evento. Naquele livro específico, *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico* (COGGIOLA, 1995), existe a primeira expressão, em artigo intitulado *Natureza da Segunda Guerra Mundial* (COGGIOLA, 1995, p. 37-57), para aquilo que 20 anos mais tarde resultaria no presente trabalho resenhado. Uma das raras oportunidades de se observar o amadurecimento intelectual de um pesquisador. De que maneira, ao longo desse significativo período, após novas cargas de leitura e reflexão, reelaborou-se e se articulou o pensamento de Coggiola? Materializado, no presente caso, na manutenção da escolha pela tradição de pensamento trotskista, porém



aprofundado com uma compreensão muito mais substancial-descritiva do processo histórico da Segunda Guerra Mundial. Aquilo que no primeiro momento era, fundamentalmente, uma exposição sobre os envoltos ideológicos da guerra, tornou-se, em forma de livro, a descrição, agora embasada por uma intensa massa factual, desses mesmos vieses.

A organização do escrito traça um caminho distanciado das opções mais tradicionais das grandes descrições da historiografia – em geral, elaboradas por explicações factó-pós-facto. Coggiola faz um caminho alternativo, mantém a preocupação com a diacronia, ao mesmo tempo em que constrói narrativas temáticas de problemas/questões-históricas ocorridas no interior dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial. Expressas em 18 capítulos, compõem uma brochura com 434 páginas, dentre elas uma série de imagens que conjugam dois discursos, o escrito e a imagem, de maneira pertinentemente interessante e didática. As margens dos eventos abordados, tanto temporal quanto espacialmente, também são mais dilatadas. Ao longo do livro, são expostos movimentos anteriores à própria guerra: a derrocada da Frente Única na França e a Guerra Civil Espanhola. Também são abordados processos exteriores ao campo central de batalhas (Europa), casos da expansão imperialista japonesa, da guerra no pacífico e das influências da guerra na descolonização da África e Ásia.

Grande parte da obra escrita por Coggiola, atualmente um acervo que conta com mais de 50 títulos, foi produzida sobre grande influência da tradição analítica do *Marxismo Clássico*, ou seja, o viés econômico e a luta de classes são balizas para o desenvolvimento de toda análise. O presente livro não é uma exceção, a construção de descrições sobre as estruturas político-econômicas compõe, preponderantemente, toda narrativa desenvolvida pelo autor. Existe uma grande preocupação em relacionar os pormenores do atirar de um soldado e a produção bélica nos centros industriais através da exposição de dados quantitativos – aliás, uma marcante qualidade é a compilação, em um único texto, de uma significativa massa numérica sobre a Segunda Guerra Mundial. Desta maneira, tomam-se como foco as transformações ocorridas no interior do *modo de produção*, na estrutura do capitalismo, dos países beligerantes ao longo do



período de enfrentamento. Isto é, como o complexo industrial daquelas nações, inicialmente multifacetado, reelaborou-se em um modelo totalmente voltado para a manutenção do operar da engrenagem de guerra.

É nessa esteira que vem a principal tese defendida por Coggiola: assim como Trotsky, tendo como especial referência para a sustentação dessa premissa o *Manifesto da IV Internacional sobre a guerra imperialista e a revolução proletária mundial*, ele entende as duas grandes guerras mundiais como processos de crise de concorrência pelo protagonismo da corrida imperialista entre as potências ocidentais. Sendo a segunda um aprofundamento, radicalizado pela crise econômica mundial de 1929 e pelo nazifascismo, dos desentendimentos constituídos anteriormente no final da Primeira Guerra, quando a França e a Inglaterra, após a vitória, tentaram lançar ao ostracismo qualquer possibilidade de recuperação do capitalismo alemão. Soma-se a tal conjuntura, um intenso sentimento anticomunista existente no seio das nações ocidentais, com especial magnitude na Alemanha Nazista, – fato avisado por Trotsky desde o princípio da década de 1930, expresso nos textos: *Revolução e Contrarrevolução*; *Moral e Revolução* e *Que és el nacional-socialismo?* – que fez o então único país socialista do mundo, URSS, já sob uma gestão personalista-stalinista e burocratizada, ser arremessada no centro dos planos contrarrevolucionários e expansionistas de Adolf Hitler.

Em geral, a obra cumpre seus objetivos quando voltada para questões de divulgação histórica. É um caminho muito propício para aqueles que desejam conhecer mais a respeito da Segunda Guerra Mundial e do pensamento de Trotsky sobre tal processo. Contudo, enquanto contribuição científica, novos referenciais, dados ou interpretações, a obra acaba por não alcançar grandes méritos, tendo como solitário marco a, anteriormente mencionada, compilação de estatísticas sobre o processo histórico em suas diversas expressões, fato que não muda o seu plausível futuro no interior das querelas acadêmicas: o distanciamento e a inexpressão. Ademais, o texto, em sua totalidade, conta com diversas passagens problemáticas, na maior parte dos casos, trechos que, provavelmente, não foram devidamente revisados pelo corretor. Considerando o controverso histórico da população brasileira de distanciamento aos



estudos históricos, por diversos motivos os quais não cabem no interior de uma breve resenha como esta, vale a espera de uma segunda edição do livro, esta cuidadosamente finalizada, para possibilitar o alçar de voos mais altos dessa interessante obra de divulgação.

Referências Bibliográficas

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. 1º Ed. São Paulo: Ed. Xamã, 1995.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Segunda Guerra Mundial: Causas, Estrutura e Consequências**. 1º Ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

_. Natureza da Segunda Guerra Mundial. In: **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Ed. Xamã, 1995.



O Homem que é alto é feliz? Uma introdução ao gerativismo.

Daiane Borges Neitzke

Graduação: Letras-Português/Inglês (UFPEL)

daianeneitzke@hotmail.com

O filme “O homem que é alto é feliz?” é composto por uma série de entrevistas com o renomado filósofo, linguista e ativista: Noam Chomsky. Segundo o diretor Michel Gondry, essa película – cujo principal interesse é a linguagem – é produzida em formato de desenho para, além de despertar a curiosidade lúdica do público, ajudar na compreensão de temas complexos como as definições da linguística gerativista.

Dessa forma, o gerativismo tem como objetivo construir um modelo teórico-científico capaz de descrever e explicar a faculdade humana inata da linguagem. Esta corrente de pensamento propõe, portanto, o descobrimento dos princípios abstratos e universais que governam a comunicação humana. Diante disso, o linguista Lyons (1987) salienta que a visão chomskyana é a de que existem determinadas características formais encontradas no sistema heterogêneo da língua, sendo estas propriedades consideradas arbitrárias por não possuírem nenhuma finalidade e por não se configurarem como deduções do mundo em que o ser humano vive e se relaciona. Logo, da mesma forma que a capacidade genética permite a aquisição da linguagem, a língua funciona como uma capacidade mental inata que cada indivíduo da sociedade tem, “Essa disposição [...] para a competência linguística (*sic*) é o que ficou conhecido como *faculdade da linguagem*” (KENEDY, 2008, p. 129), isto é, podemos dizer que o ser humano possui a capacidade de desenvolver qualquer habilidade da linguagem, pois a língua é um sistema de princípios na mente humana, e a fala uma capacidade inata que todo ser humano quando nasce adquire naturalmente. Por isso, pode-se obter uma relação entre o filme e o gerativismo da mesma forma em que existe a relação entre linguagem e pensamento, ou seja, as nossas lembranças.

No decorrer do filme, Chomsky afirma que o desenvolvimento da linguagem só se faz por analogia e com várias tentativas. Para comprovar essa tese, foram feitos



diversos experimentos com ratos, colocando o queijo sempre em lugares distintos – o que não era um empecilho para os roedores, visto que estes sabiam o tempo todo onde estava a comida. Logo, esses experimentos com ratos não foram feitos por Chomsky, mas estão contidos no filme porque funcionam como analogias a fim de auxiliar a compreensão do público sobre o tema gerativista e, conseqüentemente, despertar o interesse por parte das entidades governamentais a fim de realizarem novas pesquisas e experimentos sobre a aquisição da linguagem.

Chomsky fala de alguns aspectos da criatividade linguística e da capacidade de compreender novas frases que permite o entendimento de que a nossa gramática é um sistema limitado, muitos pais frequentemente relatam que seus filhos dizem coisas que eles nunca ouviram antes, como “desquenta a sopa” ao invés de “esfria a sopa”, por exemplo. Observamos que a criança que disse isso utilizou de maneira correta um processo morfológico de derivação da língua, pois o prefixo *des-* é utilizado para denotar ação contrária, no entanto, o contrário de esquentar, nesse contexto, é esfriar. Segundo Chomsky, os mecanismos de associação e generalização “são demasiado pobres para dar conta do fato de uma criança aprender um sistema imensamente complexo de regras com base numa amostra de fala pequena e muitas vezes deficiente” (BORGES NETO, 2005, p. 56).

Chomsky explica esse fenômeno por meio da noção de criatividade, que, para o autor, consiste em “uma qualidade peculiarmente humana, que distingue os homens das máquinas e, até onde sabemos, dos outros animais. No entanto, trata-se de uma criatividade **regida por regras**. Assim, quando publica o livro “Estruturas Sintáticas”, em 1957, Chomsky dá início à corrente linguística gerativista. Com o passar do tempo, o gerativismo se modificou e foi ficando cada vez mais formalista.

Torna-se evidente que apesar da teoria gerativa ser alvo de grandes críticas no meio científico, pode-se dizer que o filme é importante, uma vez que propõe uma reflexão sobre a linguagem a todo falante que tem a capacidade de produzir e compreender as frases da língua. E assim o filme nos mostrou uma compreensão melhor



do gerativismo por ser uma teoria importante na história da linguística e compreendendo melhor as concepções de Chomsky.

Referências Bibliográficas:

BORGES NETO, José. O empreendimento gerativo. In: Mussalim, F.; Bentes, A. C. (org.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2005. Acesso em: 29/01/2016

Dentro da cabeça de Noam Chomsky, artigo de Luís Augusto Fischer, publicado na revista Superinteressante de maior de 2003. Disponível em <<http://super.abril.com.br/cultura/dentro-cabeça-noam-chomsky-443820.shtml>>. Acesso em: 01/02/2016

Entrevistas concedida ao programa Roda Viva (produzido pela TV Cultura), e exibido em 1996 (disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=6HvZfzHhW5k>). 20/02/2016

Manual de Linguística. Disponível em: KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: Martelotta, M. E. (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. Acesso em: 01/02/2016

Sinopse e detalhe. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-218801/> Acesso em: 09/02/2016



QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: Marcos Cézár Freitas. (Org.). Historiografia Brasileira em perspectiva. 1ed. Bragança: Universidade São Francisco/Contexto, 1998, v. 01, p. 103-118.

*Antônio Robson de Oliveira Alves
Discente do Curso de História (UERN),
Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID.
Email: robson.ic@hotmail.com*

A produção historiográfica brasileira tem crescido de forma bastante considerável nas últimas décadas, pode-se afirmar que essa guinada faz parte de um momento reflexivo, onde os historiadores refletem sobre o seu ofício, visando compreender seu objeto de estudo e as implicações que este possui para o meio social. Assim, este panorama historiográfico eclode com as inquietações constantes de uma sociedade mutável e volátil. Desse modo, pensar nos principais temas historiográficos que foram debatidos e ainda estão em constante movimento, nos é pertinente para uma reflexão sobre o ofício do historiador e sua produção. Destarte, um dos temas que ratifica-se entre os principais na historiografia brasileira é a escravidão negra, suas implicações e desdobramentos evidencia o dissenso ainda existente, denotando assim, a importância de debates sobre esta questão.

Nossos dias carregam dúvidas e atraem diversas respostas sobre as mutações nas visões quanto à questão racial. Pensar o negro e sua cultura de uma forma não como inferior, mas como igual, firma-se entre uma das maiores preocupações de estudos e pesquisas que buscam evidenciar a importância do negro na formação de nossa identidade. Em contrapartida, encontramos vários momentos de nossa história onde a figura do negro foi esquecida e apagada, não que essa fosse inexistente, mas porque o seu valor para muitos não se equivalia a um ser humano. Essa assertiva fica clara nas palavras de Raphael Rodrigues Vieira Filho, em sua tese “*Os Negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*”, onde esse evidencia por parte da população de Jacobina/BA um silenciamento. Na atualidade, Filho percebe que os munícipes diziam não ter conhecimento da população negra durante os anos de extração do ouro, fator,



segundo o pesquisador citado, contrário a realidade daquela região e momento histórico, o qual seriam necessários negros escravos para essa ação. Dessa feita, é notória a necessidade de problematização desta temática que encontra-se viva em nossos dias.

Em meio a grande produção sobre este tema, alguns pesquisadores se sobressaem com suas obras de vultosa importância, como por exemplo a historiadora Suely Robles Reis de Queiroz, a qual, tem formação em História pela Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1961, mestrado em História Econômica (1966), doutorado em História Social (1972) e livre-docência (1985) em História Política pela mesma universidade. Iniciou a lecionar na Universidade de São Paulo, após ser convidada por Sérgio Buarque de Holanda, para ser sua assistente. Suas pesquisas giram entorno de temáticas como: Brasil Império, Escravidão Negra e Brasil República. Assim, a produção historiográfica dessa historiadora centra-se nas tensões do período imperial, embates estes que irão predominar até a república. Seus principais livros são: *Política e cultura no Império Brasileiro* (2010); *Os radicais da República* (1986); *A abolição da escravidão* (1981); sendo estes, os alicerces da nossa sociedade *Escravidão negra no Brasil* (1987), dentre outros. Estas obras tem como prioridade, nos fazer refletir sobre a continuidade de questões como a racial, por exemplo, ainda presente em nossa contemporaneidade. Evidenciando que os alicerces de nossa sociedade firmam-se entre continuidades e descontinuidades.

O artigo de Suely Robles Reis de Queiroz, intitulado *A Escravidão Negra em Debate*, faz parte do livro *Historiografia Brasileira em perspectiva*, organizado por Marcos César Freitas, no ano de 1998, o qual, reúne 19 autores diferentes, onde o objetivo é percorrer através da História do Brasil, trazendo de forma lucida e objetiva, temas bastante importantes da nossa historiografia como: sociedade colonial, escravidão, República, operariado. Dentro deste panorama, é fácil perceber a importância que este artigo possui para o intento do livro. Acrescer o debate sobre escravidão torna-se assim, uma prerrogativa crucial de nossa contemporaneidade, pois suas consequências são sentidas e vistas ainda em nossa identidade.



Queiróz, em seu artigo, nos faz pensar sobre os alicerces historiográficos concernentes a escravidão, que para muitos pesquisadores, remonta a década de 30 com a célebre publicação de *Casa Grande & Senzala* do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Pensar a vileza e as consequências de um sistema tão rígido como o escravista, firma-se entre os principais objetivos da pesquisadora que visa aproximar seu leitor das convergências historiográficas entorno da obra de Freyre e das demais correntes que formam-se após essa. A historiadora, percebe duas formas distintas de pensar o sistema escravista: os que o veem “como violento e cruel, e outros como brando, benevolente,” (QUEIROZ, 1998, p. 103) assim, ela associa o intento de Freyre a última concepção.

A historiadora divide a historiografia da escravidão brasileira em três momentos. O primeiro e já citado, é marcado pela obra do sociólogo Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*), que foi lançado no ano de 1933, momento bastante sensível, segundo a autora, devido ao pensamento racista, advindo da Europa, que encontrava aqui amparo nas ideias de Oliveira Viana e Nina Rodrigues, onde viam no negro uma inferioridade e considerava-os prejudiciais na formação do povo brasileiro. Em detrimento a esta visão, Freyre, em sua obra e pesquisa, volta-se a explicar a importância vital da raça negra na formação do Brasil. Segundo Queiróz, a principal característica da obra de Freyre é fazer uma ruptura com os ideários pseudocientíficos, mostrando com isso, a proeminente importância da cultura africana no que tange a raiz identitária do povo brasileiro.

Queiróz, analisando a escrita de Freyre, traz à tona sua ambiguidade, onde pode ser considerado “revolucionário quanto ao método – antropológico-cultural – , quanto à originalidade da pesquisa dos fatos e à força de interpretação dos mesmos,” (QUEIROZ, 1998, p. 104) porém, “foi conservador também. Seus argumentos para ressaltar a benignidade da escravidão revelam ter sido influenciado pelo pensamento conservador do século XIX.” (QUEIROZ, 1998, p. 104) Estes aspectos evidenciam o constante debate que gira entorno de Freyre, o qual, próprio se considerava paradoxal. Destarte, suas ideias, denotam uma docilidade inexistente, onde buscava mostrar que através dessa união de “cores” foi possível demarcar e fincar o alicerce desta terra, o



que Freyre chamaria de miscibilidade.¹ Contudo, a percepção de Freyre limita-se a pensar em como as relações mantidas entre senhor e escravo contribuíram para a formação do Brasil. E essa docilidade e saudosismo, caracterizam uma visão contrária as reais praticas que eram cometidas em muitos casos.

O segundo momento que Queiróz delimita, compreende o período por volta de 1950 e estende-se até o fim da década de 1970, o qual, segundo ela, é marcado por pesquisas que se oporão as ideias de Freyre. Estes estudos foram liderados por pesquisadores norte-americanos, que ao analisarem a escravidão norte-americana, questionaram as teses de Freyre e demais pesquisadores que concordavam com este. Esses pesquisadores, segundo Queiróz, argumentaram não haver uma diferença destoante entre a escravidão anglo-saxônica e a instituída por outros povos. “Inexistindo um sistema mais brando que outro e sendo as variações ao longo do tempo menos significativas que os padrões subjacentes de unidade.” (QUEIROZ, 1998, p. 106) Estas teses fomentaram um novo quadro de interpretações sobre a escravidão, influenciando, assim, vários sociólogos brasileiros.

Estes sociólogos, entre os quais grandes nomes estão inseridos, como por exemplo, Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, viam “a escravidão como pedra basilar no processo de acumulação do capital” (QUEIROZ, 1998, p. 106) este sistema, seria responsável por sustentar o capitalismo comercial: mercado e lucro. Um teórico que contribuiu para acrescer essa corrente, foi Caio Prado Júnior, trazendo em sua obra *A Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) uma visão da escravidão como uma estrutura fundamental no que concerne ao acumulo de capital. Essa corrente, tinha como princípio o pensamento que o escravo se equiparava a uma mercadoria, distanciando-se de Freyre, onde até no ato sexual, poderiam ser vistos como um objeto de prazer. Mostrando assim, uma face cruel ainda não pensada sobre a escravidão.

Por último, Queiróz elenca o terceiro momento de uma nova corrente no pensamento quanto a escravidão, que é datado a partir do dos anos 1980. Essa corrente é denominada, de “neopatriarcalismo”, pois aproxima-se do pensamento de Freyre. A



obra que inaugura essa vertente foi de autoria de Kátia Mattoso, intitulada de *Ser escravo no Brasil*. A escravidão agora, “teria, pois, um caráter consensual que nega a coisificação” (QUEIROZ, 1998, p. 108). Mediante a esta corrente, forma-se um ideário difuso sobre o escravo, pois em determinado momento esse lutava e tentava se impor ao seu senhor e, em outras ocasiões esse agia de forma estratégica curvando-se e obedecendo ao senhor. Assim, nas palavras de Queiróz sobre esta vertente, “a relação pessoal entre o senhor e cativo se fazia através de mediações, em um cotidiano no qual o negro desdobrava-se em estratégias, ora de resistência, ora de acomodação” (QUEIROZ, 1998, p. 109). Dessa forma, não haveria uma relação imposta e sim de consenso. Contudo, é notório que havia luta e uma resignação quanto as condições impostas.

Dessa feita o artigo de Queiróz, reporta-nos para um embate longe de ser finalizado. Existe na verdade, um grandioso arsenal de fontes que podem contribuir para uma reflexão sobre este tema, porém, acabar com a discussão não é algo fácil e simples, pois, este tema está intrinsecamente ligado a identidade brasileira e as suas implicações continuam a causar constantes debates. Assim, o levantamento historiográfico feito por Queiróz, evidencia um dissenso enorme e estas correntes, trazem consigo os interesses paulatinos de seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, Raphael Rodrigues Vieira. **Os Negros em Jacobina (Bahia) no Século XIX**. Tese de Doutorado: PUC/SP. São Paulo, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. [52.ed.] – São Paulo: Global, 2013

[QUEIROZ, Suely Robles Reis de](#). **Escravidão negra em debate**. In: Marcos Cézar Freitas. (Org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. 1ed. Bragança: Universidade São Francisco/Contexto, 1998, v. 01, p. 103-118.